Top Lawyers

2015 ❖ 2016

inBOOK

Migalhas

Top Lawyers

2015 ❖ 2016

Top Lawyers

2015 ❖ 2016

inBOOK

Migalhas

Ao Márcio, com carinho

Márcio Thomaz Bastos foi antes de tudo um advogado. Um homem especial, incomum, daqueles que angariam admiração, fazem história, deixam legado e seu nome na história.

Márcio faz falta. Faz falta seu bom senso, sua serenidade, sua capacidade de ver e ir além do lugar comum. Aquele homem de fala calma, quase franzino, de uma educação exemplar, se transformava ao assumir o papel de advogado de defesa.

Márcio passava a ter 90 quilos e 1,90m quando vestia sua beca. Sua voz virava a de um barítono, e seus movimentos eram dignos de um maestro. Alguns oradores fascinam e o Márcio era um deles.

Ele ensinou que a defesa não tem bandeira ideológica ou partidária, e usou de sua profissão para defender o acusado ou a vítima, independente de suas convicções, de qualquer natureza, pois a justiça é incondicional.

Seu espírito refinado conseguiu até o milagre de fazer abstrair a profundidade das divergências políticas e ideológicas. Márcio talvez tivesse tudo para ser apenas um advogado das elites; mas não. Ele trabalhou para muita gente e causas, gratuitamente.

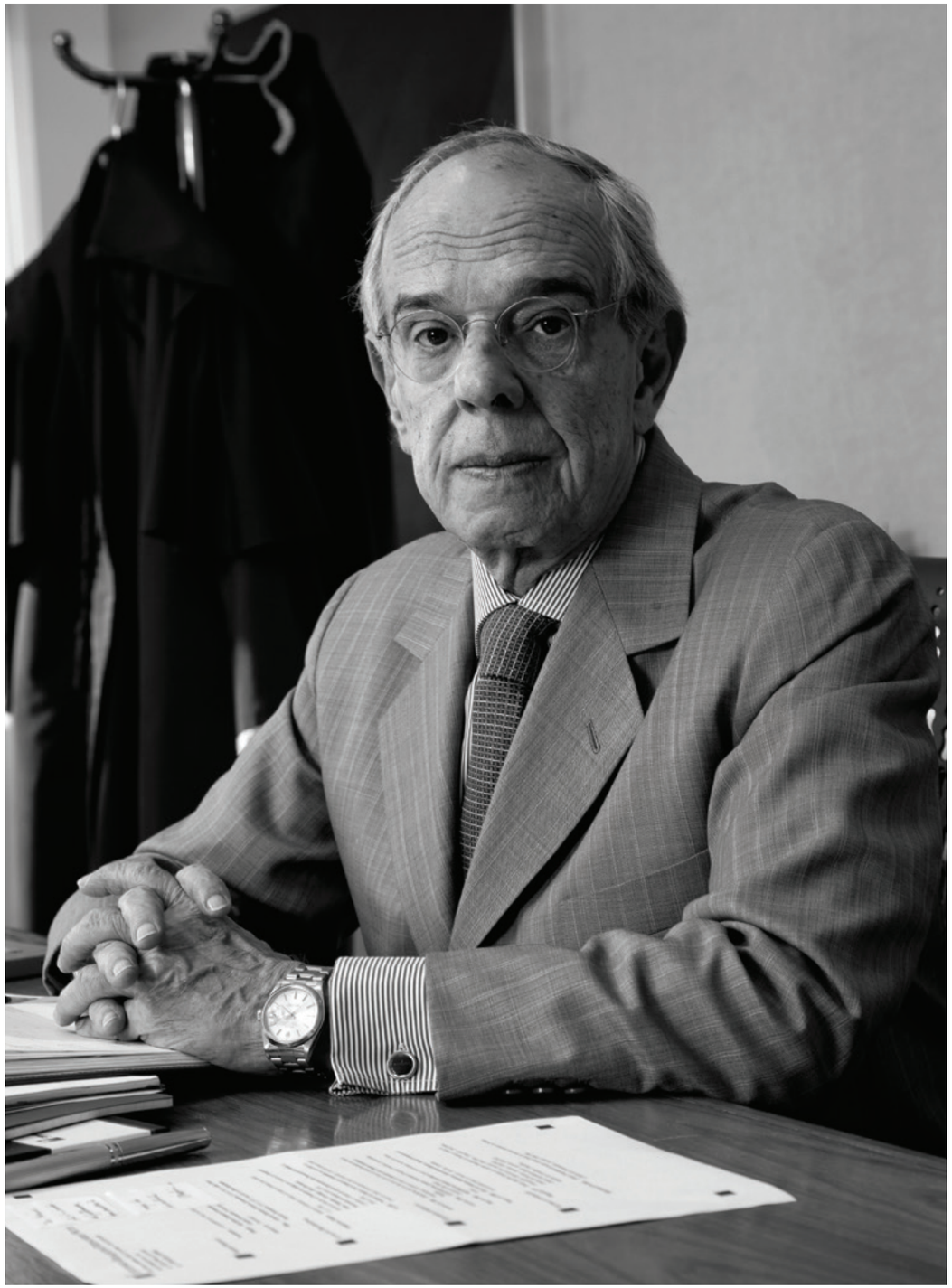
Ao se tornar Ministro da Justiça, realizou importantes tarefas que culminaram com a criação do CNJ.

Jamais julgou seus clientes, sempre os acolheu, pois era conhecedor da fragilidade humana, buscava apenas permitir julgamento justo aos anjos tortos para quem exerceu seu nobre ofício.

Estas boas e alegres lembranças que confortam sua ausência estão na palavra de seus amigos e colegas nos textos que seguem.

Ave!

Claudio Schleder, EDITOR



Ao Márcio, com carinho

Augusto de Arruda Botelho

Luiz Flávio Borges D'Urso

Fernando Menezes

AUGUSTO DE ARRUDA BOTELHO

Alguns injustiçados só recebem o devido reconhecimento quando passam desta para a melhor. Com o Márcio foi diferente. Todos sabiam de sua importância e genialidade ali, no dia a dia, nas decisões mais comezinhas ou nas estratégias mais complexas.

Desde sua morte, muito e muitos já falaram sobre ele. O que gostaria, neste espaço, é mostrar e dividir um pouco do que vi e aprendi nesses quase 15 anos de convivência com o maior advogado que já conheci. Tudo começa em meados de 1999, na minha contratação, no mínimo pouco usual, como estagiário em seu escritório. Estava com 22 anos e, naquela época, era apenas um garoto que acreditava que o socialismo era a solução de tudo e que por acaso cursava Direito. *"Aqui só contratamos estagiários da São Francisco"*, foram suas primeiras palavras. Daí por diante foram 15 minutos de discussão. Discordei de praticamente tudo o que ele falou, fui pouco educado e nos despedimos com um seco aperto de mão. Acho que ele só me deu esses 15 minutos porque quem me indicou para a vaga foi meu tio, médico do Márcio, e o Márcio foi o sujeito mais hipocondríaco que já tive o prazer de conhecer.

Alguns meses depois recebo uma ligação telefônica informando da minha contratação. Trabalhar ali na mítica Avenida Liberdade, 65, foi um sonho. O edifício fervilhava Direito Criminal. Nossa equipe era pequena, minúscula se comparadas aos escritórios de hoje em dia. Márcio, Sônia Ráo, Dora Cavalcanti, Luiz Fernando Pacheco e, de estagiários, eu e Claudio Alencar.

Logo de início já tivemos pela frente dois casos dificílimos e de imensa repercussão: o Promotor Igor, acusado de matar sua esposa grávida, e o escândalo do TRT. Eram horas de pesquisas, discussões, corridas desenfreadas ao Fórum, à carceragem da Polícia Federal da Rua Piauí. O que de mais importante me lembro dessa época era a postura democrática do escritório. Todos ali, e principalmente o Márcio, faziam questão de discutir em grupo as importantes decisões nas fases mais críticas. Plenárias para decidir o acerto de uma petição ou o timing para impetração de um *Habeas Corpus* eram frequentes.

Márcio foi um gênio nas pequenas e nas grandes atuações. Na complexidade, então, a genialidade do Márcio aflorava. Estava eu no quarto ano da faculdade quando ele me chamou em sua sala. *"Augusto, quer fazer um júri comigo?"* Confesso que me faltou ar na hora. Sempre fui e continuo sendo um apaixonado pelo Tribunal do Júri.

O combinado foi o seguinte: eu estudaria o caso por uma semana e no sábado nos encontraríamos na casa dele para discutir. Li o processo pelo menos 15 vezes. Todas as páginas. Quase não dormi de sexta para sábado. Chegando ao apartamento do Márcio, ele me pergunta: *"O que achou do caso?"* Minha resposta estava pronta. O caso era muito complicado: um segurança de um carro forte, ao fazer a retirada de valores em um Banco achou que seria vítima de roubo. Sacou a arma e atirou em uma pessoa. O tiro atingiu o suposto roubador, atravessou seu pescoço e acertou uma criança que estava no colo do pai. Ambos faleceram. Uma fatalidade. Mas, ao mesmo tempo, um típico caso de legítima defesa putativa. *"O caso é muito difícil, Dr. Márcio"*. "Sim, é difícil", respondeu, *"mas o testemunho da Joana vai fazer toda a diferença"*. Joana? *"Que Joana?"*, pensei. E de fato havia uma Joana, um depoimento secundário, inútil na minha míope visão, mas que se mostrou essencial para o resultado positivo do caso.

Assim era o Márcio: ele vislumbrou naquele depoimento uma brecha, uma surpresa, uma inovação que, de forma sutil, trouxe em sua fala durante a tréplica, fazendo com que os jurados, por maioria, concordassem com a (inovada) tese de homicídio culposo. Uma brilhante vitória.

Alguns fatos desse plenário do Júri marcaram minha memória. A transformação de um homem normal em um monstro, no melhor dos sentidos. Aquele homem de fala calma, quase franzino, de uma educação exemplar, se transformava ao assumir o papel de advogado de defesa. Márcio passava a ter 90 quilos e 1,90m quando vestia sua beca. Sua voz virava a de um barítono, e seus movimentos dignos de um maestro. Até sua educação mudava. Assustou-me um pedaço especial de sua fala. Disse ele: *"Senhores Jurados, acreditar na tese da acusação, acreditar que o réu cometeu um homicídio qualificado é acreditar que esse homem normal, esse pai de família, esse cidadão honesto, acordou naquele dia, se olhou no espelho e disse: 'hoje vou ser um belo de um filho da puta. Hoje vou ser um monstro. Na falta de um, matarei dois e um deles vai ser uma criança'"*.

Nesses anos todos de convivência, o que mais me marcou e o que vou levar comigo para toda vida certamente é o lado humano no Márcio. O lado cidadão, o solidário, o caridoso. Um homem que tinha suas vaidades, suas manias, seus erros inclusive, mas tinha um coração sem tamanho. Um coração tão grande que ele quis deixar um instrumento de luta, um legado. Ele nos deixou o Instituto de Defesa do Direito de Defesa. Recordo-me de cada minuto da nossa primeira conversa sobre o IDDD. O IDDD, acredito, representa tudo aquilo que seu idealizador e fundador sempre pensou. Que todos, independentemente da acusação e de ser o acusado inocente ou culpado, têm direito a uma defesa de qualidade. Que todos têm garantias e direitos fundamentais e que esses devem ser absolutamente respeitados. Que leis mais duras não resolvem o problema do aumento da criminalidade. Que a presunção de inocência deve ser ampla, inclusive junto aos meios de comunicações.

Homenagear a vida e a história de Márcio Thomaz Bastos é manter viva sua luta, é fazer valer seus ideais, é ser sempre um intransigente defensor do direto de todos a se defender. Apenas assim construiremos uma sociedade mais justa, para todos. Exatamente como o Márcio queria.

LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

No dia 20 de novembro de 2014 morreu o grande advogado criminal Márcio Thomaz Bastos, aos 79 anos de idade, criatura que tinha paixão pela advocacia e colecionava miniaturas de advogados de todo o mundo, aliás, foi por sua causa que há anos comecei também minha coleção.

Márcio, como gostava de ser tratado, era da turma de 1958 da Faculdade de Direito da USP e foi contemporâneo de meu pai, Umberto Luiz D'Urso.

Em 1982, quando me formei e presidi a comissão de formatura, meu pai sugeriu-me que procurasse o Márcio, então presidente da OAB em São Paulo, para pedir-lhe que redigisse uma mensagem aos formandos.

Foi meu primeiro contato direto com o grande advogado Márcio, sereno, calmo, de fala mansa, muito bem articulado, encantador. Fui recebido por ele, em seu escritório, cujas instalações apresentou-me sem qualquer pressa. Seguiu-se uma longa conversa que marcaria meu destino.

No limiar dos meus 22 anos, pude indagar-lhe sobre a vida daquele que já era um símbolo como advogado criminalista, uma grande liderança da advocacia, inclusive como era ser líder da classe presidindo a OAB-SP.

Pude revelar que o assisti no júri do cantor Lindomar Castilho, quando da tribuna da assistência da acusação enfrentou outro monstro da advocacia criminal que tanto me influenciou, o imortal Waldir Troncoso Perez.

Foi dessa conversa que nasceu minha determinação de servir a nossa classe e presidir a OAB-SP, o que veio se concretizar em 2004, quando fui eleito para a primeira de minhas três gestões como presidente da Ordem paulista (2004 a 2012).

A mensagem que o Márcio redigiu para o nosso convite de formatura, pude, como orador da turma, agradecer e declamar em meu discurso.

Só isso já bastaria para que o Márcio tivesse marcado indelevelmente minha vida, mas não foi o bastante. Quando ouvia seus discursos, um entusiasmo tomava conta de minha alma. Alguns oradores sempre me fascinaram e o Márcio era um deles.

Durante a constituinte (1987/1988), Márcio já era o presidente nacional da Ordem e eu presidia a Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de São Paulo (Acrimesp) e integrava também o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça.

Em 1990, em Curitiba, resolvemos fundar a nossa Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracrim) e o Márcio estava lá conosco, apoiando-nos.

A vida nos reservou mais momentos comuns, pois quando presidi a OAB-SP, Márcio assumiu o Ministério da Justiça, o que nos propiciou canal aberto com o ministro para levar a ele os assuntos da defesa da advocacia.

Sua atuação e preferências políticas é de todos conhecida, todavia ele nos ensinou que a defesa não tem bandeira ideológica ou partidária, e usou de sua profissão para defender o acusado ou a vítima, independente de suas convicções, de qualquer natureza, pois a justiça é incondicional.

Assim era para mim o Márcio. Presto aqui, carinhosamente, minha homenagem a ele, que dizia que defendia o homem da culpa legal, pois a avaliação da culpa moral não lhe cabia, mas era atribuição do Criador.

Como falei recentemente sobre meu pai, que também faleceu em novembro de 2014, algumas pessoas não morrem, mas se eternizam no exemplo que permanece em nossos corações, assim, Márcio Thomaz Bastos não morreu, mas viverá no legado que deixou para nós e para as futuras gerações de apaixonados pela advocacia e pela democracia!

FERNANDO MENEZES

Conheci o Márcio, através de seu querido e falecido irmão Maurício, no início da década de 80. Desde então, teve início uma longa e fraternal amizade que permaneceu ativamente até sua lamentável partida.

Ao Márcio, com carinho

Manuel Alceu Affonso Ferreira

Mário Sérgio Duarte Garcia

Antônio Claudio Mariz de Oliveira

Pierpaolo Cruz Bottini

MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA

"O homem superior difere do homem inferior pela simples qualidade da ironia." (FERNANDO PESSOA)

Saberá o ilustre leitor o significado de "asteísmo"? Insisto, "asteísmo" e não "ateísmo". Até agora eu próprio desconhecia a palavra, aqui utilizando-a pela primeira vez.

"Asteísmo", ensinam os léxicos, é uma figura de linguagem consistente na expressão fina e delicada, levemente irônica. Na história dos pretórios brasileiros, ninguém foi mais "asteísta" do que o saudosíssimo Márcio Thomaz Bastos...

Enriqueci o meu indigente currículo ao privar, durante décadas e orgulhosa intimidade, da sua charmosa companhia. Encontrava-o nos conselhos das entidades de classe, nas tratativas dos patrocínios para os quais me honrou com o mandato pessoal, nas comemorações do seu aniversário (não é, Nô?) e, ainda, nos eventos do "Prêmio Innovare", que presidia.

O mais feliz e livre desses encontros ocorria nos já famosos almoços das sextas-feiras que, há muito inaugurados por Mário Sérgio Duarte Garcia e Fernando Menezes, até hoje prosseguem agregando advogados, juízes e promotores.

Nestes, o papo corria solto e o Márcio, acima das lições advocatícias, nos presenteava com requintadas troças e caridosas maledicências sobre os personagens do momento. E, porque o saudosismo é a maior virtude daqueles que realmente viveram sem nunca apenas vegetar, também satirizava os temas passados e seus atores. Malgrado o destaque advocatício, ou os altos cargos oficiais, Márcio não era minimamente pesporrente. Pela elegância com que a manejava, a finura sempre presente e a jamais abandonada delicadeza expositiva, a perfeição da sua ironia causava-me inveja.

Esse espírito refinado do meu querido amigo conseguiu até o milagre de fazer abstrair, nas conversas que mantínhamos, a profundidade das nossas divergências políticas e ideológicas. Ele, partícipe inquieto e ativo das transformações sociais e institucionais, um equilibrado esquerdista. Quanto a mim, desde sempre e para sempre um impetinente conservador-udenista...

É, Márcio tinha berço. E que berço!

Tive o privilégio de ser seu amigo e companheiro nesses últimos anos. Conversávamos e falávamos sobre tudo. Sempre respeitei e mantive total reserva de sua atividade jurídica e política. Apesar de constantemente insistir na minha ida a Brasília, nunca o visitei na Capital Federal e nem conheci o Ministério da Justiça. O Márcio dizia que eu tinha medo de viagens aéreas, mas, só para Brasília, para o exterior, não...

Márcio tinha grande carinho e consideração por seus amigos. Junto com os queridos amigos Manuel Alceu Affonso Ferreira e Mário Sérgio Duarte Garcia criamos a confraria dos quatro em 29/06/1983, no antigo restaurante Ca'd'Oro, onde almoçávamos todas as sextas-feiras. Após o fechamento do Ca'd'Oro passamos 10 anos para a churrascaria Esplanada e, La Cocagne, Freddy, Parigi, Bela Sintra e, nesses últimos tempos, diversificamos um pouco. A partir do início de 1984 juntaram à confraria, brilhantes e notáveis juristas, hoje somos 25 amigos. Completamos recentemente 30 anos de muita amizade e comentários, sem falarmos mal de ninguém, principalmente dos presentes...

Márcio adorava quando o Mário Sérgio convidava o Pedro Gordilho, pois o mesmo fazia uma degustação de vinhos de dar inveja ao melhor sommelier de Paris.

A nossa única diferença era o futebol, ele fanático são-paulino eu apaixonado corintiano. Seu celular tocava o hino do São Paulo. Aos sábados e domingos, quando ele me acordava para nossa caminhada durante muitos anos no clube Pinheiros, ele deixava o hino tocar e, todas as derrotas do Corinthians ele telefonava logo após o jogo dizendo (o que não era verdade) que esteve muito ocupado e queria saber para meu sofrimento de quanto o Corinthians tinha vencido...

Com Ives Gandra, Brasil Vita e Laudo Natel, participava de um conselho do São Paulo. Não gostava quando eu chamava o conselho da velha guarda, velha guarda para o Márcio era o final do desfile da Mangueira, Portela e Salgueiro...

Sinto muito a sua ausência, entretanto, as boas e alegres lembranças confortam sua ausência.

Até breve querido amigo.

MÁRIO SÉRGIO DUARTE GARCIA

Discorrer sobre Márcio Thomaz Bastos é tarefa que traz recordações plenas de saudade dos bons momentos de convivência comum, apesar da tristeza pelo seu desaparecimento no auge de sucesso profissional. Sempre preocupado com sua saúde, lembro-me dele nas ocasiões em que juntos viajávamos, quando surpreendia-me a quantidade de vitaminas que diariamente tomava por ocasião do café da manhã. Seu prematuro falecimento, assim, muito surpreendeu e entristeceu. O companheirismo de Márcio estreitou os laços de amizade nas reuniões semanais em que, com os amigos Manoel Alceu Affonso Ferreira e Fernando Menezes, nos encontrávamos todas as semanas para almoçarmos juntos há mais de 30 anos, constituindo a célula de um grupo que cresceu até os dias de hoje, infelizmente sem mais poder conter a presença do querido amigo desaparecido.

Companheiro de antigas jornadas no campo profissional, ele com brilhantismo e acelerado sucesso na área criminal, tivemos ambos frutuosa convivência a partir da década de 70 do século passado, ao então participarmos do Conselho da OAB/SP. Presidente da OAB em São Paulo, tive-o como 1º Secretário da diretoria, colaborador importante na tarefa de representação da classe advocatícia. Terminado meu mandato, alegrou-me vê-lo Vice-Presidente da OAB/SP, e eleito no biênio seguinte Presidente da Secional paulista, em que atuou com brilhantismo e combatividade invulgar, notadamente por ocasião da campanha liderada pela OAB, quando eu presidia o Conselho Federal e ele a OAB/SP, em estreita ação institucional na Campanha das "Diretas Já".

Alçado também ele à Presidência do CF/OAB, teve papel de liderança preponderante, por ocasião dos trabalhos da Constituinte. Ao se tornar Ministro da Justiça, realizou importantes tarefas que culminaram com a criação do CNJ e a formação de um grupo de jovens e brilhantes advogados, que o ajudaram a realizar importante gestão.

Voltando Márcio à advocacia atuante, demonstrou suas qualidades de advogado exitoso, admirado nacionalmente, até que infelizmente a morte veio colhe-lo na plenitude de seu brilho profissional, a todos entristecendo.

ANTÔNIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

Estávamos, Márcio e eu, na cidade de Tupã, durante a sua campanha à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo, em 1982.

Nós nos abrigávamos, o termo é rigorosamente este, e não nos hospedávamos, pois hospedar é em hotel ou em pensão e onde estávamos não poderia ser considerado nem uma coisa nem outra, era sim um abrigo.

Ademais a falta de recursos nos obrigava a compartilhar um mesmo quarto, portanto sob um mesmo teto, aliás, um teto precário com goteiras que nos possibilitavam ver a lua por inteiro.

Camas, bem, estas existiam, não eram redes. E, é bom que se saiba, estavam separadas. Diria que não muito distantes, pois o quarto do abrigo era mínimo.

Depois de uma cruenta batalha contra sanguinários pernilongos, conseguimos dormir, sob os raios da lua que invadiam o aposento pelos furos do telhado.

O frescor da noite não amenizava o infernal calor. Após um meio sono, acordei na madrugada e vi o Márcio sentado em sua cama suando de corpo inteiro, pálido e meio trêmulo.

Assustado, perguntei qual mal o afligia, imaginando um infarto, um acidente vascular ou algo do gênero.

Não, nenhum mal físico, o problema do Márcio era onírico: sonhara que perdera as eleições para a presidência da OAB. E, como era candidato único, sua derrota havia sido para os votos em branco.

Passado o susto, continuamos a viajar e Márcio foi vitorioso; derrotou o temível adversário, os votos em branco. Anos depois retribuiu-me o apoio e tornou-se um dos meus principais cabos eleitorais quando venci as eleições de 1986 também para a Ordem.

O episódio ilustra a minha relação de quarenta anos com Márcio Thomaz Bastos, relação marcada por encontros, poucos desencontros, emoções e acima de tudo uma sólida e fraternal amizade.

PIERPAOLO CRUZ BOTTINI

Escrever sobre Márcio Thomaz Bastos é tarefa difícil. A uma porque todas as manifestações sobre suas qualidades como advogado, homem de Estado e ser humano já foram expostas por juristas e jornalistas em inúmeros artigos e homenagens. A duas porque, por mais que se escreva, nunca será possível transmitir a sensação de conviver com ele. Por isso, apresento essas linhas com a consciência de que o homenageado é maior do que qualquer adjetivo nelas empregado.

Márcio faz falta. Faz falta seu bom senso, sua serenidade, sua capacidade de ver e ir além do lugar comum.

Na atual crise política, sente-se a ausência do Márcio político, que usava de seu respeito perante inúmeros interlocutores para costurar improváveis entendimentos, encontrar inusitadas alternativas, firmar pactos difíceis.

Ao Márcio, com carinho

Sônia Ráo

Alberto Zacharias Toron

José Diogo Bastos

Na presente agonia da Justiça, faz falta o Márcio advogado, o Márcio presidente da OAB, o defensor do Estado de Direito, da presunção de inocência, do respeito ao instituto da defesa. A repetida violação de direitos em processos penais, a complacência de tribunais com excessos em nome do fim da impunidade, os aplausos da imprensa à certas ilegalidades, intensificam esse sentimento de vazio, essa vontade de ver o velho advogado vestir sua toga e pedir respeito à Constituição, lembrando com veemência o que significou a supressão de princípios fundamentais em épocas tristes da história brasileira.

Mas, mais do que tudo, sente-se falta do Márcio amigo. Falta de entrar em seu escritório, em sua sala, e despejar angústias sobre questões jurídicas, estratégias processuais, e mesmo sobre problemas pessoais. Às vezes, com uma palavra, Márcio apontava o rumo da solução, antevendo prós e contras de cada alternativa, enxergando à uma distância muitas vezes inalcançável pela miopia de tantos profissionais incapazes de ver além de estreitas e viciadas perspectivas.

Pode-se dizer, em síntese, que os amigos, a advocacia, e o Estado de Direito sentem a falta de Márcio Thomaz Bastos. Que ao menos sua lembrança sirva de inspiração para, em tempos difíceis, manter cabeças erguidas em prol de um direito equilibrado, racional, democrático e, sobretudo, justo.

SÔNIA RÁO

Tive a sorte de trabalhar com o Márcio de setembro de 1990 até 2003, quando ele assumiu o Ministério da Justiça. Uso a palavra sorte porque o MTB, com aquele perfil meio supersticioso, meio cético, levava esse quesito realmente a sério. E também porque no meu caso a sorte de fato foi decisiva.

Explico.

Fui conversar com ele sobre a minha contratação. Ele disse que resolveria em uma semana, já que estava pensando em se aposentar.

Isso em 1990!!!

Se naquela época eu o conhecesse melhor saberia que vez por outra ele falava sobre parar, mas logo lembrava de sua incontornável paixão pela advocacia e desistia.

Passaram-se as semanas e nada de retorno.

Me convenci que não tinha dado certo, aceitei trabalhar em outro escritório e fui para um SPA para descansar alguns dias. Era feriado.

Aí operou-se a mágica: O Márcio chegou com a Nô (embora sempre magro, ele adorava fazer regime). E me convidou para trabalhar com ele. MUITA SORTE. Quando comecei a escrever usei o título "A advocacia sem o MTB", mas logo mudei.

Por mais falta que eu sinta dele – e é muita – celebro, lembro e agradeço ao Universo os longos anos de convivência com esse advogado espetacular, com essa pessoa tão encantadora.

ALBERTO ZACHARIAS TORON

Entrei no escritório do advogado Márcio Thomaz Bastos ainda estudante, com 22 anos, no fim do quinto ano da PUC/SP. Naquela época, em 1981, as Varas Criminais ficavam no prédio do Tribunal de Justiça. Saíamos da Rua Conde do Pinhal e, depois, da Avenida Liberdade, para as audiências e no caminho todo mundo parava para cumprimenta-lo. Eu ficava ao lado dele e ele me apresentava como seu "colega de escritório".

Eu, garoto, me sentia o máximo. Ele nunca me apresentava como seu estagiário ou coisa parecida. Era uma forma de ele tratar e elevar as pessoas que trabalhavam no escritório dele e, também, na OAB-SP, onde ele era vice-presidente.

Quando entrei no escritório do Márcio, que era como nós o chamávamos, eu era, e talvez ainda seja, semianalfabeto. Errei muito e ele sempre compreendeu. Nunca ergueu a voz, para, como eu, gritar: "porra meu, você é BURRO; vê se aprende". Elegante e generoso ele, de maneira delicada, timidamente, dizia: "você não acha que seria melhor..." ou então: "tem uma peça aqui que cuida de matéria semelhante, vc não quer dar uma olhada?". Ele era assim. Sem gritos, sem esporro, tudo ia na boa. É verdade que ele não era muito de elogiar e as vezes eu me sentia pisando em ovos, mas aprendi muito com ele, menos por palavras e muito mais pela postura e conduta. Aceitar que o estagiário ou o advogado iniciante errem é fundamental para o crescimento e o Márcio era fabuloso nisso; relevava muita coisa em prol de ajudar; compreendia o processo de crescimento do profissional. Mas não era só isso.

Arnaldo Malheiros Filho, em comovente artigo[1], escreveu que o Márcio não tinha um jeito tonitruante de falar. É verdade; ele falava fácil e nada empolado. Parecia, às vezes, um jornalista; era gostoso ouvi-lo numa defesa e, mais do que isso, conversar com ele. Tinha muitas histórias, era bem-humorado e trazia consigo uma riquíssima experiência de vida e profissional; de verdade: ele era engraçadíssimo, divertido mesmo. Sem frescura; uma pessoa simples. Sabia o que falava e, mais importante, só falava o que sabia. Lembro-me que no auge do caso do BrasilInvest (1985/86), ele, nas capas dos jornais, tinha ido sozinho tomar sopa no Bar Santa Tereza, ali perto do fórum João Mendes.

Ele falava muito da assim chamada "Praça da Alegria" que se instalava na frente do Plenário do I Tribunal do Júri da Capital, no Salão dos Passos Perdidos. Ali se reuniam grandes advogados, Raimundo Paschoal Barbosa; Cleber Menezes; Waldir Troncoso Peres e, entre muitos outros, Zulaiê Cobra Ribeiro, que, então, começava a vida profissional e para fazer o quê?

Falar da vida, dos casos forenses, dos Promotores e juízes "assim" ou "assado". Hoje não há mais isso, dizia ele. Éramos todos "mais duros", sem grana, na época, e as coisas tinham outra graça. Ele valorizava muito isso. Não por acaso seu escritório tinha salas com os nomes dos advogados daquele período. Paulo Brandão era outro nome sempre lembrado.

Márcio talvez tivesse tudo (e um pouco mais) para ser apenas um advogado das elites; de gente de muita grana; mas não. Ele, além de ter trabalhado para muita gente e causas, gratuitamente, foi um importantíssimo líder de classe, que de forma decisiva engajou a OAB/SP na campanha pela redemocratização do país, contra a ditadura militar. Travou no campo da política importantes batalhas. Como presidente do Conselho Federal da OAB na época em que funcionou a Constituinte coube-lhe o exercício de importante articulação na fixação das franquias democráticas. Mas, para os operadores do direito, seu maior feito foi, sem dúvida, como Ministro da Justiça do primeiro governo Lula, a criação e instituição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mas não param aí seus feitos.

Antes de se tornar Ministro da Justiça, Márcio fundou o IDDD, Instituto de Defesa do Direito de Defesa. Na sua aguda percepção a atividade defensória não poderia ficar, ela mesma, desprotegida. Hoje, quando vemos tantos e tão variados ataques ao exercício da defesa, do qual ele também foi vítima, vemos o tom profético da sua criação; cara à própria democracia.

Para os que tiveram, como eu, o privilégio de conviver mais intimamente com ele fica, mais que a saudade do olhar e da fala, seu legado de homem bom e justo!

JOSÉ DIOGO BASTOS

Márcio Thomaz Bastos era um homem multifacetado, pródigo em deixar marcada sua forte e dócil presença por onde passou. Era antes de tudo advogado, vocacionado, entusiasta incansável das boas lutas, exímio estrategista, se firmando como dos maiores que passaram pela história do país.

Quanto maior fosse o desafio, em especial disputas nas quais não havia paridade de armas em desfavor de seus clientes, melhor ele atuava, pois era alimentado pelo sentido da imparcialidade e garantia a ampla defesa de forma indistinta, seja qual fosse a gravidade do crime.

Jamais julgou seus clientes, sempre os acolheu, pois era conhecedor da fragilidade humana, buscava apenas permitir julgamento justo aos anjos tortos para quem exerceu seu nobre ofício.

Sem jamais ser professoral fez da prática em sua banca uma alta academia da advocacia na qual gerações de advogados que por ali passaram e hoje brilham na profissão assimilaram por mera observação a arte da advocacia.

Em paralelo a sua profissão, Márcio exerceu intensamente a cidadania como homem público, lutando por sua classe, por um Brasil mais justo, inclusivo e solidário, implementando efetivas conquistas que fizeram diferença para a sociedade, demonstrando sem pudor seu comprometimento com a causa dos menos favorecidos.

Márcio, em sua intimidade, cultuava com carinho e atenção sua família, tendo ali seu porto seguro, mantinha com zelo e cuidado as boas amizades, ajudando com absoluto desprendimento quem dele precisasse, formando assim um patrimônio afetivo, restrito àqueles que trazem consigo o signo da fraternidade.

Por esse exemplo de vida, Márcio Thomaz Bastos se enquadra na galeria de homens especiais, incomuns, aqueles que angariam admiração, fazem história, constroem reputação, deixam legado, gravando, assim, de forma indelével seu nome na história do Brasil.

Para aqueles que tiveram privilégio de ter tido com ele proximidade fica não só saudade do seu sorriso aberto, fina ironia e inteligência invulgar, mas principalmente a certeza de que ter desfrutado de seu convívio é sorte na vida.

Salve Márcio!

---

[1] *O narigudo da Conde do Pinhal*, *Revista Época*, 24/11/2014.

Índice / Index Top Lawyers

Affonso Ferreira Advogados 14
AFMS – Ana Flávia Magno Sandoval 18
André Ramos Tavares Consultoria Jurídica 22
Approbato Machado Advogados 26
Argos Gregorio Advogados 30
Arns De Oliveira & Andreazza Advogados Associados 34
Arruda Alvim e Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica 38
Badaró Almeida & Advogados Associados 42
Balducci & Höffling Sociedade de Advogados 46
Bergamini & Collucci Advogados 50
Bertolucci & Ramos Gonçalves Advogados 54
Bialski Advogados 58
Boccuzzi Advogados Associados 62
Caodaglio & Associados 66
Castelo Branco Advogados Associados 70
Chiaparini e Bastos Advogados 74
Cigagna Júnior Advocacia 78
Coelho de Souza Advocacia 82
Advocacia Daniela Teixeira 86
David Rechulski, Advogados 90
David Teixeira de Azevedo Advogados 94
Décio Freire e Associados 98
Decoussau Tilkian Advogados 102
Dias de Souza Advogados Associados 106
D'Urso e Borges Advogados Associados 110
Edgard Leite Advogados Associados 114
Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados 118
Fadiga e Mardula Sociedade De Advogados 122
Ferraz de Camargo Advogados 126
Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria 130
Garcia & Macedo Advogados Associados 134
Homero Costa Advogados 138
Iokoi Advogados 142
Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade de Advogados 146
Kauffmann, Soares e Rebehy Advogados 150
Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados 154
Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados 158
Leônidas Scholz 162
Advocacia Maciel 166
Magalhães & Lobato Sociedade de Advogados 170
Manzi Advogados 174
Marcelo Leonardo Advogados Associados 178
Advocacia Mariz de Oliveira 182
PSQA Advogados – Pereira dos Santos, Quadros & Advogados 186
Peter Filho & Sodré Advogados Associados 190
Rocha, Marinho E Sales Advogados 194
Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados 198
Romeu Tuma Sociedade de Advogados 202
Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados 206
Advocacia Sandoval Filho 210
Sanson Advogados 214
Tacla Duran Advogados Associados 218
Teixeira, Martins & Advogados 222
Toron, Torihara e Szafir Advogados 226
Veloso de Melo Advogados S/S 230
Walter Aroca Silvestre Advocacia 234
Zanão e Poliszezuk Advogados 238

Affonso Ferreira Advogados

Fundada por **Manuel Alceu Affonso Ferreira**, à época em sociedade com o Professor José Frederico Marques, a **Affonso Ferreira Advogados** é comandada pelo primeiro.

O escritório especializou-se, ao longo de décadas, na advocacia contenciosa, nos ramos do Direito Cível, Empresarial (Direito Privado), Constitucional, Administrativo e Eleitoral.

Em pé (esq»dir)

Dra. Ana Carolina de Morais Guerra, Dr. Maurício Joseph Abadi, Dr. David Cury Neto, Dra. Camila Morais Cajaíba Garcez Marins, Dr. Emil Salomão Kopaz Neto, Dr. André Cid de Oliveira, Dr. Marcelo Moreira Cabral, Dr. Josevaldo dos Santos Dias

Sentados (esq»dir)

Dr. Manuel Alceu Affonso Ferreira, Dra. Fernanda Nogueira Camargo Parodi, Dr. Gustavo Surian Balestrero, Dra. Lourice de Souza, Dr. Afranio Affonso Ferreira Neto

“O constituinte de 1988 decidiu firmar, em cláusula pétrea, a inviolabilidade do direito à livre manifestação das ideias, e portanto, à liberdade de comunica-las. Foi por isso que, ao tratar da Comunicação Social, a Constituição não economizou no afirmar que a informação e a criação ‘sob qualquer forma, processo ou veículo’ não sofreriam ‘qualquer restrição’ além daquelas taxativamente previstas. Por sinal, insatisfeita com o pronome até ali utilizado [‘qualquer’], a Constituição insistira em que ‘nenhuma lei’ embaraçaria a ‘plena’ liberdade de informação jornalística ‘ em qualquer veículo de comunicação social (...)”.

A atuação da sociedade **Affonso Ferreira Advogados** tem maior visibilidade nas áreas de responsabilidade civil, família e sucessões, sociedades comerciais, mediação, concessão comercial de veículos e licitações. O atendimento aos clientes se dá de maneira personalizada e individual, pela qual seus integrantes, advogados experimentados, mantêm contato direto com o cliente e com o Poder Judiciário: elaboração específica de peças processuais e memoriais; realizações de audiências e sustentações orais; e acompanhamento de julgamentos colegiados em diversos Tribunais da Federação, inclusive nas Cortes Superiores.

O *track-record* da banca registra vasto número de processos judiciais, incluídas complexas disputas contratuais e empresarias e, notadamente, batalhas ligadas ao Direito da Comunicação Social (imprensa tradicional, telecomunicações e internet), defendendo sobretudo a garantia constitucional da liberdade de informação e expressão.

Quanto à liberdade de expressão e ao direito à informação, a sociedade **Affonso Ferreira Advogados** tem em seu titular um convicto defensor.

Nas palavras do Doutor Manuel Alceu:

“O constituinte de 1988 decidiu firmar, em cláusula pétrea, a inviolabilidade do direito à livre manifestação das ideias, e portanto, à liberdade de comunica-las. Foi por isso que, ao tratar da Comunicação Social, a Constituição não economizou no afirmar que a informação e a criação ‘sob qualquer forma, processo ou veículo’ não sofreriam ‘qualquer restrição’ além daquelas taxativamente previstas. Por sinal, insatisfeita com o pronome até ali utilizado [‘qualquer’], a Constituição insistira em que ‘nenhuma lei’ embaraçaria a ‘plena’ liberdade de informação jornalística ‘ em qualquer veículo de comunicação social (...)”.

Affonso Ferreira Advogados

“The 1988 constituent decided to establish, in indelible clause, the inviolability of the right to freely express ideas, and thus to the freedom to communicate them. That is why, when handling Social Communication, the Constitution did not save words in stating that information and the creation ‘in any form, process or vehicle’ would not suffer ‘any restriction’ in addition to those set out exhaustively. By the way, dissatisfied with the pronoun hitherto used [’any’], the Constitution insisted that ‘no law’ would embarrass the ‘full’ freedom of press’ in any social communication vehicle (...)”.

Founded by Manuel Alceu Affonso Ferreira, then in partnership with Professor José Frederico Marques, **Affonso Ferreira Advogados** is controlled by the first.

Throughout the years, the firm specialized in litigation in the sectors of Civil Law, Corporate Law (Private Law), Constitutional, Administrative and Electoral.

The operation sphere of **Affonso Ferreira Advogados** has greater visibility in the areas of civil liability, family and probate, companies, mediation, commercial concession of vehicles and bidding. The customer service is provided in a personalized and individual manner, by which its members, experienced lawyers, have direct contact with the customer and with the Judiciary: drawing up specific pleadings and petitions; holding hearings and oral arguments; and monitoring of trials by a panel of judges in various Courts of the Federation, including the Higher Courts.

The firm’s track-record shows a large number of lawsuits, including complex contractual and entrepreneurial disputes and, especially, battles linked to the Right of the Media (mainstream media, telecommunications and Internet), particularly defending the constitutional guarantee of freedom of information and expression.

As for the freedom of expression and the right to information, the law firm **Affonso Ferreira Advogados** has, in its holder, a staunch defender.

In Manuel Alceu’s words:

“The 1988 constituent decided to establish, in indelible clause, the inviolability of the right to freely express ideas, and thus to the freedom to communicate them. That is why, when handling Social Communication, the Constitution did not save words in stating that information and the creation ‘in any form, process or vehicle’ would not suffer ‘any restriction’ in addition to those set out exhaustively. By the way, dissatisfied with the pronoun hitherto used [’any’], the Constitution insisted that ‘no law’ would embarrass the ‘full’ freedom of press’ in any social communication vehicle (...)”.

AFMS Attorney & Counselor at Law

Ao concluir a graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2010, **Ana Flávia Magno Sandoval** lançou-se à prática da advocacia no escritório Sandoval Filho Sociedade de Advogados, atuando principalmente em causas trabalhistas, previdenciárias e constitucionais. Não descuidou, tampouco, da atuação acadêmica: cursou especialização em Direito Tributário: Uma Visão Constitucional na mesma PUC-SP e assinou muitos artigos e trabalhos na mídia especializada, participando ativamente dos debates jurídicos em relevo na sociedade.

Teve oportunidade, ainda, de dedicar-se à organização de eventos jurídicos de peso – seminários, palestras e cursos voltados à atualização e aprimoramento dos advogados integrantes do escritório.

De toda essa experiência surgiu a ideia, concretizada no final de 2014, de capitanear o próprio escritório. Nascia assim **AFMS Attorney & Counselor at Law**, escritório arrojado, organizado sob as modernas tendências da governança corporativa, em que as diferentes vivências da fundadora estão voltadas à prestação de informação jurídica célere, calcada no mais profundo conhecimento jurídico.

Dra. Ana Flávia Magno Sandoval

Oferece uma visão global sobre as instituições de âmbito nacional e internacional, nas mais diversas áreas do Direito

Vislumbrando uma carência informativa por parte da população brasileira em relação a assuntos jurídicos, **AFMS Attorney & Counselor at Law** abre suas portas para receber cidadãos que queiram esclarecimentos sobre a Constituição Federal, leis, atos normativos, instruções normativas, súmulas vinculantes, julgamentos, decisões jurídicas e políticas que acarretem consequências à sociedade. Assim, tem como missão informar a população e prestar esclarecimentos de cunho jurídico sobre casos particulares, nas mais diversas áreas do Direito. O escritório ingressa com ações judiciais e também prepara defesas. Elabora estudos e pareceres em português e inglês. Todos os serviços são desenvolvidos empregando os conceitos de confiança e exclusividade.

AFMS Attorney & Counselor at Law oferece uma visão global sobre as instituições de âmbito nacional e internacional, nas mais diversas áreas do Direito: Direito Constitucional – Direitos Humanos – Direito Internacional – Direito Previdenciário – Direito do Trabalho – Direito Civil – Direito Comercial – Direito Tributário – *Fashion Law*.

Inscrita na OAB-SP sob o nº 305.258, Ana Flávia Magno Sandoval é membro da Associação dos Advogados de São Paulo.

O escritório **AFMS Attorney & Counselor at Law** conta hoje com uma unidade, localizada no bairro Jardim Europa, na cidade de São Paulo. Todas as atuações da banca têm como característica o viés de proteção dos Direitos Humanos no Brasil.

A inauguração do escritório ocorrida em setembro de 2014 teve a presença do ex-Ministro da Justiça Dr. José Gregori, que presenteou o escritório com a obra "Direitos Humanos no Cotidiano", com prefácio de Fernando Henrique Cardoso, uma das primeiras obras a compor a biblioteca jurídica do escritório.

Também compõem a biblioteca jurídica, dentre outras grandes obras jurídicas e doutrinárias, as três monografias desenvolvidas pela fundadora do escritório, sob os títulos: "O Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos", "O inadimplemento dos precatórios alimentares: violação aos Direitos Humanos" e "A compensação tributária como forma de liquidação da dívida de precatórios de natureza não alimentar".

O modelo de funcionamento do escritório está organizado sob a forma de consultas com hora marcada e contratos de prestação de serviços de assessoria jurídica; o desenvolvimento de teses jurídicas para ajuizamento de ações judiciais e/ou defesas processuais são contratados à parte.

O projeto arquitetônico da sede do escritório foi planejado e desenvolvido pelo arquiteto João Armentano. A estrutura conta com uma sala de espera planejada pelo arquiteto visando ao maior conforto dos clientes. Nas paredes da sala ficam expostos os trinta certificados de formação jurídica e acadêmica da Drª Ana Flávia Magno Sandoval, conquistados ao longo dos últimos anos e formadores dos pilares ideológicos do escritório **AFMS Attorney & Counselor at Law**.

Visando uma maior proximidade aos clientes, o escritório mantém um website informativo: **www.afmsatlaw.com.br** com informações básicas institucionais e suas áreas de atuação, que é atualizado diariamente com as mais recentes notícias do âmbito jurídico, relacionadas às áreas de atuação oferecidas, além de artigos jurídicos redigidos pelos profissionais do **AFMS Attorney & Counselor at Law**.

Dentre os assuntos já tratados pela banca desde o início de suas atividades estão:

- •Elaboração de Inventários;
- •Cartel e concorrência desleal;
- •Lei de Diretrizes orçamentárias;
- •Estruturação de Fundos de Investimentos;
- •Tipos Contratuais utilizados em website de *e-commerces;*
- •Marco Civil da Internet;
- •Registro de Marcas e Patentes;
- •Litigância de Má fé de empregados na Justiça do Trabalho;
- •Trabalho escravo;
- •Desconsideração da Personalidade Jurídica;
- •Contratos de Franquia;
- •Terceirização do Trabalho;
- •Constitucionalidade de Execuções Fiscais.

Além da atuação jurídica, o escritório também oferece o serviço de desenvolvimento de eventos jurídicos, corporativos e sociais, incluindo além do planejamento, organização estrutural e *mailing*, o desenvolvimento de conteúdo para exposições, que podem ser realizadas pelos profissionais do **AFMS Attorney & Counselor at Law** ou terceiros sob treinamento.

AFMS Attorney & Counselor at Law

Offers an overview on national and international institutions on several areas of Law

After completing the Law program at *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo* in 2010, **Ana Flávia Magno Sandoval** began practicing law at Sandoval Filho Sociedade de Advogados, working mainly with labor, social security and constitutional cases. She has not overlooked the academic field either: at the same institution, PUC-SP, she has taken a specialization course in Tax Law: A Constitutional View and has signed several articles and papers in the specialized media, actively participating in society's major legal debates.

She has even had the opportunity to engage in the organization of important legal events – seminars, lectures and courses focused on updating and improving the firm's lawyers.

From all this experience emerged the idea of leading her own law firm, an idea which came true by the end of 2014. Thus **AFMS Attorney & Counselor at Law** was born, a progressive law firm organized under modern corporate governance trends, in which the varied experiences of its founder are aimed at providing legal information fast, based on the deepest legal knowledge.

Contemplating a lack of information on the part of the Brazilian population about legal matters, **AFMS Attorney & Counselor at Law** opens its doors to receive citizens who want clarifications on the federal constitution, laws, normative acts, normative instructions, binding precedents, judgments, legal decisions and policies that bring consequences to society. Therefore, its mission is to inform the population and provide legal clarifications on specific cases, on the most diverse areas of law. The firm files lawsuits and prepares defenses as well. Prepares studies and opinions in Portuguese and English. Every service is developed applying the concepts of trust and exclusivity.

AFMS Attorney & Counselor at Law offers an overview on national and international institutions on several areas of Law: Constitutional – Law Human Rights – International Law – Social Security Law – Labor Law – Civil Law – Commercial Law – Tax Law – Fashion Law.

Registered at OAB-SP under no. 305.258, Ana Flávia Magno Sandoval is a member of Associação dos Advogados de São Paulo.

Today, the law firm **AFMS Attorney & Counselor at Law** has one unit located at Jardim Europa, in the city of São Paulo. The firm's practices have all been characterized by the nature of Human Rights protection in Brazil.

The firm's grand opening that took place in September 2014 was attended by Mr. José Gregori, former Ministry of Justice, who presented the firm with the literary work "*Direitos Humanos no Cotidiano*", with preface by Fernando Henrique Cardoso, one of the first to compose the firm's legal library.

Also included in the legal library, among other major legal and doctrinaire works, are the three theses written by the firm's founder with the titles: "*O Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos*", "*O inadimplemento dos precatórios alimentares: violação aos Direitos Humanos*" and "*A compensação tributária como forma de liquidação da dívida de precatórios de natureza não alimentar*".

The operating model of the firm is organized as scheduled appointments and contracts for providing legal counsel services; the development of legal theses for filing lawsuits and/or procedural defenses is hired separately.

The architectural design of the firm's main office was planned and developed by the architect João Armentano. The structure has a waiting room designed by the architect aiming at the greater comfort of clients. In its walls the thirty legal and academic certificates of Mrs. Ana Flávia Magno Sandoval are displayed, all of them achieved over the past years, forming the ideological pillars of **AFMS Attorney & Counselor at Law**.

Intending to be closer to clients, the firm has an informative website: **www.afmsatlaw.com.br** with institutional basic information and its areas of practice, which is updated daily with the latest news from the legal scope regarding the areas of practice offered, as well as legal articles written by **AFMS Attorney & Counselor at Law** professionals.

The matters the firm has already addressed since its beginning include:

- •Preparation of probates;
- •Cartel and Unfair Competition;
- •Budgetary Guidelines Act;
- •Investment Fund Structuring;
- •Contractual types used in *e-commerce* websites;
- •Brazilian Civil Rights Framework for the Internet;
- •Trademark and Patent Registration;
- •Litigation of employees in bad faith at labor courts;
- •Slave Labor;
- •Piercing the Corporate Veil;
- •Franchising agreements;
- •Outsourcing;
- •Constitutionality of tax foreclosures.

In addition to legal practice, the firm also provides services in developing legal, corporate and social events, including not only the planning, structure organization and *mailing*, but also content development for exhibitions, which can be carried out by **AFMS Attorney & Counselor at Law** professionals or third parties under training.

André Ramos Tavares Consultoria Jurídica

André Ramos Tavares Consultoria Jurídica foi concebida para responder prontamente à demanda nacional pela verticalização do conhecimento, criatividade, sofisticação e elevado rigor na atividade consultiva em Direito.

A estruturação desse perfil específico da Advocacia, com dedicação exclusivo-diferenciada é o resultado de uma longa história de sucesso. Desenvolveu-se por iniciativa do Professor André Ramos Tavares a partir de sua experiência profissional e das perspectivas emergentes de sua atuação como estudioso, pesquisador e conferencista de reconhecimento internacional no meio acadêmico, na Advocacia e no âmbito do Poder Judiciário, nacional, internacional (Corte Interamericana de Direitos Humanos) e de Estados estrangeiros.

A Consultoria prima por serviços personalizados em assuntos de envergadura nacional e internacional ou de forte impacto social, construindo soluções, caminhos jurídicos e estratégias a partir da situação concreta, não só do consulente individualizado, mas também do momento histórico e contextos econômico, jurídico e institucional das demandas. Os serviços são concebidos com detalhamento, contextualização estratégica e minucioso acompanhamento. Entre as atividades consultivas destacam-se a elaboração de pareceres e opiniões jurídicas, o acompanhamento técnico pré-legislativo e, ainda, a atuação direta em ações constitucionais no STF.

(esq»dir)

Dr. Thiago Lopes Matsushita, Dr. Antonio Paulo de Mattos Donadelli, Dra. Maitê Cecília Fabbri Moro, Dr. André Ramos Tavares

A habilidade de criar abordagens originais com extremo rigor jurídico, especialmente para a solução de questões ainda não consolidadas na prática jurídica nacional

Ao longo da bem-sucedida trajetória profissional, o escritório se deparou com as mais pulsantes e contemporâneas temáticas de Direito Constitucional, Eleitoral e Econômico, incluindo Direito da Infraestrutura, do Petróleo, Desportivo, Minerário e da Propriedade Intelectual, bem como do segmento econômico constitucional referente ao Direito Administrativo e Tributário. Com esse acúmulo de saberes foi desenvolvida e aprimorada a habilidade de criar abordagens originais com extremo rigor jurídico, especialmente para a solução de questões ainda não consolidadas na prática jurídica nacional.

PERFIL DOS SÓCIOS

André Ramos Tavares, advogado com mais de 20 anos de experiência como consultor em Direito Público. A excelência profissional na construção de soluções ao mesmo tempo inovadoras e juridicamente adequadas é reconhecida nos mais variados segmentos, pelas maiores e mais respeitadas bancas de advocacia, por parcela das maiores empresas, bem como pelas mais atuantes e representativas associações, sindicatos e entidades de classe nacionais.

É consagrado autor de obras jurídicas, com mais de 20 livros publicados e trabalhos internacionais com repercussão na doutrina estrangeira. Foi agraciado com Prêmio Jabuti em 2007 pela obra *Fronteiras da Hermenêutica Constitucional*.

É Professor Titular do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da USP. É docente da PUC-SP, onde se graduou como melhor aluno de todas as turmas formadas em 1994, tendo sido laureado com o Prêmio Professor Antônio de Queiroz Filho. Ainda na PUC-SP concluiu seu Mestrado e Doutorado, além de ter sido Pró-Reitor de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (2008-2012).

Sua carreira acadêmica tem uma sólida construção internacional. Em 2012 foi convidado pela prestigiada Universidade de Bologna, Itália, para ministrar aulas na qualidade de Professor Visitante, mesmo ano no qual lecionou como Professor convidado na Universidade Estatal de São Petersburgo, Rússia. Desde 2008 integra o corpo docente do Programa de Doutorado em Direito Público da Universidade de Bari, na Itália, e diversos conselhos científicos de pesquisa e publicações. No ano de 2006 recebeu honrosos convites, tendo sido Professor visitante na Cardozo Schoolof Law (NY – EUA) e na Universidade de Cracóvia (Polônia), dentre outras.

É fundador do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais, tendo sido seu primeiro presidente. Inaugurou a *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, a mais ativa e respeitada da área, sendo seu coordenador direto desde a fundação, em 2007. Eleito em 2013, é atualmente o Presidente da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional, com sede em Curitiba.

No âmbito do Poder Público, conta também com grande experiência, tendo sido Procurador Municipal concursado em 1999. Em 2010 foi eleito pelos Ministros do TSE, em sessão plenária, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral Nacional – TSE, para o biênio 2010-2012, tendo sido o único advogado na história da escola a receber essa atribuição honorífica. Atualmente preside o Conselho Consultivo da Presidência do CNJ.

Maitê Cecília Fabbri Moro, advogada, formada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1995. Mestra e Doutora em Direito pela PUC-SP. Foi *Visiting Scholar* da Fordham University em Nova Iorque. É Professora-Pesquisadora do Programa de Mestrado da Uninove-SP. Tem vasta experiência como consultora, elaborando pareceres jurídicos, *legal opinions* e estratégias de proteção de bens de propriedade intelectual, bem como atuando como perita judicial na área de propriedade intelectual.

Thiago Lopes Matsushita, é professor da PUC-SP, onde concluiu seu Mestrado e Doutorado em Direito, e onde é vice-coordenador da Graduação em Direito. Foi membro Titular do CTC-ES da CAPES/Ministério da Educação (2008 a 2011).

Antonio Paulo de Mattos Donadelli, advogado formado pela PUC-SP em 2004. Especialista em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional, mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

André Ramos Tavares Consultoria Jurídica

The ability to create original approaches with sound legal certainty, particularly for issues with non consolidated legal solutions

André Ramos Tavares Consultoria Jurídica was conceived to promptly respond to the national demand for deeper knowledge, creativity, refinement and unfailing accuracy in legal consultation.

Professor André Ramos Tavares pioneered and nurtured this unique form of consultancy drawing on his vast experience as legal scholar, researcher and internationally recognized lecturer while acting in domestic, foreign as well as International Courts (Inter-American Court for Human Rights).

The Consultancy strives to provide tailor made services for domestic and international issues with emphasis on those with significant social impact. Solutions are elaborated through the unique weaving of the core problem with legal material, economic considerations, cultural and institutional aspects. The diligently monitored solutions are designed with a careful eye on strategy with Legal Opinions, direct action in the Federal Supreme Court and technical legislative bill monitoring all standing out among the many legal consultancy offered by the firm.

Throughout it's extensive and successful journey, the law firm has dealt with the leading cases in constitutional, electoral and economic law, including Infrastructure, Oil, Sports, Mining, Intellectual property, as well as the constitutional and economic aspects of administrative and tax laws. This consolidation of knowledge has led to the unique ability to craft original approaches with sound legal certainty, particularly with issues in which consolidated judicial decisions have not yet been formed.

PARTNERS' PROFILE

André Ramos Tavares is a lawyer with over 20 years experience as a Public Law advisor and has achieved professional recognition from the largest and most respected law firms as well as representative associations, trade unions, prominent companies, domestic and international professional associations for building solutions that are innovative and legally sound.

André Ramos Tavares is a renowned author of legal works, with over 20 published books and international papers with impact on the opinion of foreign scholars. He has been awarded the Prêmio Jabuti in 2007 for his *Fronteiras da Hermenêutica Constitucional*.

André Ramos Tavares is a Full Professor of the Department of Economic, Financial and Tax Law at the Largo de São Francisco Law School of The University of São Paulo. He is a Professor at PUC-SP, where he graduated as Valedictorian of all 1994 classes and was awarded the Prêmio Professor Antônio de Queiroz Filho. He concluded his Masters and Doctorate degrees while still at PUC, in addition to holding the position of Provost of the *Stricto Sensu* in the Post- Graduate programs (2008-2012).

His academic career has a strong international base. In 2012 he was invited to the prestigious University of Bologna, Italy as Visiting Professor, in addition to Visiting Professor at the Saint Petersburg State University, in Russia. Since 2008 he has been a member of the faculty of the Doctorate Program in Public Law of The University of Bari, Italy and of several scientific councils of research and law reviews. In 2006 he was invited as Visiting Professor at Cardozo School of Law (NY – USA) and the University of Krakow (Poland), among others.

He is the founder and first president of the Brazilian Institute of Constitutional Studies. He launched the most circulated and respected publication The Brazilian Constitutional Law Studies Review and has been its coordinator since its conception in 2007. Elected in 2013, he is currently President of the Brazilian Association of Constitutional Procedural Law in Curitiba.

Within the Government, André Ramos Tavares also has vast experience and was a District Attorney in 1999. In 2010 he was elected by the full court of The Superior Electoral Court – TSE, as The Director of the National Electoral Judicial School – TSE for 2010-2012, being the only lawyer in history to receive this honorable position. He currently heads the Advisory Council of the Presidency of The National Council of Justice – CNJ.

Maitê Cecília Fabbri Moro, legal advisor, graduated from The Universidade Federal do Paraná (UFPR) in 1995. She holds a Masters of Laws and a J.D. from PUC-SP. She has been Visiting Scholar at Fordham University, in New York. Maitê is a Professor of the Masters Program at Uninove-SP. She has extensive experience as a consultant, preparing legal opinions and intellectual property protection strategies, as well as acting as a court expert in the field of intellectual property.

Thiago Lopes Matsushita, is a Professor at PUC-SP, where he earned his Masters and J.D. and where he is currently vice-coordinator of the Law School. Thiago was a full member of The Scientific Council of CAPES/Ministry of Education (2008 to 2011).

Antonio Paulo de Mattos Donadelli, graduated in Law from PUC-SP in 2004. He holds a post-graduate degree in Constitutional Law from The Escola Superior de Direito Constitucional and a Masters of Political and Economic Law from Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Approbato Machado Advogados

Fundado em 1956, **Approbato Machado Advogados** encaixa-se perfeitamente no binômio tradição e modernidade. Com sólidas raízes na história da advocacia paulista e perfeita inserção nos altos padrões de trabalho atual, o escritório ostenta prerrogativa de poucos, reunindo o melhor de dois mundos.

Conhecidíssimo nome da advocacia, ex-presidente da OAB-SP e do Conselho Federal, **Rubens Approbato Machado** fundou o escritório em uma época em que os advogados tinham o privilégio de aprender a trabalhar com colegas mais experientes, que mesmo na posição de *ex adversos*, não se furtavam à solidariedade com os iniciantes:

"O advogado experiente preferia enfrentar um colega que entendesse de processo."

Dessa época, aliás, vem o carinhoso nome de "família forense" ao grupo formado por juízes, promotores, advogados e funcionários dos fóruns, irmanados pelo amor à Justiça. É com muito orgulho profissional que dr. Rubens conta ser atualmente o "decano da família forense paulista", por ter iniciado a carreira como funcionário do 8º Ofício da Família e Sucessões da comarca de São Paulo nos idos de 1949.

Hoje, com uma equipe altamente dinâmica, participativa nos órgãos de classe e constantemente atualizada, **Approbato Machado Advogados** tem estado na linha de frente de um novo modelo de advocacia, em que o trabalho em rede é a nova face da solidariedade entre colegas, e que temas intrincados como bioética fazem parte do cotidiano profissional.

(esq»dir)

Dr. Luiz Antonio Caldeira Miretti, Dra. Márcia Regina Approbato Machado Melaré, Dr. Rubens Approbato Machado, Dra. Lídia Valério Marzagão, Dr. Carlos Carmelo Balaró

Approbato Machado Advogados

Um escritório moderno, respeitado nos tribunais pelo bom nome construído

Dentro desse novo contexto, o trabalho mediante parcerias com outros escritórios, sobretudo do interior paulista, é hoje uma das tônicas da banca.

"À frente da presidência da Ordem, viajei por todo o Estado. Tive a alegria de descobrir a seriedade do trabalho de muitos advogados, verdadeiramente dedicados aos clientes. E como fruto desse conhecimento, hoje o escritório é constantemente procurado para representá-los perante o TJ/SP, o que temos feito de maneira muito exitosa. Em uma sustentação oral, no momento de apresentação de um recurso, é possível selecionar os melhores argumentos e destacá-los para os julgadores, chamar atenção para os pontos mais importantes, enfim, trabalhar os elementos do processo de maneira estratégica e assim colher grande sucesso".

Localizado na Avenida Paulista, cartão postal da cidade, **Approbato Machado Advogados** é um autêntico escritório de Direito Empresarial, especializado nas áreas de Direito Administrativo, Médico, Contratual, Tributário, Falimentar e do Trabalho.

Ser empresário, no Brasil, pressupõe lidar com inúmeras questões de Direito Administrativo, seara em que a sócia **Lídia Valério Marzagão** é *expert*, prestando assessoria em processos de licitação em todas as modalidades, além da execução de contratos, PPPs, concessões, defesas perante tribunais de contas, controladorias e agências reguladoras.

Outra área de importante atuação da profissional, há mais de 25 anos, e outro grande diferencial do escritório, é a do Direito Médico, Odontológico e da Saúde, com singular conhecimento das normas Éticas e da doutrina da responsabilidade civil, com enfoque na esfera administrativa junto ao CREMESP e Órgãos de Classe.

E por falar em conhecimentos específicos, as novas áreas do Biodireito e da Bioética estão dentre as especialidades de outra sócia, a conselheira federal da OAB **Márcia Machado Melaré**, que também trabalha com tributário, cível e comercial.

"Trata-se de debates que envolvem, de um lado, valores filosóficos, éticos e morais do indivíduo, e de outro, elementos de ordem científica. Esses valores, colocados frente a frente, impõem discussões que alcançam as esferas mais elevadas dos dogmas, das crenças e dos preceitos sobre vida e morte. São verdadeiramente apaixonantes, e demandam um olhar acurado do jurista, em nome da dignidade da pessoa humana."

Pela hábil regulação do Direito Falimentar passa o bom encaminhamento dos problemas econômicos do país. Por essa razão, ao lado do Direito Tributário, essa é outra seara em que o escritório se destaca. Sob o comando do advogado **Luiz Antonio Caldeira Miretti**, professor de Direito Falimentar do curso de pós-graduação da FADISP, presidente da Comissão de Estudos de Recuperação Judicial e Falência da OAB-SP desde 2011, ex-juiz do TIT, **Approbato Machado Advogados** oferece atendimento dedicado às empresas em processo de Recuperação Judicial.

Merece relevo o atendimento cuidadoso e individualizado exercido pelo departamento de Direito do Trabalho, que tem à frente o sócio **Carlos Carmelo Balaró**, professor de prática de Processo do Trabalho na ESA OAB-SP, ex-conselheiro da AASP e membro designado pela OAB-SP para a Comissão de Concurso Público da Magistratura do Trabalho da 2ª Região. Destoando da praxe, que costuma relegar as demandas trabalhistas a segundo plano, em **Approbato Machado Advogados** cada reclamação trabalhista recebe defesa minuciosamente pensada. Os resultados, é claro, são proporcionais ao esforço desprendido: é altíssimo o percentual de êxito das empresas, em uma seara sabidamente favorável ao reclamante.

E para que o atendimento aos clientes seja realmente completo, **Approbato Machado Advogados** proporciona atendimento em Direito de Família. Uma das áreas mais afetadas pela Constituição de 1988, esse campo reserva hoje ao advogado um grande papel, pois muitas das novas situações enfrentadas não estão legisladas.

Prestes a completar seis décadas de trabalho, **Approbato Machado Advogados** é um escritório moderno, respeitado nos tribunais pelo bom nome construído.

A modern law firm, respected in the courts for the good name built

Founded in 1956, **Approbato Machado Advogados** fits perfectly in the binomial tradition and modernity. With solid roots in the history of the advocacy of São Paulo and perfect integration with the high standards of current work, the firm flaunts advantages of a few, bringing together the best of both worlds.

Well recognized name of the law sector, former chairman of the OAB-SP and the Federal Council, **Rubens Approbato Machado** founded the firm at a time when lawyers had the privilege of learning to work with more experienced colleagues who, even in the *ex adverso* position, would not skip the solidarity with beginners:

"An experienced lawyer would rather face a colleague who understands process."

By the way, it is from this time that the affectionate name of "forensic family" – given to judges, attorneys, lawyers and court employees connected by their love to Justice - comes from. With lots of professional pride, Mr. Approbato Machado says he is currently the "doyen of the Sao Paulo forensic family", since he started his career as an employee at the 8th Office of Family and Successions of the Sao Paulo region in early 1949.

Nowadays, with a highly dynamic team, participative in professional bodies and constantly updated, **Approbato Machado Advogados** has been at the forefront of a new advocacy model, in which networking is the new face of solidarity among colleagues, and in which intricate topics, such as bioethics, are part of their daily routine.

Within this new context, work through partnerships with other law firms, especially in the inland of Sao Paulo, is now one of the firm's keynotes.

"Ahead of the presidency of the Bar, I have traveled across the State. I had the joy of discovering the seriousness of several lawyers' work, truly devoted to their clients. And as a result of this knowledge, today the firm is constantly sought to represent them before the TJ/SP, something we have been doing in a very successful way. In an oral argument, at the time of submitting an appeal, one can select the best arguments and highlight them to the judges, draw attention to the most important points, and finally work the process elements in a strategic way, thereby reaping great success".

Located on Avenida Paulista, postcard of the city, **Approbato Machado Advogados** is an authentic business law firm, specializing in the areas of Administrative, Medical, Contracts, Tax, Bankruptcy and Labor Law.

Being an entrepreneur in Brazil requires dealing with many issues of Administrative Law, area in which partner **Lídia Valério Marzagão** is expert in, advising on bidding processes in all forms, in addition to contracts, PPPs, concessions, defenses before accounting courts, comptroller and regulatory agencies.

Another important area of professional activity, for more than 25 years, and another large differential of the firm is the Medical, Dental and Health Law with unique expertise of the Ethical standards and the principle of liability, focusing on the administrative level at CREMESP and Professional Bodies.

And speaking of specific expertise, new areas of Biolaw and Bioethics are among the specialties of another partner, the federal director of OAB **Márcia Machado Melaré**, who also works with tax, civil and commercial.

"These are debates involving, on the one hand, philosophical, ethical and moral values of the individual and, on the other, elements of scientific nature. These values, placed face to face, impose discussions that reach the higher spheres of dogmas, beliefs and principles about life and death. They are truly exciting, and demand an accurate look from the lawyer on behalf of the dignity of the human person".

The good direction of the country's economic problems passes through skillful regulation of insolvency law. For this reason, beside Tax Law, that's another area the firm stands out. Under the command of lawyer **Luiz Antonio Caldeira Miretti**, professor at the Bankruptcy Law graduation course of FADISP, chairman of the Reorganization and Bankruptcy Studies Commission of OAB-SP since 2011, former judge of the TIT, **Approbato Machado Advogados** offers dedicated service to companies in reorganization process.

Attention is drawn to the careful and individualized service provided by the Labor Law Department, which is headed by partner **Carlos Carmelo Balaró**, professor of Labor Procedure Practice at ESA OAB-SP, former director of AASP and member appointed by the OAB-SP for the Public Tender Committee of Labor Judges of the 2nd Region. Diverging of practice, which often relegates labor demands to the background, at **Approbato Machado Advogados** each labor claim receives thoroughly thought defense. The results, of course, are proportional to the released effort: the percentage of successful companies is very high, in an area known favorable to the claimant.

And, so customer service is really complete, **Approbato Machado Advogados** provides service in family law. One of the areas most affected by the 1988 Constitution, this field offers lawyers a big role today because many of the new situations faced are not legislated.

After almost six decades of work, **Approbato Machado Advogados** is a modern law firm, respected in the courts for the good name built.

Argos Gregorio Advogados

Fundada em 5 de Setembro de 2001 pelos advogados Argos Gregorio e Luiz Castelo Branco, a sociedade **Argos Gregorio Advogados** constituiu-se originalmente como **Magno Gregorio e Castelo Branco – Advocacia e Consultoria Jurídica S/C**, fixando sua sede em São Paulo, junto ao bairro de Higienópolis.

Dr. Argos Gregorio

Argos Gregorio Advogados

Sob a gestão direta de seu titular Argos Gregorio, o escritório goza do respeito e sente-se honrado em ser colaborador e parceiro dos interesses dos principais nomes dos setores de energia elétrica, telecomunicações, saúde, alimentos e medicamentos, concessionários de portos e aeroportos, transportadoras e concessionárias de transportes e empresas de petróleo e mineração.

Questões tributárias e administrativas de alta complexidade: esse é o desafio diário dos profissionais comprometidos com o escritório **Argos Gregorio Advogados**. Seus profissionais e parceiros têm por notória especialização o Direito Público, com destacada atuação no Direito Tributário e Penal Tributário (Contencioso, Preventivo e Consultivo) e no Direito Administrativo (Licitações, PPPs e Contratos com a Administração).

Merece igual destaque a atuação do escritório junto à área de infraestrutura, mediando e otimizando o relacionamento de seus clientes com as Agências Reguladoras Federais, especialmente ANEEL, ANATEL, ANVISA, ANTAQ, ANAC, ANTT, ANP e ANS.

Sob a gestão direta de seu titular Argos Gregorio, o escritório goza do respeito e sente-se honrado em ser colaborador e parceiro dos interesses dos principais nomes dos setores de energia elétrica, telecomunicações, saúde, alimentos e medicamentos, concessionários de portos e aeroportos, transportadoras e concessionárias de transportes e empresas de petróleo e mineração.

O altíssimo índice de êxito de suas intervenções na defesa dos interesses de seus clientes não é tão somente fruto do trabalho individual de seu titular e da excelência de sua equipe, mas, ao contrário, do compartilhamento das ações entre o escritório **Argos Gregorio Advogados** e as maiores bancas de advogados do país. Para cada tema específico, uma solução específica, um profissional específico, um especialista recomendado. O generalismo dá lugar à advocacia sob medida. A competição dá lugar à parceria. A mera expectativa de sucesso dá lugar ao resultado concreto e à satisfação dos interesses de seus clientes.

Não só atendendo empresas privadas nacionais e multinacionais estrangeiras, o escritório é também demandado por empresas públicas, concessionárias e entes governamentais, em verdadeiro reconhecimento à excelência e ao preparo dos profissionais com ele comprometidos.

O escritório **Argos Gregorio Advogados** hoje mantém a sua sede operacional no estratégico bairro dos Jardins, em São Paulo; além do recém-inaugurado gabinete em Alphaville, junto ao Edifício Brascan Century Plaza, um dos mais modernos da Região.

Com atuação em Brasília e nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Maranhão, Piauí, Ceará e Sergipe, **Argos Gregorio Advogados** vem renovando a confiança de seus clientes e parceiros ao longo de seus 14 anos de existência, por meio da prestação de uma advocacia baseada na ética, na objetividade, na eficiência e no compromisso com o resultado. Não por outro motivo, **Argos Gregorio Advogados** ganha cada vez mais destaque no cenário jurídico nacional.

Under the direct management of its holder Argos Gregorio, the firm enjoys the respect and feels honored to collaborate and partner with the interests of major names in the industries of energy, telecommunications, health care, food and drugs, ports and airports concessionaires, airlines and concessionaires for transport and oil and mining companies.

Founded on September 5, 2001 by lawyers Argos Gregorio and Luiz Castelo Branco, law firm **Argos Gregorio Advogados** was originally born as Magno Gregorio and Castelo Branco – Advocacia e Consultoria Jurídica S/C, establishing its headquarters in Sao Paulo in the district of Higienopolis.

Tax and administrative issues of high complexity: this is the daily challenge of the professionals committed with **Argos Gregorio Advogados**. Their professionals and partners are renowned for their specialization in Public Law, with prominent acting in Tax Law and Criminal Tax Law (Litigation, Preventive and Advisory) and Administrative Law (Bidding, PPPs and Contracts with the Government).

Likewise, the firm's operation before the infrastructure area stands out in mediating and optimizing the relationship of their clients and Federal Regulatory agencies, especially ANEEL, ANATEL, ANVISA, ANTAQ, ANAC, ANTT, ANP and ANS.

Under the direct management of its holder Argos Gregorio, the firm enjoys the respect and feels honored to collaborate and partner with the interests of major names in the industries of energy, telecommunications, health care, food and drugs, ports and airports concessionaires, airlines and concessionaires for transport and oil and mining companies.

The extremely high level of success of their interventions in defense of the clients' interests is not only because of individual work of the firm's holder and the excellence of his team, but also due to the sharing of actions between the law firm **Argos Gregorio Advogados** and the largest firms of the country For each specific topic a specific solution, a specific professional, and a recommended specialist. Generality gives place to a tailor-made law practice. Competition gives rise to partnership. The mere expectation of success gives rise to concrete result and to the satisfaction of their clients' interests.

Besides national and multinational private companies, the firm is also requested by public companies, concessionaires and governmental agencies, truly recognized for their excellence and training of professionals committed to them.

Today, the headquarters of **Argos Gregorio Advogados** are located in the strategic district of Jardins in Sao Paulo; in addition to the newly opened office in Alphaville, next to Edifício Brascan Century Plaza, one of the most modern in the region.

Operating in Brasilia and in the states of São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Maranhão, Piauí, Ceará and Sergipe, **Argos Gregorio Advogados** are renewing the trust of their clients and partners over 14 years of existence through the provision of an advocacy based on ethics, objectivity, efficiency and commitment to results. There is no other reason **Argos Gregorio Advogados** is increasingly gaining prominence in national scenario.

Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados

Fundado em 1997 na capital paranaense, o escritório **Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados** surgiu da determinação do seu sócio fundador, Marlus H. Arns de Oliveira. Um ano mais tarde, junta-se a ele a sócia Fernanda Andreazza, compartilhando os mesmos ideais e objetivos, em uma parceria que perdura até os dias atuais. Ao longo dos anos, outros profissionais foram agregados à sociedade, todos movidos por um mesmo sentimento de equipe, na entrega de resultados efetivos para seus clientes.

O escritório é um centro de encorajamento de novas ideias, de criatividade e inovação constantes. Um lugar no qual os desafios e sonhos de cada cliente em particular são tratados com cuidado e seriedade, onde seus profissionais trabalham em cada caso com dedicação especial e foco na geração de resultados jurídicos eficientes.

Em pé (esq»dir)

Dra. Mariana Michelotto, Dra. Mariana Seleme, Dr. André Donadio, Dra. Valéria Teixeira, Dr. Gilson Goulart Jr., Dra. Rosa Carolina Oliveira, Dr. Luiz Roberto Juraski Lino

Sentados (esq»dir)

Dr. Lucas Linzmayer Otsuka, Dr. Marlus Arns de Oliveira, Dr. Fernanda Andreazza

Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados

"Somos pessoas apaixonadas por resolver problemas e gerar resultados. Compartilhamos os desafios e sonhos de nossos clientes."

Em quase duas décadas de existência, o escritório **Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados** cresceu, tornando-se referência no âmbito do **Direito Penal Econômico** e **Direito do Terceiro Setor**.

Com forte atuação no Direito Penal Econômico, o escritório especializou-se em defender e acompanhar pessoas jurídicas e pessoas físicas em investigações criminais e ações penais no âmbito das Justiças Estadual e Federal, bem como em prestar assistência consultiva e preventiva às empresas por meio de *compliance*.

No Terceiro Setor o escritório é referência no assessoramento, qualificação e busca de soluções jurídicas e corporativas para as instituições sem finalidade lucrativa. Além disso, mantém parcerias com instituições que fomentam o empreendedorismo social.

Para atender a crescente demanda de seus clientes, vem ampliando sua área de atuação, prestando serviços nas áreas do direito do trabalho, direito tributário, direito administrativo, direito civil, direito ambiental, direito do consumidor, responsabilidade civil médico-hospitalar e soluções corporativas. A advocacia é exercida em todas as esferas judiciais e administrativas, sendo que sua experiência não se limita ao contencioso, abrangendo a assessoria consultiva, preventiva e de intermediação de conflitos, com amparo em bases éticas e seguras.

O escritório **Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados**, por sua experiência na prática jurídica, também atua no âmbito acadêmico, patrocinando e participando de eventos nacionais e internacionais, ministrando palestras e produzindo publicações de qualidade como artigos e livros.

Num mundo em crescente transformação, em meio a desafios tecnológicos e de mercado, o escritório investe em infraestrutura e principalmente em sua equipe, motivando seus talentos e habilidades na busca de resultados diferenciados e inovadores. Para isso, promove grupos de estudo quinzenais, do qual participam tanto advogados quanto estagiários.

O escritório **Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados** é apoiador e patrocinador de eventos jurídicos, investidor social do Hospital Pequeno Príncipe, promove ações sociais mensalmente e possui um departamento específico de advocacia *pro bono*, prestando serviços jurídicos gratuitamente a pessoas e entidades carentes.

"We are people with a passion for problem solving and results yielding. We share challenges and dreams of our clients."

Founded in 1997 in the capital of Parana, law firm **Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados** arose from the determination of its founding partner, Marlus H. Arns de Oliveira. A year later, partner Fernanda Andreazza joins the company, sharing the same ideals and goals, in a partnership that has lasted until the present day. Over the years, other professionals joined the firm, all powered by the same feeling of being a team in the delivery of effective results for their clients.

The firm is an think tank for new ideas, creativity and innovation. A place in which the challenges and dreams of each particular client are treated with care and seriousness, where their employees are working in each case with special dedication and focus in the generation of legal results efficient.

In almost two decades of existence, **Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados** got bigger, becoming a reference within the field of **Criminal Law** and **Economic Law of the Third Sector**.

With strong performance in Economic Criminal Law, the law firm specializes in defending and monitoring legal persons and individuals in criminal investigations and criminal lawsuits in the State and Federal courts, as well as providing advisory and preventive consulting to companies through *compliance*.

The firm is a benchmark in the Third Sector in terms of assistance, qualification and search for legal and corporate solutions for non-profit institutions. In addition, it holds partnerships with institutions promoting social entrepreneurship.

In order to meet the growing demand of its clients, the law firm has been expanding its area of operation, providing services in the areas of labor law, tax law, administrative law, civil law, environmental law, consumer law, civil medical liability and corporate solutions. Law is practiced in all judicial and administrative spheres, and their experience is not only limited to litigation, but also to covering advisory, preventive and conflicts resolution areas, relying on ethical and secure foundations.

Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados, through their experience in legal practice, also act in the academic context, sponsoring and participating in national and international events, delivering lectures and producing publications of quality such as articles and books.

In a world of increasing change, amidst technology and markt challenges, the firm invests in infrastructure and especially on their team, motivating their talents and skills in search of differentiated and innovative results. For this reason, they promote study groups fortnightly, in which both lawyers and trainees are involved.

Law firm **Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados** is a supporter and sponsor of legal events, social investor of Hospital Pequeno Príncipe, promotes monthly social actions and has a specific department of *pro bono* legal services, providing legal services for free to needy people and entities.

Arruda Alvim e Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Em 1960, Arruda Alvim e Thereza Alvim fundaram, em São Paulo, o escritório de advocacia que, reconhecidamente, é um dos mais conceituados escritórios do País.

Constantemente, enriquece seus quadros profissionais altamente qualificados. E ao passar do tempo, sucederam aos fundadores, Eduardo Arruda Alvim e Angélica Arruda Alvim. Mais adiante, integraram-se também ao escritório outros sócios, nomes de referência nacional nas mais variadas áreas do Direito, fazendo com que o escritório se aparelhasse cada vez mais para prestar assistência jurídica e atuar na esfera contenciosa, consultiva e na arbitragem.

Assim, a atual estrutura societária é composta por pessoas das gerações diversas: Arruda Alvim, Thereza Alvim, Eduardo Arruda Alvim, Angélica Arruda Alvim, Gianfrancesco Genoso, Araken de Assis, Armando Verri Júnior, Fernando Anselmo Rodrigues, Fernando C. Queiroz Neves, Everaldo Augusto Cambler e Aluizio José de A. Cherubini.

Em pé (esq»dir)

Dr. Aluizio José Almeida Cherubini, Dra. Thereza Arruda Alvim, Dr. Araken de Assis, Dra. Angélica Arruda Alvim, Dr. Fernando Crespo Queiroz Neves, Dr. Gianfrancesco Genoso, Dr. Eduardo Arruda Alvim, Dr. Armando Verri Júnior, Dr. Everaldo Augusto Cambler

Sentados (esq»dir)

Dr. Arruda Alvim, Dr. Fernando Anselmo Rodrigues

Com inovação e pioneirismo, o escritório conseguiu, ao longo dos anos, fazer verdadeiro intercâmbio entre a academia e a advocacia.

SÓLIDA CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA

Com inovação e pioneirismo, o escritório conseguiu, ao longo dos anos, fazer verdadeiro intercâmbio entre a academia e a advocacia, formando uma equipe de profissionais com vasto conhecimento técnico e científico.

Com filiais no Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre, o escritório mantém parceria em todo o Brasil e no exterior, destacando-se nos Estados Unidos, Portugal, Espanha e Inglaterra, sendo um dos mais conceituados prestadores de serviços jurídicos, atuando em ações de altíssima complexidade.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Ações coletivas – Arbitragem –Administrativo – Ambiental – Direito Antitruste/Antidumping – Bancário – Comercial e Corporativo – Eletrônico – Família e Sucessões – Direito do Trabalho e Sindical – Consumidores – Imobiliário – Previdenciário – Processual Civil – Tributário – Propriedade Intelectual – Seguro.

SÓCIOS

José Manoel Arruda Alvim Netto, Graduado em Direito pela PUC-SP; Doutor em Direito Judiciário Civil pela PUC-SP; Professor Livre-Docente de Direito Judiciário Civil pela PUC-SP; Professor Titular da Cadeira de Direito Judiciário Civil da PUC-SP; professor livre Docente e Professor Titular da PUC-SP; Coordenador da Área, no Mestrado e Doutorado, de Direito Civil. Desembargador Aposentado do TJSP; Consultor Internacional em empreendimento conjunto do *The American Law Institute* e *Unidroit*, intitulado *The Principles And Rules Of Transnational Civil Procedure*; Sócio Efetivo do IASP; Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas; Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual; Membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual; Fundador e Diretor da Revista de Processo (Editora Revista dos Tribunais).

Thereza Celina Diniz de Arruda Alvim, Graduada em Direito pela PUC-SP; Doutora em Direito pela PUC-SP. Procuradora do Estado e Consultora Jurídica da Reitoria da USP; Assessora jurídica do reitor da PUC-SP (1973-1975); fundadora da FADISP; coordenadora da Graduação em Direito da PUC-SP; professora dos cursos de pós-graduação da PUC-SP desde 1974, nas disciplinas Direito Administrativo e Direito Processual Civil.

Eduardo Arruda Alvim, Graduado em Direito pela PUC-SP; Professor do Curso de Doutorado, Mestrado, Especialização e Bacharelado da Faculdade de Direito da PUC-SP; Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP; Professor da FADISP; Acadêmico Titular da Cadeira número 20 da Academia Paulista de Direito; Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual e do *Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal*; Presidente da Comissão de Processo Constitucional do IASP.

Angélica Arruda Alvim, Graduada em Direito pela PUC-SP; Mestrado em Direito das Relações Sociais. Especialista em Direito Processual Civil; professora regente de Direito Civil na PUC-SP; professora de Direito Civil da FADISP.

Gianfrancesco Genoso, Graduado em Direito pela PUC-SP; Especialista em Direito Processual Civil pela PUC-SP; Mestre em Direito do Estado (Direito Administrativo) pela USP, Doutorado em Direito do Estado (Direito Administrativo) pela USP, Procurador do Município de São Paulo.

Araken de Assis, Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS; Especialista e Mestre em Direito pela PUC-RS; Doutor em Direito pela PUC-SP, Professor Titular da Faculdade de Direito da PUC-RS, Desembargador Aposentado do TJRS.

Armando Verri Júnior, Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São José do Rio Preto-SP; Especialista em Direito Processual Civil pela *Facoltà di Giurisprudenza della Università Degli Studi di Milano*, Itália, sob a orientação do Prof. Enrico Tullio Liebman.

Fernando Anselmo Rodrigues, Graduado em Direito pela FMU; Mestre em Direito pela PUC-SP.

Fernando Crespo Queiroz Neves, Graduado em Direito pela PUC-SP; Mestre em Direito pela PUC-SP. Doutorado em Direito pela PUC-SP.

Everaldo Augusto Cambler, Graduado em Direito pela PUC-SP; Mestre e Doutor em Direito pela PUC-SP.

Aluizio José de Almeida Cherubini, Graduado em Direito pela PUC-SP; Mestre em Direito pela PUC-SP.

Integram ainda o quadro, em dois momentos diferentes, jovens profissionais de destaque não só na atuação contenciosa, mas também na esfera acadêmica, quase todos mestres, doutores e pós-doutores, nas áreas de direito civil e processo civil, especialistas em direito ambiental, empresarial, tributário. No primeiro, André Ribeiro Dantas; Diego Vasques dos Santos; Frederico Guilherme Fonseca Torres de Oliveira; Guilherme Pimenta da Veiga Neves; Laísa Dário Faustino de Moura; Patrícia de Oliveira Boaski; Paula Cristina Travain. No segundo momento, Alberico Eugênio da Silva Gazzineo; Alberto Fulvio Luchi; André Milchteim; Andrea Sirotsky Gershenson Harary; Cláudio Luiz Leite Júnior; Daniel Krähembühl Wanderley; Daniel Willian Granado; Franco Bet de Moraes Silva; Gabriel do Val Santos; João Marcos Neto de Carvalho; Leandro Andrade Coelho Rodrigues; Luis Felipe Pennacchi; Marcelo Chiavassa de Mello Paula Lima; Otávio Kern Ruaro; Rafael Franco Toledo Barbosa da Silva; Rafael Ribeiro Rodrigues; Rennan Faria Krüger Thamay; Rosane Pereira dos Santos; Thiago Roberto Muniz Leão Molena.

In an innovative and pioneering way, over the years the firm managed to truly exchange between the academy and advocacy.

Arruda Alvim e Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

In 1960, in São Paulo, Arruda Alvim and Thereza Alvim founded the law firm which, admittedly, emerges as one of the most respected firms in the country. They are constantly improving their staff with highly qualified professionals. And, over time, Eduardo Arruda Alvim and Angélica Arruda Alvim have succeeded the founders. Then, other members joined the firm, names of national reference in various areas of law, making the firm increasingly prepare not only to provide legal assistance in litigation, but to operate in advisory, litigation and arbitration fields. Thus, the current corporate structure is composed of people of different generations: Arruda Alvim, Thereza Alvim, Eduardo Arruda Alvim, Angélica Arruda Alvim, Gianfrancesco Genoso, Araken de Assis, Armando Verri Junior, Fernando Anselmo Rodrigues, Fernando C. Queiroz Neves, Everaldo Augusto Cambler and Aluízio José de A. Cherubini.

SOLID ACADEMIC CONTRIBUTION

In an innovative and pioneering way, over the years the firm managed to truly exchange between the academy and advocacy, forming a team of professionals with vast technical and scientific knowledge.

With branch offices in Rio de Janeiro, Brasilia and Porto Alegre, the firm has partnerships in Brazil and abroad, especially in the United States, Portugal, Spain and England, and is one of the most respected providers of legal services, acting in lawsuits of highest complexity.

FIELDS OF OPERATION

Collective actions – Arbitration – Administrative – Environmental – Antitrust Law /anti-dumping -Banking – Commercial and Corporate – Electronic – Family and Probate – Labor and Trade Union – Consumer – Property – Social Security – Civil Procedure – Tax – Intellectual Property – Insurance.

PARTNERS

José Manoel Arruda Alvim Netto, Law degree from PUC-SP; J.D. of Procedural Law from PUC-SP; Lecturing Professor of Civil Procedural Law at PUC-SP; Head Professor of Civil Procedural Law at PUC-SP; Lecturing professor and Head professor at PUC-SP; Area Coordinator at the Master and Doctorate studies in Civil Law. Retired Judge of TJSP; International Advisor in a conjunct work with *The American Law Institute e Unidroit*, called *The Principles And Rules Of Transnational Civil Procedure*; Permanent member of Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP; Member of Academia Brasileira de Letras Jurídicas; Member of Instituto Brasileiro de Direito Processual; Member of Instituto Ibero-Americano de Direito Processual; Founder and Director of Revista de Processo (Editora Revista dos Tribunais).

Thereza Celina Diniz de Arruda Alvim, Law degree from PUC-SP; J.D. from PUC-SP. State Attorney and Legal Advisor of the Dean's Office of USP; Legal assistant to the Dean of PUC-SP (1973-1975); founder of FADISP; coordinator of undergraduate course of Law at PUC-SP; professor of Administrative Law and Civil Procedural Law postgraduate program of PUC-SP since 1974.

Eduardo Arruda Alvim, Law degree from PUC-SP; Professor of Doctorate, Master, Specializing and Undergraduate programs of PUC-SP Law School; J.D and Master of Laws from PUC-SP; Professor at FADISP; Scholar holder of Chair no. 20 of Academia Paulista de Direito; Member of Instituto Brasileiro de Direito Processual and *Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal*; President of the Constitutional Process Committee of IASP.

Angélica Arruda Alvim, Law degree from PUC-SP; Master of Laws in Social Relations. Postgraduate certificate in Civil Procedural Law; head professor of Civil Law at PUC-SP; professor of Civil Law of FADISP.

Gianfrancesco Genoso, Law degree from PUC-SP; Postgraduate certificate in Civil Procedural Law from PUC-SP; Master of State Law (Administrative Law) from USP, J.D. of State Law (Administrative Law) from USP, Attorney of the Municipality of São Paulo.

Araken de Assis, Degree in Legal and Social Sciences from UFRGS; Postgraduate certificate and Master of Laws in Civil Procedure from PUC-RS; J.D. from PUC-SP, Head Professor of PUC-RS Law School, Retired Judge of the Court of Justice of Rio Grande do Sul.

Armando Verri Júnior, Law degree from Faculdade de Direito de São José do Rio Preto-SP; Postgraduate certificate in Civil Procedural Law from *Facoltà di Giurisprudenza della Università Degli Studi di Milano*, Italy, under the guidance of Prof. Enrico Tullio Liebman.

Fernando Anselmo Rodrigues, Law degree from FMU; Master of Laws from PUC-SP.

Fernando Crespo Queiroz Neves, Law degree from PUC-SP; Master of Laws from PUC-SP. J.D. from PUC-SP.

Everaldo Augusto Cambler, Law degree from PUC-SP; Master of Laws and J.D. from PUC-SP.

Aluizio José de Almeida Cherubini, Law degree from PUC-SP; Master of Laws from PUC-SP.

In two distinct moments young prominent professionals are also part of the staff, not only in litigation but also in academic sphere, almost all masters, doctors and post-doctorate holders in civil law and civil procedure, specializing in environmental, corporate and tax law. In the first, André Ribeiro Dantas; Diego Vasques dos Santos; Frederico Guilherme Fonseca Torres de Oliveira; Guilherme Pimenta da Veiga Neves; Laísa Dário Faustino de Moura; Patrícia de Oliveira Boaski; Paula Cristina Travain. In the second moment, Alberico Eugênio da Silva Gazzineo; Alberto Fulvio Luchi; André Milchteim; Andrea Sirotsky Gershenson Harary; Cláudio Luiz Leite Júnior; Daniel Krähembühl Wanderley; Daniel Willian Granado; Franco Bet de Moraes Silva; Gabriel do Val Santos; João Marcos Neto de Carvalho; Leandro Andrade Coelho Rodrigues; Luis Felipe Pennacchi; Marcelo Chiavassa de Mello Paula Lima; Otávio Kern Ruaro; Rafael Franco Toledo Barbosa da Silva; Rafael Ribeiro Rodrigues; Rennan Faria Krüger Thamay; Rosane Pereira dos Santos; Thiago Roberto Muniz Leão Molena.

Badaró Almeida & Advogados Associados

O escritório **Badaró Almeida & Advogados Associados** desde a sua criação já trazia como égide primordial a ética. Um dos seus princípios basilares é buscar sempre a manutenção do patamar de excelência em função de resultados positivos permanentes para os seus clientes e parceiros. Desde a sua fundação no ano de 2006, em Salvador, visa à atuação na prestação de assistência jurídica em diversos ramos do direito e o desenvolvimento de atividades em todo o Brasil.

O escritório em pouco tempo se impôs como uma excelente estrutura advocatícia nessa cidade, graças à competência e dedicação dos associados e parceiros. Hoje, o escritório conta com uma equipe que se especializou na prestação de assistência jurídica nos mais diversos ramos do Direito. Face aos resultados obtidos dentro da sua filosofia de atuação, bem como o pleno comprometimento, gradualmente foi alcançando um patamar superior, e executa suas atividades em todo o território nacional.

(esq»dir)

Dra. Carolina Jonck, Dr. Maurício Sampaio da Cunha,
Dra. Aurea Nogueira do Amorim, Dr. Átila Rocha Pereira,
Dr. Alex Rogério Bahia de Araújo, Dra. Rejane Esteves da Silveira,
Dr. Pedro Marques Jones Neto, Dr. Gilberto Badaró de Almeida,
Dr. André Luiz Cintra Pierangelo

A vasta gama de advogados correspondentes espalhados nos mais distantes rincões do país passam pelo mesmo rigor, quais sejam: comprometimento, determinação e exatidão. Em função desse padrão, hoje o escritório Badaró Almeida & Advogados Associados representa grandes empresas de renome nacional e internacional.

As ações do escritório são pertinentes aos seguintes ramos do Direito: **Direito Civil** – **Direito Tributário** – **Direito do Trabalho** – **Direito Empresarial** – **Direito Administrativo** – **Direito do Consumidor** – **Direito Ambiental** – **Direito Imobiliário**.

Voltado para o consultivo e o contencioso, os advogados e o corpo de funcionários administrativos e de apoio formam um conjunto diversificado, porém sempre com o sentido de unidade, graças ao aperfeiçoamento constante e à busca da informação profissional e cultural visando sempre uma justa prestação jurisdicional.

Nesse contexto de filosofia de atuação, estão a qualidade na defesa dos interesses de seus clientes, com o desenvolvimento de soluções rápidas e eficazes nos serviços personalizados, com teses inovadoras e respeito à ética. O escritório **Badaró Almeida & Advogados Associados** orgulha-se de manter relacionamentos profissionais duradouros, em que sobressai a confiança depositada em seus serviços e a satisfação do cliente.

A vasta gama de advogados correspondentes espalhados nos mais distantes rincões do país passa pelo mesmo rigor, quais sejam: comprometimento, determinação e exatidão. Em função desse padrão, hoje o escritório **Badaró Almeida & Advogados Associados** representa grandes empresas de renome nacional e internacional.

Nessa linha, os resultados positivos podem ser aferidos pelas diversas premiações já recebidas, dentre as quais o diploma especial do *Quality Festival 2014*, premiação entregue pelo *Latin American Quality Awards*.

SÓCIOS E PRINCIPAIS ASSOCIADOS

Gilberto Badaró de Almeida, Advogado, graduado pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), pós-graduado em Direito Tributário pela Fundação Faculdade de Direito Tributário da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Autor de diversos artigos jurídicos publicados em periódicos e sites especializados. Atua nas áreas do Direito Tributário e Empresarial, defendendo interesses de empresas, a exemplo de instituições financeiras, companhias aéreas e redes de restaurantes e de varejo.

Renata Malcon Marques Badaró de Almeida, Advogada, graduada pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL), Engenheira Civil, graduada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua nas áreas do Direito Ambiental e Direito Administrativo. Pós-graduada em Gestão, Perícia e Auditoria Ambiental pela Faculdade Oswaldo Cruz.

Pedro Marques Jones Neto, Graduado pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), pós graduado em Direito Civil pela Universidade Salvador (UNIFACS). Atua nas áreas do Direito Trabalhista e Consumidor.

André Luiz Cintra Pierangelo, Advogado, graduado pela Fundação UNIRG, especialista em Direito Civil e do Trabalho pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia (UFBA). Autor de diversos artigos jurídicos. Atua nas áreas do Direito Civil, Direito do Consumidor e Direito Trabalhista.

Maurício Sampaio da Cunha, Advogado, graduado pela UNIME, pós graduado em Advocacia Trabalhista pela Universidade Anhaguera (Uniderp), especialista em Direito do Trabalho com ampla experiência em contencioso e consultoria preventiva. Professor universitário da Faculdade Unyhana em Salvador.

Alex Rogério Bahia de Araújo, Advogado, graduado pela Faculdade Fabac, pós graduado em Direito do Trabalho pela JUSPODVIM. Atua nas áreas do Direito do Trabalho e Direito do Trânsito, com grande experiência em sustentação oral.

Átila Rocha Pereira, Advogado, graduado pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Atua nas áreas do Direito Civil, Direito Tributário e Direito Administrativo.

Danielle Rodrigues Matos Ribeiro, Advogada, graduada na Faculdade Dois de Julho, pós graduada em Direito e Planejamento Tributário pela Faculdade Baiana de Direito. Atua nas áreas do Direito Tributário e Direito Imobiliário.

Carolina Jonck, Advogada, graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua nas áreas do Direito Civil e do Direito do Consumidor.

Aurea Nogueira do Amorim, Advogada, graduada pela Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR). Atua nas áreas do Direito Civil e do Direito do Consumidor.

CONSULTORA

Thelma Badaró de Almeida Souza, Advogada, graduada pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), especialista em Direito da Família e Direito Securitário, associada ao Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM).

A wide range of corresponding lawyers scattered across the farthest corners of the country present the same strictness, which are: commitment, determination and accuracy. Due to this standard, Badaró Almeida & Advogados Associados now represent large and renowned national and international enterprises.

Badaró Almeida & Advogados Associados

From its origins, law firm **Badaró Almeida & Advogados Associados** has held ethics as their primary shield. One of its basic principles is to always be in search of maintaining the level of excellence in terms of permanent positive results for their clients and partners. Since its founding in 2006, in Salvador, they have aimed at providing legal assistance in various branches of law and at developing activities throughout Brazil.

The firm soon established itself as one of excellent legal structure in this city, thanks to the skill and dedication of associates and partners. Today, the firm has a team that specializes in providing legal assistance in various areas of law. Given the results obtained within its philosophy of action and full commitment, it gradually reached a higher level, and now carries out its activities throughout the national territory.

The firm's performance are relevant to the following areas of law: **Civil Law** – **Tax Law** – **Labor Law** – **Business Law** – **Administrative Law** – **Consumer Law** – **Environmental Law** – **Property Law**.

Oriented to both advisory and litigation, the lawyers and the body of administrative and support staff are a diverse group, but always with the sense of unity, thanks to constant improvement and to the pursuit of professional and cultural information always seeking a fair relief.

In the context of performance philosophy are the quality of defending the interests of their clients with the development of fast and effective solutions in customized services, with innovative ideas and ethics. **Badaró Almeida & Advogados Associados** is proud to keep lasting professional relationships, projecting the trust placed upon their service trust placed upon their service and the client's satisfaction.

A wide range of corresponding lawyers scattered across the farthest corners of the country present the same strictness, which are: commitment, determination and accuracy. Due to this standard, **Badaró Almeida & Advogados Associados** now represent large and renowned national and international enterprises.

In this line, positive results can be measured by several awards they've received, among which the special diploma of the *Quality Festival 2014*, an award delivered by *Latin American Quality Awards*.

PARTNERS AND MAIN ASSOCIATES

Gilberto Badaróde Almeida, Lawyer, graduated from Universidade Católica de Salvador (UCSAL), with post-graduate certificate in Tax Law from Fundação Faculdade de Direito Tributário da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Author of several legal articles published in journals and specialized sites. Working in Tax and Corporate Law, defending the companies' interests such as financial institutions, airlines and retail and food chains.

Renata Malcon Marques Badaró de Almeida, Lawyer, graduated from the Universidade Católica de Salvador (UCSAL), Civil Engineer, graduated from the Universidde Federal da Bahia (UFBA). Working in Environmental and Administrative Law. Holds a post-graduate certificate in Environmental Management, Evidence and Auditing at Faculdade Oswaldo Cruz.

Pedro Marques Jones Neto, Graduated from the Universidade Católica de Salvador (UCSAL) , holds a post-graduate certificate in Civil Law from Universidade Salvador (UNIFACS). Works in Labor and Consumer Law.

André Luiz Cintra Pierangelo, Lawyer, graduated from Fundação UNIRG, specializing in Civil and Labor Law by the Fundação Faculdade de Direito da Bahia (UFBA). Author of several legal articles. Working in Civil, Labor and Consumer Law.

Maurício Sampaio da Cunha, Lawyer, graduated from UNIME, post-graduate certificate in Labor Law from the Universidade Anhaguera (Uniderp), specialist in Labor Law with extensive experience in litigation and preventive advice. University Professor of Faculdade Unyhana in Salvador.

Alex Rogério Bahia de Araújo, Lawyer, graduated from the Faculdade Fabac, post-graduate certificate in Labor Law by JUSPODVIM. Works in Labor and Traffic Law, with great experience in oral arguments.

Átila Rocha Pereira, Lawyer, graduated from the Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Working in Civil, Tax and Administrative Law.

Danielle Rodrigues Matos Ribeiro, A Lawyer, graduated from Faculdade Dois de Julh, post-graduate certificate in Law and Tax Planning by Faculdade Baiana de Direito. Working in Tax and Property Law.

Carolina Jonck, Lawyer, graduated from the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), she works in the areas of Civil Law and Consumer Law.

Aurea Nogueira do Amorim, Lawyer, graduated from Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR). Working in Civil and Consumer Law.

CONSULTANT

Thelma Badaró de Almeida Souza, Lawyer, graduated from the Universidade Católica de Salvador (UCSAL), she specializes in Family Law and Insurance, associated with the Brazilian Institute of Family Law (IBDFAM).

Balducci & Höfling Sociedade de Advogados

Com atuação exclusiva na área criminal, o escritório é composto por Theodoro Balducci de Oliveira e Clarissa de Faro Teixeira Höfling. Ambos os advogados possuem sólida formação acadêmica e vasta experiência pretérita em escritórios de médio e grande porte, sempre especializados em Direito Penal. Após a atuação em conjunto no escritório Alves de Oliveira e Salles Vanni Advogados Associados, onde se conheceram, Theodoro Balducci e Clarissa Höfling se uniram em sua própria banca de advocacia criminal – estabelecida no coração do Jardim Paulista, na cidade de São Paulo/SP –, visando a um atendimento cada vez mais pessoal e personalizado.

(esq»dir)

Dr. Theodoro Balducci de Oliveira, Dra. Clarissa de Faro Teixeira Höfling

Atua em prol de pessoas físicas – investigados, acusados ou vítimas de crimes – e de pessoas jurídicas. Quanto às empresas, o escritório as atende não apenas quando se encontram sob investigação (policial ou ministerial) ou no polo passivo de ações penais ambientais, mas também quando seus sócios, diretores e/ou funcionários são acusados de envolvimento em quaisquer atos penalmente relevantes. A Balducci & Höfling está e estará sempre pautada pelos mais rigorosos princípios éticos e legais, tratando-se, destarte, de um parceiro de relevo para empresas de médio e grande porte, em especial após a promulgação da Lei n.º 12.846/2013.

E, de fato, o escritório tem como um de seus grandes diferenciais a pessoalidade no atendimento dos clientes bem como a proximidade dos sócios no acompanhamento de cada caso. Trata-se, realmente, de um escritório *boutique*, que prima pela atenção aos detalhes e pela qualidade técnica em suas peças processuais.

Ambos os sócios se dedicam de forma intensa a cada um dos casos patrocinados pelo escritório e defendem, de forma rigorosa e intransigente, os interesses de seus clientes. Especialistas em Direito Penal Econômico e em Direito Penal Clássico, atuam tanto de forma preventiva (*criminal compliance*) quanto contenciosa, acompanhando inquéritos policiais em delegacias civis (especializadas ou não) e federais, procedimentos investigatórios criminais capitaneados pelo Ministério Público Estadual ou Federal, bem como em ações penais nas Justiças Estadual e Federal e nos tribunais superiores.

A **Balducci & Höfling Sociedade de Advogados** atua em prol de pessoas físicas – investigados, acusados ou vítimas de crimes – e de pessoas jurídicas. Quanto às empresas, o escritório as atende não apenas quando se encontram sob investigação (policial ou ministerial) ou no polo passivo de ações penais ambientais, mas também quando seus sócios, diretores e/ou funcionários são acusados de envolvimento em quaisquer atos penalmente relevantes.

Demais disso, a atuação da **Balducci & Höfling** está e estará sempre pautada pelos mais rigorosos princípios éticos e legais, tratando-se, destarte, de um parceiro de relevo para empresas de médio e grande porte, em especial após a promulgação da Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), que trouxe para o sistema jurídico brasileiro a responsabilidade objetiva (nas esferas civil e administrativa) da pessoa jurídica pelos atos ilícitos cometidos por seus funcionários e/ou parceiros.

Theodoro Balducci de Oliveira é pós-graduado em Direito Penal Econômico pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, especialista em Direito Penal Econômico pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e pós-graduado em Direito Penal Econômico e Europeu pela Universidade de Coimbra. Cursou especialização em Crime Organizado, Corrupção e Terrorismo na Universidade de Salamanca e é, ainda, pós-graduando em Direito Penal e Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Clarissa de Faro Teixeira Höfling é especialista em Direito Penal Econômico pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, pós-graduada em Direito Penal Econômico e Europeu pela Universidade de Coimbra e cursou governança corporativa e *compliance* no Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. É, ainda, pós-graduada em Direito Penal e Processual penal pela Escola Paulista de Direito.

Os sócios da **Balducci & Höfling Sociedade de Advogados** são ideologicamente ligados ao Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) e ao Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD). Theodoro Balducci é, também, membro efetivo da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil.

Balducci & Höfling Sociedade de Advogados

Acts on behalf of individuals investigated, accused or victims of crimes – and legal entities. As for companies, the firm serves not only when they are under investigation (police or federal) or defending environmental criminal cases, but also when their partners, directors and/or employees are accused of involvement in any legally relevant acts. The Balducci & Höfling is and will always be guided by the highest ethical and legal principles, as it is, thus, expected from an important partner for medium and large companies, especially after the enactment of Law No. 12,846/2013.

Exclusively operating in Criminal Law, the firm is formed by Theodoro Balducci de Oliveira and Clarissa de Faro Teixeira Höfling. Both lawyers have solid academic background and extensive past experience in medium and large law firms, always specialized in criminal law. After acting together in law firm Alves de Oliveira e Salles Vanni Advogados Associados, where they met, Theodoro Balducci and Clarissa Höfling came together to open their own criminal law firm – established in the heart of Jardim Paulista, in São Paulo/SP – aiming at a service increasingly more personal and customized.

And, in fact, one of the firm's great advantages is the uniqueness in customer service and the proximity of the partners in the monitoring of each case. It is really a boutique law firm, which excels in attention to detail and the technical quality in their pleadings.

Both partners are intensely dedicated to each of the cases sponsored by the firm and defend, in strict and uncompromising manner, the interests of their clients. Specialists in Economic Criminal Law and Classic Criminal Law, they both act preventively (criminal compliance) and in litigation, following police investigations at civil police (whether specialized or not) and federal offices, criminal investigation procedures headed by the District or Federal Attorney's Office and in criminal cases in state and federal Justices and Superior Courts.

Balducci & Höfling Sociedade de Advogados acts on behalf of individuals investigated, accused or victims of crimes – and legal entities. As for companies, the firm serves not only when they are under investigation (police or federal) or defending environmental criminal cases, but also when their partners, directors and/or employees are accused of involvement in any legally relevant acts.

In addition, the performance of **Balducci & Höfling** is and will always be guided by the highest ethical and legal principles, as it is, thus, expected from an important partner for medium and large companies, especially after the enactment of Law No. 12,846/2013 (Anti-Corruption Act), which brought to the Brazilian legal system the objective responsibility (in civil and administrative spheres) of the legal entity for unlawful acts committed by its employees and/or partners.

Theodoro Balducci de Oliveira holds a post-graduation certificate in Economic Criminal Law from Fundação Getúlio Vargas of Rio de Janeiro, specializing in Economic Criminal Law from Fundação Getúlio Vargas of São Paulo and holding a post-graduate certificate in Economic and European Criminal Law from University of Coimbra. He attended specialization studies in Organized Crime, Corruption and Terrorism at the University of Salamanca and is also a graduate student in Criminal Law and Criminal Procedure at the Pontificia Universidade Católica de São Paulo.

Clarissa de Faro Teixeira Höfling speciliazes in Economic Criminal Law with a degree from Fundação Getúlio Vargas of São Paulo, holds a post-graduate certificate in Economic and European Criminal Law from University of Coimbra and has attended corporate governance and compliance studies at Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. She also holds a postgraduate certificate in Criminal Law and Criminal Procedure from Escola Paulista de Direito.

Balducci & Höfling Sociedade de Advogados' partners are ideollogically linked to Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) and Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD). Theodoro Balducci is also a permanent member of the Committee of Criminal and Penal Policy of the Paulista chapter of Ordem dos Advogados do Brasil.

Bergamini & Collucci Advogados

O escritório **Bergamini & Collucci Advogados** foi fundado com o objetivo de proporcionar aos seus clientes um atendimento personalizado, rápido e eficaz, nas esferas consultiva e contenciosa, com vistas à preservação de direitos e à salvaguarda dos mais diversos interesses. Em virtude do histórico pessoal e acadêmico da equipe, zelamos pela interação com os clientes como forma de compreender detalhadamente as suas necessidades e, assim, prestar o melhor serviço jurídico possível.

Não limitamos a atuação apenas à solução de problemas. Vamos além e procuramos buscar novas ideias e horizontes na linha de negócios dos clientes, seja como instrumento de prevenção de litígios, seja como mecanismo de otimização financeira e econômica do cliente, seja, enfim, como veículo de uma célere e vantajosa solução.

(esq»dir)

Dr. Adolpho Bergamini, Dr. Ricardo Collucci

Criatividade. Qualidade. Seriedade. Soluções ousadas e diferenciadas. Compromisso. Cumplicidade. Alguns dos nossos valores que nos diferenciam dos demais escritórios e que explicam a nossa altíssima taxa de fidelização de clientes.

Pela característica de atuação, voltada preponderantemente à advocacia empresarial, temos como meta estar sempre cientes dos progressos que ocorrem todos os dias no cotidiano das pessoas e dos negócios. Visamos incorporar o maior valor possível aos nossos serviços para, sempre em sinergia com o cliente, sermos vistos como parceiros, não como meros prestadores de serviços jurídicos.

Constitui o ponto de partida entender o momento vivido pelo cliente e projetar cenários e situações a partir de experiências atuais e anteriores, de sorte que, assim, objetivamos estar sempre um passo à frente das questões e, consequentemente, próximos das soluções mais personalizadas possíveis.

Criatividade. Qualidade. Seriedade. Soluções ousadas e diferenciadas. Compromisso. Cumplicidade. Alguns dos valores que nos diferenciam dos demais escritórios e que explicam a altíssima taxa de fidelização de clientes.

Na seara consultiva, o objetivo é auxiliar o cliente a fazer negócios e a resolver situações adversas com os melhores resultados nos menores tempos e com os menores custos. Na seara contenciosa, usamos a nossa experiência com litígios e estratégias não só para vencer disputas, mas também para proporcionar a continuidade dos negócios dos clientes, a mais valia, a proteção à imagem, a prevenção de casos com potencial de multiplicação e a reestruturação financeira e administrativa de empresas, tudo pelo e a partir do contencioso.

O escritório possui atuação voltada às áreas tributária e cível:

TRIBUTÁRIO

Consultoria Tributária • Revisão e apuração de contingências ativas e passivas • Assessoria Tributária em Licitações e Parcerias Público Privadas (PPPS) • Assessoria Tributária em Operações Societárias de Fusões e Incorporações • Direito Aduaneiro • Contencioso Tributário Administrativo e Judicial.

CÍVEL

Atuação Consultiva e Contenciosa nas áreas de Direito Civil, Consumerista e Autoral • Direito Empresarial e Contratos • Recuperações Judiciais, Falências e Negociações com Credores • Arbitragem • Família e Sucessões • Direito Administrativo e Direito Regulatório • Direito Aeronáutico • Direito Imobiliário.

SÓCIOS

Adolpho Bergamini, Especialista em Direito Tributário pela PUC-SP.

Professor de Direito Tributário e Aduaneiro na FGV-GVlaw, Escola Fazendária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Escola Paulista de Direito, Fundace – FEA-USP, Fucape-ES e Associação Paulista de Estudos Tributários. Palestrante pela unidade de negócios Tax & Accounting da Thomson Reuters no Brasil (vertical information/FISCOSOFT). Ex-professor de Direito Tributário na FECAP, FAAP e Uniban.

Autor e coordenador de diversas obras doutrinárias dedicadas ao Direito Tributário: "Manual de PIS e COFINS", "PIS e COFINS na Teoria e na Prática", "PIS e COFINS à Luz da Jurisprudência do CARF", "ICMS", "Regulamento do ICMS Comentado e Anotado", "Planejamento Tributário – Análise de Casos", "Comentários à Lei Complementar n. 87/96, de advogados para advogados", "Comentários à Lei Complementar n. 116/03, de advogados para advogados", "Temas Atuais do Direito Aduaneiro Brasileiro", entre outras, além de artigos em publicações periódicas especializadas.

Membro do Comitê Técnico da Revista de Estudos Tributários da IOB, do Conselho Editorial da Revista de Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário do IEM/IOB e da Comissão de Contencioso Administrativo Tributário da OAB-SP. Coordenador da Revista de Tributos Indiretos da FISCOSOFT. Ex-coordenador da Subcomissão de Direito Tributário da Comissão dos Novos Advogados do IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo.

Juiz Presidente da 2ª Câmara Julgadora do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo – TIT-SP.

Ex-Conselheiro da 3ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Ricardo Collucci, Doutorando em Direito Processual Civil pela PUC-SP. Mestre em Direito Processual Civil pela PUC-SP.

Professor Assistente de Ensino de Direito Processual Civil na PUC-SP, desde 2006 até os dias atuais.

Autor de artigos e capítulos de obras relativas ao Direito Processual Civil. Palestrante de temas afetos ao Direito Processual Civil e ao Direito Aeronáutico.

Responsável pelas áreas de Contencioso Cível estratégico, Recuperações Judiciais e Família do escritório, possui destacada atuação em questões de Direito Civil, Empresarial, Administrativo e Aeronáutico, segmento no qual é um dos poucos especialistas reconhecidos do Brasil.

Bergamini & Collucci Advogados

Creativity. Quality. Seriousness. Bold and differentiated solutions. Commitment. Collaboration. Some values that set us apart from other law firms and explain our high rate of client loyalty.

Bergamini & Collucci Advogados has been founded with the purpose of providing clients with customized, fast and efficient services in the advisory and litigation domains, aiming at preserving rights and protecting the most diverse interests. In view of the personal and academic background of team, we care for the interaction with clients to thoroughly understand their needs and therefore provide the best legal service possible.

Practice is not limited to solving problems only. We go beyond and try to find new ideas and scopes in the business lines of clients, whether as a litigation prevention instrument, as an engine of financial and economic optimization for the client, or as the means of a swift and beneficial solution.

For the characteristic of practice, primarily focused on business law, goal is to be always aware of the progress taking place each day in the everyday lives of people and businesses. We intend to incorporate to our services the greatest value possible, always in harmony with the client, so as to be perceived as partners rather than mere legal service providers.

Starting point is to understand the moment client is experiencing and predict scenarios and situations from current and past experiences, so that we can always be one step ahead of issues and, hence, close to the most customized solutions possible.

Creativity. Quality. Seriousness. Bold and differentiated solutions. Commitment. Collaboration. Some values that set us apart from other law firms and explain high rate of client loyalty.

In the advisory domain, the objective is to help clients in doing business and solving adverse situations with the best results, in the shortest times and with the lowest costs. In litigation, we leverage our experience with disputes and strategies not only to win them, but also to provide business continuity to clients, added value, image protection, prevention of cases with multiplication potential, and financial and administrative business reorganization, all of it for and from litigation.

The firm also works with tax and civil law:

TAX LAW

Tax Consulting • Review and verification of contingent assets and liabilities • Tax Advice in Public Tenders and Public-Private Partnerships (PPPS) • Tax Advice in Corporate Operations of Mergers and Acquisitions • Customs Law • Judicial and Administrative Tax Litigation

CIVIL LAW

Advisory and Litigation practice in Civil Law, Consumer Law and Copyright • Business and Contract Law • Court-supervised Reorganization, Bankruptcy and Negotiation with Creditors • Arbitration • Family and Succession • Administrative Law and Regulatory Law • Aviation Law • Real Estate Law.

PARTNERS

Adolpho Bergamini, Postgraduate certificate in Tax Law from PUC-SP.

Professor of Tax and Customs Law at FGV-GVlaw, Escola Fazendária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Escola Paulista de Direito, Fundace – FEA-USP, Fucape-ES and Associação Paulista de Estudos Tributários. Lecturer for the Tax & Accounting business unit of Thomson Reuters in Brazil (vertical information/FISCOSOFT). Former Tax Law Professor at FECAP, FAAP and Uniban.

Author and coordinator of several doctrinaire works dedicated to Tax Law: "Manual de PIS e COFINS", "PIS e COFINS na Teoria e na Prática", "PIS e COFINS à Luz da Jurisprudência do CARF", "ICMS", "Regulamento do ICMS Comentado e Anotado", "Planejamento Tributário – Análise de Casos", "Comentários à Lei Complementar n. 87/96, de advogados para advogados", "Comentários à Lei Complementar n. 116/03, de advogados para advogados", "Temas Atuais do Direito Aduaneiro Brasileiro", among others, in addition to articles in specialized journals.

Member of the Technical Committee of IOB's *Revista de Estudos Tributários*, the Editorial Board of IEM/IOB's *Revista de Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário* and the Tax Administrative Litigation Committee of OAB-SP. Coordinator of Fiscosoft's Revista de Tributos Indiretos. Former coordinator of the Tax Law Subcommittee of the New Lawyers Committee of IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo.

Presiding Judge of the 2nd Judging Chamber of Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo – TIT-SP.

Former director of the 3rd Section of the Administrative Council of Fiscal Resources – CARF.

Ricardo Collucci, Doctoral candidate in Civil Procedural Law from PUC-SP. Master's degree in Civil Procedural Law from PUC-SP.

Assistant professor of Civil Procedural Law at PUC-SP from 2006 to the present day.

Author of articles and chapters of works related to Civil Procedural Law. Lecturer of topics regarding Civil Procedural Law and Aviation Law.

Responsible for the strategic Litigation, Court-supervised Reorganization and Family areas of the firm, he has distinguished performance in matters of civil, business, administrative and aviation law, in which segment he is one of the few recognized specialists in Brazil.

Bertolucci & Ramos Gonçalves Advogados

Bertolucci & Ramos Gonçalves Advogados, localizado no Centro histórico de São Paulo, é um escritório full service, centrado em proporcionar um atendimento com alto nível de encantamento para seus clientes. A atual formação societária remete ao final da década de 90, porém as experiências profissionais de cada advogado vêm de uma longa tradição da prática jurídica, sempre fundamentada no conhecimento acadêmico. O escritório fornece assessoria consultiva e contenciosa para pessoas jurídicas de vários segmentos econômicos, sempre de forma dedicada e acessível, baseando-se na ética e no comprometimento.

A banca garante um atendimento altamente personalizado e diferenciado, trabalhando em conjunto com seus clientes para entender as suas necessidades específicas e oferecer sempre as melhores soluções e ferramentas de gestão.

Em pé (esq»dir)

Dr. João Emilio Galinari Bertolucci, Dr. Luis Roberto Mastromauro, Dr. Marcus Vinicius Lopes Ramos Gonçalves, Dra. Adriana Giori de Barros, Dr. Marcelo Dias Freitas Oliveira

Sentado

Dr. Virgilio Ramos Gonçalves

"Nosso intuito é sempre buscar o encantamento de nosso cliente por meio do atendimento que lhe prestamos. Não queremos apenas cumprir a tarefa que nos foi confiada, mas sim proporcionar soluções de tal forma que o cliente saiba que sempre poderemos entregar além de suas expectativas."

MARCUS VINICIUS L. RAMOS GONÇALVES

Unindo um profundo conhecimento das práticas jurídicas à competência acadêmica, o escritório trabalha em diversas frentes do Direito, fornecendo consultoria preventiva e contenciosa que, aliada à jurimetria e à gestão de riscos, possibilita a tomada segura de decisões e a entrega de resultados consistentes.

O escritório tem atuação direta na Grande São Paulo, assim como no interior paulista, sul mineiro e norte do Paraná. Conta ainda com importantes demandas nas cortes estaduais e federais, como também nas instâncias superiores. **Bertolucci & Ramos Gonçalves Advogados** tem demonstrado ser uma Banca aguerrida e dedicada, preocupada em propiciar um atendimento que encante e supere as expectativas de seus clientes.

O DOM QUIXOTE

A figura de Dom Quixote, sempre presente na marca do escritório, simboliza sua luta pelo Direito. Assim como esse bravo personagem, o escritório busca o melhor Direito como instrumento de justiça para seus clientes, prezando sempre por valores como a ética, a transparência, a presteza e o comprometimento.

OS SÓCIOS

Marcus Vinicius Lopes Ramos Gonçalves, Advogado, doutorando em Direito Civil pela UBA (Argentina); fundador do Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento e Defesa Empresarial-ILADEM; ex-diretor jurídico da AIPESP; ex-diretor administrativo do Sindipan-SP; 2º vice-presidente da Comissão de Estudos e Comunicação em Radioamadorismo OAB-SP; professor universitário. Responsável pela área de Direito Público.

Virgilio Ramos Gonçalves, Advogado especialista em Direito Empresarial pelo Mackenzie e bacharel em Administração com pós-graduação em Planejamento Estratégico; diretor fundador do ILADEM; ex-superintendente regional da Embrafilme, ex-diretor da Chocolates Prink, ex-diretor de Recursos Humanos dos Diários Associados; parecerista e consultor empresarial. Responsável pela área de Direito do Trabalho.

João Emílio Galinari Bertolucci, Advogado especialista em Direito Empresarial pelo Mackenzie; diretor fundador do ILADEM, ex-diretor do departamento Jurídico Cível do Sindipan/Aipan; vice-presidente da Comissão de Estudos e Comunicação em Radioamadorismo OAB-SP; professor universitário; parecerista e consultor empresarial. Responsável pela área de Direito Privado.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Para melhor organização de seus trabalhos, a atuação de **Bertolucci & Ramos Gonçalves Advogados** está dividida em três áreas: Direito Público, Direito Privado e Direito do Trabalho.

DIREITO PÚBLICO

Assessoria contenciosa e preventiva em Direito Tributário, Administrativo, Regulatório, Penal Empresarial, etc. A Banca tem prestado importantes serviços de planejamento fiscal, bem como auxiliado no planejamento de novos negócios. Vem levantando importantes discussões sobre temas afeitos aos contribuintes, em especial na esfera administrativa, atuando diretamente junto às Fazendas.

DIREITO PRIVADO

Assessoria contenciosa e preventiva em Direito Empresarial/Societário, M&A, Contratos, Consumidor/Concorrencial, Auditoria Jurídica, Direito Digital, etc. Tem mostrado relevante diferencial ao propor soluções integradas com a área tributária, principalmente no que tange aos eventos societários (M&A) e contratos. Não menos destacada tem sido a atuação em relações consumeristas, mormente na orientação e prevenção de litígios.

DIREITO DO TRABALHO

A área de Direito do Trabalho tem tido grande êxito em sua atuação, não se restringindo ao contencioso trabalhista, onde tem obtido importantes vitórias para as empresas, mas também na assessoria preventiva aos departamentos de recursos humanos. Tem atuado também em acordos coletivos e dissídios, produzindo excelentes resultados.

GESTÃO DE CRISES

A prevenção é a melhor forma de realizar um planejamento jurídico adequado, porém na ocorrência de eventos inesperados, a gestão de crises é a melhor prática. O escritório possui uma experiente equipe em gestão de crises, capaz de garantir a proteção de seus clientes e de seus negócios no momento de maior necessidade, mitigando ao máximo os danos.

JURIMETRIA

A jurimetria é a disciplina resultante da aplicação de modelos estatísticos na compreensão dos processos e fatos jurídicos. Para as empresas, pode ser um importante instrumento para implantação de novos processos, produtos e negócios. O escritório oferece essa ferramenta de gestão como forma de facilitar a tomada de decisões.

Bertolucci & Ramos Gonçalves Advogados

"Our intention is to always seek the enchantment of our client through the service we provide. We do not want only to fulfill the task entrusted to us, but rather provide solutions so that clients know we can always deliver services beyond their expectations."

MARCUS VINICIUS L. RAMOS GONÇALVES

Bertolucci & Ramos Gonçalves Advogados, located in the historic center of São Paulo, is a full service law firm, focused on providing service with a high level of enchantment to their clients. The current society refers to the end of the 90s, but the professional experiences of each lawyer come from a long tradition of legal practice, always grounded in academic knowledge. The firm provides consulting and litigation advice to corporations of various economic sectors, always in a dedicated and accessible way, based on ethics and commitment.

The firm ensures a highly personalized and differentiated service, working closely with its clients to understand their specific needs and always offer the best solutions and management tools.

Bringing together a thorough knowledge of legal practices and academic competence, the firm works on several fronts of law, providing preventive and litigation advisory that, together with jurimetrics and risk management, enables a reliable decision-making process and the delivery of consistent results.

The firm has a strong presence in Greater São Paulo, as well as in the city's countryside, in Southern Minas Gerais and Northern Paraná. It also has important lawsuits in state and federal courts, as well as at higher courts. I has proved to be an experienced and dedicated law firm, concerned with meeting – and exceeding – their clients' expectations.

DON QUIXOTE

The figure of Don Quixote, always present in the firm's logo, symbolizes its fight for the Law. Like this brave character, the firm seeks the best of Law as a means of justice for their clients, always keeping values such as ethics, transparency, promptness and commitment.

THE PARTNERS

Marcus Vinicius Lopes Ramos Gonçalves, Lawyer, doctoral candidate in Civil Law at UBA (Argentina); founder of Latino-Americano de Desenvolvimento e Defesa Empresarial-ILADEM; former legal director of AIPESP; former administrative director of Sindipan-SP; 2nd vice-president of the Committee of Studies and Communication in Ham Radio at OAB-SP; college professor. Responsible for the Private Law area.

Virgilio Ramos Gonçalves, Lawyer specializing in Business Law with certificate from Mackenzie and graduate in Business Administration with postgraduate certification in Strategic Planning; founding director of ILADEM; former regional superintendent of Embrafilme; former director of Chocolates Prink; former Human Resources director of Diários Associados; legal opinion-maker and business consultant. Responsible for the Labor Law area.

João Emílio Galinari Bertolucci, Lawyer specializing in Business Law from Mackenzie; founding director or ILADEM; former director of the civil legal department of Sindipan/Aipan; vice-president of the Committee of Studies and Communication in Ham Radio at OAB-SP; college professor; legal opinion-maker and business consultant. Partner responsible for the Private Law area.

FIELDS OF OPERATION

For better organizing their work, **Bertolucci & Ramos Gonçalves Advogados** is divided into three areas: Public Law, Private Law and Labor Law.

PUBLIC LAW

Litigation and preventive advice in Tax Law, Administrative, Regulatory, Corporate Criminal Laws, etc. The firm has provided important tax planning services, and assisted in the planning of new business. It has been raising important legal discussions on topics related to taxpayers, particularly at the administrative level, working directly with the Treasury Departments.

PRIVATE LAW

Litigation and preventive advice in Corporate Law, M & A, Contracts, Consumer / Antitrust, Legal Audit, Digital Law, etc. It has shown significant differential by proposing integrated solutions to the tax area, especially with regard to corporate events (M & A) and contracts. The role in their consumers relationships not been as prominent, particularly in litigation guidance and prevention.

LABOR LAW

The Labor Law area has been very successful in its activities, not limited to labor disputes, which achieved significant victories for companies, but also in preventive advice to the human resources department. It has also operated in collective agreements and bargaining, generating excellent results.

CRISES MANAGEMENT

Prevention is the best way to carry out a proper legal planning, but in the occurrence of unexpected events, crises management is the best practice. The firm has an experienced team in crises management, capable of ensuring the protection of its clients and their businesses at the time of greatest need, mitigating most of the damage.

JURIMETRICS

Jurimetrics is the subject resulting from the application of statistical models in understanding the legal processes and facts. For businesses, it can be an important tool to implement new processes, products and business. The firm provides this management tool in order to facilitate the decision making process.

Bialski Advogados

A história de **Bialski Advogados Associados** acompanha a evolução do Direito Penal nas últimas cinco décadas. O escritório foi fundado em 1964, quando **Helio Bialski**, à Rua Quintino Bocaiúva, passou a se dedicar exclusivamente à advocacia criminal. Em 1988 seu filho **Daniel Leon Bialski**, já na universidade, começa a lhe assessorar como estagiário – e braço direito – e, em 1996, torna-se sócio no então escritório Helio Bialski Advogados Associados. Em 2006, alteram sua razão social para **Bialski Advogados Associados** e, visando ao melhor atendimento dos clientes, transferem a sede para o atual endereço no Itaim Bibi, onde conta com moderna estrutura.

Nos dias atuais, inspirados pela paixão e dedicação do eterno patrono **Helio Bialski**, o escritório conta com uma equipe de profissionais experientes e alinhados com as novas tendências do Direito Penal. Para além da notoriedade na defesa de servidores públicos acusados do cometimento de ilicitudes, a banca possui reconhecimento por sua combativa atuação voltada ao direito penal econômico, em causas relacionadas a delitos financeiros, tornando-se, assim, modelo em seu meio de atuação.

Bialski Advogados Associados possui trabalhos de referência perante os mais diversos fóruns e tribunais do País, com especial e reconhecido desempenho no que se refere ao TJSP, tendo adquirido respeitabilidade devido ao sucesso na solução das demandas e por sua conduta dedicada, combativa e ética.

Em pé (esq»dir)

Dra. Bruna Luppi Leite Moraes, Dr. Bruno Ferullo Rita, Dra. Patricia Masi Uzum, Dr. Guilherme Pereira Gonzalez Ruiz Martins, Dra. Adamares Rocha de Paiva Coutinho, Dr. Luis Felipe D'Alóia, Dra. Thais Petinelli Fernandes, Dr. Bruno Garcia Borragine, Dra. Juliana Pinheiro Bignardi

Sentados (esq»dir)

Dr. Daniel Leon Bialski, Dr. João Batista Augusto Júnior

O Escritório Bialski Advogados Associados também está voltado à análise prévia de transações comerciais e financeiras para, de forma estritamente consultiva em possíveis litígios, trazer conformidade e integridade legal aos negócios, evitando que os clientes incorram em crimes econômicos e contra o Sistema Financeiro Nacional.

HELIO BIALSKI, PATRONO DO ESCRITÓRIO: UMA SAUDADE QUE INSPIRA

O fundador, **Helio Bialski**, foi um dos mais experientes e militantes advogados de São Paulo. Formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1964), foi professor-fundador da Faculdade de Direito das Faculdades Integradas de Guarulhos (1968-1979). Foi mestre pela USP com o tema "Da individualização Penal" (1969), publicado na *Revista dos Tribunais* 428.

Ao longo da carreira, teve inúmeros trabalhos publicados em revistas e jornais especializados em Direito Criminal, além de participativa atuação em congressos e conferências no Brasil, França, México, Argentina e Venezuela, tendo sido membro titular da Conferência Argentina de Criminologia, da Sociedade Venezuelana de Direito Penal e Criminologia, do Centro Internacional de Estudos Jurídicos Nelson Hungria; da Sociedade Brasileira de Criminologia e Ciência Penitenciária e da Sociedade Internacional de Criminologia, com sede em Paris.

Possuidor da láurea de Advogado Criminal de 1980, outorgada pela imprensa especializada, além do título de Advogado Criminal do ano, em 1991, outorgado pela Associação dos Advogados Criminais do Estado de São Paulo, associação da qual foi também presidente entre 1989 e 1990, Helio Bialski segue inspirando a equipe do escritório, que em seu exemplo busca a excelência na prestação do serviço da advocacia.

Daniel Leon Bialski, Mestre em Processo Penal pela PUC-SP (2008). Bacharel em Direito pela PUC-SP (1992). Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM e da Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa (CJLP). Foi Vice-Presidente da Comissão de Prerrogativas da Seccional Paulista da OAB entre os anos 2008/2009.

ATUAÇÃO PREPONDERANTE EM MATÉRIA PENAL

Acompanhando a tendência global, o Direito Penal no Brasil encontra-se em franca expansão. Novos tipos penais têm surgido, em especial aqueles com foco em punir a criminalidade organizada; a denominada criminalidade de empresa; delitos omissivos culposos, além da extensão da punibilidade a agentes colaboradores do ilícito cometido por outrem.

Em linha com as novas tendências, **Bialski Advogados Associados** tem destacada atuação preventiva e ostensiva nas seguintes áreas:

Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional • contra a Ordem Econômica, Tributária e as Relações de Consumo • contra o Mercado de Valores Mobiliários • Crimes Ambientais • Crimes contra a Administração Pública e a Administração da Justiça • Crime Falimentar • Crimes Concorrenciais, Cartéis e demais Práticas Anticompetitivas • Crimes contra a Honra, a Vida e a Pessoa • contra a Saúde Pública • Assistência da Acusação Pública • Processos de Extradição • Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Criminal.

CONSULTORIA E PREVENÇÃO EM MATÉRIA PENAL

A atuação preventiva de **Bialski Advogados Associados** está voltada à análise de transações comerciais e financeiras tendo como principal escopo evitar a caracterização de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, lavagem de ativos e outros delitos potencialmente advindos das complexas relações comerciais das últimas décadas.

O escritório desenvolve *due diligence* personalizada e específica em matéria penal, voltada a operações de fusão, aquisição e *joint ventures* de empresas que queiram se estabelecer no Brasil, ou mesmo de companhias nacionais em processo de transição societária.

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

Bialski Advogados Associados tem reconhecida atuação em processos administrativos que visam à aplicação de sanção disciplinar a servidores públicos, em especial policiais civis do Estado de São Paulo. O escritório realiza defesa técnica em apurações preliminares; sindicâncias administrativas e processos administrativos no âmbito da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e, em especial, frente à Corregedoria da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

ATUAÇÃO EM TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, TRF, STJ E STF

A prática neste específico campo de atuação desenvolve-se através da elaboração, personalizada, de pareceres, memoriais e opiniões legais, além da consequente realização de sustentação oral.

Bialski Advogados

Bialski Advogados Associados is dedicated to the analysis of commercial and financial transactions with the main scope of avoiding the characterization of crimes against the national financial system.

The history of **Bialski Advogados Associados** follows the Criminal Law evolution in the past five decades. The firm was founded in 1964, when **Helio Bialski**, on Quinto Bocaiúva Street, began to dedicate exclusively to the practice of criminal law. In 1988, his son **Daniel Leon Bialski**, already at the university, began to assist him in advisory as an intern – and right arm – and in 1996, Daniel becomes a partner at the then called Helio Bialski Associados firm. In 2006, changing its name to **Bialski Advogados Associados** and, aiming at providing better customer service, transfer the headquarters to the current address in Itaim Bibi, with modern structure.

Nowadays, inspired by the passion and dedication of the eternal supporter **Helio Bialski**, the firm has a team of experienced professionals aligned with the new trends of criminal law. In addition to notoriety in the defense of public servants accused of illegal activity, the firm has recognition of its militant activities focused on economic criminal law in cases related to financial crimes, thus becoming model in its operation environment.

Bialski Advogados Associados has reference works before different courts of the country, with special and recognized performance in respect to the TJSP, obtaining respectability due to its success in solving disputes, and its extremely dedicated, ethical and combative conduct.

HELIO BIALSKI, THE LAW FIRM SUPPORTER: AN INSPIRING LONGING

Helio Bialski, the founder, is one of the most experienced and active lawyers of São Paulo. Graduated from Universidade Presbiteriana Mackenzie (1964), he was a founding professor of the Law School of Faculdades Integradas de Guarulhos (1968 to 1979). He took his Masters at USP under the theme "Da individualização Penal" (1969), publishd by Revista dos Tribunais 428.

Throughout his career, he had numerous papers published in magazines and newspapers specialized in Criminal Law, in addition to its active participation in congresses and conferences in Brazil, France, Mexico, Argentina, and Venezuela. He was also a member of the Argentine Conference of Criminology, the Venezuelan Society of Criminal Law and Criminology, the Nelson Hungria International Center for Legal Studies, the Brazilian Society of Criminology and Penitentiary Science and the International Society of Criminology, based in Paris.

Helio received the laurel of Criminal Lawyer in 1980, awarded by specialized press, as well as the title of Criminal Lawyer of the Year, in 1991, awarded by the Associação dos Advogados Criminais do Estado de São Paulo, an association he chaired between 1989 and 1990. Helio Bialski continues to inspire the firm's team, who seek excellence in law service provision through his example.

Daniel Leon Bialski, Master of Criminal Law from PUC-SP (2008). Graduated in Law from PUC-SP (1992). Member of Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM and the Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa (CJLP). He was Vice-President of the Prerogatives Committee of the São Paulo chapter of OAB between 2008 and 2009.

PREPONDERANT PERFORMANCE IN CRIMINAL MATTER

Following the global trend, Criminal Law in Brazil is booming. New crimes have emerged, especially those focusing on punishing organized crime; the so-called corporate crime; negligent offenses by omission, in addition to the punishment extension on illicit developers agents committed by others.

In line with the new trends, **Bialski Advogados Associados** has highlighted preventive and overt action in the following areas:

Crimes against the National Financial System • Crimes Against Economic Order, Tax and Consumer Affairs • Crimes against Securities Market • Environmental Crimes • Crimes against the Government and the Administration of Justice • Bankruptcy Crime • Antitrust crimes, Cartels and other anticompetitive practices • Crimes against Honor, Life and Person • Crimes against Public Health • Public Prosecution Aid •Extradition Procedure • International Legal Cooperation in Criminal Matters.

ADVISORY AND PREVENTION IN CRIMINAL MATTER

The preventive performance of **Bialski Advogados Associados** is dedicated to the analysis of commercial and financial transactions with the main scope of avoiding the characterization of crimes against the national financial system, money laundering and other crimes potentially arising from the complex trade relations in the last decades.

The firm develops due diligence, personalized and specific in criminal matters, focusing on mergers, acquisitions and joint venture of companies wishing to settle in Brazil, or even domestic companies in corporate transition.

SANCTIONING ADMINISTRATIVE LAW

Bialski Advogados Associados has recognized performance in administrative processes aiming the application of disciplinary sanctions to public servants, especially civil police of São Paulo. The firm conducts technical defense on preliminary calculations; administrative investigations and administrative proceedings under the Public Security Bureau of the State of São Paulo, and in particular against the Internal Affairs Division of the São Paulo State Civil Police.

EXPERTISE IN COURTS OF JUSTICE, TRF, STJ AND STF

The practice in this specific field of expertise is developed by customized drawing of legal opinions, legal briefs, as well as consequent oral arguments.

Boccuzzi Advogados Associados

Fundado em 1996, **Boccuzzi Advogados Associados** já nasceu pensando diferente: o crescimento não deve se sobrepor à excelência no atendimento aos clientes; o foco é construir relacionamentos duradouros.

Fiel a esse objetivo, mantém estrutura compacta e eficiente, pronta para atender seus clientes nos moldes dos grandes escritórios, mas com toda a proximidade que apenas uma boutique pode oferecer. Apoiado nesses alicerces, o escritório especializou-se em Direito Empresarial, oferecendo assessoria excepcional a custos competitivos.

Tendência do mercado já há alguns anos, os escritórios-boutique têm como principal diferencial o atendimento baseado em confiança e nas relações pessoais. A valorização constante dos clientes atuais, sem deixar de lado as novas oportunidades, move todo o trabalho. A equipe é sólida, com pouca rotatividade: ao supervisionar uma estrutura mais eficiente, os sócios têm mais tempo para dedicar aos clientes. Diferentemente de outras estruturas, o principal foco não é o crescimento, mas sim proporcionar um atendimento pronto e impecável.

Em pé (esq»dir)

Dr. Alfeu Alves Pinto, Dr. Eduardo Boccuzzi,
Dr. Marco Ferreira Orlandi, Dr. Rogério Pires da Silva

Sentadas (esq»dir)

Dra. Márcia Alyne Yoshida, Dra. Aline Hungaro Cunha

"Temos orgulho dos clientes que conquistamos, bem como de nossa equipe, cujo talento procuramos sempre valorizar. A ela, damos liberdade para que a integração com o cliente seja completa, facilitando a troca de conhecimentos e a compreensão de cada escolha ou decisão."

Segundo o sócio fundador, *"temos orgulho dos clientes que conquistamos, bem como de nossa equipe, cujo talento procuramos sempre valorizar. A ela, damos liberdade para que a integração com o cliente seja completa, facilitando a troca de conhecimentos e a compreensão de cada escolha ou decisão."*

Boccuzzi Advogados Associados oferece serviços nas seguintes áreas do Direito Empresarial: Tributário • Societário • Fusões e Aquisições • Investimento Estrangeiro • Contratos • Bancário • Mercado de Capitais • Comércio Internacional • Direito Concorrencial • Direito do Trabalho • Arbitragem e Mediação • Contencioso Cível e Comercial.

Serviços em Inglês, Francês, Espanhol e Italiano.

SÓCIOS

Eduardo Boccuzzi. Sócio-fundador, atua nas áreas de finanças corporativas, fusões e aquisições, direito bancário, mercado de capitais e direito tributário. Recebeu em 2010, da revista Global Law Experts, a indicação de profissional recomendado na área de fusões e aquisições no Brasil. Graduado em 1989 pela USP, tem formação adicional pelo Instituto de Estudos Legais Avançados da Universidade de Londres e pela London Guildhall University. Atuou no escritório londrino Denton Wilde Sapte. É membro da American Bar Association, da International Bar Association e da Comissão de Direito Bancário da OAB-SP. Assessor jurídico da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) Nacional, da qual é participante do Comitê de Ética.

Alfeu Alves Pinto. Ingressou como sócio em 2000 e, desde então, é responsável pela área de contencioso cível e comercial. Graduado em 1974 pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), cursou especializações em direito tributário tanto pela USP quanto pela PUC. Acumulou passagens pelos Conselhos de Administração de algumas das principais empresas do País. Foi diretor jurídico de entidades de classe como a Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (Abrava) e o Sindicato das Indústrias de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar do Estado do Rio de Janeiro (Sindratar). É membro do Instituto Brasileiro de Direito Tributário, da International Bar Association e da Turnaround Management Association.

Rogério Pires da Silva. Tornou-se sócio em 2005, atuando com direito tributário, tanto como consultor em planejamento tributário quanto em contencioso. Seu interesse e talento para a área foram reconhecidos em 1989, quando teve sua monografia premiada. Graduou-se pelo Mackenzie em 1990 e, três anos mais tarde, teve mais um trabalho premiado, desta vez pelo Centro de Estudos da Fiscalização do Imposto de Renda. Fez mestrado em Direito Tributário pela USP, concluindo o curso em 1995. Mantém sua veia acadêmica contribuindo com artigos para revistas e sites especializados e como palestrante convidado em cursos. Antes de ingressar em **Boccuzzi Advogados Associados**, trabalhou para Coopers & Lybrand, Autolatina, Philip Morris e Alpargatas. É associado da Associação Brasileira de Direito Financeiro, do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário e da International Fiscal Association.

Marco Ferreira Orlandi. Graduou-se na USP em 1999 e frequentou o programa de mestrado em Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Université Jean Moulin - Lyon 3. Ingressou em **Boccuzzi Advogados Associados** como estagiário em 1996 e fez toda sua trajetória profissional no escritório, tornando-se associado em 2000 e sócio em 2005. Atua nas áreas de direito societário, comercial, fusões e aquisições, direito da informática e arbitragem. Membro da Association Internacionale de Jeunes Avocats, com assento no Comitê Executivo e participa dos comitês de Corporate and M&A e Insolvency.

Márcia Alyne Yoshida. Graduada pela USP em 1998, ingressou em **Boccuzzi Advogados Associados** em 1996, como estagiária, e fez toda sua trajetória profissional no escritório, tornando-se sócia em 2007. Atua nas áreas de direito do trabalho e tributário.

Aline Hungaro Cunha. Graduada pela USP em 2007, ingressou em **Boccuzzi Advogados Associados** em 2008, como estagiária, e fez toda sua trajetória profissional no escritório, tornando-se sócia em 2014. Atua no contencioso cível e comercial.

Boccuzzi Advogados Associados

"We are proud of the clients who have chosen us and of our team, whose talent we value. We give our team the freedom to interact fully with our clients, allowing for an exchange of knowledge and understanding of each choice and decision."

Founded in 1996, **Boccuzzi Advogados Associados** was born thinking different: growth should not overlap to excellence in customer service; the focus is to build lasting relationships.

True to this goal, it remains a compact and efficient structure, ready to serve its clients along the lines of large firms, but with all the closeness that only a boutique can offer. Supported by these foundations, the firm specializes in business law, offering exceptional assistance at competitive costs.

A market trend for some years now, the boutique firms have customer service based on trust and personal relationships as main differential. The steady appreciation of current clients, without forgetting the new opportunities, move all the work. The team is solid, with little turnover: by supervising a more efficient structure, members have more time to devote to clients. Unlike other structures, the main focus is not growth, but rather to provide a prompt and impeccable service.

According to the founding member, *"we are proud of the clients who have chosen us and of our team, whose talent we value. We give our team the freedom to interact fully with our clients, allowing for an exchange of knowledge and understanding of each choice and decision."*

Boccuzzi Advogados Associados provides services in the following areas of business law: Tax • Corporate • Mergers and Acquisitions • Foreign Investment • Contracts • Banking • Capital Market • International Trade • Competition Law • Labor Law • Arbitration and Mediation • Civil and Commercial Litigation.

Services are provided in English, French, Spanish and Italian.

PARTNERS

Eduardo Boccuzzi. A founding partner, he operates in corporate finance, mergers and acquisitions, banking law, capital markets and tax law. In 2010, Eduardo was nominated recommended professional in mergers and acquisitions in Brazil by Global Law Experts magazine. Graduated in 1989 from USP, he holds additional certificate from the Institute for Advanced Legal Studies at London University and London Guildhall University. He has worked at the Londoner firm Denton Wilde Sapte. He is a member of the American Bar Association, the International Bar Association and the Banking Law Committee of OAB-SP. Legal advisor for the Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) Nacional as a member of the Ethics Committee.

Alfeu Alves Pinto. He became a partner in 2000 and, since then, he is in charge of the civil and commercial litigation area. Graduated in 1974 from Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), he specializes in tax law from studies at both USP and PUC. He gathered some experience at Board of Directors of some the Brazilian major companies. He was Legal Director of class entities such as Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (Abrava) and Sindicato das Indústrias de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar do Estado do Rio de Janeiro (Sindratar). He is member of Instituto Brasileiro de Direito Tributário, of the International Bar Association and the Turnaround Management Association.

Rogério Pires da Silva. He became a partner in 2005, working with tax law, both as a consultant on tax planning as in litigation. His interest and talent to the area were recognized in 1989 when he had his award-winning thesis. He graduated from Mackenzie in 1990 and, three years later, had another winning work, this time by the Centro de Estudos da Fiscalização do Imposto de Renda. He holds master's degree in Tax Law from USP, having completed the course in 1995. He keeps his academic vein contributing with articles to magazines and specialized websites and as a guest speaker at courses. Before joining **Boccuzzi Advogados Associados**, he worked for Coopers & Lybrand, Autolatina, Philip Morris and Alpargatas. He is associated with the Associação Brasileira de Direito Financeiro, the Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário and the International Fiscal Association.

Marco Ferreira Orlandi. He graduated from USP in 1999 and attended the master's program in International Private Law at the Université Jean Moulin Private - Lyon 3 Law School. He joined **Boccuzzi Advogados Associados** as a trainee in 1996 and made all his career in the firm, becoming an associate in 2000 and a partner in 2005. He operates in the areas of Corporate, Commercial, Mergers and Acquisitions, Computing Law and Arbitration. Member of the Association Internationale de Jeunes Avocats, with a seat on the Executive Committee and participates in committees of Corporate and M & A and Insolvency.

Márcia Alyne Yoshida. Graduated from USP in 1998, she joined **Boccuzzi Advogados Associados** in 1996 as an intern, and made all her career at the firm, becoming a partner in 2007. She operates in the areas of labor law and tax law.

Aline Hungarian Cunha. Graduated from USP in 2007, she joined **Boccuzzi Advogados Associados** in 2008 as an intern, and made all her career at the firm, becoming a partner in 2014. She works in civil and commercial litigation.

Caodaglio & Associados

Fruto de um sonho pessoal, o escritório **Caodaglio & Associados** nasceu em 1996, com o ambicioso objetivo de decifrar o Direito para aqueles que dele necessitam.

A formalidade e o vernáculo específico, tão caros e imprescindíveis para nós, operadores do Direito, muitas vezes tornam inacessível esse mesmo Direito para os gestores das empresas, que no dia a dia, lidam com os fatos, e requerem sua conexão ao sistema legal e às suas diversas interpretações.

Quase duas décadas depois, sentimo-nos vitoriosos, tendo em nossos clientes verdadeiros parceiros, que não só acompanham processos e orientações legais, como se sentem capacitados a traduzi-los para sua aplicação concreta, na rotina diária da empresa ou da instituição.

(esq»dir)

Dra. Fernanda dos Reis, Dra. Ana Paula Caodaglio

“Para traduzir em prática uma ideia é preciso amá-la.”

Rui Barbosa

Trabalhamos em harmonia com os diversos departamentos que compõem uma empresa, com interface entre contabilidade, recursos humanos e operacional, possibilitando a convergência de ações, preservando a individualidade da empresa ou instituição.

Como resultado de nosso trabalho, empresários e gestores passam a ter no Direito uma sólida ferramenta de gestão e crescimento, exatamente porque passam a entender conceitos e aplicabilidade, tornando-se cada vez mais independentes e seguros em suas decisões.

O escritório **Caodaglio & Associados** tem, dentre suas diretrizes, a de preservar e defender o interesse de seus clientes, buscando, além da ética, a inovação, a clareza e a lógica como fundamentos de atuação.

Para tornar realidade esse ambicioso sonho, o escritório **Caodaglio & Associados** conta não só com excelentes advogados, mas também com uma equipe completa, incluindo contabilistas, auditores, assessores de comunicação e consultores altamente qualificados na elaboração de diagnósticos precisos para identificação de problemas e antecipação de soluções adequadas a cada situação.

Trazendo um aspecto inovador na relação com seus clientes, integram nossa equipe profissionais familiarizados com o gerenciamento de crises, tendo porta-vozes próprios, formados em comunicação social, para auxiliar na informação de fatos e/ou acontecimentos que afetam empresas, instituições e pessoas.

Um setor de pesquisa amplamente informatizado disponibiliza um completo banco de dados jurídico atualizado para acompanhar as constantes alterações e normatizações que interferem no dia a dia das empresas.

Cientes de que o Direito, assim como a rotina empresarial, não tem dia nem hora marcada, colocamos nossa equipe à disposição dos clientes, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, para atendimento e solução de problemas emergenciais.

Situado no Grande ABC Paulista, o escritório **Caodaglio & Associados** atua hoje em todo o território nacional, tanto no desenvolvimento quanto no acompanhamento de processos e projetos, contando, para tanto, com equipe especializada e estrutura flexível, além de parcerias com escritórios profissionais nas principais cidades brasileiras.

Com foco no Direito Empresarial e ênfase nas relações decorrentes de Contratos Públicos, os advogados da **Caodaglio & Associados** desenvolvem, com maestria, atuações nas áreas de:

- Concessões e Contratos Públicos
- Governança Coorporativa e Compliance
- Terceiro Setor
- Relações do Trabalho e Direito Sindical
- Direito Público Ambiental
- Direito Penal Econômico e Criminal Empresarial

SÓCIAS FUNDADORAS:

Ana Paula Balhes Caodaglio, consultora e parecerista para o Terceiro Setor e Administração Pública, Direta, Indireta e Autárquica; advogada graduada pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, 27ª Turma, em 1995; foi membro da Comissão de Prerrogativas da OAB/SP – Subseção São Bernardo do Campo; com especialização pela Escola Superior de Advocacia de São Paulo – ESA em Direito Empresarial, Fusões e Aquisições e Terceiro Setor, participante do Fórum Brasileiro do Controle da Administração Pública (2011), e do Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública (2013).

Fernanda dos Reis, contabilista, advogada graduada pela Universidade Mogi das Cruzes, em 1995, Auditora Trabalhista formada pela CENOFISCO e Perita Judicial Ambiental, certificada pela Globo Verde Ambiental, participante do Fórum Brasileiro do Controle da Administração Pública (2011), e do Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública (2013).

Caodaglio & Associados

“In order to translate an idea into practice one has to love it.”

Rui Barbosa

Fruit of a personal dream, law firm **Caodaglio & Associados** was established in 1996, with the ambitious goal of deciphering the Law for those who need it.

Formality and language itself, so dear and necessary to all of us, Law operators, many times turn Law inaccessible to company managers who handle facts on a daily basis and require its connection to the legal system and to its various interpretations.

Almost two decades later, we are victorious, considering our clients true partners that not only follow up on processes and legal directions but also feel able to translate them to their practical application, in the company or institution’s daily routine.

We work in harmony with several departments that make up an enterprise, with interface between accounting, human resources and operational, enabling the convergence of actions, preserving the individuality of the company or institution.

As a result of our work, businesspeople and managers find a solid tool for the management and growth in the Law, exactly because they understand concepts and applicability, becoming more independent and secure in their decisions.

Among their guidelines, **Caodaglio & Associados** aims at preserving and defending the interests of their clients, seeking innovation, clarity and logic and ethics as ground for their operation.

In order to accomplish this ambitious dream, **Caodaglio & Associados** not only counts on excellent lawyers, but also with a complete staff, including accountants, auditors, communication assistants and highly skilled consultants in the preparation of accurate diagnostics to identify problems and anticipate solutions according to each situation.

With an innovative aspect in the relationship with their clients, our team is formed by professionals familiar with the management of crises, having their own spokespersons graduated in social communication, in order to assist in informing facts and/or events that affect businesses, institutions and people.

A research area fully computerized offers a complete legal database updated to keep pace with the constant changes and norms that interfere in the day-to-day activities of the companies.

Aware of the fact that the Law, as well as the business as usual, has no day or time, we put our team at the disposal of clients twenty-four hours a day, seven days a week, to answer and solve emergency problems.

Located in Great ABC Paulista, **Caodaglio & Associados** acts today throughout the national territory, both in the development and monitoring of processes and projects, counting on specialized staff and flexible structure, in addition to partnerships with professional firms in the main Brazilian cities.

Focusing on Business Law and on relations arising from Public Contracts, lawyers of **Caodaglio & Associados** skillfully develop their operations in:

- Concessions and Public Contracts
- Corporative Governance and Compliance
- Third Sector
- Relations of Labor and Trade Union Rights
- Public Environmental Law
- Corporate Criminal and Economic Criminal Law

FOUNDING PARTNERS:

Ana Paula Balhes Caodaglio, consultant and writer of legal opinions for the Third Sector and the Government, Direct, Indirect and Agencies Administration; Law degree from São Bernardo do Campo Law School, 27th group in 1995; she was member of the Prerogratives Committee of OAB/SP – São Bernardo do Campo subchapter; gradute from Escola Superior de Advocacia de São Paulo – ESA in Business Law, Mergers and Acquisitions and the Third Sector; participant of the Brazilian Forum of Public Administration Control (2011), and the Brazilian Forum of Public Administration and Contracting (2013).

Fernanda Reis, accountant, Law degree from Universidade Mogi das Cruzes in 1995, Labor Auditor graduated from CENOFISCO and Environmental Judicial Expert certified by Globo Verde Ambiental, participant of the Brazilian Forum of Public Administration Control (2011), and of the Brazilian Forum of Public Administration and Contracting (2013).

Castelo Branco Advogados Associados

O escritório **Castelo Branco Advogados Associados**, com sede em São Paulo, atua, desde a década de 60, na prestação de serviços de elevado padrão em advocacia criminal.

Liderado por Tales Castelo Branco e Fernando Castelo Branco, o escritório conta com a participação de sócios – Frederico Crissiúma de Figueiredo, Gustavo Neves Forte e Fernanda de Almeida Carneiro – e advogados altamente qualificados, além de correspondentes nas principais cidades do Brasil e do exterior.

Dotado de completa e moderna infraestrutura, o escritório **Castelo Branco Advogados Associados** prima pela qualidade de atendimento aos clientes, assessorando-os, aconselhando-os e defendendo-os de forma personalizada, com absoluto sigilo e reconhecida competência.

Em pé (esq»dir)

Dr. Raphael Debes Chan Spinola Costa, Dr. Frederico Crissiúma de Figueiredo, Dr. Tales Castelo Branco

Sentados (esq»dir)

Dr. Fernando Castelo Branco, Dra. Fernanda de Almeida Carneiro, Dr. Gustavo Neves Forte

É reconhecido pela excelência dos serviços profissionais prestados; pela ética, lealdade e transparência na condução dos casos sob seus cuidados; dedicação e atendimento personalizado; discrição e sigilo profissional.

Ao longo de mais de meio século de existência, o escritório atua na defesa do interesse de pessoas físicas e jurídicas, em todos os ramos do Direito Penal, destacadamente na área do Direito Penal Econômico, representando seus clientes durante a fase administrativa, policial e em juízo, na defesa ou na assistência à acusação, em todas as instâncias, com atuação junto aos tribunais, incluindo a adoção de medidas para a obtenção da liberdade de réus presos e para a liberação de bens, direitos e valores sujeitos a medidas cautelares constritivas.

Com a mesma dedicação, o escritório **Castelo Branco Advogados Associados** atua na área consultiva, elaborando estudos técnicos, pareceres jurídicos e opiniões legais nos diversos ramos do Direito Penal. Também assessora empresas na formulação de programas de *criminal compliance*, identificando as principais áreas de risco; elaborando e implementando códigos de ética, ou revisando e aperfeiçoando programas já existentes; treinando funcionários, com a promoção de iniciativas de prevenção à corrupção em todos os níveis da administração; e desenvolvendo sistemas de controle interno.

Atento às mudanças decorrentes principalmente da Lei 12.846/13 –conhecida como Lei Anticorrupção –, o escritório **Castelo Branco Advogados Associados** desenvolveu um serviço específico para a indústria de *Private Equity* e *Venture Capital*: a realização de *criminal due diligence* nas empresas alvo ou já investidas. Neste processo, apura-se, de forma independente, a existência, na esfera penal, de procedimentos investigativos e ações penais relativas a crimes contra a ordem tributária, contra a ordem econômica, contra o sistema financeiro nacional, contra o mercado de capitais, contra a propriedade industrial e intelectual, contra o meio ambiente, crimes falimentares, licitatórios, informáticos e de lavagem de dinheiro, dentre outros, que envolvam a empresa alvo ou investida, bem como seus sócios, diretores e funcionários-chave.

O escritório **Castelo Branco Advogados Associados** é reconhecido pela excelência dos serviços profissionais prestados; pela ética, lealdade e transparência na condução dos casos sob seus cuidados; dedicação e atendimento personalizado; discrição e sigilo profissional; respeito às normas brasileiras e estrangeiras que regulam as boas práticas de atuação junto a órgãos públicos e privados; e permanente atualização profissional e acadêmica de seus profissionais.

SÓCIOS

Tales Castelo Branco foi presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (2004-2006); vice-presidente nacional da OAB (1990-1991); Conselheiro Federal da OAB (1988-1989 e 1990-1991); professor de Direito Penal e Processual Penal da Escola Superior de Advocacia da OAB-SP (1998-2000); autor dos livros *Da prisão em Flagrante* e *Teoria e Prática dos Recursos Criminais*, ambos publicados pela editora Saraiva.

Fernando Castelo Branco é professor de Direito Processual Penal e mestre em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Diretor do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA (desde 2009); Conselheiro Estadual da OAB/SP (1998-2000; 2001-2003; 2012-2015); presidente da Comissão de Seleção da OAB-SP (2001-2003 e 2012-2015); autor do livro *A pessoa jurídica no processo penal* (Saraiva).

Frederico Crissiúma de Figueiredo é professor assistente de Direito Processual Penal da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Conselheiro Seccional, integrante da 4ª Câmara Recursal do Conselho Seccional e do Conselho de Prerrogativas, e membro da Comissão de Seleção e Inscrição, todos da OAB/SP (2013-2015).

Gustavo Neves Forte, mestre em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi professor assistente de Direito Processual Penal (2007-2010); membro da Comissão de Seleção e Inscrição e membro colaborador da 4ª Câmara Recursal da OAB/SP (2013-2015).

Fernanda de Almeida Carneiro, pós-graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas; Coordenadora do Comitê Penal do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA (desde 2015); membro da Comissão de Seleção e Inscrição e membro colaboradora da 4ª Câmara Recursal da OAB/SP (2013-2015).

Raphael Debes Chan Spinola Costa, graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; iniciação científica em prova pericial (2013).

Castelo Branco Advogados Associados

Is recognized for their excellence in professional services; ethics, loyalty and transparency in the conduct of cases under their responsibility; dedication and personalized service; discretion and professional secrecy.

Law firm **Castelo Branco Advogados Associados**, headquartered in São Paulo, has been operating with high standard services in criminal law since the 1960's.

Headed by Tales Castelo Branco and Fernando Castelo Branco, the firm also counts on partners Frederico Crissiúma de Figueiredo, Gustavo Neves Forte and Fernanda de Almeida Carneiro, as well as on highly skilled lawyers, and correspondents throughout the Brazilian cities and abroad.

Equipped with complete and modern infra-structure, the firm **Castelo Branco Advogados Associados** strives to serving clients with quality, assisting, advising and defending them in a customized way, with absolute confidentiality and recognized competence.

For over half a century of existence, the firm has been working to defend the interests of individuals and companies in all areas of criminal law, notably in the area of Economic Criminal Law, representing clients during the administrative, investigation and judgment phases, either in the defense or the prosecution service, in every instance, working with courts, including the adoption of measures to release imprisoned defendants and goods, rights and values subject to constricting injunctions.

With the same dedication, the firm **Castelo Branco Advogados Associados** serves on the advisory area, preparing technical studies and legal opinions in various fields of criminal law. They also advise companies in the formulation of criminal compliance programs, identifying key risk areas; developing and implementing codes of ethics, or reviewing and improving existing programs; training employees, by promoting corruption prevention initiatives at all management levels; and developing internal control systems.

Aware of the changes arising mainly from Law 12,846/13 – known as the Anti-Corruption Law – the **Castelo Branco Advogados Associados** law firm developed specific service for the Private Equity and Venture Capital industry: conducting criminal due diligence on target companies or which have already been invested in. In this process, they independently verify the existence of investigative and criminal proceedings, in the criminal sphere, related to crimes against the tax order, against the economy, against the national financial system, against the capital market, against industrial and intellectual property, against the environment, bankruptcy crimes, bidding, computer and money laundering, among others, involving the target company or the one invested in, as well as their partners, directors and key employees.

The **Castelo Branco Advogados Associados** firm is recognized for their excellence in professional services; ethics, loyalty and transparency in the conduct of cases under their responsibility; dedication and personalized service; discretion and professional secrecy; respect for Brazilian and foreign standards governing good performance practices with public and private agencies; and ongoing professional and academic update of their professionals.

PARTNERS

Tales Castelo Branco was president of Instituto dos Advogados de São Paulo (2004-2006); national vice-president of OAB (1990-1991); Federal Member of OAB (1988-1989 e 1990-1991); professor of Criminal and Criminal Procedural Law at OAB-SP's Escola Superior de Advocacia (1998-2000); author of books *Da prisão em Flagrante* and *Teoria e Prática dos Recursos Criminais*, both published by Saraiva.

Fernando Castelo Branco is professor of Criminal Procedural Law at and Master of Criminal Procedural Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Director of Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA (since 2009); State Member of OAB-SP (1998-2000; 2001-2003; 2012-2015); president of the Selection Committee of OAB-SP (2001-2003 e 2012-2015); author of book *A pessoa jurídica no processo penal* (Saraiva).

Frederico Crissiúma de Figueiredo is assistant professor of Criminal Procedural Law at Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Chapter Member, integrating the 4th Chamber of Appeals of the Sectional Council and the Council of Rights, and member of the Selection and Enrollment Committee, all of OAB-SP (2013-2015).

Gustavo Neves Forte, Master of Criminal Procedural Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, he has been assistant Academic Coordinator and professor of graduate studies (*lato sensu*) in Economic Criminal and Corporate Law at EDB; member of the Selection and Enrollment Committee and contributing member of the 4th Chamber of Appeals of OAB-SP (2013-2015).

Fernanda de Almeida Carneiro, graduate in Business Administration from Fundação Getúlio Vargas; Coordinator of the Criminal Committee of Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA (since 2015); member of the Selection and Enrollment Committee and contributing member of the 4th Chamber of Appeals of OAB-SP (2013-2015).

Raphael Debes Chan Spinola Costa, Law degree from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo and Business Administration degree from Universidade Presbiteriana Mackenzie; introduction to scientific research in expert evidence (2013).

Chiaparini e Bastos Advogados

Fundado em 1987 por **José Diogo Bastos Neto** e **Marcos Ricardo Chiaparini**, que à época já reuniam experiência profissional no âmbito do Direito Empresarial, o escritório paulistano organiza-se em torno da concepção da advocacia como um trabalho artesanal, em que a proximidade e o conhecimento mútuo entre advogado e cliente e a consequente relação de confiança desenvolvida são as premissas para a obtenção dos resultados almejados.

Eleger o atendimento personalizado como método de trabalho significa privilegiar a rápida e descomplicada troca de informações entre advogado e cliente, a agilidade na resolução dos entraves, proporcionando, assim, melhores resultados.

O escritório estende sua atuação por diversas áreas – contratual, securitária, consumidor, societária, responsabilidade civil, família – com especial destaque para as relações jurídicas desenvolvidas no âmbito empresarial.

Na esfera contenciosa a atuação do escritório abrange todas as instâncias, inclusive a advocacia perante os tribunais superiores.

A atuação na área consultiva privilegia a prevenção de litígios e a orientação do cliente na condução e execução de negócios.

(esq»dir)

Dr. Marcos Ricardo Chiaparini, Dr. Leonardo Furtado, Dr. José Diogo Bastos Neto

A excelência da advocacia artesanal

Janeiro. Transferindo-se para São Paulo, trabalhou no escritório Felsberg e Associados, de onde saiu para a fundação de **Chiaparini e Bastos Advogados**, em 1987.

Foi presidente da AASP – Associação dos Advogados de São Paulo em 2005, dando mostras de que o exercício bem-sucedido da profissão de advogado não impede – antes impulsiona – a luta pelos interesses de toda a categoria dos advogados. Do discurso proferido por ocasião de sua posse são extraídas palavras definidoras de sua concepção de advocacia:

"Estando numa casa de advogados, não posso deixar de recordar meu início de carreira, tendo como memória viva a primeira vez que tive acesso a um processo. Vi, então, que ali se contava uma história real, pessoas de carne e osso expondo suas razões, estabelecendo uma disputa cujo resultado certamente afetaria suas vidas.

Entendi a razão que faz alguns afirmarem que processo tem voz, cheiro e alma. Percebi não só a dimensão da responsabilidade do advogado perante seu cliente, como o alcance social de sua militância, pois sem ela os conflitos não se dissolveriam, obstaculizando a paz social desejada por todos os cidadãos.

Tive certeza, então, que da advocacia não largaria mais, decisão cada vez mais presente em minha vida, pois a profissão me deu maturidade e autorrespeito. Nela aprendi a ganhar e perder como exercício cotidiano, cheguei mais perto dos sentimentos humanos."

É nessa linha participativa e combativa que além de atuar nos órgãos de classe, manifesta-se na imprensa especializada, assinando artigos opinativos e discutindo temas da pauta diária.

Certo de que ao advogado, como cidadão, também cabe trabalhar pela coletividade, é conselheiro da APAE-SP.

Marcos Ricardo Chiaparini é especializado em consultoria empresarial. Formado em 1977 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), reúne em sua experiência profissional passagens pelo escritório Rezende, D'Avila, Hoelz, Felsberg e Saeki, em São Paulo, e pelos jurídicos da Ford Brasil S/A, do Banco Intercontinental S/A e do Brasilinvest S/A Participações e Negócios, antes da fundação do escritório **Chiaparini e Bastos Advogados** em 1987. Participou também do Conselho de Administração de diversas empresas. Foi Professor de Direito Comercial das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Atualmente está focado na consultoria a empreendimentos imobiliários de grande porte, com atenção especial à "sustentabilidade" e projetos ambientais.

Leonardo Guerzoni Furtado de Oliveira é especializado em contencioso cível. Formado em 2001 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é especialista em Direito Processual Civil pela mesma Universidade, e em Direito Empresarial pela Escola Paulista da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Integra o escritório desde 2000.

Henrique Venturelli Graduado em 2011 pela Faculdade Damásio de Jesus; pós-graduando em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

A PASSAGEM DOS 25 ANOS

Em 2012 o escritório completou 25 anos de existência. Mais do que a passagem do tempo, a comemoração ocorrida no Museu da Casa Brasileira em São Paulo, em maio de 2013, celebrou o acerto das premissas escolhidas pelos sócios para nortear o exercício da profissão.

EQUIPE

José Diogo Bastos é especialista em contencioso cível, com foco em Direito Empresarial. Graduado em 1983 pela Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, obteve o título de especialista em Direito Empresarial em 1985 pela Universidade Mackenzie, em São Paulo. Iniciou a carreira em um pequeno escritório full service em que a proximidade com o titular proporcionou-lhe a oportunidade de conhecer amplamente o ofício, para em seguida passar por departamentos jurídicos de grandes empresas multinacionais – SOEICOM Indústria de Cimento S.A. (Grupo Champalimaud) e Fio e Cabos Plásticos do Brasil S.A. (Grupo Erickson), no Rio de

Chiaparini e Bastos Advogados

Excellence in craft work law practice

Founded in 1987 by **José Diogo Bastos Neto** and **Marcos Ricardo Chiaparini**, who at that time already accumulated professional experience in Business Law, the law firm located in São Paulo is organized around the concept of law as a craft work, where closeness and mutual knowledge between lawyer and client and the resulting developed trust are the underlying assumptions to reach desired results.

Electing personalized service as a working method means favoring fast and uncomplicated exchange of information between lawyer and client, agility in solving barriers, thereby providing better results.

The firm extends its activities in various areas – contracts, insurance, consumer, corporate, civil, family – with special emphasis on the legal relationships developed in business.

In litigation, the firm's operations cover all instances, including law practice in the higher courts.

Work developed in the advisory field focuses on disputes prevention and customer orientation in business conduction and performance.

TURNING 25

In 2012 the firm has completed 25 years of existence. More than only the passing of time, the celebration – which happened at Museu da Casa Brasileira in São Paulo in May 2013 – was around the right choices on assumptions made by the partners to guide the exercise of their profession.

STAFF

José Diogo Bastos specializes in civil litigation, focusing on Business Law. Graduated in 1983 from Universidade Estácio de Sá in Rio de Janeiro, he earned the title of specialist in Business Law in 1986 from Universidade Mackenzie, in São Paulo. He started his career in a small full service firm, in which the closeness to the owner provided him the chance to widely learn about this job; afterwards, he would pass through legal departments of large multinational companies – SOEICOM Indústria de Cimento S.A. (Grupo Champalimaud) and Fio e Cabos Plásticos do Brasil S.A. (Grupo Erickson), in Rio de Janeiro. Moving to São Paulo, he worked at Felsberg e Associados, where he left in order to found **Chiaparini e Bastos Advogados**, in 1987.

He was chairman of AASP – Associação dos Advogados de São Paulo in 2005, showing that the successful exercise as a lawyer doesn't prevent – rather motivates – the fight for the interests of the entire lawyers' class. From the speech made when he took office, some defining words can be extracted on his conception of law practice:

"Living in a house of lawyers, I cannot help but recall my early career, and, as a living memory, the first time I had access to a lawsuit. Then I saw that there was a real story told, people of flesh and bone exposing their reasons, settling a dispute whose outcome would certainly affect their lives.

I understood the reason for some to claim a lawsuit has a voice, smell and soul. I realized not only the size of the lawyer's liability towards his/her client, as well as the social impact of his/her militancy, for without it no conflicts would dissolve, hindering social peace, desired by all citizens.

I knew then that I would never drop law practice, a decision increasingly present in my life because of the maturity and self-respect the profession gave me. With it I've learned to win and to lose as a daily exercise, I came closer to human feelings."

In this participatory and combative line – besides acting at professional agencies – he manifests in the specialized press, signing opinionated articles and discussing topics of daily agenda.

With the certainty that a lawyer, as a citizen, has also to work for the community, he is director of APAE-SP.

Marcos Ricardo Chiaparini specializes in Business advisory, Graduated in 1977 from Universidade de São Paulo (USP) Law School, in his professional experience he gathers passages though Rezende, D'Avila, Hoelz, Felsberg e Saeki, in São Paulo, and legal departments of Ford Brasil S/A, Banco Intercontinental S/A and Brasilinvest S/A Participações e Negócios, before founding **Chiaparini e Bastos Advogados** in 1987. He has participated of the Board of Directors of several companies. He was Professor of Commercial Law at Faculdades Metropolitas Unidas (FMU). Currently he focuses on the advisory to large real estate developments, especially on "sustainability" and environmental projects.

Leonardo Guerzoni Furtado de Oliveira specializes in civil litigation. Graduated in 2001 from Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), he specializes in Civil Procedural Law from the same university and in Business Law from Escola Paulista da Magistratura of the Court of Justice of the State of São Paulo. He integrates the firm since 2000.

Henrique Venturelli Graduate in 2011 from Faculdade Damásio de Jesus; postgraduate degree in Civil Law from Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Cigagna Júnior Advocacia

O escritório **Cigagna Júnior Advocacia** é uma sociedade de advogados voltada aos ramos do direito civil e comercial, com ênfase no direito de família e das sucessões, contencioso societário e imobiliário. Foi constituída na esteira da carreira profissional de seu sócio titular, o advogado Dilermando Cigagna Júnior, que, nos idos de 15 de agosto de 1968, ainda no quarto ano de direito, fundou o escritório em duas pequenas salas no Centro de São Paulo, juntamente com outros dois colegas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). Ao longo de mais de 45 anos de existência – e, desde 2003, em estruturada e moderna sede, em uma transversal à Avenida Pacaembu – o escritório desenvolve uma advocacia exclusiva, contando com uma equipe de profissionais formada dentro da própria sociedade, desde os bancos acadêmicos.

Em pé (esq»dir)

Dra. Lara Arantes Baracat, Dr. Rodrigo Aparecido Catalani,
Dr. Gustavo Dequech Cigagna, Dra. Maria Carolina Abib Cigagna,
Dr. José Carlos Leite Machado de Oliveira, Dra. Mildred Elaine Maluf Figueira,
Dr. Marco Antonio Fanucchi, Dra. Angela Fornari Cigagna

Sentado

Dr. Dilermando Cigagna Júnior

É considerada uma das mais tradicionais e admiradas bancas no contencioso civil, em especial em ações de família, sucessões e societárias.

Cigagna Júnior Advocacia tem como característica principal a personalidade forte, exigente e aguerrida de seu fundador Dilermando Cigagna Júnior, que exerce com afinco a condição de titular da banca. Seus sócios foram seus estagiários e carregam essa fiel identidade, sendo um dos poucos escritórios que ao longo de várias décadas conserva a estrutura principal íntegra e sólida, com os mesmos componentes. A banca tem ainda como particularidade, a par de manter firmemente o foco nas estratégias traçadas aos clientes, não abandonar o contato pessoal com o seu constituinte, de sorte a não se permitir frieza ou mero pragmatismo na abordagem das demandas postas aos seus préstimos. É considerada uma das mais tradicionais e admiradas bancas no contencioso civil, em especial em ações de família, sucessões e societárias, ao reboque de emblemáticos casos que patrocinou ao longo de mais de quatro décadas.

Nos últimos anos, em que pese ao seu conhecido viés contencioso, a banca tem se especializado na prevenção e solução de conflitos familiares, sucessórios e societários, inclusive pós-litígios, prestando toda a assessoria jurídica na esfera patrimonial (inclusive tributária) e estrutural corporativa.

OS SÓCIOS

Dilermando Cigagna Júnior, Sócio fundador e advogado titular de **Cigagna Júnior Advocacia**, formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP), turma de 1969, especialista em direito civil, com atuante militância no Direito de Família e Sucessões, Societário, Comercial e Imobiliário, com artigos e pareceres publicados.

Marco Antonio Fanucchi, Advogado sócio, integrando os quadros do escritório desde maio de 1984. Área de atuação predominante: Família e Sucessões, Societário e Imobiliário. Formado pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (1986), com pós-graduação em Direito Empresarial pelo Mackenzie (1989). Membro efetivo do IASP, associado do IBDFam e da Associação de Direito de Família e das Sucessões (ADFAS). Foi Membro e Coordenador Estadual da Área Civil da Comissão Permanente de Exame de Ordem e Estágio da OAB/SP (1993/1997), Membro Relator do Quinto Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP (2010/2013) e Diretor Jurídico do Yacht Club de Ilhabela (2008/2010). Relator do Vigésimo Terceiro Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP (2013) e Diretor Institucional do IASP (2013), onde é Membro Secretário da Comissão de Estudos de Direito de Família (2013).

Angela Fornari Cigagna, Advogada sócia, formada em 1988 pela PUC/SP, inicialmente estagiando em escritório especializado em direito comercial, exerceu a advocacia primeiramente junto à Procuradoria de Assistência Judiciária de São Paulo, ingressando nos quadros da **Cigagna Júnior Advocacia** em janeiro de 1988, passando a sócia em 1990.

José Carlos Leite Machado de Oliveira, Advogado sócio, formado em 1994 pela PUC/SP, integra o escritório **Cigagna Júnior Advocacia** desde fevereiro de 1992, atuando nas áreas Cível e Família.

Gustavo Dequech Cigagna, Advogado sócio, formado em 2003 pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, inicialmente estagiou junto à Procuradoria de Assistência Judiciária de São Paulo no ano de 2000, onde militou na área de Família e Sucessões, ingressando aos quadros da **Cigagna Júnior Advocacia** em março de 2001, passando posteriormente a condição de sócio, atuando nas áreas Cível, Imobiliário, Societário, Família e Sucessões.

Mildred Elaine Maluf Figueira, Advogada sócia, formada em 1997 pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU. Atua nas áreas Cível, Família e Sucessões. Trabalha junto ao escritório **Cigagna Júnior Advocacia** desde janeiro de 1996, passando posteriormente a condição de sócia. Pedagoga licenciada pela FMU, 1985.

Maria Carolina Abib Cigagna, Advogada sócia, formada em 2003 pela FMU, inicialmente estagiou junto à Procuradoria de Assistência Judiciária de São Paulo no ano de 2000, onde militou na área Criminal, ingressando aos quadros da **Cigagna Júnior Advocacia** em agosto de 2002, passando posteriormente a condição de sócia, atuando nas áreas Cível, Família e Sucessões. Pós-graduada em Direito Processual Civil em 2011, junto ao COGEAE – Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC/SP, sob a coordenação da Prof. Dra. Teresa Celina Arruda Alvim Wambier.

Rodrigo Aparecido Catalani, Advogado sócio, formado em 2006 pela UNIP, iniciou sua carreira em 1998 na **Cigagna Júnior Advocacia**, onde posteriormente veio a estagiar em 2002, atuando nas áreas Cível, Família e Sucessões.

Lara Arantes Baracat, Advogada sócia, formada em 2009 pela FAAP, iniciou sua carreira em 2007 na **Cigagna Júnior Advocacia** como estagiária, atuando nas áreas Cível, Família e Sucessões.

Cigagna Júnior Advocacia

It is considered one of the most traditional and admired law firms in civil litigation, especially in family, successions and corporate actions.

The **Cigagna Júnior Advocacia** is a law firm dedicated to the fields of civil and commercial law, with an emphasis in family law and successions, corporate litigation and real estate. It was formed in the wake of the professional career of its founding partner, lawyer Dilermando Cigagna Júnior, who, on August 15, 1968, still in the fourth year of law school, founded the firm in two small rooms in the center of São Paulo, along with two other colleagues at Largo São Francisco Law School (USP). Over more than 45 years of existence – and, since 2003, in structured and modern headquarters, in a cross street off Pacaembu Avenue – the firm develops unique legal services, with a team of professionals formed within the society itself from law school seats.

Cigagna Júnior Advocacia has a strong, demanding and experienced personality as main aspect after its founder, **Dilermando Cigagna Júnior**, who diligently practices the position of main partner of the firm. His partners were his trainees and they hold this loyal identity, one of the few law firms over several decades retaining the main full and solid structure, with the same components. The firm has the particularity, along with firmly keeping focus on strategies outlined to clients, not to give up on the personal contact with its constituent, so as not to allow cold or mere pragmatism in addressing the demands put to their services. It is considered one of the most traditional and admired law firms in civil litigation, especially in family, successions and corporate actions, renowned for emblematic cases which they have sponsored over more than four decades.

In recent years, despite its known litigation bias, the society has been specializing in prevention and resolution of family , succession and corporate conflicts, including post-litigation, providing legal advice on the equity and corporative structural sphere (including tax).

THE PARTNERS

Dilermando Cigagna Júnior, Founding partner and main lawyer of **Cigagna Júnior Advocacia**, graduated from the Largo de São Francisco Law School (SUP) in 1969, specializing in civil law and active advocacy in the law fields of Family and Successions, Business, Commercial, Real Estate, with published articles and legal opinions.

Marco Antonio Fanucchi, Partner lawyer integrating the firm's staff since May 1984. Main fields of practice: Family and Successions, Corporate and Real Estate. Degree from Faculdades Metropolitanas Unidas (1986), graduate certificate in Corporate Law from Mackenzie (1989). Full Member of IASP, associated to IBDFam and Associação de Direito de Família e das Sucessões (ADFAS). He was Member and State Coordinator in the civil area of the Permanent Committee of the Bar Examination and Internship of OAB/SP (1993/1997), rapporteur member of the Fifth Court of Ethics and Discipline of OAB/SP (2010/2013) and Legal Director of the Yacht Club de Ilhabela (2008/2010). Rapporteur of the 23rd Court of Ethics and Discipline of OAB/SP (2013) and Institutional Director of IASP (2013), where he acts as Member Secretary of the Committee of Family Law Studies (2013).

Angela Fornari Cigagna, Partner lawyer, graduated in 1988 from PUC/SP, initially working as a trainee at a law firm specializing in commercial law, she has first practiced law at the Legal Aid Office of the Attorney General of Sao Paulo, joining **Cigagna Júnior Advocacia's** staff in January 1988, becoming a partner in 1990.

José Carlos Leite Machado de Oliveira, Partner lawyer, graduated in 1994 from PUC/SP, he is part of **Cigagna Júnior Advocacia** since February 1992, working in the Civil and Family areas.

Gustavo Dequech Cigagna, Partner lawyer, graduated in 2003 from Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, he was initially a trainee at the Legal Aid Office of the Attorney General of Sao Paulo in 2000, where he worked in Family and Successions, joining the staff of **Cigagna Júnior Advocacia** in March 2001, later becoming partner practicing in Civil, Real Estate, Corporate, Family and Successions fields.

Mildred Elaine Maluf Figueira, Partner lawyer, graduated in 1997 from aculdades Metropolitanas Unidas –FMU. She works in the Civil, Family and Successions fields. She has been working with **Cigagna Júnior Advocacia** since January 1996, later becoming partner. Degree in education from FMU, 1985.

Maria Carolina Abib Cigagna, Partner lawyer, graduated in 2003 from FMU, she was initially a trainee at the Legal Aid Office of the Attorney General of Sao Paulo in 2000, where she worked in the Criminal area, joining the staff of **Cigagna Júnior Advocacia** in August 2002, later becoming partner practicing in Civil, Family and Successions fields. Graduate in Civil Procedural Law in 2011 at COGEAE – Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão of PUC/SP, under the coordination of Prof. Teresa Celina Arruda Alvim Wambier.

Rodrigo Aparecido Catalani, Partner lawyer graduated in 2006 from UNIP, he began his career in 1998 at **Cigagna Júnior Advocacia**, where he worked as a trainee in 2002, in the Civil, Family and Successions fields.

Lara Arantes Baracat, Partner lawyer graduated in 2009 from FAAP, she began her career in 2007 at **Cigagna Júnior Advocacia** as a trainee in the Civil, Family and Successions fields.

Coelho de Souza Advocacia

HISTÓRIA

Ao longo desses quase 80 anos, a partir do Estado do Pará, o escritório **Coelho de Souza Advocacia** se transformou em referência profissional no Norte do país pela competência traduzida nos êxitos e pela prestação dos serviços jurídicos nas diferentes áreas e abrangências da advocacia empresarial e institucional. Após o conceito construído e solidificado, expandiu por todo o Pará e pelas demais unidades da federação.

Fundado em 1937 por Daniel Coelho de Souza, o escritório incorporou o prestígio do seu fundador, consagrado pela cultura e na atuação jurídica como professor, Consultor Geral do Estado, reitor da Universidade Federal do Pará e presidente da OAB-PA, instituição que lhe prestou o devido conhecimento ao dar seu nome a mais alta Comenda, nome igualmente reverenciado na magistratura paraense e no mundo jurídico, com a denominação do edifício-sede do Fórum Cível de Belém.

(esq»dir)

Dra. Roberta Coelho de Souza, Dr. Bruno Coelho de Souza

A estrutura altamente especializada do escritório permite que cada caso seja cuidadosamente conduzido e supervisionado por pelo menos um de seus sócios, propiciando aos seus clientes soluções rápidas, inovadoras e eficientes.

Portando, um nome de tamanha expressão, o escritório **Coelho de Souza Advocacia** prossegue honrando a memória e os elevados princípios e objetivos que o fundador cultuava. Sucedido na condução da banca pelo filho Frederico Coelho de Souza, ambos conviveram durante largo período, atuando conjuntamente nas lides forenses, confirmando aquilo que se poderia chamar de uma transcendente transição, acrescentando à formação jurídica de Frederico Coelho de Souza e ao exercício da advocacia, o desempenho em importantes funções públicas, entre as quais Procurador Geral do Estado e representante da OAB-PA no Conselho Federal da Instituição.

Cabe, agora, à terceira geração Coelho de Souza a continuidade dessa história, rigorosamente fiel aos conceitos de excelência herdados dos antecessores, na formação profissional e no enriquecimento cultural comprometidos com a atuação em todas as causas e consequente atendimento aos objetivos dos clientes. Bruno e Roberta Coelho de Souza acompanharam incontáveis momentos de vivência e experiência profissional com o avô e o pai, conjugando os valores acadêmicos às melhores práticas recomendáveis às diferentes situações que envolvam as lides jurídicas.

Acompanhados de selecionada e aplicada equipe de advogados, **Bruno Coelho de Souza**, pós-graduado em Direito Civil Constitucional pela UERJ-RJ, administra os procedimentos e técnicas a serem aplicadas às causas em questão, ao mesmo tempo em que se dedica particularmente às ações relacionadas ao Direito Empresarial e do Trabalho. Por sua vez, **Roberta Coelho de Souza**, também coordenando o funcionamento específico, mas harmônico, das atenções profissionais em que o escritório é demandado, assume em especial as áreas de Direito Civil, do Consumidor e Contencioso Estratégico, especificidades em que sua formação também inclui o grau acadêmico obtido junto à PUC-RJ.

ESTRUTURA

Para atender à expansão das suas atividades, a sede do escritório em Belém tomou porte compatível com seu crescimento e ocupa, hoje, uma área construída de 800m² sobre uma superficie patrimonial própria com mais de 3.000 m².

Além do escritório **Coelho de Souza Advocacia** atender todas as comarcas do Estado do Pará, com base estratégica nas cidades de Marabá e Parauapebas, avançou para os mercados do Maranhão, com escritório em São Luís, atuando permanentemente também no Estado do Piauí.

Tal volume e diversidade aportam fatores de impulso e sucesso a cada caso, confirmando uma atualização compatível com o que de mais apurado se pode exigir, no direito, para o alcance dos melhores resultados.

SERVIÇOS

O escritório tem a honra de representar empresas comerciais, indústrias, instituições financeiras, concessionárias de serviços públicos e associações e integrantes do ranking das maiores empresas nacionais e locais em questões relacionadas com o direito empresarial, civil, securitário, do consumidor, trabalhista, societário, falimentar e administrativo perante o Poder Judiciário, tanto em processos de alto impacto quanto em processos de Juizados Especiais ou causas massificadas.

Também presta assessoria extrajudicial consistente no suporte de apreciação e avaliação pré-cautelar na celebração de negócios jurídicos, elaboração de pareceres e opiniões legais, bem como na análise de risco decorrentes de processos judiciais. É frequente também a atuação de seus advogados perante órgãos governamentais, em advocacia consultiva e preventiva. O escritório **Coelho de Souza Advocacia** se dedica, igualmente, a outras atividades de consultoria jurídica, como a elaboração de contratos, possuindo vasta experiência em reestruturação e recuperação de empresas.

PROFISSIONALISMO

A estrutura altamente especializada do escritório permite que cada caso seja cuidadosamente conduzido e supervisionado por pelo menos um de seus sócios, propiciando aos seus clientes soluções rápidas, inovadoras e eficientes.

O atendimento profissional aglutina não só o conjunto sistematizado e informatizado de apoio material e logístico, mas o esforço concentrado do corpo técnico, integrado por 61 advogados, 37 estagiários e 58 profissionais na equipe administrativa e de apoio, que alia a experiência ao tirocínio decorrente da responsabilidade sobre mais de 20.000 processos sob seu patrocínio.

Esse volume e diversidade impõem à busca constantemente satisfeita, de atualização compatível com aquilo que de mais apurado se pode exigir na busca dos melhores resultados no âmbito do direito.

TRADIÇÃO E CONCEITO

A reputação do escritório, reconhecida no meio jurídico e empresarial, advém de sua atuação com preponderância ética.

Tradição jurídica e renovação permanente, em sintonia com as demandas da sociedade e do mercado, são as marcas distintivas de **Coelho de Souza Advocacia**. A objetividade e a transparência são compromissos com os clientes na prestação do serviço.

Coelho de Souza Advocacia

The firm's highly specialized structure allows each case to be carefully handled and supervised by one of its partners, providing clients fast, innovative and efficient solutions.

HISTORY

Throughout almost 80 years, from the State of Pará, **Coelho de Souza Advocacia** has become a professional reference in Northern Brazil for its competence translated into successes and for providing legal services in the distinct areas and scopes of Business and Institutional Law. After their concept had been built and consolidated, they expanded throughout Pará and into other states.

Founded in 1937 by Daniel Coelho de Souza, the firm has incorporated the prestige of its founder, cherished for his culture and legal practice as well as a Professor, General Counselor of the State, Chancellor of Universidade Federal do Pará (Federal University of Pará) and president of the Brazilian Bar Association, chapter of Pará (OAB-PA), which has recognized him by giving his name to the highest Commendation of the Institution, a name equally honored in the legal world and in the judiciary of the state by naming the headquarters of the Civil Forum in Belém.

Bearing such an expressive name, **Coelho de Souza Advocacia** keeps honoring the memory and high principles and objectives its founder used to admire. Succeeded by his son Frederico Coelho de Souza in the management of the firm, both worked together for a long period jointly acting in forensic disputes, confirming what one might call a transcendent transition, adding to Frederico Coelho de Souza's legal education and law practice the exercise of important public offices, among which State Attorney General; and representative of OAB-PA in the Institution's Federal Council.

Today, it is the responsibility of Coelho de Souza's third generation to continue this history, strictly faithful to the concepts of excellence inherited from their predecessors, in professional training and cultural enrichment committed to participating in all causes and, thus, satisfying its clients' objectives. Bruno and Roberta Coelho de Souza have lived through numerous professional experience moments with their grandfather and father, associating academic values to best practices and different situations involving legal actions.

Counting with a select and dedicated team of lawyers, **Bruno Coelho de Souza**, having a graduate degree in Constitutional Civil Law from UERJ-RJ, manages the proceedings and techniques to be applied to the causes in question, while focusing particularly to actions related to Business and Labor Law. **Roberta Coelho de Souza**, in turn, also coordinating the specific, but harmonious, operation of professional care in which the Firm is required, specially takes on Civil Law, Consumer Law and Strategic Litigation, particularities covered by her degree obtained from PUC-RJ.

STRUCTURE

To meet the expansion of its activities, the headquarters in Belém has adapted to the compatible size of its growth and today occupies a built area of 800 m² on a privately owned property of over 3,000 m².

Besides serving every judicial district in the State of Pará, strategically based in Marabá and Parauapebas, **Coelho de Souza Advocacia** has advanced to the markets of Maranhão, with a firm in São Luís, permanently operating in the State of Piauí as well.

Such volume and diversity drive boosting and success factors to each case, confirming an upgrade compatible with the most accurate that can be required, in law, to reach the best results.

SERVICES

The firm is honored to represent commercial enterprises, industries, financial institutions, public service agencies and associations, ranked as the largest national and local companies, on issues in the following fields of law: business, civil, commercial insurance, consumer, labor, corporate, bankruptcy and administrative proceedings before the Judiciary, both in high profile actions and suits in Special Courts or mass actions.

It also provides out-of-court advisory with consistent support on the assessment in provisional execution of legal businesses, drafting of legal opinions, as well as on risk analysis deriving from lawsuits. The performance of its lawyers before government agencies is also common, in advisory and preventive practice. **Coelho de Souza Advocacia** is equally dedicated to other legal advice activities, such as drafting contracts, having broad experience in corporate reorganization.

PROFESSIONALISM

The firm's highly specialized structure allows each case to be carefully handled and supervised by one of its partners, providing clients fast, innovative and efficient solutions.

The professional service includes not only the systematic and computerized set of logistic and material support, but also the focused effort of the technical staff, composed of 61 lawyers, 37 interns and 58 professionals in the administrative and support teams, combining experience and training arising from the responsibility for over 20,000 lawsuits.

This volume and diversity lead to the constantly achieved pursuit of update compatible with the most accurate that can be required in pursuing the best results in law.

TRADITION AND CONCEPT

The firm's reputation, recognized both in legal and business areas, comes from its practice with ethic preponderance.

Legal tradition and constant renovation, in sync with society and market demands, are the distinctive hallmarks of **Coelho de Souza Advocacia**. Objectivity and transparency are commitments to clients in its service.

Advocacia Daniela Teixeira

Lastreado nas quase duas décadas de experiência advocatícia de Daniela Rodrigues Teixeira, Felipe Adjuto de Melo e Mayta Versiani Cardoso Galvão em um grande escritório, **Advocacia Daniela Teixeira** surge com o propósito de aliar o entusiasmo do início ao profissionalismo adquirido ao longo do tempo.

Especializado na prática diária junto aos tribunais de Brasília, **Advocacia Daniela Teixeira** oferece aos advogados parceiros e aos clientes um serviço jurídico diferenciado, baseado na excelência jurídica e no acompanhamento processual minucioso.

Nascido já na era da informática, **Advocacia Daniela Teixeira** conta com todas as ferramentas necessárias para o acompanhamento digital dos processos – peticionamento eletrônico, informação online, relatórios personalizados e arquivo 100% digitalizado. Não obstante as facilidades geradas pelo sistema de acompanhamento processual digital, o escritório combina a moderna tecnologia às tradições da boa advocacia, acompanhando *in loco* cada um de seus processos, de forma a garantir uma atuação personalizada nos tribunais.

(esq»dir)

Dra. Mayta Versiani Cardoso Galvão, Dra. Daniela Rodrigues Teixeira, Dr. Felipe Adjuto de Melo

Com sede em Brasília, o principal centro jurídico do país, o escritório conta com parceiros em quase todos os Estados, de maneira a oferecer comodidade e agilidade na defesa dos interesses do cliente.

Em um Judiciário assoberbado de demandas, a função do advogado adquire relevo para garantir que o processo do cliente seja de fato examinado. Nesse contexto, **Advocacia Daniela Teixeira** oferece a parceria perfeita entre a tecnologia e a experiência forense.

Com sede em Brasília, o principal centro jurídico do país, o escritório conta com parceiros em quase todos os Estados, de maneira a oferecer comodidade e agilidade na defesa dos interesses do cliente.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Direito Privado – **Advocacia Daniela Teixeira** possui ampla experiência em julgamentos de *leading cases* na defesa da autonomia da vontade dos contratantes e da segurança jurídica dos contratos.

O direito do cliente em suas relações privadas serão sempre defendidos com zelo e profissionalismo, tanto na área contenciosa, como no assessoramento completo para a elaboração de contratos e intermediação de acordos comerciais ou familiares.

Direito Público – **Advocacia Daniela Teixeira** conhece profundamente a jurisprudência e a prática dos tribunais com relação aos contratos administrativos regulados – concessões, permissões e PPPs, e pode oferecer ao cliente ampla assessoria judicial e extrajudicial, desde a formação até a revisão judicial dos contratos com a Administração Pública.

Tribunais Superiores – A experiência adquirida ao logo das duas últimas décadas permite à **Advocacia Daniela Teixeira** atuar de forma diferenciada em processos judiciais contenciosos nos Tribunais localizados em Brasília. O escritório oferece aos clientes atenção minuciosa em todas as fases do acompanhamento processual para assegurar que questões formais não inviabilizarão a apreciação do recurso.

Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial Eleitoral para o Tribunal Superior Eleitoral ou processos no Tribunal de Contas da União têm características próprias que exigem conhecimento da prática diária específica de cada Corte. É precisamente este o diferencial que **Advocacia Daniela Teixeira** oferece, fundamentado em profundo conhecimento do processo civil recursal e suas especificidades.

OS SÓCIOS

Daniela Rodrigues Teixeira – Graduada pela prestigiosa Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB); especialista em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-DF); doutoranda em Direito Civil pela Universidade de Buenos Aires.

Felipe Adjuto de Melo – Graduado pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); especialista em Direito Tributário e Finanças Públicas pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

Mayta Versiani Cardoso Galvão – Graduada pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); especialista em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

Advocacia Daniela Teixeira

Headquartered in Brasília, the country's main legal center, the firm counts on partners across almost all states, therefore offering convenience and agility in the defense of clients' interest.

Backed in nearly two decades of experience of Daniela Rodrigues Teixeira, Felipe Adjuto de Melo and Mayta Versiani Cardoso Galvão in the practice of law in a large firm, **Advocacia Daniela Teixeira** comes up with the purpose of combining the excitement of the start to professionalism acquired over time.

Specializing in the daily practice at the courts of Brasilia, **Advocacia Daniela Teixeira** provides partner lawyers and clients differentiated legal service, based on legal excellence and meticulous procedural monitoring.

Born in the computer age, **Advocacia Daniela Teixeira** has all the necessary tools for digital monitoring of processes - electronic pleadings, on-line information, customized reports and 100 % digitized files. Notwithstanding the easiness offered by the digital procedural monitoring system, the firm combines modern technology to the traditions of good law practice, accompanying each of its processes on the spot, in order to ensure customized performance in courts.

In a judiciary overwhelmed with demands, the function of the lawyer stands out to ensure that the client process is actually examined. In this context, **Advocacia Daniela Teixeira** offers the perfect partnership between technology and legal expertise.

Headquartered in Brasília, the country's main legal center, the firm counts on partners across almost all states, therefore offering convenience and agility in the defense of clients' interest.

FIELDS OF PRACTICE

Private Law – **Advocacia Daniela Teixeira** has wide experience in *leading cases* trials in the defense of contracting parties freedom of choice and legal safety of contracts.

The clients' rights in their private relations will always be defined with care and professionalism, both in advisory and in the full assistance in drafting contracts and intermediating commercial or family agreements.

Public Law – **Advocacia Daniela Teixeira** deeply knows the case law and court practice concerning regulated administrative contracts - concessions, permissions, PPPs, and it can provide the client extensive court-assisted and out-of-court assistance, from the drafting to legal review of contracts with the Government.

Superior Courts – Experience acquired over the past two decades enable **Advocacia Daniela Teixeira** to operate in differentiated ways in litigation lawsuits at Courts located in Brasília. The firm provides clients careful attention in all stages of procedural monitoring, in order to assure that formal issues will not prevent the appeals' evaluation.

Each of the Extraordinary Appeal to the Federal Supreme Court, the Appeal to the Superior Court of Justice, the Electoral Appeal to the Electoral Superior Court or lawsuits at the State Accounting Courts have their own aspects, demanding know-how of the specific daily practice of each Court. This is precisely the difference **Advocacia Daniela Teixeira** offers, based on deep knowledge of civil appeals and their specificities.

THE PARTNERS

Daniela Rodrigues Teixeira – Graduate from the renowned Universidade de Brasília (UnB) Law School; specializing in Economic and Corporate Law from Fundação Getúlio Vargas (FGV-DF); taking a Doctorate degree in Civil Law at Universidade de Buenos Aires.

Felipe Adjuto de Melo – Graduate from Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); specializing in Tax Law and Public Finance from Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

Mayta Versiani Cardoso Galvão – Graduate from Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); specializing in Civil Procedural Law from Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

David Rechulski, Advogados

O compromisso com o atendimento célere e efetivo a seus clientes, a destacada qualidade técnica e a notória visão estratégica empregada na prospecção de soluções eficazes às demandas confiadas ao escritório **David Rechulski, Advogados** consagraram-no como um dos mais renomados e especializados escritórios de advocacia criminal do país.

A isso, soma-se a vasta experiência jurídica de seu sócio fundador, David Rechulski, que, com mais de 25 anos de atuação nos mais diversos segmentos do Direito Penal, vem sendo apontado há oito anos consecutivos pelo *Anuário Análise da Advocacia* como um dos mais admirados advogados especializados em Direito Penal do país, tendo sido ranqueado em primeiro lugar na última edição. Toda a atuação do escritório é liderada pessoalmente por ele, que atua de forma direta na criação e desenvolvimento de estratégias caso a caso, contribuindo com esse diferencial para o alcance dos melhores resultados possíveis.

Dr. David Rechulski

A discrição no trato dos assuntos confiados ao escritório, bem como a valorização e o respeito à ética, que são premissas indeléveis nos contatos com autoridades públicas, há muito notabilizam a reputação do escritório e seus integrantes.

O contato pessoal e direto com os clientes, a responsabilidade e cautela, o approach estratégico, a ética e o foco no resultado positivo são marcas do escritório, que se notabilizou no cenário da advocacia criminal pelo sucesso em casos de elevada importância e repercussão.

Ao longo de seus anos de atuação, **David Rechulski, Advogados** desenvolveu teses inovadoras, hoje encampadas pelos Tribunais, tornando-se fonte de citações.

A discrição no trato dos assuntos confiados ao escritório – sobretudo em casos de repercussão midiática –, bem como a valorização e o respeito à ética, que são premissas indeléveis nos contatos com autoridades públicas, há muito notabilizam a reputação do escritório e seus integrantes.

DIREITO PENAL E PENAL EMPRESARIAL

O escritório atua em todos os ramos do Direito Penal, com alta especialização no Direito Penal Público, Econômico e Empresarial. Com atuação em âmbito nacional, **David Rechulski, Advogados** representa empresas, grupos econômicos nacionais e multinacionais, associações e entidades, bem como pessoas físicas, prestando-lhes assessoria jurídica plena, seja no âmbito consultivo, por meio da elaboração de opiniões legais e pareceres, como também na atuação estratégica contenciosa em procedimentos investigatórios, inquéritos policiais, CPIs, operações da Polícia Federal e ações penais, em todas as instâncias e tribunais superiores.

Dentre os diversos segmentos atendidos pelo escritório, incluem-se os de mineração, telecomunicações, alimentos, construção civil, indústria automobilística, química e farmacêutica, transportes e logística, seguros, bancário, finanças e tecnologia de informação.

CRIMINAL COMPLIANCE

David Rechulski, Advogados possui reconhecida experiência no desenvolvimento e implementação de programas de criminal compliance, incluindo o desenvolvimento de projetos, implementação de programas, treinamentos e palestras. Atua com notório êxito na estruturação estratégica para gestão de crises, visando mitigar seus efeitos e evitar que os clientes enfrentem graves situações decorrentes de acusações da prática de atos de corrupção, formação de cartel, fraudes, crimes tributários, ambientais, dentre outros.

FRAUDE CORPORATIVA

O escritório também se destaca no combate a fraudes corporativas, fenômeno de incidência crescente. O atendimento oferecido por **David Rechulski, Advogados** vai desde a orientação dos clientes nas fases iniciais de estruturação investigativa e constituição probatória, até sua habilitação como assistente da acusação, visando à defesa judicial dos interesses da empresa-vítima, tanto no espectro repressivo-punitivo, como no de recuperação patrimonial.

Não há "passe de mágica" capaz de erradicar por completo ações fraudulentas, pois as fraudes decorrem, em sua gênese, do que é inato ao homem, de suas fraquezas morais, além de sua formação sociocultural. Mas existem medidas que podem ser adotadas antes e depois das fraudes, as quais, se bem estruturadas, mitigam sensivelmente as chances de novas investidas fraudulentas, garantem a responsabilização criminal dos autores do ilícito e a recuperação de ativos e recursos desviados.

LUTA CONSTANTE PELAS GARANTIAS PENAIS

Os integrantes de **David Rechulski, Advogados** defendem constantemente a preservação das garantias constitucionais, conquistas civilizatórias necessárias à preservação do Estado Democrático de Direito. A cada violação ou ameaça, posicionam-se veementemente via imprensa, em artigos que muito além de tratarem de temas propriamente penais, revelam a íntima relação entre a aplicação da lei e o necessário respeito às garantias individuais.

Nos últimos anos, foi possível ler o sócio fundador David Rechulski na imprensa em artigos tratando, dentre outros, de questões brasileiras como a cultura do nepotismo; a adoção da Ética como disciplina curricular obrigatória; a violação da comunicação entre advogado e cliente; escutas telefônicas ilegais; dentre tantos outros temas de grande repercussão.

Participar ativamente da discussão dos temas relevantes à sociedade e principalmente enxergar por meio do Direito a melhor forma de encaminhá-los são atitudes que compõem a responsabilidade social, a Ética e o perfil de todos os integrantes de **David Rechulski, Advogados**.

David Rechulski, Advogados

Discretion in dealing with matters entrusted to the firm as well as the valuing and respect for ethics, which are indelible premises in contacts with public authorities, have been long distinguishing the reputation of the law firm and its members.

The commitment to the speedy and effective service to its clients, outstanding technical quality and the notorious strategic vision employed in prospecting for effective solutions to the lawsuits entrusted to **David Rechulski, Advogados** established them as one of the most renowned and specialized criminal law firms of the country.

In addition to this, the extensive legal experience of its founding partner, David Rechulski, who, with over 25 years of experience in various segments of the Criminal Law, has been appointed – for eight consecutive years, by the *Anuário Análise da Advocacia* (Law Review Yearbook) – as one of most admired lawyers specialized in criminal law of the country, having been ranked first in the latest issue. All the firm's performance is personally led by David, who acts directly in the creation and development of strategies case by case, so contributing to achieve the best possible results.

The personal and direct contact with clients, responsibility and caution, the strategic approach, the ethics and focus on the positive outcomes are the firm's trademarks, which became famous in the criminal law scenario for their success in cases of high importance and impact.

Throughout their years of operation, **David Rechulski, Advogados** developed innovative thesis, today taken over by the Courts, and becoming source of quotes.

Discretion in dealing with matters entrusted to the firm – especially in cases of media impact – as well as the valuing and respect for ethics, which are indelible premises in contacts with public authorities, have been long distinguishing the reputation of the law firm and its members.

CRIMINAL LAW AND CRIMINAL CORPORATE LAW

The firm operates in all fields of criminal law, with high expertise in the Public Criminal Law, Economic and Business Law. With operations nationwide, **David Rechulski, Advogados** represents companies, national and multinational economic groups, associations and organizations, as well as individuals, providing them with full legal advice, either on the advisory level, through the drafting of legal opinions, or in litigation strategies in investigative procedures, police investigations, parliamentary inquiry committees (CPIs), federal police operations and criminal prosecutions, in every instance and higher courts.

Among the various segments served by the firm are mining, telecommunications, food, construction, automotive, chemical and pharmaceutical industries, transport and logistics, insurance, banking, finance and technology.

CRIMINAL COMPLIANCE

David Rechulski, Advogados has recognized expertise in the development and implementation of criminal compliance programs, including project development, program implementation, training and lectures. They work with noticeable success in the strategic structure for crisis management in order to mitigate its effects and prevent clients from facing serious situations arising from charges of practicing acts of corruption, cartelization, fraud, tax crimes, environmental crimes, among others.

CORPORATE FRAUD

The law firm also excels in fighting corporate fraud, a phenomenon of increasing incidence. Service offered by **David Rechulski, Advogados** goes from the orientation of clients in the early stages of structuring investigative and evidentiary constitution to its qualification as the prosecution assistant, aimed at judicially defending company-victims' interests, both in repressive-punitive spectrum, as in asset recovery.

There is no "magic" capable of eradicating fraudulent actions completely as fraud arise, in its origins, from what is innate to man, to his moral weaknesses as well as his socio-cultural training. But there are steps that can be taken before and after the fraud, which, if well structured, substantially mitigate the chances of new fraudulent actions, ensure criminal accountability of illicit plaintiffs and the recovery of assets and diverted resources.

CONSTANT STRUGGLE FOR THE CRIMINAL GUARANTEES

The members of **David Rechulski, Advogados** constantly advocate the preservation of constitutional rights, civilizing achievements required to preserve the democratic rule of law. Each breach or threat strongly position themselves through the press, in articles that, besides properly dealing with criminal issues, reveal the intimate relationship between law enforcement and the necessary respect for individual guarantees.

In recent years, one could read the founding partner David Rechulski's articles in the press dealing with Brazilian issues, such as the culture of nepotism; the adoption of ethics as a compulsory curriculum subject; the violation of communication between lawyer and client; illegal wiretapping; among many other topics of great impact.

To actively participate in the discussion of issues relevant to society and especially to see the best way to direct them through law are attitudes that make up social responsibility, ethics and the profile of all members of **David Rechulski, Advogados**.

David Teixeira de Azevedo Advogados

David Teixeira de Azevedo, sócio fundador, dedica-se à advocacia com incansável paixão há 34 anos. Após passagem pelos escritórios de Ricardo Antunes Andreucci e Manoel Pedro Pimentel, fundou com Miguel Reale Junior a sociedade Reale & Azevedo Advogados Associados, parceria que se estendeu por 17 anos. Em 2000, fundou **David Teixeira de Azevedo Advogados**, com atuação destacada e bem sucedida no cenário criminal brasileiro.

O escritório conta com profissionais diferenciados, de formação acadêmica de excelência. Dispõe de estrutura enxuta e ágil, pronta para responder com eficiência e eficácia ao dinamismo da sociedade moderna.

Cada caso é estudado, discutido e tratado com esmero, possibilitando a prestação jurídica irretocável. O aprumo técnico e o cuidado dos integrantes, aliados a uma avançada infraestrutura tecnológica, tornam possível a assessoria contenciosa e consultiva em causas de toda complexidade e natureza, em todo o território nacional. O cliente terá à disposição advocacia personalizada e de excelência, com longa e extensa experiência em todas as instâncias e tribunais.

(esq»dir)

Dr. Moroni Morgado Mendes Costa, Dr. David Teixeira de Azevedo, Dr. André Azevedo, Dr. Sandro Lívio Segnini

A longa experiência na assessoria a grandes grupos econômicos, nacionais e internacionais, trouxe uma visão pragmática e atual das necessidades corporativas.

Professor de Direito Penal na USP, é autor e coautor de inúmeras obras doutrinárias de Direito Penal, dentre as quais "Dosimetria da Pena – causas de aumento e diminuição", pela Malheiros Editores, em 1998; "Atualidades no Direito e no Processo Penal", pela editora Método, em 2009; além de ser o coordenador do "Código Penal Interpretado – Artigo por artigo, parágrafo por parágrafo", já em sua 5ª edição, pela editora Manole.

Participa intensamente de entidades de classe e outros organismos da sociedade civil: é ex-presidente do Instituto Manoel Pedro Pimentel, vinculado ao Departamento de Direito Penal e Medicina Forense da USP; ex-presidente do Instituto de Juristas Cristãos do Brasil; ex-vice-presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-SP; membro da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da OAB-SP; ex-membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP; ex-integrante de bancas de concursos públicos; ex-integrante de comissões de reformas legislativas; membro do Programa de Proteção à Testemunhas Provita, da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo.

Palestrante, articulista e parecerista.

Moroni Morgado Mendes Costa, Bacharel em Direito e especialista em Direito Penal pela USP, Largo de São Francisco, em 2003; mestre em Direito Penal pela mesma Universidade em 2007. Former Chair of the J. Reuben Clark Law Society, São Paulo Chapter. Coautor do "Código Penal Interpretado – Artigo por artigo, parágrafo por parágrafo", já em sua 5ª edição, pela editora Manole. Tem larga experiência em crimes econômicos e ambientais. Fluente em inglês e espanhol.

Sandro L. Segnini, Bacharel em Direito e especialista em Direito Penal pela USP, Largo de São Francisco, em 2006. Coautor do "Código Penal Interpretado – Artigo por artigo, parágrafo por parágrafo", já em sua 5ª edição, pela editora Manole. Tem extensa atuação na área de crimes econômicos, notadamente tributários e contra o sistema financeiro nacional.

André D. Azevedo, Bacharel em Direito e especialista em Direito Penal pela USP, Largo São Francisco, em 2009. Especialista em Direito Penal Econômico e Europeu pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCrim (2010). Especialista em Fundamentos do Direito Penal e Processo Penal pela Georg-August Universität Göttingen, Alemanha (2014). Coautor do "Código Penal Interpretado – Artigo por artigo, parágrafo por parágrafo", já em sua 5ª edição, pela editora Manole. Former Chair Elect of J. Reuben Clark Law Society, São Paulo Chapter. Membro da Comissão de Direito Penal Econômico da Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo. Membro da Comissão de Assuntos Legislativos do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCrim. Membro do Conselho Editorial do Boletim do IBCCrim. Membro da Associação dos Advogados de São Paulo, AASP. Destacada atuação em crimes econômicos, crimes eletrônicos e anticorrupção.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Duas décadas de advocacia fizeram **David Teixeira de Azevedo Advogados** nascer com natural direcionamento para a área criminal. A longa experiência na assessoria a grandes grupos econômicos, nacionais e internacionais, trouxe uma visão pragmática e atual das necessidades corporativas.

A atuação abrange as vertentes consultiva (consultas, pareceres, *legal opinions*) e contenciosa de toda a temática criminal, notadamente crimes tributários, econômicos, contra a Lei de Licitações, concorrenciais, falimentares, contra o sistema financeiro, crimes de corrupção (incluindo relacionados com FCPA e UK Bribery Act), *compliance*, evasão de divisas, repatriação de ativos, lavagem de dinheiro, crimes eleitorais e de responsabilidade, crimes ambientais, contra o consumidor, de trânsito, crimes eletrônicos, comissões parlamentares de inquérito, defesas perante o Tribunal do Júri, etc.

A atuação do escritório estende-se ainda à área cível. O histórico de atuação bem sucedida assegura a prestação da advocacia preparada e competente.

SÓCIOS

David Teixeira de Azevedo, Bacharel em Direito (1981), mestre (1984), doutor (1994) e livre-docente (2013), sempre pela Faculdade de Direito da USP, Largo de São Francisco; especialista em Direito Penal Econômico e Europeu pela Universidade de Coimbra e Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCrim.

David Teixeira de Azevedo Advogados

The extensive experience in assisting large economic groups, both national and international, gave them pragmatic and updated view of corporate needs.

David Teixeira de Azevedo, the founding partner, has been focusing on the practice of law with indefatigable passion for 34 years. After passing through the law firms of Ricardo Antunes Andreucci and Manoel Pedro Pimentel, he opened Reale & Azevedo Advogados in a society with Miguel Reale Junior, a partnership that lasted 17 years. In 2000, he founded **David Teixeira de Azevedo Advogados**, with outstanding and successful performance in the Brazilian criminal scenario.

The firm has distinct professionals with excellent academic background. It has a small and agile structure to efficiently and effectively respond to the dynamic challenges of modern society.

Each case is studied, debated and handled with diligence, enabling flawless legal service. The technical uprightness and care of each of its members, together with an advanced technological infrastructure, enable both litigation and advisory services in causes of all kinds of complexities and nature all over Brazil. Personalized and outstanding practice in law is provided to clients, with long and extensive expertise in all instances and courts.

FIELDS OF OPERATION

Two decades of law practice have naturally conducted **David Teixeira de Azevedo Advogados** into the criminal area. The extensive experience in assisting large economic groups, both national and international, gave them pragmatic and updated view of corporate needs.

Their work covers aspects on advisory (queries, legal opinions) and litigation of all criminal themes, notably tax crimes, economic crimes, crimes against the Procurement Law, competition, bankruptcy, crimes against the financial system, corruption crimes (including those related to the FCPA and UK Bribery Act), compliance, tax evasion and money laundering, assets repatriation, accountability and electoral crimes , environmental crimes, crimes against the consumer, traffic, electronic crimes, parliamentary committees of inquiry, defenses before the grand jury, etc.

The firm's performance extends to civil area. The successful history in performance ensures prepared and competent service in law.

PARTNERS

David Teixeira de Azevedo, Bachelor of Laws (1981); Master of Laws (1984), J.D. (1994) and Associate Professor (2013), always from USP Law School, Largo São Francisco; graduate in Economic and European Criminal Law from Universidade de Coimbra and Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCrim.

Professor of Criminal Law at USP, he is author and co-author of several jurist-opinion works on Criminal Law, among them "Dosimetria da Pena – causas de aumento e diminuição", by Malheiros Editores, in 1998; "Atualidades no Direito e no Processo Penal", by Editora Método, in 2009; besides coordinating the "Código Penal Interpretado – Artigo por artigo, parágrafo por parágrafo", already in its 5th edition by Editora Manole.

He actively participates with professional associations and other civil society organizations: former president of the Instituto Manoel Pedro Pimentel, linked to the Department of Criminal Law and Forensic Medicine of USP, former president of the Instituto Jovens Juristas do Brasil, former vice chairman of the Commission of Rights and Prerogatives of OAB-SP, member of the Commission of Religious Rights and Liberty of OAB-SP; former member of the Human Rights Commission of OAB-SP; former member of Public Tenders Examining Boards; former member of commission for legislative reforms, member of the Witness Protection Program Provita of the Department of Justice and Citizenship Defense of the State of São Paulo.

Lecturer, writer and opinion giver.

Moroni M. Mendes Costa, Bachelor of Laws and specializing in Criminal Law from USP, Largo São Francisco in 2003; Master of Criminal Law from the same university in 2007. Former Chair of J. Reuben Clark Law Society, São Paulo Chapter. Co-author of "Código Penal Interpretado – Artigo por artigo, parágrafo por parágrafo", already in its 5th edition by Editora Manole. He was extensive experience in economic and environmental crimes. Fluent both in English and Spanish.

Sandro L. Segnini, Bachelor of Laws and graduate in Criminal Law from USP, Largo de São Francisco, in 2006. Co-author of "Código Penal Interpretado – Artigo por artigo, parágrafo por parágrafo", already in its 5th edition by Editora Manole. He has extensive performance in economic crimes, notably tax crimes and crimes against the national financial system.

André D. Azevedo, Bachelor of Laws and graduate in Criminal Law from USP, Largo de São Francisco, in 2009. Graduate in Criminal Economic and European Law from Universidade de Coimbra Law School and from Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCrim (2010). Graduate in Fundamentals of Criminal Law and Criminal Procedure from Georg-August Universität Göttingen, Germany (2014). Co-author of "Código Penal Interpretado – Artigo por artigo, parágrafo por parágrafo", already in its 5th edition by Editora Manole. Former Chair Elect of J. Reuben Clark Law Society, São Paulo Chapter. Member of the Economic Criminal Law Committee of Ordem dos Advogados do Brasil, São Paulo chapter. Member of the Legislative Issues Committee of Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim. Member of the Publishing Council of IBCCrim Newsletter. Member of Associação dos Advogados de São Paulo, AASP. Outstanding performance in economic, electronic and anti-corruption crimes.

Décio Freire e Associados

Décio Freire e Associados, nacionalmente conhecido como Escritório Décio Freire, atua eminentemente na área empresarial, prestando assessoria jurídica consultiva e contenciosa em todas as áreas do direito.

Organizado em departamentos especializados, que interagem entre si, **Décio Freire e Associados** tem sido votado, anualmente, pelos Departamentos Jurídicos de empresas, como um dos mais admirados escritórios de advocacia do País.

A excelência e originalidade dos serviços prestados colocam o escritório em uma posição de destaque em todo o território nacional.

Objetivo Estratégico: *Buscar a excelência na Advocacia Empresarial, desempenhada com máximo empenho, baseada em metas e práticas diferenciadas focadas nos resultados para seus clientes.*

Em pé (esq»dir)

Dr. Rodrigo Valladão, Dr. Flávio Nunes, Dr. Rodrigo Freire, Dr. Paulo Márcio, Dr. Cristiano Rennó, Dr. João Torres, Dr. Gustavo Henrique, Dr. Décio Freire, Dr. Marcello Badaró, Dr. Jairo Isaac, Dr. Milton Fortes

Sentados (esq»dir)

Dr. Leonardo Brandão, Dra. Cristiane Brant, Dr. Vinicius Laender, Dra. Juliana Picinin

"Pode-se vencer pela habilidade, inteligência e técnica. Mas nunca sem trabalho e obstinação."

Décio Freire

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO (POR ORDEM ALFABÉTICA)

Administrativo, Público e "compliance": seu renomado departamento de *compliance*, que atende algumas das mais tradicionais e respeitadas instituições do país;

Ambiental: assessoria a empresas no processo de minimização dos riscos ambientais; avaliação e regularização de passivo ambiental; assessoria em pedidos de licenciamento e na celebração de TAC junto aos órgãos ambientais; defesa em Ação Civil Pública ou em Ação Penal;

Cível e Comercial: atuação destacada, não só na esfera contenciosa, como consultiva;

Energia: consultoria e assessoria contenciosa e institucional;

Penal e Penal Econômico: departamento altamente especializado em direito penal, coordenado por advogado mestre, com louvor, na matéria pela USP;

Regulatório e Infraestrutura: premiado como um dos melhores do País na consultoria e assessoria perante os órgãos reguladores; atuação em projetos de infraestrutura nos setores de energia, mineração, telecomunicações, petróleo e gás.

Societário: criação e implantação de planejamento societário; orientação e assessoria a processos de reestruturação; atuação *fullservice* nos processos de negociação comercial, M&A, cisão, transformação e incorporação de empresas, incluindo a documentação perante a CVM, Bolsa de Valores e Juntas Comerciais.

Assessoria e orientação jurídica em assembleias de acionistas e quotistas, conselhos de administração e fiscais; orientação e regulamentação das relações societárias com investidores, em especial fundos de investimentos.

Orientação jurídica preventiva e contenciosa a executivos, administradores e acionistas sobre os deveres sociais e as respectivas responsabilidades pessoais e patrimoniais; assessoria em processos de dissolução parcial e exclusão de sócios, direito de retirada, liquidação societária e apuração de haveres.

Trabalho: possui alguns dos maiores especialistas em direito do trabalho individual e coletivo do País, sendo, inclusive patrocinador de alguns dos maiores *cases* de sucesso na área, como o atual Recurso extraordinário sobre a legalidade da terceirização no Brasil, admitido com repercussão geral pelo STF;

Tributário: assessoria contenciosa em Autos de Infração e em processos judiciais declaratórios o que, aliado a uma atuação consultiva preventiva de recuperação de créditos e revisão tributária, assegura resultados seguros e diferenciados em favor dos clientes.

UNIDADES PRÓPRIAS:

São Paulo-SP | Rio de Janeiro-RJ | Belo Horizonte-MG | Brasília-DF | Vitória-ES | Salvador-BA | Recife-PE | Manaus-AM|Teresina-PI | Belém-PA|Cuiabá-MT | Rio Branco-AC | Porto Velho-RO | Uberlândia-MG | Juiz de Fora-MG | Varginha-MG | Ipatinga-MG | Miami-USA | Lisboa-POR | Luanda-Angola | Maputo-Moçambique.

ADVOCACIA *FULLSERVICE* EMPRESARIAL DE ALTA QUALIDADE

Décio Freire e Associados consegue aliar alta qualidade, à pessoalidade e custo eficiente, sendo considerado um dos mais admirados escritórios de advocacia *"fullservice"* empresarial. Todos os coordenadores de Departamentos são mestres, doutores e professores em suas respectivas especialidades, o que assegura às empresas-clientes um atendimento altamente qualificado, baseado na técnica apurada e na experiência advocatícia de 23 anos de atividade ininterrupta em todo o território nacional.

Os mais de 490 advogados de **Décio Freire e Associados** possuem ampla experiência na prática do Direito aplicado às empresas, tendo, sob seu patrocínio, mais de 92.000 processos judiciais e administrativos, em todos os Estados da Federação.

Os profissionais de **Décio Freire e Associados** são recrutados em rigoroso exame de seleção, a partir das melhores faculdades do país, contando, ainda, com estrutura para treinamento e aprimoramento – Grupo de Qualidade Total e Núcleo de Aperfeiçoamento Profissional.

Décio Freire e Associados atua em todo o território nacional e possui, hoje, a terceira maior estrutura de advocacia do país. Possui 17 unidades próprias nas principais cidades do Brasil.

Está presente ainda nos Estados Unidos, em Miami, em Portugal, em Lisboa e, na África, em Moçambique e Angola; onde desenvolve alianças estratégicas para busca de investimentos no Brasil e outros países, além de promover assessoramento jurídico a clientes americanos e europeus com interesse na América Latina.

Décio Freire e Associados possui mais de 850 empresas, nacionais e multinacionais, em sua carteira de clientes, na qual constam, dentre as inúmeras companhias de grande porte, cinco das dez maiores empresas em atividade no Brasil.

Décio Freire e Associados

"One can win by using skills, intelligence and technique. But never without working and being obstinate."

Décio Freire

Décio Freire e Associados, known nationally as **Escritório Décio Freire**, is a Law Firm mainly operating in the business field, providing legal aid – litigation and advisory – in all areas of Law.

Organized in specialized and interacting areas, **Décio Freire e Associados** has been yearly voted as one of the most admired firms by companies' legal departments.

The excellence and originality of services provided place the firm on a distinguished position in the country.

Strategic Purpose: *To seek excellence in Business Law, performed with maximum commitment, based on goals and differentiated practices focused on the results for their clients.*

Décio Freire e Associados operates all over the national territory and is currently the third largest law firm in Brazil. It has 17 own units in the major cities of Brazil.

Décio Freire e Associados is also present in the United States, in Miami; ,in Lisbon, Portugal and in Africa, in Mozambique and Angola, where it develops strategic alliances for investments in Brazil and other countries, in addition to promoting legal aid to American and European clients interested in Latin America.

In its portfolio, **Décio Freire e Associados** holds over 850 companies, both national and multinational, in which – among numerous large enterprises – there are five of the 10 largest companies operating in Brazil.

MAIN KEY ARES

Administrative, public and *compliance*: Their renowned compliance department serves some of the most traditional and respected institutions in the country.

Environmental: Assistance to companies in minimizing environmental risks; assessment and regularization of environmental liabilities; assistance in licensing applications and in entering the Conduct Adjustment Term (TAC) with environmental agencies; defense in Public Civil Lawsuit or Prosecution;

Civil and Corporate: outstanding performance, not only in the litigation sphere but also in advisory;

Power industry: Consulting and litigation and institutional advice;

Criminal Law and Criminal Economic Law: highly specialized department in criminal law, coordinated by a praised master lawyer in the subject from USP.

Regulatory and Infrastructure: Prizewinner as one of the best in the Country in consultancy and assistance before regulatory bodies; operating in infrastructure projects in the sectors of power, mining, telecommunications, oil and gas.

Corporate: creation and implementation of corporate planning, guidance and advice on corporate reorganization processes; full service in trade negotiations, M&A, contentious division, transformation and incorporation of companies, including the implementation before the Securities and Exchange Commission, the Stock Exchange and Trade Boards.

Assistance and legal advice to shareholders' meetings, boards of directors and fiscal councils; advice and regulation of corporate relations with investors, especially investment funds.

Preventive and litigation legal advice to businesspeople, administrators and shareholders on social duties and related personal and property liabilities; assistance in partial dissolution and expulsion of members, right of withdrawal, corporate liquidation and ascertainment of assets.

Labor: the firm has some of the greatest experts in individual and collective labor law in the Country, even sponsoring some of the biggest *success stories* in the area, as the current extraordinary Appeal on the legality of outsourcing in Brazil, admitted with overall repercussions by STF.

Tax: litigation advice in deficiency notices and in declaratory legal proceedings that, together with a consulting and preventative operation in credits recovery and tax review, ensures secure and differentiated results in favor of clients.

HIGH QUALITY FULL CORPORATE SERVICE LAW FIRM

Decius Freire e Associados manages to combine high quality with uniqueness and cost efficiency, being considered one of the most admired *full business service* firms. All departmental coordinators are either masters or doctors in their specific specialties, ensuring client companies a highly qualified service, grounded on precise technique and 23 years continued experience in law practice all over the national territory.

Décio Freire e Associados has over 490 lawyers with extensive experience in Law applied to corporations, responsible for over 92,000 administrative proceedings and lawsuits in all states of the country.

The firm's professionals are recruited through a strict selection from the best Law schools in the country, also counting on a large training and updating structure – the Total Quality Group and Center for Professional Development.

OWN UNITS:

São Paulo-SP | Rio de Janeiro-RJ | Belo Horizonte-MG | Brasília-DF | Vitória-ES | Salvador-BA | Recife-PE | Manaus-AM|Teresina-PI | Belém-PA|Cuiabá-MT | Rio Branco-AC | Porto Velho-RO | Uberlândia-MG | Juiz de Fora-MG | Varginha-MG | Ipatinga-MG | Miami-USA | Lisboa-POR | Luanda-Angola | Maputo-Mozambique.

Decoussau Tilkian Advogados

O escritório **Decoussau Tilkian Advogados** foi fundado em janeiro de 2011 por Rubens Decoussau Tilkian e, desde a sua formação, permanece em constante crescimento e consolidação em todo o país, atuando em diversas áreas da advocacia empresarial, nacional e internacionalmente. Os profissionais do escritório comungam e defendem a mesma filosofia: respeito aos valores éticos, à Justiça e ao Estado Democrático de Direito. Um grande diferencial desta banca é o atendimento personalizado devotado a seus clientes, onde cada cliente é único, tal como o são os seus problemas, os seus sonhos e as suas expectativas.

Com sede em São Paulo, filial no Rio de Janeiro e atuação em todos os Estados da Federação, **Decoussau Tilkian Advogados** emprega mais de 40 profissionais, todos eles alinhados com o princípio do trabalho em equipe altamente estratégico. O escritório valoriza a sólida parceria com seus clientes, entre eles brasileiros e estrangeiros.

Na visão de Rubens Tilkian: *"De uns tempos para cá, o país tem enfrentado imensa crise na qualidade dos prestadores de serviço em geral, seja pela falta de insistência e força de vontade de uns, seja pela ausência de paciência e o completo esquecimento dos princípios da meritocracia de outros. A insatisfação* é notória *e este descontentamento deve servir de exemplo e aprendizado ao nosso escritório para que sempre estejamos em lados diametralmente opostos a isso, uma vez que* é *inadmissível ao advogado não se dedicar por inteiro* à *causa de seus clientes, visto que a ele são confiados os mais precisos valores da vida humana".*

Em pé (esq»dir)

Dra. Samantha Chaddad, Dra. Flávia Fagundes, Dr. Daniel Dabus, Dra. Erica Pires Marcial, Dra. Roberta Martins, Dr. Ivan Lobato P. Teixeira, Dra. Fernanda Neves Machado, Dr. Marcio Badra, Dra. Liliane Martins Costa

Sentado

Dr. Rubens Decoussau Tilkian

"Como ética, a advocacia é um exercício constante da virtude. Como ação, é um constante serviço aos supremos valores que regem a conduta humana."

EDUARDO COUTURE

A frase de *Eduardo Couture*, para **Decoussau Tilkian Advogados**, simboliza o espírito daqueles que lutam pelo fiel e apaixonado exercício do bom Direito. Sobretudo, pela defesa da Justiça e pelo respeito incondicional ao Poder Judiciário. Prestigiar princípios sólidos, ética, determinação e combatividade, é condição elementar para a conquista de respeito e confiança perante o Judiciário e, ainda, para o sucesso na defesa dos interesses dos clientes.

A combatividade é uma característica marcante dessa banca de advogados. Na visão de Tilkian, todavia, essa combatividade não é sinônimo de litigiosidade: *"O advogado tem o dever e a responsabilidade de, ao lado do cliente, identificar o melhor caminho para a solução do problema apresentado. Simplesmente judicializar todos os impasses, sem ao menos dar uma chance ao acordo, será, muitas das vezes, o primeiro passo para a eternização do problema e em nada contribuirá com o tão assoberbado Poder Judiciário"*.

Dentro desse espírito, e em vista de um mercado nacional cada vez mais direcionado às formas alternativas de resolução de conflitos, o escritório vem se dedicando cada vez mais ao instituto da mediação, técnica capaz de solucionar conflitos e evitar a desenfreada judicialização.

A área de abrangência da mediação desenvolvida na **Decoussau Tilkian Advogados** é ampla, estendendo-se desde assuntos empresariais, como a assessoria na implantação e reestruturação dos conselhos de administração e diretorias em companhias (muitas vezes familiares); assistência em conflitos internos de empresas de grande porte, até a solução de impasses políticos, passando pela tradicional mediação familiar envolvendo processos de separação, divórcio, partilha, inventários e planejamento sucessório.

O escritório também dedica parte de seu tempo em prol de pessoas desprovidas de recursos para a proteção e defesa de seus direitos, exercendo a advocacia e a mediação *pro bono*.

A banca é multidisciplinar: lastreada na ideia de oferecer ao cliente um trabalho completo, atua nas seguintes áreas: Contencioso Cível e Arbitragem – Direito Comercial – Direito Societário e Contratual – Propriedade Industrial e Direitos Autorais – Direito Administrativo e Regulatório – Direito Tributário – Recuperação Judicial e Falência – Direito Trabalhista – Direito Digital – Mídia, Entretenimento e Produções Artísticas – Direito Imobiliário –Mediação – Direito Desportivo.

SOBRE RUBENS DECOUSSAU TILKIAN

Nascido aos 8 de dezembro de 1978, graduou-se pelas Faculdades Metropolitanas Unidas; pós-graduou-se em Direito Societário (LLM – *Masters of Law*) pelo Insper e especializou-se em mediação.

Iniciou os trabalhos na área jurídica na qualidade de Conciliador do Fórum Regional de Santo Amaro e membro da equipe da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Trabalhou em renomados escritórios do país, como Manuel Alceu Affonso Ferreira Advogados e Wald Advogados Associados. Durante dois anos, atuou nos EUA, no escritório Bander, Fox-Isicoff & Associates, em Miami, Flórida.

É vice-presidente da Comissão Permanente de Exame de Ordem da OAB-SP, e membro do IASP.

Embora desde o ano de 2005 advogue em escritório próprio, foi no início de 2011 que, como sócio fundador, deu início à banca **Decoussau Tilkian Advogados**.

É reconhecido por seu trabalho na área contenciosa estratégica, especialmente em litígios cíveis, societários, violações de direitos na mídia impressa e digital e também em demandas relativas a aeroportos e rodovias. Além disso, atua com bastante ênfase na área contratual e societária, em transações envolvendo clientes sediados no país e no exterior. Por fim, tem realizado importantes trabalhos na área de mediação privada, conquistando até os dias atuais sucesso absoluto nos casos em que atuou.

Decoussau Tilkian Advogados

"Like ethics, practicing law is an ongoing exercise of virtue. As an action, it is constant service to the supreme values that govern human conduct."

EDUARDO COUTURE

The law firm **Decoussau Tilkian Advogados** was founded in January 2011 by Rubens Decoussau Tilkian and, since its establishment, it remains in constant growth and consolidation throughout the country, working in various areas of business law, both nationally and internationally. The firm's professionals commune and defend the same philosophy: respect for ethical values, justice and the Democratic Rule of Law. One of the firm's difference is its customized service provision to clients, based on individuality, where every client is unique, like their problems, dreams and expectations.

Headquartered in São Paulo, with branch in Rio de Janeiro and operating in all the States of Brazil, **Decoussau Tilkian Advogados** employs over 40 professionals, all aligned with the highly strategic teamwork principle. The firm values its solid partnership with clients, which are both Brazilian and foreign ones.

In Rubens Tilkian's point of view: *"For some time now, the country has been facing a major crisis in the quality of service providers in general, whether due to the lack of insistence and strong will of some, or the lack of patience and the complete forgetfulness of the meritocracy principles of others. Dissatisfaction is evident and this discontent should serve as an example and learning to our firm so that we are always diametrically opposite sides of this, since it is inadmissible to the lawyer not to devote entirely to the cause of their clients, since they are entrusted the most accurate values of human life."*

To **Decoussau Tilkian Advogados**, *Eduardo Couture's* phrase symbolizes the spirit of those fighting for the faithful and passionate practice of good Law. Above all, for the defense of Justice and unconditional respect for the Judiciary. Esteeming solid principles, ethics, determination and combativeness, is elemental condition for the achievement of respect and trust towards the Judiciary and also to success in defending the interests of clients.

Combativeness is a hallmark of this law firm. In Tilkian's view, however, that militancy is not synonymous with litigation: *"A lawyer has the duty and responsibility to, with the client, identify the best way to solve the problem that has been brought. To simply legalize conflicts without giving the chance for an agreement will, several times, be the first step to perpetuate the problem, which will not contribute with the already overloaded Judiciary"*.

In this spirit, and in view of a national market increasingly directed to alternative forms of conflict resolution, the firm has focused increasingly on mediation, a technique able to resolve conflicts and avoid rampant legalization.

The area covered by the developed mediation in **Decoussau Tilkian Advogados** is broad, extending from business issues, such as assistance in the implementation and restructuring of boards of directors and boards of companies (often family members); assistance in internal conflicts of large companies, to the solution of political impasses, traditional family mediation involving separation, divorce, distribution, inventories and succession planning.

The firm also devotes much of his time on behalf of people deprived of resources for the protection and defense of their rights, practicing *pro bono* law and mediation.

The office is multidisciplinary: based on the idea of providing clients with a complete work, they operate in the following areas: Civil Litigation and Arbitration – Commercial Law – Corporate and Contract Law – Industrial Property and Copyright – Administrative and Regulatory Law – Tax Law – Reorganization and Insolvency – Labor Law – Digital Law – Media, Entertainment and Artistic Productions – Real Estate – Meditation – Sports Law.

ABOUT RUBENS DECOUSSAU TILKIAN

Born on December 8, 1978, Rubens graduated from Faculdades Metropolitanas Unidas. He holds an LLM – Master of Law in Corporate Law from Insper and specializes in mediation.

He started as conciliator at the Regional Courthouse of Santo Amaro and as member of the Attorney General's Office of the State of São Paulo. He has worked in renowned firms in the country such as Manuel Alceu Affonso Ferreira Advogados and Wald Advogados Associados. For two years he has worked in the United States at Bander, Fox-Isicoff & Associates, in Miami, FL.

Rubens is vice-president of the Permanent Committee of the Bar Examination of OAB-SP, and member of IASP.

Although he's been practicing law through his own firm since 2005, it was only in 2011 that he established **Decoussau Tilkian Advogados**, as the firm's founding partner.

He is recognized for this work in strategic litigation, especially in civil and corporate lawsuits, violation of rights in printed and digital media and also in actions concerning airports and highways. Besides, he works with considerable emphasis on corporate and contractual fields in transactions involving clients located in the country or abroad. Finally, he has done important work in private mediation, with absolute sucess in all the cases he worked with to the present day.

Dias de Souza Advogados Associados

Com mais de quatro décadas de existência, **Dias de Souza Advogados Associados** é referência entre os escritórios de Direito Tributário, destacando-se pela seriedade e pelo comprometimento com seus clientes.

O escritório reúne talentos com variadas formações e qualificações, que prestam serviços de alto nível tanto no plano contencioso quanto no consultivo.

No contencioso, **Dias de Souza Advogados Associados** é reconhecido pela atuação diferenciada perante os tribunais. Vários dos processos patrocinados pelo escritório sobressaem-se pelo ineditismo das teses jurídicas apresentadas, tornando-se verdadeiros *leading cases*, além de distinguirem-se pela relevância dos reflexos econômicos envolvidos e pelo elevado grau de êxito obtido.

(esq»dir)

Dr. Hugo Funaro, Dr. Douglas Guidini Odorizzi, Dr. Hamilton Dias de Souza, Dra. Anna Paola Zonari, Dr. Mário Luiz Oliveira da Costa

Os resultados atingidos, decorrentes de intensa dedicação e comprometimento com as causas dos clientes, justificam sua reputação e reconhecimento, nacional e internacional.

igualmente, correspondentes em todo o território nacional, além de alianças estratégicas com diversos escritórios de advocacia, inclusive no exterior.

Os resultados atingidos, decorrentes de intensa dedicação e comprometimento com as causas dos clientes, justificam sua reputação e reconhecimento, nacional e internacional.

Constam como clientes, dentre outros, AMBEV, Audi, Bacardi, Banco Volkswagen, Bunge, Campari, Cisa, Copersucar e suas principais associadas, Cosan / Raízen, Cotia, Electrolux, Huawei, Iguatemi / Jereissati, Jaguar Land Rover, Louis Dreyfus – LDC / Biosev, MAN, Mercedes, Mitsubishi Motors, Nestlé, Oi, Pirelli Pneus, Positivo Informática, Prysmian, RBS, Scania, Suzano, Volkswagen, Votorantim Metais e grupo Zilor.

Muitos são os prêmios e títulos de reconhecimento reiteradamente recebidos pelo escritório e seus principais sócios, destacando-se: Chambers Global, Chambers Latin America, International Tax Review, Practical Law Company – PLC Which Lawyer Yearbook, Who's Who Legal, World's Leading Tax Advisers, Best Lawyers / Brazil, The Legal 500 – Latin America, Análise Advocacia e MasterCana.

Outra área de distinção do escritório é a atuação em processos administrativos nas esferas Federal, Estadual e Municipal, incluindo a apresentação de memoriais e a realização de sustentações orais, nos órgãos administrativos de segunda instância, em especial no Tribunal de Impostos e Taxas (TIT-SP) e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Na parte consultiva, **Dias de Souza Advogados Associados** destaca-se pela análise de questões atinentes ao Direito Público, com orientações, opiniões legais e pareceres. A atuação abrange também práticas preventivas, definição de estratégias para processos em curso e planejamentos tributários com avaliação minuciosa de riscos, obtendo resultados sólidos e inovadores.

O escritório atua, ainda, no aperfeiçoamento da legislação sobre questões que afetam o mercado. Dentre vários temas de interesse nacional, cita-se como exemplo a participação ativa nos debates acerca dos desequilíbrios concorrenciais tributários que levaram à elaboração do Anteprojeto de Lei Complementar visando sua adequada regulamentação Igualmente relevantes foram as sugestões nas discussões envolvendo a guerra fiscal entre os Estados, inclusive no sentido da alteração da Lei Complementar 24/75.

Dias de Souza Advogados Associados possui sede em São Paulo, mantendo parceria em Brasília com a Advocacia Dias de Souza, ambos aparelhados técnica e fisicamente para proporcionar comunicação célere junto aos principais órgãos julgadores e tribunais superiores. Mantém,

PRINCIPAIS SÓCIOS

Hamilton Dias de Souza, graduado em Direito pela USP, em 1966. Especialista em Direito Tributário pela USP. Mestre em Direito Econômico e Financeiro pela USP. Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo, da Academia Paulista de Direito, da Academia Brasileira de Direito Tributário, do Conselho Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), ex-presidente e atual membro da Academia Internacional de Direito e Economia. Foi professor de Direito Tributário na USP. Possui vários trabalhos publicados.

Anna Paola Zonari, graduada em Direito pela USP, em 1987. Especialista em Direito Tributário e Direito Processual Civil pelo Centro de Extensão Universitária. Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP.

Mário Luiz Oliveira da Costa, graduado em Direito pela PUC-SP, em 1991. Especialista em Direito Tributário pelo Centro de Extensão Universitária, e em Direito Empresarial pela PUC-SP. Mestre em Direito Econômico e Financeiro pela USP. Diretor e Conselheiro da AASP – Associação dos Advogados de São Paulo. Autor do livro *Setor Sucroalcooleiro – Da Rígida Intervenção ao Livre Mercado*. Possui, também, vários artigos publicados.

Hugo Funaro, graduado em Direito pela Universidade Mackenzie, em 1999. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet). Mestre em Direito Econômico e Financeiro pela USP.

Douglas Guidini Odorizzi, graduado em Direito pela PUC-SP, em 2002. Especialista em Direito Tributário pela PUC-SP/Cogeae. Mestrando na área de Direito do Estado (Direito Constitucional) pela PUC-SP.

Dias de Souza Advogados Associados

Results obtained, deriving from intense dedication and commitment with the clients' causes, justify their reputation and recognition, both nationally and internationally.

With over 40 years of existence, **Dias de Souza Advogados Associados** is a benchmark among Tax Law Firms, distinguishing for their seriousness and commitment to their clients.

The Firm gathers talents with diverse educational and professional backgrounds, rendering a highly qualified service both in litigation and advisory plans.

In litigation, **Dias de Souza Advogados Associados** is recognized for its distinguished operation in courts. Several cases backed by the law firm became prominent due to the originality of legal principles presented, turning them into real leading cases, besides distinguishing between the relevance of economic reflexes involved and for their high degree of success.

Another highlighted area at the firm is the handling of administrative processes in Federal, State and Regional spheres, including the presentation of briefs and oral arguments to appellate courts administrative offices, particularly at Tribunal de Impostos e Taxas (TIT-SP) and Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

In advisory, **Dias de Souza Advogados Associados** distinguishes for the analysis of issues related to Public Law, with guidelines and legal opinions. Their work also covers preventive practices, definition of strategies for ongoing lawsuits and tax planning, with a careful assessment of risks, so achieving sound and innovative results.

The firm also operates in the improvement of legislation on issues affecting the market. Among several themes of domestic interest, we can mention the active participation in debates related to the unbalance of tax competition, which led to the creation of the supplementary law draft aiming its adequate regulation. Just as important were the suggestions made on debates involving tax war among States, also in the sense of amending Supplementary Law 24/75.

Dias de Souza Advogados Associados is headquartered in São Paulo, with a partnership in Brasília with Advocacia Dias de Souza both technically and physically equipped so to offer speedy communication with the main legal bodies and Courts. Likewise, they keep correspondents across the country and strategic alliances with many law firms, also abroad.

Results obtained, deriving from intense dedication and commitment with the clients' causes, justify their reputation and recognition, both nationally and internationally.

Some of their clients, among others, are: AMBEV, Audi, Bacardi, Banco Volkswagen, Bunge, Campari, Cisa, Copersucar and their main affiliates, Cosan / Raízen, Cotia, Electrolux, Huawei, Iguatemi / Jereissati, Jaguar Land Rover, Louis Dreyfus – LDC / Biosev, MAN, Mercedes, Mitsubishi Motors, Nestlé, Oi, Pirelli Pneus, Positivo Informática, Prysmian, RBS, Scania, Suzano, Volkswagen, Votorantim Metais and Zilor group.

Many are the awards and recognition titles the Firm and its main partners have received, among which we highlight: Chambers Global, Chambers Latin America, International Tax Review, Practical Law Company – PLC Which Lawyer Yearbook, Who's Who Legal, World's Leading Tax Advisers, Best Lawyers / Brazil, The Legal 500 – Latin America, Análise Advocacia and MasterCana.

MAIN PARTNERS

Hamilton Dias de Souza, graduated in Law from USP in 1966. Postgraduate certificate in Tax Law from USP. Holds a Master of Economic and Financial Law from USP. Member of Instituto dos Advogados de São Paulo, Academia Paulista de Direito, Academia Brasileira de Direito Tributário, Conselho Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), former president and current member of Academia Internacional de Direito e Economia. He was a Professor in Tax Law at USP and has several published works.

Anna Paola Zonari, graduated in Law from USP in 1987. Postgraduate certificate in Tax Law and Civil Procedural Law from Centro de Extensão Universitária. Holds a Master of Administrative Law from PUC-SP.

Mário Luiz Oliveira da Costa, graduated in Law from USP-SP in 1991. Postgraduate certificate in Tax Law from Centro de Extensão Universitária and Corporate Law from Pontificia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. Holds a Master of Economic and Financial Law from USP. Officer and director of AASP - Associação dos Advogados de São Paulo. Author of the book "*Setor Sucroalcooleiro - Da Rígida Intervenção ao Livre Mercado*". He also has several published articles.

Hugo Funaro, graduated in Law from Universidade Mackenzie, in 1999. Postgraduate certificate in Tax Law from Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet). Holds a Master of Economic and Financial Law from USP.

Douglas Guidini Odorizzi, graduated in Law from USP-SP in 2002. Postgraduate certificate in Tax Law from PUC-SP/Cogeae. Master candidate in State Law (Constitutional Law) at PUC-SP.

D'Urso e Borges Advogados Associados

HISTÓRIA

Sessenta anos de Advocacia! Desde sua fundação, em 1956, tornou-se um dos mais tradicionais e respeitados escritórios de advocacia do país. **D'Urso e Borges Advogados Associados** teve sua origem por ocasião da formatura do Dr. Umberto Luiz D'Urso pela Faculdade de Direito da USP. A partir daquele ano, o Dr. Umberto iniciou suas atividades na advocacia, dividindo seu tempo entre seus clientes e sua atuação como Professor de Direito. Ainda com a denominação de Advocacia D'Urso, permaneceu estabelecido por longos anos no coração da capital paulista, ao lado dos fóruns. Com a chegada dos filhos – Luiz Flávio Borges D'Urso, em 1982, e Umberto Luiz Borges D'Urso, em 1986 –, o escritório ampliou-se, e, em 1989, tornou-se **D'Urso e Borges Advogados Associados**. O crescimento trouxe novas feições ao escritório: ao lado da mudança de endereço para sede própria, passou a dedicar-se especialmente ao Direito Criminal. A partir do ano 2000, mais novidades: além dos sócios, o escritório passou a receber a terceira geração da família D'Urso, Adriana Filizzola D'Urso, Luiz Flávio Filizzola D'Urso e Luiz Augusto Filizzola D'Urso. Em 2014, o Dr. Umberto faleceu aos 88 anos, ainda advogando, e deixou um legado de profissionalismo, retidão, humanismo e qualidade na prestação dos serviços.

Em pé (esq>>dir)

Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso, Dr. Umberto Luiz Borges D'Urso

Sentados (esq>>dir)

Dra. Adriana Filizzola D'Urso, Dr. Luiz Augusto Filizzola D'Urso, Dr. Luiz Flávio Filizzola D'Urso

A atuação da sociedade está voltada preferencialmente à advocacia criminal. O escritório está estruturado para atendimento em todo território nacional, por meio de parcerias, com profissionais experimentados, professores e pós-graduados, em todos os estados da Federação.

ADVOCACIA CRIMINAL

A atuação da sociedade está voltada preferencialmente à advocacia criminal, área para a qual todos os integrantes da **D'Urso e Borges Advogados Associados** estão capacitados por longos anos de experiência e uma sólida formação jurídica-penal, no Brasil e no exterior. O escritório está estruturado para atendimento em todo território nacional, por meio de parcerias, com profissionais experimentados, professores e pós-graduados, em todos os Estados da Federação.

SÓCIOS, ASSOCIADOS E COLABORADORES

Prof. Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso – Advogado Criminalista há 33 anos. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo – OAB-SP, por três gestões consecutivas (2004 a 2012). É Conselheiro Federal da OAB. Mestre e Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito da USP. Pós-graduado em Direito Penal Econômico pela Faculdade de Direito Castilla-La Mancha (Espanha). É Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – ABRACRIM, eleito em 2013. Preside o Comitê de *Criminal Compliance* da OAB-SP. Preside o LIDE JUSTIÇA. Foi membro do Conselho Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. É Presidente de Honra da Academia Brasileira de Direito Criminal – ABDCRIM, da qual foi fundador. Autor e coautor de mais de uma dezena de livros jurídicos, dentre eles *Direito Criminal na Atualidade*. Lecionou Direito Penal e Processual Penal em diversas faculdades, dentre elas a Faculdade de Direito da USP e a Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), da qual recebeu o título de *Professor Honoris Causa*.

Prof. Dr. Umberto Luiz D'Urso *(in memoriam)* – Advogado graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em 1956. Foi professor universitário por 50 anos, tendo lecionado em várias instituições, dentre elas a Faculdade de Direito da FMU, a Faculdade de Direito Franciscanas e a Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). Em 2011 foi homenageado pela OAB-SP, como decano da Advocacia Paulista.

Dr. Umberto Luiz Borges D'Urso – Advogado Criminalista. Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito do Mackenzie. Pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade de Direito da Uni-FMU. Pós-graduado em Direito Penal Econômico pela Faculdade de Direito Castilla-La Mancha (Toledo – Espanha). Foi Presidente do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo. É Conselheiro Seccional e Diretor do Departamento de Cultura e Eventos da OAB-SP desde 2004.

Dra. Adriana Filizzola D'Urso – Advogada Criminalista. Graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Pós-graduada em Direito Penal Econômico e Europeu pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Mestre e Doutoranda em Direito Penal pela Universidade de Salamanca (Espanha). Membro da Comissão de Direito Penal da OAB-SP.

Dr. Luiz Flávio Filizzola D'Urso – Advogado Criminalista. Pós-graduado em Direito Penal Econômico e Europeu pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Pós-graduando em Processo Penal pela mesma faculdade. Integrou o Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária do Estado de São Paulo. Membro da Comissão de Direito Penal da OAB-SP.

Dr. Luiz Augusto Filizzola D'Urso – Advogado Criminalista. Pós-graduando em Processo Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM).

D'Urso e Borges Advogados Associados

The role of society is preferentially directed to criminal law. The firm is structured to offer nationwide service through partnerships with experienced professionals, professors and graduates in all states of the country.

HISTORY

Sixty years of law practice! Since its foundation, in 1956, it has become one of the most traditional and respected law firms in the country. **D'Urso e Borges Advogados Associados** was established when of the graduation of Mr. Umberto Luiz D'Urso from USP Law School. From that year on, Mr. D'Urso has begun his activities in law practice, splitting his time between his clients and as Professor of Law. Still named Advocacia D'Urso, he stayed for a long time in the heart of the capital of São Paulo, close to courts. With the arrival of sons - Luiz Flávio Borges D'Urso, in 1982, and Umberto Luiz Borges D'Urso, in 1986 - the firm expanded, becoming D'Urso Borges Advogados Associados in 1989. The expansion gave the firm new shapes: along with the address change to their own headquarters, it began to especially dedicate to Criminal Law. From 2000 on, more news: in addition to the partners, the firm began to welcome the third generation of the D'Urso family, Adriana a Filizzola D'Urso, Luiz Flávio Filizzola D'Urso and Luiz Augusto Filizzola D'Urso. In 2014, Mr. D'Urso passed away at the age of 88, still practicing, leaving a legacy of professionalism, integrity, humanism and quality in service.

CRIMINAL LAW

The role of society is preferentially directed to criminal law, the area in which all members of **D'Urso e Borges Advogados Associados** are trained for long years of experience and a solid legal and criminal background in Brazil and abroad. The firm is structured to offer nationwide service through partnerships with experienced professionals, professors and graduates in all states of the country.

PARTNERS, ASSOCIATES AND EMPLOYEES

Prof. Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso – Criminal lawyer for 33 years. President of the Ordem dos Advogados do Brasil, Sao Paulo chapter - OAB-SP for three consecutive terms (2004 to 2012). Federal Director at OAB. Master and J.D. of Criminal Law from USP Law School. Postgraduate certificate in Economic Criminal Law from Castilla-La Mancha Law School , Spain. President of Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – ABRACRIM, elected in 2013. Chairing the Committee of *Criminal Compliance* of OAB-SP. Chairing the LIDE JUSTIÇA. He was a member of the National Council of Public Security of the Ministry of Justice. He is Honorary President of Academia Brasileira de Direito Criminal - ABDCRIM, which he founded. Author and co-author of more than a dozen legal books, among them *Direito Criminal na Atualidade*. He was professor of Criminal Law and Criminal Procedure in various colleges, among the Law School of USP and Law School of Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), when he was awarded with the title of *Professor Honoris Causa*.

Prof. Dr. Umberto Luiz D'Urso *(in memoriam)* – Degree in Law from Universidade de São Paulo (USP) Law School in 1956. He was university professor for 50 years, having lectured in several institutions, among them the Law School of FMU, Faculdade de Direito Franciscanas and Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). In 2011 he was homaged by OAB-SP as dean for the practice of law in São Paulo.

Dr. Umberto Luiz Borges D'Urso – Criminal lawyer. Master of Criminal Law from Mackenzie's Law School. Holds a postgraduate certificate in Criminal Law and Criminal Proceedings from Uni-FMU's Law School. Holds a postgraduate certificate in Economic Criminal Law from Castilla-La Mancha Law School (Toledo - Spain). He was President of the Penitentiary Council of the State of São Paulo. Chapter Director of OAB-SP and Director of the Department of Culture and Events of OAB-SP since 2004.

Dra. Adriana Filizzola D'Urso - Criminal lawyer . Law degree from Pontificia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. With postgraduate certificate in European and Economic Criminal Law from the Law School of the University of Coimbra (Portugal). Master and J.D. Candidate in Criminal Law from the University of Salamanca (Spain). Member of the Committee of Criminal Law of OAB-SP.

Luiz Flávio Filizzola D'Urso – Criminal lawyer. Holds postgraduate certificate in European and Economic Criminal Law from the Law School of the University of Coimbra (Portugal). Graduate student in Criminal Proceedings by the same college. He integrated the State Council for Criminal and Penitentiary Policy of the São Paulo State. Member of the Committee of Criminal Law of OAB-SP.

Dr. Luiz Augusto Filizzola D'Urso – Criminal lawyer. Graduate candidate in Criminal Proceedings from the Law School of the University of Coimbra (Portugal). Member of Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM.

Edgard Leite Advogados Associados

O **Edgard Leite Advogados Associados** foi fundado em 1966 e, desde então, mantém como pilar de suas ações elevado padrão de profissionalismo e ética na elaboração e no desenvolvimento de estratégias jurídicas.

O escritório se destaca pela alta qualidade de sua equipe multidisciplinar, responsável pela prestação de serviços nas esferas consultiva e contenciosa, nas diferentes áreas do Direito.

Ao longo do tempo, o escritório transformou-se em referência no Direito Público e Empresarial; hoje, possui ampla experiência na área de licitação e contratos administrativos, oferecendo assessoria aos clientes, entes públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, na elaboração e/ou análise de editais licitatórios, elaboração de recursos, impugnações e demais medidas necessárias no curso do respectivo certame. Na fase de execução contratual, oferece assessoria preventiva e também na esfera judicial, em questões relativas às obrigações assumidas pelas partes, em defesas de fiscalizações e em conflitos surgidos com o órgão contratante, fornecedores e terceiros.

Em pé (esq>dir)

Dr. Fábio Ragusa, Dr. André Porto Alegre, Dra. Daniela Bufacchi,
Dr. Giuseppe Giamundo Neto, Dr. Camillo Giamundo,
Dr. Vander Lopes Cardoso, Dra. Renata Catão, Dra. Laila Abud,
Dra. Vania Pasqual, Dr. Mario Barone, Dra. Leticia Zuccolo, Dr. Edgard Leite Jr.,
Dr. Philippe Castro e Silva, Dr. Edison Batistella, Dr. Mario de Barros Dorna,
Dra. Vanessa Moreira, Dr. Juliano Barbosa de Araujo,
Dra. Ana Carolina Boretto, Dra. Fernanda Leoni

Sentadas (esq>dir)

Dra. Marcia Buccolo, Dra. Silvia Ragusa

Com advogados de sólida formação e comprovada experiência, toda a equipe possui habilidades multidisciplinares para oferecer soluções rápidas, sempre pautadas na ética profissional.

poluidores e realização de estudos técnicos especializados (elaboração de pareceres) com objetivo de resguardar a responsabilidade ambiental decorrente da atividade empresarial nos âmbitos cível, administrativo e criminal.

O escritório também atua permanentemente nos Tribunais de Contas e demais órgãos de controle, especialmente perante os Ministérios Públicos da União e estaduais, além das Controladorias das entidades estatais. Em razão disso, presta assessoria destinada a identificar e adotar providências hábeis e suficientes para conferir ao projeto a necessária conformação às exigências introduzidas por alterações na legislação e por força da atuação dos órgãos de controle.

Nos demais segmentos do Direito Público, o escritório possui equipe qualificada para atuar em matéria urbanística, administrativa e tributária, tanto no âmbito federal como no estadual e no municipal. Nessa última área, oferece consultoria preventiva para promoção de um adequado planejamento tributário.

No âmbito do Direito Privado, o escritório atua em matéria de Contratos, Família e Sucessões, Responsabilidade Civil, dentre outras. Nessa área, presta serviços para empresas, seus acionistas, dirigentes e respectivas famílias, prezando pelo atendimento personalizado e real compreensão das necessidades de cada cliente.

Dedica-se, também, ao Direito Imobiliário, conferindo aos clientes amplo respaldo em questões relativas à aprovação e regularização de projetos e empreendimentos das diversas espécies.

Merece destaque, por fim, a atuação do escritório na área de Entretenimento e Comunicação, trabalho que envolve desde a consultoria preventiva em direitos de autor em campanhas publicitárias e estratégias de marketing até a atuação junto ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), na propositura, acompanhamento ou defesa de representações.

Com advogados de sólida formação e comprovada experiência, toda a equipe possui habilidades multidisciplinares para oferecer soluções rápidas, sempre pautadas na ética profissional. A preocupação com o aperfeiçoamento dos colaboradores incentiva o desenvolvimento de jovens talentos, garantindo a excelência dos seus trabalhos. Além disso, uma equipe administrativa altamente treinada proporciona suporte e integração ao escritório de São Paulo e a seus correspondentes.

O escritório tem atuação internacional, por meio de parcerias, sobretudo no estado da Flórida, EUA, onde já participou, com êxito, do desenvolvimento e concretização de projetos relativos ao setor imobiliário e na assessoria jurídica para empresas estrangeiras interessadas em investimentos no Brasil.

Para **Edgard Leite Advogados Associados** é fundamental dispensar atendimento fundado no conhecimento técnico, nas melhores práticas do mercado, na adequada estratégia e no pleno alinhamento com o cliente. Tudo isso por meio de uma equipe de advogados experiente, ágil, dedicada e criativa.

Outra área de expertise do escritório são as Concessões e PPPs, em que oferece consultoria para os interessados em apresentar projetos ao setor público, seja por meio de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada (MIP), seja em Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) nas mais diversas áreas, com especial destaque para infraestrutura – rodovias, portos, aeroportos, telecomunicações, energia, saneamento básico. O atendimento envolve desde a assessoria na concepção da modelagem jurídica das concessões e PPPs, passa pela consultoria nos respectivos procedimentos licitatórios e alcança também a execução contratual.

Ainda no âmbito do Direito Público, **Edgard Leite Advogados Associados** oferece atendimento completo em Direito Ambiental, envolvendo desde a análise das restrições ambientais impostas pelas diversas legislações, a defesa dos interesses dos clientes em processos de tombamento, autuações administrativas, embargos de empreendimentos, até a atuação em ações civis públicas relativas à matéria ambiental. O trabalho incorpora ainda a assessoria jurídica para a obtenção das licenças necessárias à implantação de equipamentos potencialmente

Edgard Leite Advogados Associados

Having lawyers with solid background and proven experience, the entire team has multidisciplinary skills to deliver quick solutions, always based on professional ethics.

laws, defending our clients' interests in processes of cultural heritage protection, notices of administrative violations, development embargoes and participating in public civil actions related to the environmental matter. The job also includes legal advice to obtain permits required to implement potentially polluting equipment and performing specialized technical studies (drafting opinions) with the purpose of protecting the environmental liability arising from business activities in the civil, administrative and criminal fields.

The firm also works permanently in the Accounting Courts and other controlling bodies, especially in the federal and state Prosecutors Offices, as well as state entities' Controller departments. Therefore, the firm provides advice designed to identify and adopt correct and enough measures to give the project the necessary compliance to the requirements introduced by changes in legislation and by the operation of controlling bodies.

In other segments of Public Law, the firm has a qualified team to work on urban, administrative and tax matters, both in federal, state and municipal spheres. In this last area, it provides preventive advice to promote proper tax planning.

Under Private Law, the firm works in Contracts, Family and Probate, Liability, among other matters. In this area, the firm provides services to companies, their shareholders, executives and respective families, always valuing tailored services and the real understanding of every client's needs.

It is also dedicated to Property Law, offering clients large support in issues related to approval and regularization of projects and developments of different kinds.

Finally, the firm's practice in Entertainment and Communications is noteworthy, an activity involving from preventive advice on copyright in advertising campaigns and marketing strategies to action with the National Council for Advertising Self Regulation (Conar), in filing, monitoring or defending complaints.

Having lawyers with solid background and proven experience, the entire team has multidisciplinary skills to deliver quick solutions, always based on professional ethics. The concern with employees' improvement motivates the development of young talents, assuring the excellence of their work. In addition, a highly trained administrative team provides support and integration to the firm in São Paulo and its correspondents.

The firm is also present abroad, through partnerships, mainly in the State of Florida - USA, where they've successfully participated in the development and fulfillment of projects concerning the real estate industry and legal advisory to foreign companies interested in investing in Brazil.

For **Edgard Leite Advogados Associados** it is essential to deliver services based on technical expertise, the market's best practices, the appropriate strategy and fully aligned with the client. Everything with a team of experienced, nimble, dedicated and creative lawyers.

The **Edgard Leite Advogados Associados** was founded in 1966 and since then high standards of professionalism and ethics in elaborating and developing legal strategies have been their foundation.

The firm stands out for the high quality of its multidisciplinary team, responsible for providing services in the advisory and litigation realms, in the different areas of law.

Over time, the firm became a reference in the Public and Business Law; today, it has extensive experience in biddings and administrative contracts, providing legal advice to clients, public or private entities, either national or international, in preparing and/or analyzing invitations to bid, preparing appeals, challenges and other measures necessary in the course of the respective bidding. In the contract performance stage, the firm provides both preventive and legal advice in matters regarding the obligations undertook by the parties, inspection defenses and disputes arising with the contracting body, suppliers and third parties.

Another area of expertise are Concessions and PPPs, in which the firm provides advice for those interested in submitting projects to the public sector, either by Expression of Interest from Private Sector (MIP) or by Expression of Interest Procedure (PMI) in multiple areas, especially in infrastructure – roads, ports, airports, telecommunications, energy, sanitation. The service ranges from advising on the design of concessions and PPPs legal modeling to consulting in the respective bidding processes to the contract performance.

Still in the context of Public Law, **Edgard Leite Advogados Associados** offers full services in Environmental Law, which include analyzing environmental restrictions imposed by several

Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados

Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados surgiu sedimentado na experiência profissional de seus sócios originários, mediante firme resolução de enfrentamento dos desafios propostos por um mercado cada vez mais competitivo, exigente e sofisticado.

O escritório prioriza, na prestação de seus serviços legais, a constante busca de soluções jurídicas que levem em consideração as peculiaridades, o negócio, a cultura e as metas de seus clientes.

A consciência dessa circunstância emoldurou o perfil da organização, além de constituir-se na mola propulsora de todos os seus movimentos e na inspiração de suas estratégias.

Resultados sólidos e inovadores, avaliação séria e correta dos riscos, alicerçada em longa e profunda experiência em todos os ramos do Direito, o escritório tem atuação prioritária nos Tribunais Superiores.

Em pé (esq»dir)

Dr. Marcelo Leal de Lima Oliveira, Dra. Janaína Castro de Carvalho Kalume, Dr. Luiz Felipe Bulus, Dr. José Rollemberg Leite Neto, Dr. Edson Queiroz Barcelos Junior, Dra. Vanessa Alves Pereira Barbosa, Dr. Matheus Annes Ferrão, Dr. Rannery Lincoln Gonçalves

Sentados (esq»dir)

Dr. Eduardo Antônio Lucho Ferrão

O somatório de todas essas características resulta na excelência da qualidade do trabalho desenvolvido, considerando sempre o objetivo prioritário: a satisfação do cliente.

A organização está em conformidade com os padrões mais modernos de administração. Os processos de trabalho são inteligentes e constantemente otimizados diante das mudanças conjunturais. Os vários setores se inter-relacionam, evidenciando a visão sistêmica, garantindo eficiência e eficácia aos trabalhos desenvolvidos.

Na afirmação contínua dessa proposta, **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** tem investido incessantemente na formação de seus profissionais, na tecnologia e gestão da informação e do conhecimento.

O somatório de todas essas características resulta na excelência da qualidade do trabalho desenvolvido, considerando sempre o objetivo prioritário: a satisfação do cliente.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Seu quadro de advogados constitui uma equipe multidisciplinar, com capacitação nos diversos campos do Direito privado e público, destacando-se a aptidão técnica para matérias de natureza constitucional, administrativa, tributária, criminal, eleitoral, cível em geral e regulatória.

Atua intensamente, tanto no campo preventivo das relações obrigacionais, como na solução propriamente dita de conflitos, sempre no intuito de preservar os interesses de seus clientes, seu patrimônio, e incentivar a expansão de seus negócios, viabilizando tomadas de decisões ágeis e seguras.

Com atuação predominante nos Tribunais Superiores, **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** é responsável pela condução de inúmeros processos perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, as mais altas Cortes da Justiça brasileira.

As matérias são as mais diversas, abrangendo demandas relacionadas a controvérsias sobre contratos civis e comerciais, problemas societários, tributários e fiscais, previdenciários, matéria criminal, improbidade administrativa, demandas imobiliárias, questões portuárias, responsabilidade ambiental, litígios relativos a Direito Público e Direito Bancário.

A prestação de serviços extrapola o Poder Judiciário, transbordando para os Poderes Executivo e Legislativo, incluindo os Conselhos, Secretarias e Agências a eles vinculados.

Merece destaque, também, a atuação do escritório perante o Tribunal de Contas da União.

Em síntese, **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** tem presente que o contexto social e econômico contemporâneo exige dos escritórios de advocacia soluções, nos mais diversos campos do Direito, que levem em conta, entre outros, princípios de extrema seriedade, rápida implementação, aderência ao tempo e adaptabilidade a novos cenários.

CONTENCIOSO

Representação judicial do cliente, pessoa física ou jurídica, domiciliado no Brasil ou no exterior, nos mais variados tipos de disputa, seja em juízo, seja por meio de arbitragem ou outras formas alternativas de solução de conflitos.

TRIBUTÁRIA E FISCAL

Assessoria a pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras, na interpretação e aplicação da legislação tributária federal, estadual e municipal. Atuação em todos os níveis, na área contenciosa administrativa e judicial. Como reconhecimento, o escritório recebeu destaque na publicação do *Chambers Latin America 2015*.

EQUIPE

Os recursos humanos são altamente capacitados. Graduados em centros de renome e com especializações constantes, denotam elevado nível intelectual e cultural. Os advogados, estagiários e funcionários estão constantemente envolvidos com a atualização profissional.

CARREIRA

A experiência de trabalhar em **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** proporciona rápido e eficaz desenvolvimento profissional, como resultado do convívio com profissionais de elevada qualificação e do acompanhamento de questões de grande complexidade.

O ambiente de trabalho favorece também os estudos, pois existe uma biblioteca rica em obras clássicas e contemporâneas, além de uma confortável estrutura que permite ao estudante recorrer à imensidão de informações que completam a rotina acadêmica.

CURRÍCULO

Dr. Eduardo Antônio Lucho Ferrão, Graduado pela Universidade Federal de Santa Maria-RS. Integrou por quatorze anos o Ministério Público do Rio Grande do Sul, obtendo todas as promoções pelo critério do merecimento. Exerceu o magistério superior na Universidade de Cruz Alta e na Escola Superior do Ministério Público/RS. Exerceu função de assessor jurídico da Assembleia Nacional Constituinte. Integrou a Comissão de Direitos Difusos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Exerce a advocacia nos Tribunais Superiores desde 1990. É membro do Instituto dos Advogados do Distrito Federal.

Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados

Summing up all these aspects outcomes quality excellence on the work developed, always taking their main goal into account: the client's satisfaction.

Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados was founded on the professional experience of its original partners, with the firm intention to face challenges presented by an increasingly competitive, demanding and sophisticated market.

The firm focuses on the constant search for legal solutions, considering peculiarities, the business, culture and clients' targets when providing its legal services.

Awareness of such condition has framed the company's profile, besides becoming the mainspring of all of its movements and strategies inspiration.

Through solid and innovative results, serious and correct risks assessment, based on long and vast experience in all the areas of Law, the firm has prioritized practice at High Courts.

The company complies with the most modern standards in business. Work processes are smart and constantly optimized taking changes in conjuncture into account. The many sectors interrelate, making systemic view evident, and ensuring efficiency and effectiveness to developed works.

By continuously stating this proposal, **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** has continuously invested in training their professionals, in technology and management of information and knowledge.

Summing up all these aspects outcomes quality excellence on the work developed, always taking their main goal into account: the client's satisfaction.

FIELDS OF PRACTICE

The lawyers form a multidisciplinary team, trained in diverse fields of Law – both private and public – distinguishing for their technical expertise in matters of constitutional, administrative, tax, criminal, electoral, civil and regulatory nature.

The firm intensively operates both in preventing binding relationships and in actually solving disputes, always aiming at preserving their clients' interests, their assets and motivating the business' expansion, enabling fast and secure decision taking.

Mainly operating at High Courts, **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** is responsible for conducting numerous lawsuits at the Supreme Court and Superior Court of Justice, the highest courts in the Brazilian Justice system.

The range of matters is wide, encompassing demands related to controversies on civil and commercial contracts, corporate and tax problems, pension plans, criminal matters, administrative corruption, real estate issues, port issues, environmental responsibility and litigations related to Public and Banking Law.

Service reaches beyond the Judiciary, overrunning the Executive and Legislative Branches, including Councils, Departments and Agencies related to them.

Highlight is also given to the law firm's practice at the Federal Accounting Court.

Summarizing, **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** is aware that modern social and economic contexts demand solutions from law firms in the most diverse fields of Law, taking into account principles of extreme earnestness, fast implementation, time adherence and adaptability to new scenarios, among other things.

LITIGATION

Legal representatives of clients, both individuals and legal entities, located in Brazil or abroad, in the most diverse kinds of disputes, either in court, through arbitration or other alternative ways of dispute resolution.

TAX

Advisory to individuals and legal entities, both national and international, in interpreting and applying federal, state and municipal tax legislation. Operating in all levels, in administrative and judicial litigation fields. In recognition, the firm was highlighted by *Chambers Latin America 2015* publication.

STAFF

Human resources are highly trained. Graduates in renowned institutions and with constant specialization courses, they show high intellectual and cultural level. Lawyers, trainees and staff are constantly involved in professional updating.

CAREER

The working experience with **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** provides fast and efficient professional development as result of the contact with highly qualified professionals and monitoring on great complexity issues.

The working environment also foments studies, for they have a library rich in classic and contemporary works, besides a comfortable structure that allows students to use multitude of information that complete academic routine.

CURRICULUM

Mr. Eduardo Antônio Lucho Ferrão, Graduate from Universidade Federal de Santa Maria-RS. For 14 years he has been member of the Prosecution Office of Rio Grande do Sul, receiving all promotions by merit criteria. He's been professor at Universidade de Cruz Alta and Escola Superior do Ministério Público/RS. He has worked as legal advisor at the National Constitutional Convention. He's integrated the Commission of Diffuse Right of the Federal Council of Ordem dos Advogados do Brasil. He's been practicing law at High Courts since 1990. Member of Instituto dos Advogados do Distrito Federal.

Fadiga e Mardula Sociedade de Advogados

No ano de 2007, dois amigos egressos da área jurídica de instituição financeira, Fábio Fadiga e Evandro Mardula, uniram-se a Edgar Fadiga Jr. e fundaram em Campinas-SP o escritório **Fadiga e Mardula Sociedade de Advogados**. O objetivo dos sócios era claro: prestar assistência jurídica consultiva e contenciosa ao empresário brasileiro de maneira dedicada e exclusiva.

Na sequência passaram a integrar a sociedade os advogados Rosano de Camargo e Bernardo Buosi, também egressos do mesmo ambiente corporativo. Em menos de um ano a fórmula se mostrava acertada e o escritório já se multiplicava: nascia a unidade em São João da Boa Vista, também no interior de São Paulo.

O crescimento não parou, e outros profissionais identificados com os valores do escritório vieram fazer parte da banca. Mais três anos se passaram e surgia a unidade de Sorocaba-SP; em seguida foram instaladas as de Ribeirão Preto-SP, Santos-SP, São Paulo-SP, Belo Horizonte-MG, Rio de Janeiro-RJ e São José do Rio Preto-SP.

Hoje, a atuação do escritório estende-se para além das fronteiras nacionais, atendendo com êxito clientes nos EUA, França, Espanha e Inglaterra.

Em pé (esq>>dir)

Dra. Vanessa de Oliveira Braga, Dr. Evandro Mardula, Dr. Bernardo Buosi, Dr. Michel Cesar Toffano, Dra. Esther Gronau Luz

Sentados (esq>>dir)

Dr. Rosano de Camargo, Dr. Fábio André Fadiga, Dr. Felipe Vouguinha dos Santos

Em sua fundação seis profissionais compunham o quadro original, hoje 239 profissionais encontram-se reunidos em torno de um ideal comum, o entusiasmo não só com a profissão de advogado, mas também com a possibilidade de entender o negócio do cliente e contribuir para seu sucesso.

A constante preocupação do escritório com a formação e atualização de seus prestadores pode ser identificada, dentre outras iniciativas, na criação de pioneiro curso de pós-graduação MBA Executivo pela FACAMP – Faculdades de Campinas nas dependências do próprio escritório. Iniciado em 2013, a pós-graduação "in company", com módulos criados sob medida pelo escritório e com disciplinas tanto nas áreas técnicas como em planejamento estratégico, orgulhosamente formará sua primeira turma nesse ano de 2015.

Dentre as muitas trajetórias de sucesso que podem ser narradas pelos integrantes da sociedade, Bernardo Buosi, sócio administrador, conta ter trabalhado como advogado sob orientação de Fábio Fadiga e que, ao se despedir num processo de transferência de São Paulo para Ribeirão Preto, presenteou-o com um livro com uma dedicatória, encerrando-a com um "Até logo". Quatro anos passados, o destino estava realizado com o ingresso do Bernardo na sociedade, superando todas as expectativas da época.

É essa a nota distintiva de **Fadiga e Mardula Sociedade de Advogados**, o espírito jovem, a crença em um futuro que está por ser construído. Para a banca, há muito por conquistar, para si e essencialmente para seus clientes. Sob esse ímpeto, tem se aproximado de diferentes segmentos do mercado, movido pela curiosidade, pelo amor ao desafio. "Queremos participar de operações interessantes, acreditamos no negócio do cliente", resume Buosi.

"FAÇA VOCÊ MESMO, ENTREGUE-SE DE CORPO E ALMA À SUA CARREIRA, AO SEU CLIENTE!"

A cada unidade que se decidia criar, o espírito da banca era um só: envolver o advogado escolhido para administrá-la em todos os passos da instalação, desde a escolha do imóvel e sua reforma, à contratação de pessoal. Formados profissionalmente dentro da filosofia de trabalho "você é responsável pelo seu sucesso", os sócios orgulham-se de carregá-la para todas as vertentes de sua atuação.

Inspirado e movido por esse valor, **Fadiga e Mardula Sociedade de Advogados** oferece um ambiente propício ao crescimento na carreira, à formação de novos profissionais. Esther Gronau Luz começou no escritório como estagiária, após alguns anos alcançou o status de sócia de serviço e recentemente o de sócia administradora. Muitos outros estagiários foram efetivados assim que obtiveram a graduação, outros tantos procuram o escritório em busca de uma oportunidade ou lamentam o fim de seus contratos. Nas duas últimas edições do prêmio "As melhores empresas para estagiar" organizado pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), em 2012 e 2013, o escritório obteve a segunda colocação no ranking.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Fadiga e Mardula Sociedade de Advogados orgulha-se das parcerias sociais desenvolvidas. Ao lado do apoio à Fundação Gol de Letra, o escritório apoia o Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, que dentre outras atividades, dedica-se à criação de oportunidades profissionais para menores carentes.

Dentro dessa linha de atuação, a unidade do escritório no Rio de Janeiro mantém estreito relacionamento com a Comunidade do Caju, selecionando e recrutando jovens para seu primeiro emprego, independentemente de estarem cursando Direito. Uma vez no escritório, esses jovens têm oportunidade de vivenciar posturas e atitudes bem-vindas em ambientes profissionais, o que fará diferença em suas vidas.

EM POUCO TEMPO, UM GRANDE ESCRITÓRIO

Apenas oito anos passados, **Fadiga e Mardula Sociedade de Advogados** desenhou curva vertiginosa de crescimento, tendo, recentemente, alçado 4 novos sócios administradores: Esther Gronau Luz, Felipe Vouguinha dos Santos, Michel Cesar Toffano e Vanessa de Oliveira Braga. Em sua fundação seis profissionais compunham o quadro original, hoje 239 profissionais encontram-se reunidos em torno de um ideal comum, o entusiasmo não só com a profissão de advogado, mas também com a possibilidade de entender o negócio do cliente e contribuir para seu sucesso.

Sem dúvida alguma, a paixão pelo Direito Empresarial é a marca da sociedade.

Fadiga e Mardula Sociedade de Advogados

When of their foundation, six professionals made up the original framework; today 239 professionals are gathered around a common ideal: the enthusiasm not only to the legal profession, but also to the ability to understand the client's business and contribute to its success.

In 2007, Fábio Fadiga and Evandro Mardula, two friends leaving the legal area of a financial institution, joined Edgar Fadiga Jr and founded the law firm **Fadiga e Mardula Sociedade de Advogados** in Campinas, SP. The partners' goal was clear: to provide the Brazilian businessperson legal advisory in the consulting and litigious fields in a dedicated and unique manner.

After that, Rosano de Camargo and Bernardo Buosi joined the law firm, also coming from the same corporate environment. In less than a year the formula proved right and the firm was already growing: the unit in São João da Boa Vista, also in the countryside of São Paulo, emerged.

Growth wouldn't stop and other professionals identifying with the firm's values came to join them. Another three years went by and the unit in Sorocaba/SP would emerge, followed by Ribeirão Preto-SP, Santos-SP, São Paulo-SP, Belo Horizonte-MG, Rio de Janeiro-RJ and São José do Rio Preto-SP.

Today the firm's operation extends beyond domestic borders, successfully serving clients in the USA, France, Spain and the UK.

"DO IT YOURSELF, DEDICATE YOUR BODY AND SOUL TO YOUR CAREER, TO YOUR CLIENT!"

For every branch created, the firm's spirit was only one: to engage the chosen lawyer to run it in every step of its establishment, from choosing the real estate and its remodeling to hiring staff. Professionally trained within the work philosophy "you are responsible for your success", the partners are proud to carry it to all aspects of their operations.

Inspired and moved by this value, **Fadiga e Mardula Sociedade de Advogados** offers an environment conducive to career growth, to the training of new professionals. Esther Gronau Luz began as an intern in the firm; after a few years she achieved the status of service partner and recently the position of managing partner. Many other interns were hired as soon as they graduated, and others seek the firm hoping for an opportunity or lamenting the end of their contracts. In the last two editions of the award "As melhores empresas para estagiar", organized by Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), in 2012 and 2013, the firm obtained the second place in the ranking.

The ongoing concern of the firm with training and updating their providers can be identified, among other initiatives, through the creation of pioneering Executive MBA from FACAMP - Faculdades de Campinas that take place in the firm's premises. Launched in 2013, the in-company graduate course, with tailor-made modules designed by the firm and with subjects in both technical and strategic planning areas, will proudly graduate its first class in 2015.

Among the many successful trajectories that can be told by members of the firm, Bernardo Buosi, managing partner, tells he has worked as a lawyer under the guidance of Fábio Fadiga and that, when he left due to a transfer process from São Paulo to Ribeirão Preto, he would offer him a book with a dedication, ending it with "See you soon". Past four years, destiny was fulfilled with Bernardo joining the firm, surpassing all expectations at the time.

This is the distinguishing mark of **Fadiga e Mardula Sociedade de Advogados**, the young spirit, the belief in a future that is yet to be built. For the firm there is much to be achieved, for them and essentially for their clients. Under this impetus, they have approached different market segments, driven by curiosity, by the love of challenge. "We want to participate in interesting operations, we believe in client's business," says Buosi.

SOCIAL RESPONSIBILITY

Fadiga e Mardula Sociedade de Advogados is proud of the social partnerships they have developed. Besides the support of Fundação Gol de Letra, the firm also supports the Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, which, among other activities, dedicates to creating professional opportunities for needy children.

Within this line of action, the firm's branch in Rio de Janeiro keeps close relationship with the Comunidade do Caju, selecting and recruiting young people to their first job, whether practicing law or not. Once in firm, these young people have the opportunity to experience postures and attitudes welcomed by professional environments, which will make a difference in their lives.

IN SHORT TIME, A LARGE LAW FIRM

After only eight years, **Fadiga e Mardula Sociedade de Advogados** drew a dizzying growth curve, having recently promoted 4 new managing partners: Esther Gronau Luz, Felipe Vouguinha dos Santos, Michel Cesar Toffano and Vanessa de Oliveira Braga. When of their foundation, six professionals made up the original framework; today 239 professionals are gathered around a common ideal: the enthusiasm not only to the legal profession, but also to the ability to understand the client's business and contribute to its success.

Undoubtedly, the passion for Business Law is the hallmark of the law firm.

Ferraz de Camargo Advogados

Ferraz de Camargo Advogados é um escritório *full service*, com atuação voltada para o direito empresarial, cujo objetivo primordial é entregar aos clientes serviços jurídicos modernos e de alta qualidade técnica, com foco em resultados e na redução de custos.

O escritório desenvolve a prática de serviços de advocacia contenciosa e consultiva, além de arbitragem, visando à solução ou prevenção dos litígios da forma mais eficaz e adequada.

Ferraz de Camargo Advogados possui alta capacidade técnica: é formado por um corpo jurídico e administrativo especializado, formado nas melhores faculdades do país, comprometidos com a atualização técnica constante e com a defesa dos interesses dos clientes. O conjunto de 25 advogados internos com dedicação exclusiva, oito colaboradores das áreas administrativa, financeira, comunicação e *facilities*, todos instalados em São Paulo, fornece ao escritório a estrutura apta para viabilizar a execução dos serviços dentro das expectativas e necessidades dos clientes, prezando pelo atendimento ágil, eficiente e personalizado, mediante honorários competitivos e acessíveis.

(esq»dir)

Dr. Fernando Amante Chidiquimo, Dr. Paulo Sergio Ferraz de Camargo

Atendimento personalizado, respeito ao cliente, eficiência na prestação dos serviços e adequação dos custos à realidade atual são os princípios da atuação do escritório Ferraz de Camargo Advogados.

Destaca-se na atividade de **Ferraz de Camargo Advogados** a prestação de serviços para empresas com processos judiciais em todo o território nacional, para o que o escritório conta com softwares e soluções administrativas eficientes que geram redução de custos ao cliente. Além disso, **Ferraz de Camargo Advogados** gerencia o trabalho dos escritórios correspondentes em todo território nacional.

Ferraz de Camargo Advogados oferece eficiência na interação com o departamento jurídico das empresas, graças ao desenvolvimento do trabalho de maneira alinhada aos objetivos estratégicos dos clientes. Mais do que um escritório de advocacia, o escritório se coloca como um parceiro de negócios. Conta com uma carteira robusta de empresas de *middle market* oferecendo serviços jurídicos completos para empresas desse segmento, funcionando como um departamento jurídico terceirizado.

Destaca-se, ainda, a colaboração do escritório com causas sociais e o vínculo de seus sócios com a advocacia como representantes junto a Ordem dos Advogados do Brasil e dirigentes de entidades esportivas. Foi eleito por três vezes entre os 500 escritórios mais admirados do Brasil.

Atendimento personalizado, respeito ao cliente, eficiência na prestação dos serviços e adequação dos custos à realidade atual são os princípios da atuação do escritório **Ferraz de Camargo Advogados**.

CONTENCIOSO E ARBITRAGEM

O escritório tem destacada atuação no contencioso cível, em todo território nacional; atua em qualquer instância, possui escritórios correspondentes em todas as capitais e nas principais cidades do país. Entre as atividades da área do contencioso e arbitragem, destacam-se:

- Responsabilidade civil contratual e extracontratual
- Direito societário
- Direito bancário
- Planos e seguros de saúde
- Relações de consumo
- Questões imobiliárias
- Recuperação de crédito
- Agronegócio
- Falências e recuperação de empresas
- Tributário
- Trabalhista

O escritório também atende demandas empresariais no âmbito preventivo e consultivo nas seguintes áreas:

- Cível
- Consumidor
- Tributária
- Trabalhista
- Constitucional
- Administrativa
- Contratual
- Societária
- Fusões e Aquisições.

E possui sólidas parcerias nas seguintes áreas: criminal, propriedade intelectual e direito do entretenimento.

SÓCIOS

Paulo Sergio Ferraz de Camargo, Área de atuação: Cível, Consumidor, Trabalhista e Contratual.

Graduado em 1999 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Especialista em Processo Civil, pelo COGEAE da PUC-SP, desde 2002. Mestre em Direito pela PUC-SP desde 2011 – Área de Direitos Difusos e Coletivos, com a Dissertação Dano moral coletivo uma possibilidade de aplicação dos danos punitivos *(punitive damages)*. Conselheiro do Esporte Clube Pinheiros. Vice-Presidente da OAB-SP da Subseção Pinheiros.

Fernando Amante Chidiquimo, Área de Atuação: Tributário, Contratos, Administrativo e Negociações Estratégicas.

Cursou a Faculdade de Direito na Universidade Mackenzie. Graduou-se na Faculdade de Administração de Empresas da FAAP. É especialista em Direito Tributário pelo IBMEC-SP. Secretário-Geral Adjunto da OAB-SP da Subseção do Butantã, Diretor Jurídico do Esporte Clube Pinheiros.

Ferraz de Camargo Advogados

Personalized service, respect for customers, efficiency in service delivery and appropriateness of costs to the current reality are the principles of operation of Ferraz de Camargo Advogados.

Ferraz de Camargo Advogados is a full service law firm, with activities geared to business law, whose primary goal is to deliver modern and high technical quality legal services to their clients, focusing on results and cost reduction.

The firm renders litigation and advisory legal services, as well as arbitration, aiming at the prevention or resolution of disputes in the most effective and appropriate manner.

Ferraz de Camargo Advogados has high technical capability: it is formed by legal and specialized administrative staff, graduated from the best colleges in the country, committed to the constant technical updates and to protect the interests of clients. The set of 25 in-house exclusively dedicated lawyers, eight employees in the administrative, financial, communication and facilities areas, all installed in Sao Paulo, give the firm a suitable structure to enable the performance of services within the expectations and needs of their clients, valuing the agile, efficient and personalized service through competitive and affordable fees.

At **Ferraz de Camargo Advogados**, the provision of services for companies with lawsuits across the country stand out, for which the firm has software and efficient administrative solutions that generate costs reduction to clients. In addition, **Ferraz de Camargo Advogados** manages the work of the corresponding offices throughout the country.

Ferraz de Camargo Advogados offers efficient interaction with the legal department of companies, thanks to the development of work in alignment with the strategic objectives of clients. More than a law firm, the office stands as a business partner. It has a robust portfolio of middle market companies, offering comprehensive legal services for companies in this sector, working as an outsourced legal department.

Noteworthy is also the collaboration of the firm with social causes and its partners connection with legal practice as representatives at the Brazilian Bar Association and as sports entities officers. They were elected three times among the 500 most admired firms in Brazil.

Personalized service, respect for customers, efficiency in service delivery and appropriateness of costs to the current reality are the principles of operation of **Ferraz de Camargo Advogados**.

LITIGATION AND ARBITRATION

The firm plays a significant role in civil litigation throughout the country; acting at any instance, with correspondent offices in all capitals and major cities. Among the activities of the litigation and arbitration area, are:

- Contractual and out-of-contract civil liability
- Corporate law
- Banking law
- Health insurance
- Consumer Affairs
- Real estate issues
- Credit recovery
- Agribusiness
- Bankruptcy and reorganization
- Tax
- Labor

The firm also meets business demands in the preventive and consultative scope in the following areas:

- Civil
- Consumer
- Tax
- Labor
- Constitutional
- Administrative
- Contracts
- Corporate
- Mergers and Acquisitions.

And they hold solid partnerships in the following areas: criminal, intellectual property and entertainment law.

PARTNERS

Paulo Sergio Ferraz de Camargo, Fields of Practice: Civil, consumer, labor and contracts.

Bachelor degree in 1999 from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, graduate in Civil Procedure from COGEAE of PUC-SP since 2002. Master of Laws by PUC-SP since 2011 in the Diffuse and Collective Rights field, with thesis on punitive damages ("Dano moral coletivo uma possibilidade de aplicação dos danos punitivos"). Member of Esporte Clube Pinheiros. Vice-president of OAB-SP Pinheiros chapter.

Fernando Amante Chidiquimo, Fields of Practice: Tax, contracts, administrative and strategic negotiations.

He studied at the Universidade Mackenzie Law School. Bachelor degree from FAAP Business Administration School. Graduate in Tax Law from IBMEC/SP. Assistant Secretary General of OAB-SP, subchapter Butantã, Legal Director of Esporte Clube Pinheiros.

Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria

Fundado em 5 de maio de 2000 pelo sócio **João Pedro Ferraz dos Passos**, Ex-Procurador-Geral do Trabalho, que edificou uma carreira brilhante com mais de 18 anos dedicados ao Ministério Público do Trabalho, a **Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria S/S** é, atualmente, um escritório reconhecido nacionalmente por seus grandes resultados na Advocacia Trabalhista Brasileira.

Com foco na Justiça do Trabalho, o escritório atua perante o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior do Trabalho, bem como nas instâncias ordinárias trabalhistas. Sua especialidade são causas de maior complexidade, razão pela qual vem estendendo sua atuação por todo o país, junto à Justiça do Trabalho, atuando também em parceria com escritórios de alto nível nas mais diversas localidades.

Em pé (esq»dir)

Dr. Antonio José de Oliveira Telles de Vasconcellos, Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, Dr. Fábio Silva Ferraz dos Passos, Dr. Hugo Oliveira Horta Barbosa

Sentados (esq»dir)

Dr. Hegler José Horta Barbosa, Dr. João Pedro Ferraz dos Passos

A grande missão da Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria S/S é prestar serviço especializado de advocacia trabalhista com qualidade, para atender os escritórios dos demais estados, empresas, sindicatos e empregados, com segurança e comprometimento, no intuito de alcançar a melhor e mais justa forma de solução de conflitos.

Além da advocacia trabalhista contenciosa em todas as instâncias, e da assessoria consultiva, preventiva e administrativa, a atuação da **Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria S/S** estende-se à assistência em negociações coletivas, oferecendo suporte em mesas redondas nas Superintendências Regionais do Trabalho, assembleias sindicais, associações de classe e comissões, com a preparação de pautas de negociação e redação de acordos e convenções coletivas, com especial destaque na defesa em Ações Civis Públicas.

O escritório dispõe de uma estrutura organizacional que prioriza o pronto atendimento aos parceiros e clientes e uma eficiente comunicação integrada em todos os níveis, proporcionando soluções e grandes oportunidades. A **Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria S/S** conta com um corpo técnico e administrativo capaz de decisões ágeis, eficientes e seguras, de acordo com padrões éticos e qualitativos. Localizado no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, ao lado do aeroporto e dos tribunais superiores, o escritório disponibiliza aos clientes e equipe de trabalho um ambiente confortável, tranquilo, amplo, com estacionamento próprio e espaços reservados e funcionais.

A grande missão da **Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria S/S** é prestar serviço especializado de advocacia trabalhista com qualidade, para atender os escritórios dos demais estados, empresas, sindicatos e empregados, com segurança e comprometimento, no intuito de alcançar a melhor e mais justa forma de solução de conflitos, trabalhando sempre com competência, empenho, responsabilidade, compromisso, sinceridade, integridade, amizade e ética.

EQUIPE

A equipe de profissionais da **Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria S/S** é formada por advogados especializados em Direito e Processo do Trabalho, extremamente familiarizados com a rotina dos tribunais, com extensa formação intelectual e experiência profissional.

Os advogados, além de militantes na advocacia trabalhista, são professores universitários e convivem diariamente com a comunidade jurídica, assim consolidando um relacionamento de confiança e sólida parceria com clientes, colegas, funcionários e todo o universo da advocacia laboral.

João Pedro Ferraz dos Passos, Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense, 1977; Procurador da Fazenda Nacional, 1982-1983; Membro do Ministério Público do Trabalho aposentado, tendo sido Procurador-Geral do Trabalho, 1991-1995; presidiu o Conselho Superior do MPT. Representou o governo brasileiro nas Conferências 79, 80 e 81 da OIT; pós-graduado em Direito Tributário, Direito do Trabalho e Direito Processual Civil. Professor de Direito e Processo do Trabalho. Advogado inscrito na OAB-RJ/DF/SP.

Hegler José Horta Barbosa, Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília, 1975; Técnico Judiciário, 1974; Assessor de Ministro do TST, 1977-1978 e 1991-2000; Assessor do Ministro Presidente do TST, 1978; Secretário do Tribunal Pleno do TST, 1978-1984; Membro do Ministério Público do Trabalho aposentado, tendo sido Procurador-Geral do Trabalho, 1990. Advogado inscrito na OAB-DF.

Ronaldo Ferreira Tolentino, Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Brasília, 2001; pós-graduado em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; professor de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho; diretor da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, 2004-2006, 2007-2009, 2012-2014 e 2014-2016; membro da Comissão de Direito Desportivo do CFOAB; membro da Comissão de Direito Sindical do CFOAB. Advogado inscrito na OAB-DF/SP.

Hugo Oliveira Horta Barbosa, Bacharel em Direito pelo UniCeub, 2003; pós-graduado em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho pelo UniCeub; membro da Comissão de Direito Desportivo da OAB-DF; membro da Comissão de Direito do Trabalho da OAB-DF. Advogado inscrito na OAB-DF.

Fábio Silva Ferraz dos Passos, Bacharel em Direito pelo UniCeub, 2004; pós-graduado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Faculdade Processus, 2006; professor de Direito do Trabalho, Legislação Profissional e Ética Profissional; membro julgador do Tribunal de Ética da OAB-DF. Advogado inscrito na OAB-DF.

Antônio José de Oliveira Telles de Vasconcellos, Bacharel em Direito pelo UniCeub, 1994; Procurador do Estado da Bahia; Assessor do Procurador-Geral do Trabalho, 1995 a 1999; assessor da Subchefia Jurídica da Presidência da República em 1999; chefe de gabinete do Ministro do TST Ives Gandra Martins Filho, 1999-2000; pós-graduado em Direito do Trabalho pela Universidade Gama Filho; membro da Comissão de Direito Desportivo da OAB-DF. Advogado inscrito na OAB-DF.

Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria

The great mission of Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria S/S is to provide specialized service in labor law with quality, in order to provide other states firms, companies, trade unions and employees safe and committed service, to achieve a better and fairer way of resolving conflicts.

Founded on May 5, 2000 by partner **João Pedro Ferraz dos Passos**, former General Attorney of Labor, who has built a brilliant career with more than 18 years dedicated to the Labor Attorney's Office, **Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria S/S** is nowadays nationally recognized for their great results in the Brazilian Labor Law practice.

Focusing on the Justice of Labor, the firm operates before the Federal Supreme Court and the Superior Court of Labor, and in labor first instances. Their specialty are causes of greater complexity, which is why the firm has extended their activities throughout the country, by the Labor Court, also acting in partnership with high level law firms in diverse locations.

In addition to the labor law litigation in all instances and consultative, preventive and administrative advice, **Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria S/S** assists on collective bargaining, offering support in round tables in Labor Regional Commissioner, union meetings, class associations and committees, with preparation of negotiating guidelines and drafting of collective agreements and conventions, with particular emphasis on defense in civil class actions.

The office has an organizational structure that prioritizes the responsiveness to partners and customers, and an efficient integrated communication at all levels, providing solutions and great opportunities. **Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria S/S** has a technical and administrative staff capable of agile, efficient and safe decisions in accordance with ethical and quality standards. Located in Lago Sul, upscale neighborhood of Brasília, next to the airport and the higher courts, the firm provides clients and working staff a comfortable, quiet, spacious environment, with private parking lot and reserved and functional spaces.

The great mission of **Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria S/S** is to provide specialized service in labor law with quality, in order to provide other states firms, companies, trade unions and employees safe and committed service, to achieve a better and fairer way of resolving conflicts, always working with competence, commitment, responsibility, effort, sincerity, integrity, friendship and ethics.

STAFF

The team of professionals of **Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria S/S** is formed by lawyers specialized in labor process, highly familiar with the routine of courts and with extensive intellectual and professional training.

The lawyers, in addition to working in labor law, are university professors and live daily with the legal community, therefore consolidating a reliable and strong relationship with clients, colleagues, employees and the whole labor law universe.

João Pedro Ferraz dos Passos, Law degree from Universidade Federal Fluminense, 1977; Attorney of the National Treasury, 1982-1983; retired member of the Attorney's Office of Labor, having worked as General Attorney of Labor in 1991-1995; he chaired the Superior Counsel of MPT. He represented the Brazilian government at Conferences 79, 80 and 81 of OIT. Holds a graduate degree in Tax Law, Labor Law and Civil Procedural Law. Professor of Law and Labor Process. Lawyer enrolled at OAB-RJ/DF/SP.

Hegler José Horta Barbosa, Law degree from Universidade de Brasília, 1975; Legal Technician, 1974; Assistant judge to the Justice of the Superior Court of Labor (TST), 1977-1978 and 1991-2000; Assistant judge to the President Justice of TST, 1978; Secretary to the Full Bench of TST, 1978-1984; retired member if tge Attorney's Office of Labor, having worked as Attorney-General of Labor, 1990. Lawyer enrolled at OAB-DF.

Ronaldo Ferreira Tolentino, Law degree from Universidade Católica de Brasília, 2001; gradute in Labor Law and Labor Procedural Law from Universidade Presbiteriana Mackenzie; professor Labor Law and Labor Process; member of Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, 2004-2006, 2007-2009, 2012-2014 and 2014-2016; member of the Sports Law Committee of CFOAB; member of Union Law Committee of CFOAB. Lawyer enrolled at OAB-DF/SP.

Hugo Oliveira Horta Barbosa, Law degree from UniCeub, 2003; graduate in Labor Law and Procedural Labor Law from UniCeub; member of the Sports Law Committee of OAB-DF; member of the Labor Law Committee of OAB-DF. Lawyer enrolled at the OAB-DF.

Fábio Silva Ferraz dos Passos, Law degree from UniCeub, 2004; graduated in Labor Law and Labor Process from Faculdade Processus, 2006; professor Labor Law, Professional Legislation and Professional ethics; judging member of the Court of Ethics of the OAB-DF. Lawyer enrolled at OAB-DF.

Antônio José de Oliveira Telles de Vasconcellos, Law degree from UniCeub, 1994; Attorney of the State of Bahia; Assistant judge to the Attorney-General of Labor, 1995 a 1999; assistant judge of the legal subordinate chief office of the Presidency of the Republic in 1999; chief of the chamber of TST Justice Ives Gandra Martins Filho, 1999-2000; graduate in Labor Law from Universidade Gama Filho; member of the Commission of Sports Law of OAB-DF. Lawyer enrolled at OAB-DF.

Garcia & Macedo Advogados Associados

O escritório **Garcia & Macedo Advogados Associados** acredita ser possível transformar a realidade administrativa de entidades públicas por meio de uma assessoria e consultoria jurídica especializada, com atuação ética e visão inovadora das práticas de gestão.

A dedicação aos clientes, a disponibilidade para visitas *in loco*, o constante aprimoramento e atualização da equipe e a busca de soluções personalizadas para cada demanda determinaram a consolidação do escritório **Garcia & Macedo Advogados Associados** como referência em Minas Gerais em assessoria jurídica a Municípios.

Desde 1999, o escritório busca compatibilizar a crescente exigência pela eficiência administrativa e a necessidade de controle da legalidade dos atos da Administração Pública.

Assim, a sócia Viviane Macedo Garcia bacharelou-se em Administração e o sócio Frederico Macedo Garcia especializou-se em logística da gestão pública com o intuito de aliar ao conhecimento jurídico, o conhecimento em gestão da administração pública.

Em pé (esq»dir)

Dra. Camilla Santos Torrecillas Almeida, Dr. Mayram Azevedo Batista da Rocha

Sentados (esq»dir)

Dra. Viviane Macedo Garcia, Dr. Frederico Macedo Garcia

Referência em Direito Administrativo, Tributário e Eleitoral, mantendo uma visão multidisciplinar no desempenho da atividade profissional

O escritório **Garcia & Macedo Advogados Associados** é hoje referência em Direito Administrativo, Tributário e Eleitoral, mantendo uma visão multidisciplinar no desempenho da atividade profissional. Para tanto, conta com parcerias sólidas com profissionais de diversas áreas de atuação, em especial o consultor Ivan Duque de Paiva Filho, administrador, especialista em Administração Pública e Gestão Urbana.

O escritório **Garcia & Macedo Advogados Associados** tem se destacado na concepção, elaboração e implantação de reformas administrativas, em especial, de plano de cargos, carreiras e vencimentos de servidores públicos, realizando reengenharia financeira e logística de pessoal.

ÁREA DE ATUAÇÃO

Direito Administrativo – Assessoria e Consultoria em programas e projetos estratégicos de governo, processos administrativos, convênios, controle interno, pessoal, licitação, processamento de despesas, contratos administrativos, patrimônio, orçamento público, concessão, permissão, terceirização e administração indireta. Elaboração de manuais de procedimentos. Revisão da legislação municipal, em especial: elaboração de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Estatuto dos Servidores, implantação de Escola de Governo, Código de Posturas, Código Ambiental, Código de Obras e Código Sanitário.

Direito Tributário – Elaboração de Código Tributário, revisão da legislação tributária complementar, assessoria em processo tributário administrativo e em gestão tributária.

Direito Eleitoral – Assessoria em Direito Eleitoral, patrocínio em ações eleitorais e defesas em processo por crime eleitoral.

Contencioso Administrativo e Judicial – Defesa de gestores e servidores públicos em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, ação popular, mandado de segurança, *habeas corpus*, processo criminal, comissão parlamentar de inquérito – CPI e comissão processante para perda de mandato eletivo.

EQUIPE

Dra. Viviane Macedo Garcia

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel em Administração de Empresas (Centro Universitário Newton Paiva). Mestre em Administração, linha de pesquisa Administração Pública (FEAD). Especialista em Controle Externo da Administração Pública (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em convênio com a PUC Minas). Especialista em Gestão de Pessoas (PUC Minas) e MBA em Direito Tributário (FGV). Professora Universitária. Ministra cursos de capacitação para servidores públicos em diversas áreas. Advogada com grande atuação em ações eleitorais e em ações civis públicas.

Dr. Frederico Macedo Garcia

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito Público (Universidade Gama Filho/CAD). Especialista em Logística da Gestão Pública (Fundação João Pinheiro). Foi Procurador Geral do Município de Lagoa Santa-MG. Frequentou curso de extensão e aprimoramento em Direito Contratual e Direito Tributário, ambos pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Advogado com grande atuação em ações eleitorais e em ações civis públicas.

Dra. Camilla Santos Torrecillas Almeida

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete. Especialista em Direito Público (PUC Minas). Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário (Universidade Gama Filho/CAD). Ex-Procuradora Adjunta do Município de Mariana-MG no período 2011-2012.

Dr. Mayram Azevedo Batista da Rocha

Bacharel em Direito pela Universidade de Itaúna. Especialista em Direito Público Municipal (Fundação Escola Superior do Ministério Público). Advogado com grande atuação em ações eleitorais e em ações civis públicas.

Garcia & Macedo Advogados Associados

Reference in Administrative, Tax and Electoral Law, maintaining a multidisciplinary approach in the performance of professional activity

Law firm **Garcia & Macedo Advogados Associados** believes it is possible to transform the administrative situation of public entities through a specialized legal advice and consulting with ethical performance and innovative vision of management practices.

The dedication to customers, availability for on-site visits, the constant improvement and updating of the staff and the search for solutions customized for each demand determined the consolidation of **Garcia & Macedo Advogados Associados** as a reference in Minas Gerais in legal advice to municipalities.

Since 1999, the firm seeks to reconcile the growing demand for administrative efficiency and the need for control of public administration acts legality.

Thus, partner Viviane Macedo Garcia graduated in Business Administration and partner Frederico Garcia Macedo specialized in public administration logistics in order to combine legal expertise and knowledge in public administration.

Garcia & Macedo Advogados Associados has become a reference in Administrative, Tax and Electoral Law, maintaining a multidisciplinary approach in the performance of professional activity. Therefore, it has strong partnerships with professionals from different areas, especially the consultant Ivan Duque de Paiva Filho, businessman specializing in Public Administration and Urban Management.

Garcia & Macedo Advogados Associados has excelled in the design, development and implementation of administrative reforms, in particular positions plan, careers and salaries of civil servants, performing financial re-engineering and personal logistics.

FIELDS OF PRACTICE

Administrative Law – Advisory and consulting in strategic programs and projects of the government, administrative procedures, agreements, internal control, personnel, bidding, expenses processing, administrative contracts, equity, public budget, concession, permit, outsourcing and indirect administration. Development of procedure manuals. Review of municipal legislation, in particular: preparation of Career Plan, Careers and Salaries, Status of servers, deployment of Government School, Postures Code, Environmental Code, Building Code and Health Code.

Tax Law – Tax Code Preparation, review of supplementary tax laws, assistance in administrative tax procedure and tax administration.

Electoral Law – Advice on Electoral Law, support on electoral actions and defenses in process for electoral crime.

Administrative and Court Litigation – Defense of civil managers and servants in public civil action for administrative corruption act, class action, writ of mandamus, *habeas corpus*, criminal process, parliamentary inquiry committee (CPI) and prosecuting committee for elective office loss.

STAFF

Dr. Viviane Macedo Garcia

Bachelor of Laws from Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduate in Business Administration (Centro Universitário Newton Paiva). Master of Business Administration, public administration research line (FEAD). Post-graduate certificate in External Control of Public Administration (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais in partnership with PUC Minas). Post-graduate certificate in People Management (PUC Minas) and MBA in Tax Law (FGV). University professor. Providing training courses for civil servants in several areas. Lawyer with comprehensive expertise in electoral and public civil actions.

Mr. Frederico Macedo Garcia

Bachelor of Laws from Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Post-graduate certificate in Public Law (Universidade Gama Filho/CAD). Post-graduate in Public Management Logistics (Fundação João Pinheiro). He was City Attorney of Lagoa Santa – MG. He has taken extension and upgrading courses in Law of Contracts and Tax Law, both at Fundação Getúlio Vargas – FGV. Lawyer with comprehensive expertise in electoral and public civil actions.

Dr. Camilla Santos Torrecillas Almeida

Bachelor of Laws from Conselheiro Lafaiete Law School. Post-graduate certificate in Public Law (PUC Minas). Post-graduate certificate in Labor and Social Security Law (Universidade Gama Filho/CAD). Former Deputy City Attorney of Mariana – MG in the 2011-2012 term.

Mr. Mayram Azevedo Batista da Rocha

Bachelor of Laws from Universidade de Itaúna. Post-graduate in Municipal Public Law (Fundação Escola Superior do Ministério Público). Lawyer with comprehensive expertise in electoral and public civil actions.

Homero Costa Advogados

Registrada sob o nº 001 na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, **Homero Costa Advogados** é a primeira Sociedade de advogados do Estado. Funciona ininterruptamente desde 1918, quando Homero Paulino da Costa (1893-1986) fundou e instalou a sua banca no Sul do Estado, no município de Machado.

Atualmente, **Homero Costa Advogados** é dirigida por Stanley Martins Frasão, que contou com os conselhos de Túlio Vieira da Costa, filho do fundador da Sociedade, até 9.9.2013, data do falecimento deste.

Com quase 100 anos no mercado, **Homero Costa Advogados** é reconhecida por sua forte imagem, associada à ética, transparência, tradição, modernidade e competência.

Composta por 11 sócios e 8 associados, a Sociedade completa-se com profissionais de distinção no meio jurídico, os quais atuam nas áreas de Direito Civil, Empresarial, Societário, Família e Sucessões, Planejamento Sucessório, Reestruturação Societária, Aquisições e Fusões, Bancário, Consumidor, Ambiental, Direitos Autorais, *Compliance*, Arbitragem e Mediação, Penal com destaque em crimes financeiros, Tributário, Direito do Trabalho e Previdenciário.

Atua também como Correspondente Jurídico, oferecendo apoio a Escritórios de outros estados e países, contando ainda com parceiros de áreas específicas, como Direito Público, Ambiental, Falências e Recuperações Judiciais, e com outros métodos alternativos de solução de disputas.

Promove consultoria jurídica em *compliance* para a construção do planejamento de programa de integridade em empresas privadas, empresas voltadas para o Sistema Financeiro, ONGs e empresas públicas. A gestão de riscos jurídicos visa a preparação para o cumprimento das diretrizes definidas a partir da Lei anticorrupção e da Regulamentação BACEN 4627/14, gerando a exclusão ou minimização dos riscos de sanções jurídicas que afetam o patrimônio, a atividade ou a imagem da empresa – com repercussões na pessoa dos sócios, controladores e administradores.

Os clientes da **Homero Costa Advogados** são majoritariamente sociedades empresárias nacionais e estrangeiras, atuantes nos mais variados segmentos da economia, tais como mercado financeiro, mineração, siderurgia, comércio varejista e atacadista, alimentação, transportes, construção civil, mecânica pesada, autopeças e equipamentos elétricos. Atuante nas principais áreas do Direito, atende também a fundações, associações e pessoas físicas.

Composta por 11 sócios e 8 associados, a Sociedade completa-se com profissionais de distinção no meio jurídico, os quais atuam nas áreas de Direito Civil, Empresarial, Societário, Família e Sucessões, Planejamento Sucessório, Reestruturação Societária, Aquisições e Fusões, Bancário, Consumidor, Ambiental, Direitos Autorais, Compliance, Arbitragem e Mediação, Penal com destaque em crimes financeiros, Tributário, Direito do Trabalho e Previdenciário.

O Escritório integra o CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados, que tem como principal objetivo promover estudos sobre questões jurídicas e assuntos relativos à administração da Justiça e ao exercício da profissão de advogado.

O trabalho é pautado pela busca na solução rápida e eficaz para os Clientes, sempre atuando, preventivamente, na identificação de possíveis problemas. Para tanto, o Escritório busca conhecer as atividades de seus Clientes, suas necessidades, interesses e dificuldades.

O Escritório integra o CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados, que tem como principal objetivo promover estudos sobre questões jurídicas e assuntos relativos à administração da Justiça e ao exercício da profissão de advogado. É também membro da ALBRAE – Aliança Brasileira de Advocacia Empresarial, congregando a expertise local de mais de 24 sociedades associadas, presentes nas principais capitais do Brasil, que atuam de forma integrada e coordenada em prol da viabilização jurídica de seus negócios.

APOIO SOCIAL – A ADVOCACIA QUE SE ESTENDE PARA ALÉM DO ESCRITÓRIO

Homero Costa Advogados apoia e patrocina um Projeto Social – FUNDAMAR Fundação 18 de Março, organização não governamental, sem fins lucrativos, que objetiva, dentre outros, a educação na zona rural e urbana das cidades de Paraguaçu e Machado, em Minas Gerais. A Fundação atende mais de 500 crianças e adolescentes, entre 2 e 16 anos, promovendo o bem-estar por meio do oferecimento de creche, ensino fundamental, programas educacionais, culturais e de lazer. Para conhecer melhor o projeto social, acesse o site www.fundamar.com. Cabe a **Homero Costa Advogados** o encargo de prestar assistência jurídica *pro bono* às pessoas indicadas pela FUNDAMAR.

SÓCIOS E ASSOCIADOS

Stanley Martins Frasão, Direito Civil, Comercial, Societário, Aquisições e Fusões, Arbitragem e Mediação. É responsável pela direção do Escritório e pelo departamento de Direito Empresarial desde 1988.

Orlando José de Almeida, Direito do Trabalho e Previdenciário. Responsável pelo departamento de Direito Empresarial Trabalhista.

Bernardo José Drumond Gonçalves, Direito Civil, Comercial, Imobiliário, Consumidor, Família, Sucessões, com ênfase em Planejamento Sucessório. Responsável pela coordenação do departamento de Direito Empresarial.

Daniela V. Bonaccorsi Vasconcellos, Direito Criminal, com ênfase em crimes financeiros. Responsável pela coordenação do departamento de Direito Penal.

Pedro Augusto Soares Vilas Boas, Direito Civil e Comercial.

Hassan Magid de Castro Souki, Direito Criminal.

Anelise Santos Guimarães Falconi, Direito Civil e Bancário.

Thayná Bastiani, Direito Civil e Comercial.

Ana Júlia da Cunha Peixoto Reis, Direito Civil, Comercial, Família e Sucessões.

João Henrique Café de Souza Novais, Direito Civil e Comercial, Arbitragem, Mediação, Família e Sucessões.

José Henrique Miranda Novaes, Direito Civil e Empresarial.

Sara Costa Benevides, Direito Trabalhista e Previdenciário.

Andrea Machado da Cunha, Direito Tributário, Societário, *Compliance*, Aquisições e Fusões. Responsável pela coordenação do departamento de Direito Tributário.

Daniela Nascimento Dias de Souza, Direito Tributário.

Flaviane de Magalhães Barros, Direito Penal e *Compliance*.

Carolina Alice Cruz Rocha, Direito do Trabalho e Previdenciário.

Mariana Mendonça Balga, Direito Minerário e Ambiental.

Homero Costa Advogados

The firm integrates CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – which mainly aims at promoting studies on legal issues and matters related to justice management and law practice.

Registered with no. 001 at the Ordem dos Advogados do Brasil (the Brazilian Bar Association), Minas Gerais Chapter, **Homero Costa Advogados** is the first law firm of the state. They have worked non-stop since 1918, when Homero Paulino da Costa (1893-1986) founded and established his law firm in the South of the State, in the municipality of Machado.

Homero Costa Advogados is currently headed by Stanley Martins Frasão, who counted with the advices of Túlio Vieira da Costa, son of the firm's founder until September 9,2013, date of his decease.

With almost 100 years in market, **Homero Costa Advogados** is renowned for its strong image, associated to ethics, transparency, tradition, modernity and competency.

Formed by 11 partners and 8 associates, the Law firm is completed with distinguished professionals in the legal area, operating in the fields of Civil Law, Business and Corporate, Family and Probate, Succession Planning, Reorganization, Mergers and Acquisitions, Banking, Consumer, Environmental, Copyright, Compliance, Arbitration and mediation, and Criminal Laws, highlighting in financial crimes, taxation, labor and Social Security law.

They also operate as Legal Correspondents, offering support to Firms from other states and countries, counting with partners in specific areas such as Public Law, Environmental, Bankruptcy and Reorganizations and with other alternative methods of disputes resolutions.

The firm promotes legal advice on compliance for elaborating the integrity program planning for private companies, enterprises oriented to the Financial System, NGOs and public companies. The legal risks management aims at preparing for compliance with the guidelines defined from the anti-corruption Law and of BACEN Regulation 4627/14, thereby excluding or minimizing the risk of legal sanctions that affect assets, the company's activity or image – with repercussions in the partners, controllers and managers.

Clients of **Homero Costa Advogados** are primarily domestic and foreign businesses acting in the most diverse economy sectors: financial markets, mining, ironworks, retail and wholesale, food, transport, civil construction, heavy mechanics , automobile spare parts, electric equipment. Besides operating in the major Law fields, the firm also serves foundations, associations and individuals.

Work is based on the search of fast and efficient solutions for clients, always aiming at preventively identifying possible problems. For this reason the firm seeks to know their clients activities, needs and difficulties.

The firm integrates CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – which mainly aims at promoting studies on legal issues and matters related to justice management and law practice. They are also member of ALBRAE – Aliança Brasileira de Advocacia Empresarial – gathering local expertise of more than 24 associated law firms, located in the Brazilian main capitals, operating in an integrated and coordinated way for the legal feasibility of their businesses.

SOCIAL SUPPORT – A LAW FIRM REACHING FURTHER

Homero Costa Advogados supports and sponsors a Social Project – FUNDAMAR – Fundação 18 de Março, a non-profitable non-governmental organization aiming to provide education in rural and urban areas in the cities of Paraguaçu and Machado, in Minas Gerais. The Foundation serves over 500 children and teenagers aged 2 to 16, promoting well-being by offering a day care center, basic education, educational, cultural and entertainment programs. To better understand the social project, please visit www.fundamar.com. **Homero Costa Advogados** bears the responsibility of voluntarily providing legal advice to people recommended by FUNDAMAR.

PARTNERS AND ASSOCIATES

Stanley Martins Frasão, Civil Law, Commercial Law, Corporate Law, Mergers and Acquisitions, Arbitration and mediation. He is responsible for running the Firm and in charge of the Business Law department since 1988.

Orlando José de Almeida, Labor and Social Security Law. Responsible for the Labor Corporate Law area.

Bernardo José Drumond Goncalves, Civil Law, Commercial Law, Real Estate, Consumer, Family and Probate, with emphasis on Succession Planning. He is responsible for the coordination of the Business Law department.

Daniela V. Bonaccorsi Vasconcellos, Criminal Law, with emphasis on financial crimes. She is responsible for coordinating the Criminal Law department.

Pedro Augusto Soares Vilas Boas, Civil and Commercial Law.

Hassan Magid de Castro Souki, Criminal Law.

Anelise Santos Guimarães Falconi, Civil and Banking Law.

Thayná Bastiani, Civil and Commercial Law.

Ana Julia da Cunha Peixoto Reis, Civil, Commercial, Family and Probate Law.

John Henry Cafe de Souza Novais, Civil and Commercial Law, Arbitration, Mediation, Family and Probate.

José Henrique Miranda Novaes, Civil and Business Law.

Sara Costa Benevides, Labor and Pension Law.

Andrea Machado da Cunha, Tax Law, Corporate Law, *Compliance*, Mergers and Acquisitions. She is responsible for coordinating the Tax Law department.

Daniela Nascimento Dias de Souza, Tax Law.

Flaviane Magalhães Barros, Criminal Law and *Compliance*.

Carolina Alice Cruz Rocha, Labor and Social Security Law.

Mariana Mendonça Balga, Mining and Environmental Law.

Iokoi Advogados

O escritório foi fundado para atuação na área Penal Empresarial, com foco no atendimento de empresas de médio e grande porte. A proposta de trabalho desenvolvida pelo sócio fundador permite aliar a boa informação aos clientes e as novas técnicas de gestão de escritórios de advocacia ao trabalho artesanal de pesquisa e desenvolvimento de estratégias processuais. O atendimento personalizado, a alta performance nos resultados e a maximização das estruturas, atendendo as novas necessidades dos departamentos jurídicos das companhias nacionais e multinacionais, colocaram o escritório em evidência.

Na área penal empresarial, o escritório representa seus clientes desde a fase inquisitorial até a última instância recursal, em ações penais de natureza pública ou privada. Atua como assistente de acusação na defesa dos interesses de clientes vítimas de fraudes corporativas praticadas por empregados ou prestadores de serviços, com a adoção de medidas legais cabíveis na esfera policial e judicial para a punição dos responsáveis. Possui ampla experiência no atendimento de questões relativas à concorrência desleal, crimes financeiros e previdenciários, contra a ordem tributária, contra as relações de consumo, contra o meio ambiente, contra a propriedade industrial, contra a honra de pessoas jurídicas, contra a administração pública.

(esq»dir)

Dr. André Ditolvo Sylos, Dra. Marcella Kuchkarian Markossian, Dr. Caio Nogueira Domingues da Fonseca, Dr. Gustavo Jonasson de Conti Medeiros, Dra. Jessica Fernandes, Dra. Anna Cristina Guimarães Souza, Dra. Thais Vasconcellos Rodrigues de Araujo, Dra. Ana Carolina Pastore Rodrigues, Dr. Bruno Magosso de Paiva, Dra. Nathalia Ramazuck S. de Paiva Cruz, Dr. Pedro Ivo Gricoli Iokoi, Dra. Karina Freitas da Silva Pinto, Dr. Adriano Scalzaretto, Dra. Melise Tauhyl de Campos, Dr. Renan Augusto Martins, Dr. José Ricardo Marcondes Ramos

Tendo como principal objetivo a prestação de serviços de advocacia dirigido e altamente especializado é referência no atendimento aos setores aeronáutico, financeiro e mercado imobiliário.

A atuação em casos de envolvimento de empregados e prestadores de serviços em ilícitos cometidos contra as empresas clientes, as chamadas fraudes corporativas, levou o escritório a implantar e desenvolver a área trabalhista. O trabalho acurado em reclamações trabalhistas de grande repercussão conquistou a confiança dos clientes, e hoje o escritório oferece assessoria trabalhista empresarial, nas áreas contenciosa, administrativa e judicial.

Paralelamente, com a crescente demanda de empresas estrangeiras em processo de *start up* no Brasil, o escritório foi impulsionado à criação da área de contratos comerciais, para atender investidores estrangeiros e companhias multinacionais que já faziam parte da carteira de clientes do escritório. Tem ampla experiência na obtenção de vistos e demais documentos, registros e certificações necessárias para investir no Brasil.

Possui equipe especializada na elaboração de contratos em geral, e na solução de litígios envolvendo o adimplemento dos contratos e das mais diversas relações comerciais.

Tendo como principal objetivo a prestação de serviços de advocacia dirigido e altamente especializado, com ampla experiência na área penal empresarial, garantindo o dinamismo que o mercado exige tanto na tomada de decisões, como na realização de medidas necessárias à defesa dos interesses de seus clientes, **Iokoi Advogados** tem hoje a alegria de ser apontado pelos clientes como referência no atendimento aos setores aeronáutico, financeiro e mercado imobiliário.

Sediado no bairro de Perdizes, uma das regiões mais tradicionais de São Paulo, o escritório conta com uma estrutura moderna e uma metodologia de trabalho inteligente, que possibilita o acesso imediato a informações e andamentos processuais. O escritório mantém o acompanhamento pessoal dos processos em todo o território nacional e ainda disponibiliza aos seus clientes um canal de atendimento 24 horas, sete dias por semana, com mais de 350 advogados credenciados no plantão.

A equipe é composta por advogados gabaritados, que conciliam a experiência profissional com a boa formação acadêmica, observando os ditames de transparência, ética e comunicação permanente com os clientes. O escritório possui um programa de incentivo à inclusão dos membros da equipe nos melhores programas de especialização e pós-graduação do país, buscando a evolução constante de seus quadros.

PRINCIPAIS SÓCIOS:

Pedro Ivo Gricoli Iokoi, advogado, graduado pela PUC-SP, mestre e doutor em Direito Processual pela USP, Presidente da OAB-SP Subseção Pinheiros, Vice-Presidente da Comissão de Combate à Pirataria da OAB-SP, Conselheiro do CEAPRO – Centro de Estudos Avançados de Processo, Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual, do IBCCrim e da Comissão de Monitoramento Eletrônico da OAB-SP. Foi Coordenador do Núcleo de Pinheiros da Escola Superior de Advocacia.

Adriano Scalzaretto, advogado, graduado pela USP, Diretor do Departamento de Cultura da OAB-SP Subseção Pinheiros, Coordenador adjunto do Tribunal Virtual do IBCCRIM, Membro do comitê de Direito Penal do CESA, do Comitê dos Jovens Empreendedores da FIESP e do IDDD.

Bruno Magosso de Paiva, advogado, graduado pela Universidade Brás Cubas, pós-graduando em Direito Penal e Processual Penal pela PUC-SP, Membro da Comissão de Cultura da OAB-SP Subseção Pinheiros.

Gustavo Jonasson de Conti Medeiros, advogado, graduado pelo Centro Universitário FIEO, Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela mesma instituição, Especialista em Direito Empresarial do Trabalho pela FGV-SP, Especialista em Negociação Sindical Empresarial pela FGV-SP, Membro da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo e da Associação Ibero-americana de Direito e Seguridade Social.

Thais Vasconcellos Rodrigues de Araújo, advogada, graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Pós-Graduada em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Pós Graduada em Direito Contratual pelo Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS) e Pós Graduanda em Direito Societário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com certificação em *Business English* pela Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD). Cursos de *International Contracts*, *Rule of Law in the Global Context* e *Digital Democracy* na Koç University Law School, Istambul/Turquia. É membro da Comissão de Direito Societário na Gestão 2013/2015 da OAB/ SP Pinheiros.

Iokoi Advogados

Having as their main goal the provision of targeted and highly specialized advocacy services is reference in serving aeronautical, financial and real estate sectors.

The firm was founded to operate in Corporate Criminal Law, focusing on serving medium and large companies. The work proposal developed by their founding partner allows the provision of both good information to clients and new management techniques of law firms, with detailed research and development of procedural strategies. Personalized service, high performance in results and maximizing of structures, meeting the changing needs of legal departments of national and multinational companies, are some the firm's highlights.

In the corporate criminal area, the firm represents clients from the investigation stage to last instance of appeals, providing legal services in criminal cases either public or private. In addition, they act as prosecution assistant in the interests of clients victim of corporate fraud committed by employees or service providers, adopting legal measures in law enforcement and judicial punishment of the responsible ones. The firm has broad expertise in unfair competition, financial and social security crimes, crimes against the tax order, against consumer relations, against the environment, against industrial property, against the honor of legal entities, against the public administration.

The action in cases of employees and service providers involvement in crimes against business customers, the so-called corporate fraud, led the firm to implement and develop the labor area. Accurate work in high-profile labor claims won the trust of customers, and today the firm provides corporate and labor advice in litigation, administrative and judicial areas.

In parallel with the growing demand of foreign companies in start up processes in Brazil, the firm was driven to the creation of the commercial contracts area, to serve foreign investors and multinational companies that were already part of the firm's portfolio. They have broad experience in obtaining visas and other documents, registrations and certifications required to invest in Brazil.

It has a team specialized in the drafting of contracts in general, as well as in solving disputes involving the due performance of contracts and the most diverse business relationships.

Having as their main goal the provision of targeted and highly specialized advocacy services, with extensive experience in corporate criminal area, ensuring the dynamism demanded by the market both in decision-making and the implementation of measures necessary to protect the interests of their customers, today **Iokoi Advogados** has the joy of being appointed by customers as reference in serving aeronautical, financial and real estate sectors.

Based in Perdizes, one of the most traditional regions of São Paulo, the firm has modern structure and smart working methodology, allowing instant access to information and procedural monitoring. The firm keeps personal track of cases throughout the country and also offers its customers a 24/7 service channel, with more than 350 certified attorneys in service.

The team consists of skilled lawyers combining work experience and good academic background, observing the commands of transparency, ethics and communication with clients. The firm has an incentive program to encourage the team members to join the country's best specialization and graduate programs, seeking constant evolution of its structure.

MAIN PARTNERS:

Pedro Ivo Gricoli Iokoi, lawyer, graduated from PUC-SP, Master and Doctor of Procedural Law from USP, President of OAB-SP Pinheiros sub-chapter, Vice-President of the Committee to Combat Piracy of OAB-SP, Director of CEAPRO – Centro de Estudos Avançados de Processo, Member of Instituto Brasileiro de Direito Processual, of IBCCrim and of the Electronic Monitoring Committee of OAB-SP. He was Coordinater at the Pinheiros Center of Escola Superior de Advocacia.

Adriano Scalzaretto, lawyer, graduated from USP, Director of the Culture Department of OAB-SP Pinheiros sub-chapter, Assistant Coordinator of the Virtual Court of IBCCRIM, Member of the Criminal Law Committee of CESA, and of the Young Entrepreneurs Committee of FIESP and IDDD.

Bruno Magosso de Paiva, lawyer, graduated from Universidade Brás Cubas, graduate candidate in Criminal Law and Procedural Criminal Law at PUC-SP, Member of the Culture Committee of OAB-SP Pinheiros sub-chapter.

Gustavo Jonasson de Conti Medeiros, lawyer, graduated from Centro Universitário FIEO, post-graduate certificate in Labor Law and Labor Procedural Law from the same organization, post-graduate certificate in Labor Corporate Law from FGV-SP, post-graduate certificate in Business Union Negotiation from FGV-SP, Member of Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo and of Associação Ibero-americana de Direito e Seguridade Social.

Thais Vasconcellos Rodrigues de Araújo, lawyer, graduated from Universidade Presbiteriana Mackenzie, post-graduate certificate in Tax Law from Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), post-graduate in Contract Law from Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS) and post-graduate candidate in Corporate Law at Fundação Getúlio Vargas (FGV), with certificate in Business English from the University of California, San Diego (UCSD). Studies in International Contracts, Rule of Law in the Global Context e Digital Democracy at Koç University Law School, Istanbul/ Turkey. Member of the Corporate Law Committee of OAB-SP Pinheiros for terms 2013/2015.

Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade de Advogados

Em 2009 um grupo de advogados resolveu reunir a vasta experiência jurídica amealhada em importantes escritórios da capital paulista e em cargos de direção de departamentos jurídicos de grandes empresas. Nascia assim **Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade de Advogados**, escritório *boutique*, multidisciplinar, estruturado para oferecer assessoria jurídica personalizada a empresas de médio e grande porte.

Em pouco tempo, a sociedade tornou-se conhecida pelas importantes conquistas obtidas, em especial causas de grande alcance, relacionadas a interesses difusos e outras questões de ampla complexidade e repercussão, tornando-se referência na mídia jurídica.

ATUAÇÃO ALTAMENTE ESPECIALIZADA

Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade de Advogados é hoje reconhecidamente um escritório especializado em questões de grande relevância estratégica para a coletividade e grandes grupos empresariais, com larga experiência multifuncional de gestão de lides contenciosas que também requerem um olhar preventivo nos seus desdobramentos.

Possui experiência em todos os segmentos do Direito, seja no contencioso ou no consultivo, tendo como marca o arrojo e a inovação, aliados ao atendimento personalizado.

(esq»dir)

Dr. João Antônio Calsolari Portes, Dr. Jorge Luiz Batista Kaimoti Pinto, Dr. Leandro Telles

É hoje reconhecidamente um escritório especializado em questões de grande relevância estratégica para a coletividade e grandes grupos empresariais, com larga experiência multifuncional de gestão de lides contenciosas que também requerem um olhar preventivo nos seus desdobramentos.

O atendimento empresarial tem seu foco no planejamento tributário, análise e redução de riscos nas esferas trabalhista, cível, penal empresarial e comercial, apresentando soluções jurídicas preventivas.

Atua em todas as esferas do Poder Judiciário, tribunais superiores, estaduais e federais, além de administrativamente junto aos órgãos da administração pública e privada – Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público; Conar; Tribunais de Impostos e Taxas e Conselho Superior de Recursos Fiscais.

DIREITO DE FAMÍLIA E O DIREITO EMPRESARIAL

O escritório possui domínio abrangente na condução das ações fundadas em Direito de Família, em especial aquelas que envolvem litígio em sociedades mercantis onde os cônjuges também figuram como sócios ou acionistas.

INTERNET NÃO É TERRA SEM LEI

Outra seara em que a *expertise* do escritório tornou-se rapidamente reconhecida é a atuação em crimes praticados no vasto território da rede mundial de computadores, em especial nas redes sociais. Vários são os casos de eficiência e rapidez na identificação de elementos e grupos que se escondem atrás do anonimato com o intuito de causar prejuízos de toda sorte contra o cidadão e empresas de boa-fé.

ATLETAS BRASILEIROS NO EXTERIOR E A BOA-FÉ CONTRATUAL

Questões internacionais de inadimplência contratual em detrimento de atletas brasileiros que atuam no exterior foram resolvidas sob um novo e diferenciado prisma, fazendo com que os interesses dos esportistas não ficassem à mercê de clubes que por dificuldades ou má-fé se furtavam ao cumprimento de obrigações contratuais. A aposta dos clubes na ineficiência da solução jurídica pela distância geográfica foi superada pelo arrojo de tese exclusiva e de sucesso integral.

TRIBUNAIS DE IMPOSTOS E TAXAS

Uma nova leitura jurídica das autuações e seus alegados fundamentos, produzida a partir da consistente experiência, de muito estudo e de um olhar jurídico apurado, conseguiu eliminar e/ou reduzir significativamente multas impostas indevidamente a contribuintes Estaduais e Federais.

RESPEITO AOS DIREITOS AUTORAIS E DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

O escritório oferece suporte integral no desenvolvimento de Marcas, Patentes e Modelos negociais que envolvam Direito Intelectual, inclusive em ações estratégicas e negociais de Franquia.

AÇÕES PONTUAIS E ESPECIALIZADAS

Em muitos casos, ação pontual e especializada junto aos Ministérios do Trabalho, Transporte, Saúde, Agricultura, Justiça e Educação para intermediação e gestão de interesses em processos Administrativos e/ou Contenciosos tem se mostrado estratégia de grande êxito.

LOCALIZAÇÃO

Com sede em Botucatu, próspera e central cidade do interior de São Paulo, e unidades distribuídas em Bauru, São Paulo e Brasília, além de parceiros estratégicos em todos os estados da Federação, a sociedade realiza a conexão entre os grandes centros e o interior. Possui ainda dois escritórios de apoio internacional em Genebra e nos EUA.

OS SÓCIOS

Jorge Luiz Batista Kaimoti Pinto é responsável pela gestão do Contencioso e Consultivo Estratégico da Sociedade; especialista em Propriedade Intelectual e membro da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual e da *International Association for the Protection of Intellectual Property/Association Internationale pour la Protection de la Propriété Intellectuellee*. Advogou em escritório de grande renome na cidade de São Paulo e foi por mais de 10 anos Diretor Jurídico de empresa reconhecida nacionalmente, em segmento de alta competitividade.

João Antônio Calsolari Portes é responsável pelo apoio e suporte na coordenação de teses jurídicas e consultor nas atividades junto aos tribunais, cartórios judiciais e extrajudiciais; apoio e gestão no acompanhamento processual. Advogou em escritórios do interior do Estado de São Paulo, além de ter sido Gerente Jurídico de empresa do segmento de bebidas por mais de 10 anos.

Leandro Telles é responsável pela coordenação das teses, apoio e suporte junto à gestão contenciosa, consultiva e no acompanhamento processual. Advogou sempre em empresa de grande porte, passando por todos os níveis de gestão de negócios jurídicos e correlatos.

Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade de Advogados

Is now recognized as a specialized firm in major strategic issues of relevance to the society and large business groups.

In 2009 a group of lawyers decided to gather the vast legal experience accumulated at important law firms in the capital of Sao Paulo and at heading legal departments of large companies. Thus **Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade de Advogados** was born, a *boutique* law firm of multidisciplinary nature, structured to provide personalized legal advice to medium and large companies.

Before long, the company became known for important achievements, especially far-reaching causes, related to diffuse interests and other issues of broad impact and complexity, becoming a reference in the law media.

HIGHLY SPECIALIZED OPERATION

Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade de Advogados is now recognized as a specialized firm in major strategic issues of relevance to the society and large business groups, with extensive multi-functional experience in the management of litigation matters which also demand a cautionary look in the way they develop.

They have experience in all segments of law, whether in litigation or advisory, known by their brand boldness and innovation combined with personalized service.

Business services focus on tax planning, risk analysis and reduction in Labor, Civil, Corporate Criminal and Commercial areas, presenting preventive legal solutions.

They operate in all spheres of the Judiciary, Superior Courts, State and Federal Courts, as well as administratively operating before departments of public and private administration – High Councils for the Judiciary and Public Prosecution ; Conar ; Courts of Taxes and Fees and the Superior Council of Tax Appeals.

FAMILY LAW AND BUSINESS LAW

The firm has extensive domain in carrying out actions based on family law, especially those involving litigation in commercial companies where the spouses are also listed as partners or shareholders.

INTERNET IS NOT LAWLESS

Another field in which the Firm's expertise has quickly become recognized is operation in the vast territory of the worldwide web crimes, especially within social networks. There are several cases of efficiency and speed in identifying elements and groups who hide behind anonymity in order to cause all sorts of damages against good faith citizens and businesses.

BRAZILIAN ATHLETES ABROAD AND CONTRACTUAL GOOD FAITH

International issues of contractual default to the detriment of Brazilian athletes working abroad were solved under a new and different perspective, not letting the athletes' interests at the mercy of clubs, which, due to problems or bad faith, would avoid fulfilling their contractual duties. The clubs' bet in the inefficiency of legal solution because of geographic distance was overcome by the boldness of a unique and fully successful thesis.

COURTS OF FEES AND TAXES

A new reading of legal docketing and their alleged foundations, produced from consistent experience, a lot of study and a precise legal eye, managed to eliminate and/or significantly reduce fines unduly imposed to state and federal taxpayers.

RESPECTING COPYRIGHT AND INTELLECTUAL PROPERTY

The firm provides comprehensive support in the development of Trademarks, Patents and business models involving Intellectual Property Law, including strategic and business actions in franchising.

PUNCTUAL AND SPECIALIZED ACTIONS

In many cases, timely and specialized action with the Ministries of Labor, Transport, Health, Agriculture, Justice and Education for intermediation and management of interests in administrative and/or litigation processes has proven a very successful strategy.

LOCATION

Headquartered in Botucatu, a prosperous and central city of São Paulo countryside, with units distributed in Bauru, São Paulo and Brasília, as well as strategic partners in all federation states, the corporation makes the connection between big cities and the interior. It also has two international support offices in Geneva and the United States of America.

THE PARTNERS

Jorge Luiz Batista Kaimoti Pinto, in charge of Litigation and Strategic Advisory of the firm, specializes in Intellectual Property and is member of Associação Brasileira de Propriedade Intelectual and *International Association for the Protection of Intellectual Property/Association Internationale pour la Protection de la Propriété Intellectuellee.* He has practiced in a large law firm in the city of São Paulo and, for over 10 years, he was Legal Director of a company nationally known in a segment of high competition.

João Antônio Calsolari Portes, in charge of the support and assistance in the coordination of legal theses and consultancy in activities before Courts, Judicial and Extrajudicial Notaries; management and support in monitoring proceedings. He's practiced in firms in the interior of São Paulo state, and has been Legal Manager of a company in the beverage segment for over 10 years.

Leandro Telles, responsible for coordinating theses, with the assistance and support to litigation management, advisory and monitoring of proceedings. He's always practiced law in large enterprises, at all levels of legal and related issues management.

Kauffmann, Soares e Rebehy Advogados

Com mais de 20 anos de atuação conjunta na **advocacia criminal**, Carlos Kauffmann e Marcos Soares, uniram-se, ao longo dos anos, a outros advogados especializados na mesma área de atuação e consolidaram o ideal de aperfeiçoamento de um serviço técnico e altamente personalizado. Surgiu, assim, a sociedade **Kauffmann, Soares e Rebehy Advogados** que, entre seus sócios, também conta com os advogados Marco Wadhy Rebehy e Leonardo Watermann.

Orientados pelos preceitos éticos vigentes, os integrantes do escritório, que se mantêm focados na busca de soluções às questões que tanto afligem os indivíduos e a sociedade no campo do direito penal, especializaram-se na prestação de assistência jurídica a empresas nacionais e multinacionais, tanto na condição de vítimas – oportunidade em que, inclusive, orientam a apuração de fatos criminosos e auditorias internas – quanto nas hipóteses em que seus representantes, executivos ou funcionários, passam a ser investigados.

Em pé (esq»dir)

Dr. Luis Gustavo Veneziani, Dr. Carlos Kauffmann, Dr. Marco Wadhy Rebehy, Dr. Mário Moretto, Dr. Caio Almado Lima

Sentados (esq»dir)

Dra. Natália de Barros Lima, Dr. Marcos Soares, Dr. Pedro Funari, Dr. Leonardo Watermann

No campo penal empresarial o escritório presta assistência consultiva e preventiva, especialmente relacionada à conduta de funcionários e executivos, no setor privado e no relacionamento com o Poder Público.

A atuação do escritório, porém, não se limita à advocacia penal empresarial, já que seus advogados também defendem os interesses de particulares e autoridades públicas nos mais diversos ramos do direito penal.

No campo penal empresarial o escritório presta assistência consultiva e preventiva, especialmente relacionada à conduta de funcionários e executivos, no setor privado e no relacionamento com o Poder Público, oportunidade em que acompanha e orienta apurações internas, elabora relatórios e pareceres.

Também atua no contencioso penal (procedimentos administrativos, investigatórios, inquéritos policiais, ações e medidas cautelares em todos os graus de jurisdição), tanto para empresas quanto para particulares, notadamente, nas seguintes infrações penais:

Crimes Ambientais • Crimes Tributários e Previdenciários • Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional • Crimes da Lei de Licitações • Crimes contra a Administração Pública • Lavagem de Capitais • Crimes contra as Relações de Consumo • Crimes Econômicos • Crimes Falimentares • Crimes de Trânsito • Crimes Eleitorais • Crimes Dolosos contra a Vida (júri).

EQUIPE

Carlos Kauffmann, Advogado criminal. Graduado pela PUC-SP em 1992; mestre em Processo Penal pela PUC-SP em 2000; professor de Processo Penal na PUC-SP desde 1995; autor do livro *Prisão Temporária*; coautor dos livros *Tratado Temático de Processo Penal* e *Propriedade Intelectual no Direito Empresarial*; Conselheiro Secional da OAB-SP nos triênios 2010/2012 e 2013/2015; membro da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-SP desde 2001; membro do Conselho de Prerrogativas da OAB-SP desde 2005; integrante da 4ª Câmara Recursal da OAB-SP de 2010/2012 e da 6ª Câmara Recursal de 2013/2015; membro da Comissão de Inscrição e Arguição de Candidatos ao Quinto constitucional da OAB-SP desde 2010; membro do Conselho Curador da Escola Superior da Advocacia de 2010/2012; membro Efetivo da Comissão para Estudo do Projeto do Código de Processo Penal – OAB-SP de 2010/2012; membro da Comissão de Defesa da Constitucionalidade das Investigações Criminais em 2013.

Marcos Soares, Advogado criminal. Mestre em Direito Penal pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2000; Professor de Direito Penal e Processual Penal nas Universidades de Guarulhos, Paulista, Ibirapuera e Cidade de São Paulo; Professor de Processo Penal convidado da Universidade Presbiteriana Mackenzie; membro do Conselho de Prerrogativas da OAB-SP desde 2010; Coordenador da Comissão de Seleção e Assessor do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-SP de 2001/2003.

Marco Wadhy Rebehy, Advogado criminal. Graduado pela PUC-SP em 2004; Conselheiro da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-SP no triênio 2013/2015; Coordenador da Comissão de Direitos e Prerrogativas da 12ª Subseção da OAB no triénio 2010/2012; membro da Comissão de Direitos e Prerrogativas da 12ª Subseção da OAB desde 2009; integrante da 6ª Câmara Recursal da OAB-SP no triênio 2013/2015; pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal pela FAAP em 2010.

Leonardo Watermann, Advogado criminal. Pós-graduado em Direito Penal Econômico pela Universidade de Coimbra em 2009; coautor do livro Responsabilidade Penal na Atividade Econômico-Empresarial (Ed. Quartier Latin – 2010); assessor do Terceiro Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-SP, no triênio 2010/2012; Conselheiro de Prerrogativas da OAB-SP, no triênio 2013/2015.

Luis Gustavo Veneziani, Advogado criminal. Formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2010; pós-graduado em Direito Penal Econômico pela FGV em 2012; Professor Assistente no curso de Processo Penal na PUC-SP desde 2010; mestrando em Direito e Processo Penal pela PUC-SP – 2015/2017.

Caio Almado Lima, Advogado criminal. Graduado pela PUC-SP em 2010; pós-graduado em Direito Penal Econômico pela FGV em 2012.

Pedro Funari, Advogado criminal. Graduado pelas Faculdades Metropolitanas Unidas em 2012; pós-graduando em Direito Penal Econômico pela FGV entre 2015/2016; pós-graduado em Direito e Processo penal pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2014.

Natália de Barros Lima, Advogada criminal. Graduada pela Universidade de Passo Fundo em 2013; pós-graduada em Legal English pela FGV em 2014; Professora Assistente no curso de Processo Penal na PUC-SP.

Mário Moretto, Advogado criminal. Formado pela Universidade de Ribeirão Preto em 2005; pós-graduado em Direito Processual pela Universidade de Ribeirão Preto em 2007; membro da Comissão de Direitos e Prerrogativas da 12ª Subseção da OAB-SP de 2011/2012.

Kauffmann, Soares e Rebehy Advogados

In the corporate criminal field the firm provides advisory and preventive service, especially related to the conduct of employees and executives in the private sector and in the relationship with the government.

With over 20 years of joint work in **criminal law**, Carlos Kauffmann and Marcos Soares, joined other specialized lawyers in the same area over the years and consolidated the ideal of perfection for a technical and highly personalized service. Thus **Kauffmann, Soares e Rebehy Advogados** was born and, among its members, there are also lawyers Marco Wadhy Rebehy and Leonardo Watermann.

Guided by prevailing ethical precepts, the law firm members, who remain focused on finding solutions to the issues that afflict individuals and the society in the criminal law field, specialize in providing legal assistance to national and multinational companies, both as victims – at which time they even guide the investigation of criminal facts and internal audits – and in cases where their representatives, executives or employees are investigated.

The performance of the firm, however, is not limited to corporate criminal law, as their lawyers also defend private and public authorities interests in various branches of criminal law.

In the corporate criminal field the firm provides advisory and preventive service, especially related to the conduct of employees and executives in the private sector and in the relationship with the government, at which they follow and guide internal calculations, prepare reports and opinions.

They also operate in criminal litigation (administrative and investigative procedures, police investigations, provisional actions and remedies at all levels of jurisdiction), both for companies and for individuals, particularly in the following criminal offenses:

Environmental Crimes • Taxes and Social Securities Crimes • Crimes against the National Financial System • Crimes against the Procurement Law • Crimes against the Government • Money Laundering • Crimes against Consumer Relations • Economic Crimes • Bankruptcy Crimes • Traffic Crimes • Electoral Crimes • Crimes against Life (jury).

STAFF

Carlos Kauffmann, Criminal lawyer. Bachelor degree from PUC-SP in 1992; Master of Laws in Criminal Procedure by PUC-SP in 2000; professor of Criminal Process at PUC-SP since 1995; author of the book *Prisão Temporária*; co-author os the books: *Tratado Temático de Processo Penal* e *Propriedade Intelectual no Direito Empresarial*; Chapter member of OAB-SP in 2010/2012 and 2013/2015; member of the Prerogatives Committee of OAB-SP since 2001; member of the Prerogative Council of OAB-SP since 2005; integrating the 4th Chamber of Appeals of OAB-SP of 2010/2012 and the 6th Chamber of Appeals of 2013/2015; member of the Committee of Enrollment and Pleading of Candites to the Constitutional Fifth of OAB-SP since 2010; member of the Curator Council of Escola Superior da Advocacia of 2010/2012; Permanent member of the Committee of Studies of the Criminal Procedure Code Project – OAB-SP of 2010/2012; member of the Committee for Defense of the Constitutionality of Criminal Investigations in 2013.

Marcos Soares, Criminal lawyer. Master of Laws in Criminal Law from Universidade Presbiteriana Mackenzie in 2000; Professor of Criminal Law and Criminal Procedura at the Universities of Guarulhos, Paulista, Ibirapuera and Cidade de São Paulo; Invited professor of Criminal Law at Universidade Presbiteriana Mackenzie; member of the Prerogatives Council of OAB-SP since 2010; Coordinator of the Committee of Selection and Assistant Judge of the Court of Ethics and Discipline of OAB-SP in 2001/2003.

Marco Wadhy Rebehy, Criminal lawyer. Bachelor degree from PUC-SP in 2004; Member of the Committee of Rights and Prerogatives of OAB-SP in 2013/2015; Coordinator of the Committee of Rights and Prerogatives of the 12th subchapter of OAB in 2010/2012; member of the Committee of Rights and Prerogatives OAB since 2009; integrating the 6th Chamber of Appeals of OAB-SP in 2013/2015; graduate in Criminal Law and Criminal Procedure from FAAP in 2010.

Leonardo Watermann, Criminal lawyer. Gradute in Economic Criminal Law from Universidade de Coimbra in 2009; co-author of the book "Responsabilidade Penal na Atividade Econômico-Empresarial Quartier Latin Publishing – 2010); Assistant judge of the 3rd Court of Ethics and Discipline of OAB-SP in 2010/2012; Member of Prerogatives of OAB-SP in 2013/2015.

Luis Gustavo Veneziani, Criminal lawyer. Graduated from Universidade Presbiteriana Mackenzie in 2010; graduate in Economic Criminal Law from FGV in 2012; Assistante Professor at the Criminal Procedure course of PUC-SP since 2010; Master's candidate in Criminal Law and Criminal Procedure at PUC-SP – 2015/2017.

Caio Almado Lima, Criminal lawyer. Graduated from PUC-SP in 2010; graduate in Economic Criminal Law at FGV in 2012.

Pedro Funari, Criminal lawyer. Graduated from Faculdades Metropolitanas Unidas in 2012; graduate candidate in Economic Criminal Law at FGV between 2015/2016; graduate in Criminal Law and Criminal Procedure from Universidade Presbiteriana Mackenzie in 2014.

Natália de Barros Lima, Criminal lawyer. Graduated from Universidade de Passo Fundo in 2013; graduate in Legal English from FGV in 2014; Assistant Professor at the Criminal Procedure course of PUC-SP.

Mário Moretto, Criminal lawyer. Graduated from Universidade de Ribeirão Preto in 2005; gradute in Criminal Procedure from Universidade de Ribeirão Preto in 2007; Committee of Rights and Prerogatives of the 12th subchapter of OAB-SP in 2011/2012.

Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados

Com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília e atuação nacional, **Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados** atua no mercado há mais de 20 anos oferecendo advocacia *full service* e é reconhecido pela prestação de serviços diferenciada e personalizada.

O foco do trabalho é o pleno atendimento da necessidade dos clientes em todas as áreas de atuação do escritório, que resulta em uma relação de respeito e confiança entre clientes e profissionais, pautada no apreço à ética e à transparência.

O trabalho do **Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados** pauta-se em priorizar as necessidades dos clientes, levando sempre em consideração questões jurídicas referentes à realidade em que estão inseridos, buscando incessantemente soluções que visem a resolver ou prevenir seus problemas jurídicos, agindo sempre com ética e seriedade, prezando também por um relacionamento humano e solidário com todos os profissionais do escritório.

Em pé (esq>>dir)

Dr. Eduardo Henrique Martins de Oliveira, Dr. Glauber Vinícius Vieira de Oliveira, Dr. Conrado Gonzaga de Azevedo Alves Cardoso, Dra. Yeda Barros Rodrigues da Silva, Dr. Roberto Portugal de Biazi

Sentados (esq>>dir)

Dra. Camilla Figueiredo Pessoa de Barros, Dr. Guilherme Yamahaki, Dra. Flávia Guimarães Leardini, Dr. Miguel Pereira Neto, Dr. Luiz Gustavo Friggi Rodrigues, Dra. Daniela Romano Tavares Camargo, Dra. Paula Stavropoulu Barcha

Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados sustenta-se na credibilidade adquirida por meio de ampla rede de relacionamentos constituída por parcerias com profissionais de diversas áreas que compartilham com o escritório o compromisso ético para o alcance da justiça em todas as esferas da sociedade.

Dessa forma, **Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados** atua baseado em três pilares essenciais que orientam a atuação dos profissionais nas diversas áreas do direito:

1) Atendimento Personalizado: Consideram-se as particularidades de cada caso, priorizando-se a qualidade do serviço prestado e o empenho para o alcance dos melhores resultados, mantendo sempre uma comunicação clara e constante para, assim, fortalecer a relação construída com os clientes.

2) Rede de relacionamentos: Com anos de tradição no cenário jurídico nacional, o **Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados** sustenta-se na credibilidade adquirida por meio de ampla rede de relacionamentos constituída por parcerias com profissionais de diversas áreas que compartilham com o escritório o compromisso ético para o alcance da justiça em todas as esferas da sociedade.

3) Resultados efetivos: São desenvolvidos métodos de execução dos trabalhos a fim de obter constantes melhorias na qualidade do atendimento e na entrega de resultados, prevendo diagnósticos mais abrangentes para os casos apresentados pelos clientes do escritório.

O mais interessante é que o crescimento do escritório não se deu de forma exatamente premeditada e sim conforme a demanda dos próprios clientes. Isso porque, como visto, a prioridade do escritório é sempre atender aos clientes, independentemente de a lide residir em área até o momento estranha ao escritório.

São casos como esses em que a equipe se renova e se especializa em temas cada vez mais novos, que eventualmente desencadeiam áreas novas de atuação dentro do escritório.

Principais áreas de atuação: Administrativo • Ambiental • Comércio Exterior • *Compliance* • Concorrencial • Contencioso Cível e Arbitragem • Contratos Nacionais e Internacionais • Educacional • Eleitoral • Família e Sucessões • Fusões e Aquisições (M&A) • Infraestrutura • Mercado de Capitais • Operações Estruturadas e Negócios Imobiliários • Penal Empresarial • Planejamento Sucessório • Propriedade Intelectual • Seguros e Resseguros • Societário • Trabalhista e Previdenciário • Tributário.

O escritório **Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados** é formado por cerca de 100 advogados altamente qualificados para a atuação nas diversas áreas do direito, com graduação e qualificações provenientes de instituições de renome em âmbito nacional e internacional e conta com outros 100 profissionais, entre estagiários e funcionários do administrativo.

SÓCIOS

Ricardo Lacaz Martins, Fusões e Aquisições (M&A), Mercado de Capitais, Planejamento Sucessório, Societário, Tributário. Bacharel em Direito pela USP (1990); Mestre em Direito Tributário pela USP (1998); Doutor em Direito Tributário pela USP (2009). Professor da cadeira de Direito Tributário do curso de graduação em Administração de Empresas da FAAP (2000).

Idiomas: Inglês, Espanhol, Francês.

Miguel Pereira Neto, Contencioso Cível e Arbitragem, Eleitoral, Penal Empresarial. Bacharel em Direito pela USP (1989); Mestre em Direito Processual pela USP (2000). Presidente da Comissão de Estudos de Corrupção, Crimes Financeiros, Econômicos e Tributários do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP.

Idiomas: Inglês.

Eduardo Isaias Gurevich, Administrativo, Infraestrutura. Bacharel em Direito pela USP (1989); Mestre em Direito Internacional nos Estados Unidos (Master of Laws) pela University of Pacific, MC George School of Law, em associação com a University of Salzburg, Áustria (1991).

Idiomas: Inglês, Espanhol, Hebraico.

Luís Eduardo Schoueri, Tributário. Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (1986); Bacharel em Direito pela USP (1987); Mestre em Direito pela Universidade de Munique, Alemanha (1992); Doutor (1993) e Livre-Docente em Direito pela USP (1996). Professor titular de Direito Tributário da Faculdade de Direito da USP (2003).

Idiomas: Inglês, Espanhol, Francês, Italiano, Alemão.

Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados

Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados supports on the credibility gained through extensive network of relationships formed through partnerships with professionals from diverse areas that share the same ethical commitment to achieve justice in all spheres of the society.

With branches in São Paulo, Rio de Janeiro and Brasília and national operation, **Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados** is in the market for over 20 years, providing full service in law, recognized for rendering differentiated and customized service.

The focus of their work is the full service to the clients needs in every operation area of the law firm, resulting in a relationship of respect and trust between professionals and clients, based on appreciation of ethics and transparency.

The work of **Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados** grounds on prioritizing clients necessities, always taking into account legal issues concerning the reality in which they are inserted, relentlessly seeking solutions that aim to resolve or prevent legal problems, always acting with ethics and integrity, and valuing human relationship and solidarity with all the firm's professionals.

In this way, **Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados** acts based on three essential pillars that guide the development of professionals in the various areas of law.

1) Customized Service: They consider the particularities of each case, prioritizing the quality of service provided and the commitment to achieve the best results, always keeping a clear and constant communication, thereby strengthening the relationship built with clients.

2) Network of relationships: With a long tradition in the domestic legal scenario, **Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados** supports on the credibility gained through extensive network of relationships formed through partnerships with professionals from diverse areas that share the same ethical commitment to achieve justice in all spheres of the society.

3) Effective Results: Methods of work implementation are developed in order to get constant improvements in the quality of service and delivery of results, providing more comprehensive diagnostics for the cases presented by the firm's clients.

The most interesting is that the firm's growth has not exactly happened in a planned way but according to the demand of clients themselves. This is because the priority of the firm is to always serve their clients, regardless the dispute is being processed in an area outside the firm's scope till then.

Cases like that renew and specialize the team in increasingly new issues, which possibly generate new activity areas inside the firm.

Key fields of operation: Administrative • Environmental • Foreign Trade • *Compliance* • Bidding • Litigation and Arbitration • National and International Contracts • Educational • Electoral • Family and Succession • Mergers and Acquisitions (M&A) • Infrastructure • Capital Market • Structured Transactions and Real Estate Business • Corporate Criminal • Succession Planning • Intellectual Property • Insurance and Reinsurance • Corporate • Labor and Pension • Tax.

Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados is formed by approximately 100 highly qualified lawyers, acting in the most diverse areas of law, holding degrees and qualifications from renowned national and international institutions, and another 100 professionals among trainees and staff office.

PARTNERS

Ricardo Lacaz Martins, Mergers and Acquisitions (M&A), Capital Markets, Succession Planning, Corporate Law, Tax. Law Degree from USP (1990); Master's Degree in Tax Law from USP (1998); JD in Tax Law by USP (2009). Professor of Tax Law in the Business Administration undergraduate program at FAAP (2000).

Languages: English, Spanish, French.

Miguel Pereira Neto, Litigation and Arbitration, Elections, Corporate Criminal. Law degree from USP (1989); Master of Procedural Law by USP (2000). President of the Corruption, Financial, Economic and Tax Crimes Committee at Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP.

Languages: English.

Eduardo Isaias Gurevich, Administrative, Infrastructure. Law degree from USP (1989); Master of Law in International Law in the United States from University of Pacific, MC George School of Law, in association with the University of Salzburg, Austria (1991).

Languages: English, Spanish, Hebraic.

Luís Eduardo Schoueri, Tax law. Bachelor's Degree in Business Administration from Fundação Getulio Vargas (1986); Law degree from USP (1987); Master of Law from the University of Munich, Germany (1992); JD (1993) and Associate Professor of Law at USP (1996). Head Professor of Tax Law at USP Law School (2003).

Languages: English, Spanish, French, Italian, German.

Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados

Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados se dedica a questões empresariais de alta complexidade.

A sociedade foi fundada por Walfrido Jorge Warde Jr. e Rudi Alberto Lehmann Jr., em 1996, passando a se dedicar, a partir de 2008, preponderantemente a problemas de direito societário e de mercado de capitais. Essa especialização fez com que protagonizasse a condução de casos importantes para o desenvolvimento econômico do país, bem como de suas instituições, sobretudo as instituições de mercado.

O **Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados** tornou-se também um centro de reflexão do direito empresarial e, no particular, do direito societário, do mercado de capitais e do modelo de financiamento de projetos de infraestrutura no Brasil, de modo a aproximar a produção doutrinária, a atuação institucional e a advocacia.

Em pé (esq>>dir)

Dra. Ingrid Rodrigues da Silva, Dr. Guilherme Ferreira Coelho Lippi,
Dr. Guilherme Setoguti J. Pereira, Dr. José Luiz Bayeux Neto,
Dr. Pedro Henrique A. Benradt, Dr. Felipe Rafael Sousa,
Dr. Diogo Octavio Nebias, Dr. Lucas Akel Filgueiras, Dra. Ana Luiza Tesser Arguello

Sentados (esq>>dir)

Dr. Rodrigo Rocha Monteiro de Castro, Dr. Walfrido Jorge Warde Junior,
Dr. Rudi Alberto Lehmann Junior

Curiosidade e esforço incessantes, somados a uma obsessão pela qualidade dos serviços e do atendimento ao cliente, colocou Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados no centro das principais operações de M&A e de financiamento de projeto.

A produção doutrinária de seus membros também é notável, especialmente por sua contribuição ao incremento dos níveis de informação e por sua utilidade aos operadores do direito e mesmo aos agentes econômicos em geral.

A última obra de autoria do sócio Walfrido Jorge Warde Júnior, o *"Direito Societário Aplicado"*, editado pela Saraiva em 2014, propõe uma nova maneira de produzir doutrina, uma "doutrina de convergência", que se lança a investigar qual o conteúdo do direito societário aplicado pelas duas Câmaras Reservadas de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. E o faz por meio da análise de 1.102 decisões colegiadas, em matéria societária, das quais foram extraídas máximas organizadas em 46 verbetes. O livro se vale de uma técnica multimídia, na medida em que todos os julgados podem ser encontrados, na íntegra, em site disponibilizado pela editora.

É por isso que **Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados** tem patrocinado as mais importantes companhias brasileiras nos maiores e mais estratégicos litígios empresariais dos últimos anos.

Merecem nota também, entre mais de uma centena de trabalhos produzidos por seus membros, (i) o visionário *"Controle Gerencial"*, editado em 2010 pela Quartier Latin, de autoria do sócio Rodrigo Rocha Monteiro de Castro, que antevê o futuro das companhias sem controlador no emergente mercado de capitais brasileiro; (ii) o *"Impugnação de deliberações de assembleia das SA"*, editado em 2013 pela Quartier Latin, de autoria do sócio Guilherme Setoguti Julio Pereira, onde trata do intrincado estatuto de nulidades das companhias no Brasil; (iii) o *"A Metadogmática do Direito Comercial Brasileiro"*, artigo seminal dos sócios Walfrido Jorge Warde Júnior e José Luiz Bayeux, que marcou um novo entendimento sobre o âmbito e as funções do direito comercial; ou ainda (iv) o *"Rumo a um mercado de ativos de recuperação"*, artigo dos sócios Walfrido Jorge Warde Júnior e Rudi Alberto Lehmann Júnior, que marcou o aparecimento de um mercado de ativos alienados em meio à crise empresarial.

É perene, em verdade, o esforço de todos os membros de propor soluções regulatórias e doutrinais para o desenvolvimento da disciplina das sociedades e do mercado de capitais.

Isso se soma a um profundo interesse pela investigação do modelo brasileiro de Capitalismo de Estado, que produziu libelos em defesa dos mais legítimos interesses brasileiros, como o alardeado *"Em defesa da Petrobrás, pelo Brasil"*, de autoria do sócio Walfrido Jorge Warde Júnior.

Essa curiosidade e esse esforço incessantes, somados a uma obsessão pela qualidade dos serviços e do atendimento ao cliente, colocou **Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados** no centro das principais operações de M&A e de financiamento de projeto.

Mas isso, isso é apenas o começo, o começo do muito que ainda há a fazer, pelos clientes e pelo Brasil.

As contribuições de seus membros para a melhoria do ambiente geral de negócios são inúmeras. Tome-se o exemplo do Projeto de Lei 4.303 de 2002, de autoria dos sócios Walfrido Jorge Warde Júnior e de Rodrigo Rocha Monteiro de Castro, que pretende instituir o Regime Especial das Sociedades Anônimas Simplificadas. Ou então, o Plano de Salvamento do Projeto Nacional de Infraestrutura, de autoria de Walfrido Jorge Warde Júnior e de ilustres juristas brasileiros, lançado para preservar estratégicos interesses políticos, sociais e macroeconômicos, em meio a um contexto de grave degradação institucional, sob o risco de perdimento do aparato prospectivo de infraestrutura vital ao desenvolvimento do país.

Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados

Continuous curiosity and effort, added to an obsession with quality of service places Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados in the spotlight of M&A and project funding transactions in Brazil.

Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados is a law firm focused on highly complex corporate, securities and finance law issues.

Our law firm was established by its partners Walfrido Jorge Warde Júnior and Rudi Alberto Lehmann Jr. in 1996. After 2008, we began working predominantly with Corporate Law and Capital Markets and we have been involved in important legal cases with impact on the economic development of the country and of its securities market institutions.

Our law firm has become a 'think tank' of issues related to business law and in particular corporate, capital markets and infrastructure (project finance) laws, combining a continuous stream of academic work with active legal practice helping improving market institutions in Brazil.

The academic work we produce derives from our practical experience and is reference to an active corporate and capital markets legal community in Brazil.

The work of our professionals to improve the general business environment in Brazil are numerous. For instance, the Bill No. 4,303, as of 2012, having Walfrido Jorge Warde Junior and Rodrigo Rocha Monteiro de Castro as authors plans to introduce a Special Regime of simplified corporations.

In parallel, we are developing *"The Rescue Plan for the National Infrastructure Project"*, having Walfrido Jorge Warde Junior and other acclaimed Brazilian jurists as authors. This plan has been launched to preserve national strategic political, social and macroeconomic interests amid a severe institutional crisis scenario in Brazil, expecting to save an essential infrastructure apparatus required for the development of the country.

Our academic work production is noteworthy, contributing to increasing levels of information and providing useful tools to legal advisors, law professionals and authorities.

The last work published by Walfrido Jorge Warde Junior in 2014, named *"Direito Societário Aplicado"* (Practice of Corporate Law) (Saraiva as publisher), presents a new pattern of legal studies investigating and explaining how corporate law is interpreted and applied to concrete conflicts by the business court of the State of São Paulo (Business Law Reserved Chambers of the Court of the State of São Paulo). The study analyzes 1,102 decisions on corporate matters and extracts 46 corporate themes from these decisions organized according to their subject matter. The book counts with an innovative multimedia technique and all the complete court decisions mentioned in the book are inserted in a website made available by the publisher.

These are the reasons why **Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados** has advised the most important Brazilian companies in relevant and strategic business disputes and transactions in recent years.

Among the various works produced by our professionals, we highlight the following: (i) *"Controle Gerencial"* (Management Control), published by Rodrigo Rocha Monteiro de Castro in 2010 (Quartier Latin as publisher), foreseeing the future of companies in the emerging Brazilian capital markets without a controller; (ii) *"Impugnação de Deliberações de Assembleia das S.A."* (Claims on Decisions of Meetings of Shareholders), published by Guilherme Setoguti Julio Pereira in 2013 (Quartier Latin as publisher), focusing on claims to state decisions under meetings of shareholders void; (iii) *"A Metadogmática do Direito Comercial Brasileiro"* (Dogmatic of Brazilian Commercial Law), published by Walfrido Jorge Warde Júnior and José Luiz Bayeux with a new understanding of the scope and purpose of commercial law; and (iv) *"Rumo a um Mercado de Ativos de Recuperação"* (Towards an Assets Market under Reorganization), published by Walfrido Jorge Warde Júnior and Rudi Alberto Lehmann Júnior, revealing the emergence of a market for business/production units (going concern) under reorganization proceedings.

We maintain a strong and constant effort to develop legal and regulatory solutions for companies and capital markets.

In this context, we are deeply interested in investigating the Brazilian model of state capitalism and have produced ideas and taken actions to defend the legitimate interests of Brazilian people. An example is the work entitled *"Em Defesa da Petrobras, pelo Brasil"* (Defending Petrobras, for Brazil), published by Walfrido Jorge Warde Junior defending the state controlled Brazilian giant oil and gas company Petrobras from opportunistic indemnification judicial claims.

Our continuous curiosity and effort, added to an obsession with quality of service places **Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados** in the spotlight of M&A and project funding transactions in Brazil.

We consider all the work we have carried out until today as a beginning; a beginning of many more work to be developed for clients and for Brazil.

Leônidas Scholz

O ESCRITÓRIO

Fundado em 1990 por Leônidas Ribeiro Scholz, o escritório caracteriza-se pela busca constante da excelência dos serviços que se propõe a prestar, baseando-se na concepção de que, ante as sensíveis e marcantes peculiaridades de que se revestem as questões criminais, é necessariamente artesanal o trabalho do advogado especializado em Direito Penal.

A permanente preocupação em conjugar as particularidades da advocacia criminal com a exigência contemporânea de agilidade, precisão e eficiência da assistência jurídica, constitui a meta e a marca do escritório.

(esq»dir)

Dra. Larissa R. Garcia, Dr. Leônidas Scholz, Dra. Mirtes Muniz A. dos Santos, Dr. Luis Gustavo Kodjaoglanian, Dr. Rafael Ferrari Putti

A expertise do escritório compreende os seguintes delitos: crimes contra a honra, crimes contra a ordem econômica, crimes contra a administração pública, crimes contra o sistema financeiro, crimes ambientais, crimes contra a ordem tributária, crimes falimentares, crimes de "lavagem de dinheiro", crimes contra as relações de consumo, crimes previdenciários, crimes de concorrência desleal, crimes eleitorais, crimes contra a propriedade intelectual e crimes cibernéticos.

Embora atue em todas as vertentes da advocacia criminal, a prática do escritório concentra-se no Direito Penal Empresarial, tanto na esfera contenciosa – assistência jurídica propriamente dita –, como na consultiva, cujo enfoque cardeal é a prevenção de delitos no ambiente corporativo.

O escritório oferece assistência jurídica em inquéritos policiais e outros procedimentos investigatórios, bem como na fase judicial, da primeira instância aos Tribunais Superiores.

O sócio-gerente e coordenador técnico-jurídico, Leônidas Ribeiro Scholz, atua, outrossim, na confecção de pareceres no âmbito de ações penais, recursos, *habeas corpus* e mandados de segurança.

A *expertise* do escritório compreende os seguintes delitos: crimes contra a honra, crimes contra a ordem econômica, crimes contra a administração pública, crimes contra o sistema financeiro, crimes ambientais, crimes contra a ordem tributária, crimes falimentares, crimes de "lavagem de dinheiro", crimes contra as relações de consumo, crimes previdenciários, crimes de concorrência desleal, crimes eleitorais, crimes contra a propriedade intelectual e crimes cibernéticos.

Já a atuação da Consultoria Jurídica de Prevenção de Delitos (CJPD) consiste fundamentalmente na composição de medidas de prevenção de práticas delitivas no âmbito corporativo, mediante análise dos riscos inerentes ao ramo de atividade de cada cliente (pessoa jurídica), a fim de afastar incursão no âmbito de incidência do Direito Penal.

A CJPD atua, ainda, na emissão de pareceres para evitar a eventual ocorrência de infrações penais em situações como, por exemplo, celebração de contratos, implantação de novos departamentos, etc.

Ademais, oferece assistência jurídica no combate à "pirataria" e para proteção contra violações da propriedade intelectual.

BREVE PERFIL DOS SÓCIOS

Leônidas Ribeiro Scholz, Pós-graduação em Processo Penal pela Faculdade de Direito da USP. Graduação pela Faculdade de Direito da FMU-SP em 1985.

Fundou o escritório em 1990, após cinco anos de sociedade com o renomado criminalista Márcio Thomaz Bastos.

Sócio fundador do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM. Sócio fundador e conselheiro do Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD. Membro do Conselho de Prerrogativas da OAB-SP. Professor de Direito Penal na Faculdade de Direito da FMU-SP de 1995 a 1998. Autor de diversos artigos sobre temas de direito penal e direito processual penal.

Luis Gustavo Previato Kodjaoglanian, Pós-graduação em Direito e Processo Penal pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Graduação pela Faculdade de Direito de Marília em 2001.

Integra o escritório desde 2004. Atua na área criminal desde 2001. Membro do Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD.

Rafael Ferrari Putti, Pós-Graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Damásio de Jesus. Graduação pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2009.

Integra o escritório desde 2008. Começou a atuar na área criminal ainda como estagiário, em 2006.

Leônidas Scholz

The firm's expertise includes the following offenses: crimes against honor, crimes against the economy, crimes against the public administration, crimes against the financial system, environmental crimes, crimes against the tax order, bankruptcy crimes, crimes of "money laundering", crimes against consumer relations, social security crimes, crimes of unfair competition, electoral crimes, crimes against intellectual property and cyber crimes.

THE FIRM

Founded in 1990 by Leonidas Ribeiro Scholz, the firm is characterized by the constant pursuit of excellence of services it intends to provide, based on the concept that, considering sensitive and striking peculiarities criminal issues are coated with, the lawyer's work necessarily means craft work in Criminal Law.

The ongoing concern in combining characteristics of Criminal Law and the contemporary demands of agility, accuracy and efficiency in legal assistance, forms the firm's goal and imprint.

While acting on all aspects of Criminal Law, the firm's practice focuses on Corporate Criminal Law, both in litigation – legal assistance itself – and in advisory, whose cardinal approach is to prevent crime in the corporate environment.

The firm provides legal assistance in police investigations and other investigative procedures, as well as the judicial phase, from first instance to the High Courts.

Moreover, the managing partner and technical legal coordinator, Leonidas Ribeiro Scholz, operates in the preparation of opinions of criminal proceedings, appeals, habeas corpus and injunctions.

The firm's expertise includes the following offenses: crimes against honor, crimes against the economy, crimes against the public administration, crimes against the financial system, environmental crimes, crimes against the tax order, bankruptcy crimes, crimes of "money laundering", crimes against consumer relations, social security crimes, crimes of unfair competition, electoral crimes, crimes against intellectual property and cyber crimes.

The role of *Consultoria Jurídica de Prevenção de Delitos* (CJPD) fundamentally consists in the composition of prevention measures of criminal practices at the corporate level by analyzing risks inherent to each client's activity (legal person) in order to avoid incursion in the incidence scope of criminal law.

The CJPD also operates in the provision of legal opinions to avoid any occurrence of criminal offenses in situations such as, for example, contracts execution, deployment of new departments, etc.

Moreover, it offers legal assistance in fighting "piracy" and protection against violations of intellectual property .

BRIEF PARTNERS' PROFILE

Leônidas Ribeiro Scholz, Postgraduate degree in Criminal Proceedings from USP Law School. Graduated from FMU/SP Law School in 1985.

Founded the firm in 1990, after a 5-year partnership with renowned criminalist Márcio Thomaz Bastos.

Founding partner of Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM. Founding partner and counselor at Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD. Member of Prerogatives Council of OAB/SP. Professor in Criminal Law at FMU/SP Law School from 1995 to 1998. Author of several articles on Criminal Law and Criminal Procedural Law themes.

Luis Gustavo Previato Kodjaoglanian, Holds a postgraduate degree in Criminal Law and Criminal Proceedings from Universidade Presbiteriana Mackenzie. Graduated from Faculdade de Marília Law School in 2001.

Integrates the firm since 2004. Operates in the criminal area since 2001. Member of Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD.

Rafael Ferrari Putti, Holds a postgraduate degree in Criminal Law and Criminal Proceedings from Faculdade Damásio de Jesus. Graduated from Universidade Presbiteriana Mackenzie Law School in 2009.

Integrates the firm since 2008. Began to operate in the criminal area still as an intern, in 2006.

Advocacia Maciel

Nesse ano de 2015, em que seu titular completa cinquenta anos de atividades jurídicas, está a **Advocacia Maciel** atuando junto aos Tribunais Superiores e demais Tribunais, na defesa de mais de sessenta mil processos, além de efetuar um trabalho preventivo de consultas e advocacia interna de relevância fundamental.

O objetivo do escritório, além da defesa dos processos de seus clientes, de forma a corresponder à confiança depositada por eles, é o de orientar as empresas e clientes a cumprirem suas obrigações legais, mediante uma consultoria efetiva, reduzindo assim o número de processos na Justiça, os quais, no futuro, com uma orientação preventiva, mediação e arbitragem, deverão ficar limitados às teses jurídicas de alto relevo.

Em pé (esq»dir)

Dr. Jonas Moreira de Moraes Neto, Dra. Paula Maciel Colela Maciel Azambuja, Dr. Roberto Caldas Alvim de Oliveira, Dr. Bruno Machado Colela Maciel, Dra. Manuela Rubino Maciel, Dr. Pedro Rubino Maciel

Sentados (esq»dir)

Dra. Maria Clara Sampaio Leite, Dra. Márcia Maria Guimarães de Sousa, Dra. Silvia Seabra de Carvalho, Dra. Mônica Rubino Maciel, Dr. José Alberto Couto Maciel, Dra. Déborah Cabral Siqueira de Souza, Dra. Ana Maria Rodrigues Sidrim

O escritório tem uma atividade destacada com relação a processos vinculados ao Direito do Trabalho, Cível e Consumidor, atuando em todas as regiões do país.

Com matriz em Brasília, próximo aos principais Tribunais e órgãos públicos, é o escritório pioneiro na criação de setor exclusivo para gerenciamento de processo, responsável pela alimentação de sistemas dos clientes, elaboração de relatórios e atualização diária da tramitação de todos os processos. Nesse setor são realizados também cálculos judiciais e avaliação dos processos em cada fase recursal.

A equipe atua no contencioso, preventivo e administrativo trabalhista, em todo o território nacional, sempre buscando atender ao setor empresarial. Atua também na área cível, defendendo as empresas em primeiro grau, Tribunal de Justiça, bem como junto ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

O escritório tem uma atividade destacada com relação a processos vinculados ao Direito do Trabalho, Cível e Consumidor, atuando em todas as regiões com uma rede extensa de correspondentes nas capitais e interior do país.

A atuação do escritório é individualizada de acordo com a natureza de cada cliente, adequando a melhor solução que se enquadre ao perfil determinado pela empresa e buscando a mais rápida solução para o encerramento dos processos.

Seu sócio Presidente e Fundador é o Dr. **José Alberto Couto Maciel**. Maciel formou-se em Direito em 1965; Nos anos de 1967 e 1968 atuou como Secretário Jurídico do Supremo Tribunal, tendo seu nome como indicado pela Suprema Corte para Ministro do Tribunal Superior Eleitoral em quatro listas.

Nos anos de 1974 a 1984, além da **Advocacia Maciel** atuou como Assessor Especial dos Ministros Arnaldo Prieto e Murilo Macedo, tendo nessa fase representado o Brasil junto a Organização Internacional do Trabalho, em Genebra.

Foi Secretário Geral da comissão que elaborou o Projeto da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1975, presidida pelo Ministro Arnaldo Sussekind. Substituiu o Ministro Mozart Victor Russomano na presidência da Comissão sobre Economia de Combustíveis, em 1978.

É autor de mais de quarenta livros especializados em Direito do Trabalho, sendo que um deles, "Direito do Trabalho ao Alcance de Todos", foi transcrito em braile e teve mais de um milhão de exemplares vendidos. É autor de duas monografias premiadas pelo Tribunal Superior do Trabalho, do qual recebeu os títulos de Comendador e Grande Oficial.

Pós-graduado em Direito Individual do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Coletivo do Trabalho, foi incluído entre as duas mil personalidades do século XX, em publicação do Centro Internacional de Biografias de Cambridge, Inglaterra.

É cidadão honorário de Brasília, Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Instituto dos Advogados de São Paulo, do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e do Instituto dos Advogados do Distrito Federal, do qual foi Presidente.

INTEGRAM A SOCIEDADE NA CONDIÇÃO DE SÓCIOS:

José Alberto Couto Maciel
Mônica Rubino Maciel
Bruno Machado Colela Maciel
Paula Machado Colela Maciel Azambuja
Manuela Rubino Maciel
Roberto Caldas Alvim de Oliveira
Maria Clara Sampaio Leite
Márcia Maria Guimarães de Sousa
Déborah Cabral Siqueira
Jonas Moreira de Moraes Neto
Silvia Seabra de Carvalho
Ana Maria Rodrigues Sidrim

Além dos sócios, a **Advocacia Maciel**, em sua sede em Brasília, possui quase uma centena de advogados associados, inúmeros estagiários, bem como correspondentes em todo o país, além de escritórios parceiros, de destaque nacional, com relação a todos os ramos de direito.

Advocacia Maciel

The firm provides distinguished activities related to lawsuits linked to Labor, Civil and Consumer Law, operating in all the country's capitals.

In addition to their members, **Advocacia Maciel** has almost a hundred associated lawyers in their headquarters in Brasília, numerous trainees, and correspondents throughout the country, besides nationally highlighted partnering firms, relating to all fields of law.

Headquartered in Brasília, close to the main Courts and governmental offices, the firm pioneered in creating a unique department to manage actions, which is in charge of feeding the clients' systems, generating reports and daily updating all processing of cases. This department is also responsible for performing legal calculations and the assessment of actions in each of the appealing phases.

The team operates in litigation, preventive and labor administrative law across the domestic territory, always seeking to serve the business sector. It also operates in the civil area, defending companies at first instance, Court of Justice, and the Superior Court of Justice and the Federal Supreme Court.

The firm provides distinguished activities related to lawsuits linked to Labor, Civil and Consumer Law, operating in every region through a comprehensive network of correspondents in all the country's capitals and interior.

The firm's operation is personalized according to each client's nature, suiting the best solutions to the profiles determined by the company and seeking the fastest solution to complete cases.

Their founding partner and CEO is Mr. **José Alberto Couto Maciel**. Mr. Maciel graduated in Law in 1965. In 1967 and 1968 he worked as Legal Secretary of the Supreme Court, and was indicated by the Supreme Court as Justice of the Electoral Superior Court in four lists.

From 1974 to 1984, besides running **Advocacia Maciel**, he worked as Special Assistant to Justices Arnaldo Prieto and Murilo Macedo, representing Brazil before the International Labour Organization in Geneva.

He was Secretary General of the commission that created the Labor Laws Consolidation project in 1975, headed by Justice Arnaldo Susseking. He replaced Justice Mozart Victor Russomano as chair of the commission on Fuel Economy, in 1978.

He is author of forty books specialized in Labor Law - one of them, "Direito do Trabalho ao Alcance de Todos", was transcribed in Braille and sold over one million copies. He is also author of two monographs awarded by the Superior Labor Court, which granted him the titles of Commander and Great Officer.

Graduated in Individual Labor Law, Labor Procedural Law and Labor Collective Law, he was included among the two thousand celebrities of the twentieth century by publication of the International Center of Biographies of Cambridge, England.

He is honorary citizen of Brasília, Member of the Brazilian Academy of Labor Law, of the Instituto dos Advogados Brasileiros, of the Instituto dos Advogados de São Paulo, the Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul and the Instituto dos Advogados do Distrito Federal, where he was President of.

In 2015, when their holder completes 50 years in legal activities, **Advocacia Maciel** operates with Superior Courts and all other courts defending over sixty thousand lawsuits, in addition to providing preventive work on advisory and primary relevance internal advocacy.

The firm's goal, besides defending clients in lawsuits so to satisfy the trust they have placed on us, is to guide companies and clients to meet their legal duties by offering effective advice, therefore reducing the number of actions in Courts, which, in the future, due to preventive guidance, mediation and arbitration, should be limited to legal principles of high importance.

THE LAW FIRM IS FORMED BY THE FOLLOWING MEMBERS:

José Alberto Couto Maciel
Mônica Rubino Maciel
Bruno Machado Colela Maciel
Paula Machado Colela Maciel Azambuja
Manuela Rubino Maciel
Roberto Caldas Alvim de Oliveira
Maria Clara Sampaio Leite
Márcia Maria Guimarães de Sousa
Déborah Cabral Siqueira
Jonas Moreira de Moraes Neto
Silvia Seabra de Carvalho
Ana Maria Rodrigues Sidrim

Magalhães & Lobato Sociedade de Advogados

Fundada em 2010 na capital mineira, nasceu da união entre o entusiasmo do jovem advogado Dr. Roberto Magalhães Penna Neto e a experiência profissional da Dra. Ana Elisa Lobato, que à época contava com 16 anos de prática na advocacia pública e privada, com ênfase no Direito do Trabalho. Anos após a inauguração, foi acrescida à sociedade a maestria do Desembargador aposentado e ex-presidente do TRT da 3ª Região, Dr. Eduardo Augusto Lobato, cuja carreira pública destacou-se na Magistratura do Trabalho.

Dessa parceria resultaram atuações sólidas perante os Tribunais Superiores, o que motivou a abertura de sua filial em Brasília/DF. Hoje, orgulha-se em oferecer atendimento especializado para empresas e entes da Administração Pública em questões trabalhistas de grande repercussão econômica, dispondo também de expertise para defender seus clientes no âmbito do Direito Administrativo, Cível, Empresarial e Tributário.

(esq»dir)

Os sócios Dr. Roberto Magalhães, Dra. Ana Elisa Lobato, Dr. Eduardo Lobato e Dr. Túlio Martins

Ancorada na proficiência de seus sócios, Magalhães & Lobato Sociedade de Advogados oferece atendimento diferenciado, sobretudo em questões trabalhistas.

CONSULTIVO E ASSESSORAMENTO ESPECIALIZADO EM DEMANDAS DE DIREITO DO TRABALHO

A **Magalhães & Lobato Sociedade de Advogados** busca proporcionar respostas estratégicas e eficazes para seus clientes. A atuação consultiva e preventiva do escritório tem apresentado excelentes resultados ao reduzir o número de ações ajuizadas, sem perder de vista o enfrentamento daquelas que, por vezes, se tornam inevitáveis.

A sociedade conta com profissionais qualificados para elaborar orientações precisas acerca de quaisquer demandas na área trabalhista, seja por meio de consultas ou solicitação de pareceres jurídicos, seja pelo assessoramento em diligências ou despachos em todas as instâncias. No rol de serviços prestados, estão a assistência em Acordos e Convenções Coletivas, Dissídios Coletivos, intervenções do Ministério Público do Trabalho, bem como fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego – a fim de evitar erros e mitigar riscos comuns da atividade empresarial.

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL TRABALHISTA

No âmbito contencioso administrativo e judicial trabalhista destaca-se pelo atendimento personalizado, visando responder às necessidades empresariais dos mais diversos setores, bem como de Sindicatos Profissionais. O escritório pauta-se pela busca da excelência nos resultados e da redução de custos por meio da minuciosa análise de cada caso, promovendo ainda apuração dos valores de contingenciamento e avaliação de risco trabalhista, em permanente diálogo com seus clientes.

DEMAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Privilegiada por sua equipe multidisciplinar altamente qualificada, a **Magalhães & Lobato Sociedade de Advogados** opera nos ramos do Direito Administrativo – com ênfase em questões relacionadas a Servidores Públicos – Cível, Empresarial e Tributário, para além da predominância do Direito do Trabalho como área de atuação, seja em âmbito contencioso ou preventivo.

SÓCIOS

Eduardo Augusto Lobato, Advogado Sênior; Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1973); Curso Especial de Administração Pública – FGV-RJ (1977); Mestre em Direito pela UFMG (1984); Curso de Doutorado em Direito pela UFMG (1985); Delegado de Polícia Civil – Adido à Corregedoria Geral de Polícia de Minas Gerais (1974/1977); Professor da Academia de Polícia Civil-MG (1975/1976); Promotor de Justiça – MP-MG (1978/1980); Juiz do Trabalho em Goiânia-GO, Juiz de Fora-MG, Itajubá-MG e Belo Horizonte-MG (1980/1999); Professor Assistente da Faculdade Salesiana de Direito – Lorena/SP (1986/1987) e Aprovado em Concurso Público para Professor Assistente da Faculdade de Direito da UFMG (1985); Desembargador do Trabalho do TRT 3ª Região, tendo sido Presidente e Membro da Seção de Dissídios Coletivos do TRT 3ª Região; Presidente e Membro da Comissão Central do Concurso Público para Juiz do Trabalho (2008/2011); Corregedor do TRT 3ª Região (2008/2009); Grão-Chanceler da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho do TRT 3ª Região (2010/2011); Presidente do TRT da 3ª Região (2010/2011); Conselheiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – Tribunal Superior do Trabalho (Brasília/DF) (2010/2011); Agraciado com várias Medalhas e Comendas de âmbito Estadual e Federal.

Ana Elisa Lobato, Advogada Sênior; Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos (1994); Sempre atuou com enfoque na Advocacia Trabalhista, contudo, possui também vasta experiência no âmbito do Direito Administrativo, prestando assessoria jurídica perante Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Estado de Minas Gerais, em âmbito consultivo e contencioso, desde 2007.

Roberto Magalhães Penna Neto, Advogado Pleno; Bacharel em Direito pela UFMG (2009); Especialista em Relações Diplomáticas pela Faculdade de Direito Milton Campos (2010); Especialista em Processo Administrativo Disciplinar pela Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF (2011); Doutorando em Direito Civil pela Universidade Federal de Buenos Aires – UBA (Argentina).

Túlio César Pereira Machado Martins, Advogado Pleno; Bacharel em Direito pela UFMG (2008); Tecnólogo em Gestão de Finanças Públicas e Auditoria Governamental pela UEMG (2011); Especialista em Direito Tributário pela PUC-MG (2010); Especialista em Controle Externo e Avaliação da Gestão Pública pela Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo (2011); Mestrando em Direito Público pela Universidade FUMEC.

Magalhães & Lobato Sociedade de Advogados

Grounded on the partners proficiency, Magalhães & Lobato Sociedade de Advogados provides differentiated service mainly on labor issues.

Founded in 2010 in the capital of Minas Gerais, the law firm was born of the union between the enthusiasm of young lawyer Roberto Magalhães Penna Neto and the professional experience of Ana Elisa Lobato, who at that time had 16-year practice in public and private law, with an emphasis on Labor Law. Some years after the opening, skillful retired Supreme Court Judge and former president of TRT 3rd Region, Eduardo Augusto Lobato, whose public career has stood out in the Labor Judiciary, joined the firm.

This partnership resulted in solid performances before Higher Courts, which led to the opening of their branch office in Brasilia/DF. Today, they are proud to render specialized service for businesses and entities of the Government in labor issues of major economic repercussions, also with expertise to defend their clients in the context of Administrative, Civil , Business and Tax Law.

ADVISORY AND CONSULTING SPECIALIZING IN LABOR LAWSUITS

Magalhães & Lobato Sociedade de Advogados seeks to offer strategic and effective responses to their clients. The firm's advisory and preventive performance has presented excellent results in reducing the number of filed lawsuits, without losing sight of confronting those ones that, at times, become inevitable.

The society counts on qualified professionals to draw up precise guidelines on any actions related to the labor area, either through consultations or requests of legal opinions or by advising on diligences or orders in all instances. In the list of services provided are the assistance on Collective Bargaining Agreements, Collective Labor Disputes, Interventions of the Attorney's Office of Labor and audits of the Ministry of Labor, in order to avoid errors and mitigate risks common to the business activity.

ADMINISTRATIVE AND LEGAL LABOR LITIGATION

Concerning the administrative and legal labor litigation the firm stands out for their personalized service, aiming to meet business needs in the most diverse sectors as well as Professional Unions. The law firm seeks to provide excellence in performance and cost reduction by carefully analyzing each case, also promoting the determination of contingent liabilities and assessing labor risks, always keeping a dialog with their clients.

OTHER FIELDS OF PRACTICE

Privileged by its highly qualified multidisciplinary team, **Magalhães & Lobato Sociedade de Advogados** operates in the sectors of Administrative Law - focusing on issues related to Public Servers – Civil, Business and Tax Law, in addition to the predominance of activities in labor law, both in litigation or preventive sphere.

PARTNERS

Eduardo Augusto Lobato, Senior Lawyer; Law degree from Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1973); Special Course in Public Administration – FGV-RJ (1977); Master of Laws from UFMG (1984); J.D. at UFMG (1985); Police Chief – Attaché to the Police General Internal Affairs Department of Minas Gerais (1974/1977); Professor of the Civil Police Academy - MG (1975/1976); Prosecuting Attorney – MP-MG (1978/1980); Judge of Labor in Goiânia-GO, Juiz de Fora-MG, Itajubá-MG and Belo Horizonte-MG (1980/1999); Assistant Professor at Faculdade Salesiana de Direito – Lorena/SP (1986/1987), passed on the Public Exam for Assistant Professor at the Law School of UFMG (1985); Labor Supreme Court Judge at TRT 3rd region, having held the position of President and Member of the Collective Labor Disputes of TRT 3rd region; President and Member of the Central Committee of the Public Exam for Labor Court (2008/2011); Attorney at the TRT 3rd region (2008/2009); Gran-Chancellor of the Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho of TRT 3rd region (2010/2011); Chairman of TRT 3rd region (2010/2011); Director of the Superior Court of Labor (Brasília/DF) (2010/2011); awarded with several Federal and State medals and distinctions.

Ana Elisa Lobato, Senior Lawyer; Law degree from Faculdade de Direito Milton Campos (1994); She has always acted focusing on Labor Law. However, Ana Elisa also has large experience in Administrative Law, providing legal aid before Direct and Indirect Government Offices of the State of Minas Gerais, both in advisory and litigation since 2007.

Roberto Magellan Penna Neto, Full Lawyer; Law degree from Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2009); Specializing in Diplomatic Relations from Faculdade de Direito Milton Campos (2010); Specializing in Administrative Disciplinary Procedure from Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF (2011); Doctorate candidate at Universidade Federal de Buenos Aires – UBA (Argentina).

Túlio César Pereira Machado Martins, Full Lawyer; Law degree from UFMG (2008); Technologist in Management of Public Finances and Government Audit from UEMG (2011); Specializing in Tax Law from PUC-MG (2010); Specializing in External Control and Assessment of Public Management from Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo (2011); Master of Public Law from Universidade FUMEC.

Manzi Advogados

Fundado em 2002, o escritório **Manzi Advogados** atua com destaque nas áreas consultiva e contenciosa de energia, imobiliário, tributário, societário, trabalhista, petróleo e gás, tendo se tornado referência no cenário jurídico nacional pela otimização das práticas corriqueiras dos escritórios de advocacia, por meio da prestação de serviços marcada, sobretudo, pela excelência, compromisso e celeridade, sempre com um atendimento altamente personalizado, de acordo com o perfil e a área de atuação de cada um dos seus clientes.

Como resultado e prova de sua excelência no desenvolvimento de atividades jurídicas, **Manzi Advogados** tem recebido diversos prêmios e reconhecimentos, como os da *Revista Análise*, que todos os anos avalia os escritórios de advocacia mais qualificados na perspectiva de quem contrata, por meio da consulta direta aos diretores jurídicos das 1,5 mil maiores empresas brasileiras.

Em pé (esq»dir)

Dr. Thiago Milet, Dr. Lucas Batista, Dr. Rafael Fazio

Sentados (esq»dir)

Dr. Luciano Malta, Dr. Walter Manzi

Manzi Advogados tem recebido diversos prêmios e reconhecimentos, como os da Revista Análise, que todos os anos avalia os escritórios de advocacia mais qualificados na perspectiva de quem contrata, por meio da consulta direta aos diretores jurídicos das 1,5 mil maiores empresas brasileiras.

Na avaliação da *Revista Análise*, **Manzi Advogados** e seu sócio fundador, Walter Giuseppe Alcantara Manzi, têm sido eleitos, respectivamente, como um dos melhores escritórios e dentre os advogados mais admirados do país todos os anos desde 2007. No ano de 2015, por exemplo, o escritório obteve as seguintes colocações: 1º Lugar (especializado) – Setor econômico de energia elétrica e embalagens; 2º Lugar (especializado) – Setor econômico de alimentos, bebidas e fumo; 3º Lugar (especializado) – Tributário. Além disso, Walter Manzi obteve pessoalmente as seguintes indicações: 1º Lugar (especializado) – Setor econômico de alimentos, bebidas e fumo; 2º Lugar (especializado) – Setor econômico de energia elétrica; 3º Lugar (especializado) – Tributário; 3º Lugar (especializado) – Setor econômico de construção e engenharia.

Com sede em Pernambuco, o escritório também realiza atendimento nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Alagoas, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal (Brasília). Possui ainda correspondentes em diversas cidades brasileiras. Em todas as localidades onde atua, mantém elevado padrão de qualidade na prestação de serviços advocatícios.

Dentre os diferenciais de **Manzi Advogados**, são exemplos: cultura preventiva; profissionais com sólida formação acadêmica, obtida em instituições de reputação nacional e internacional; criatividade na construção de soluções legais, com abordagem integrada e multidisciplinar dos ramos jurídicos; contato direto entre os clientes e os sócios; infraestrutura moderna, com ampla utilização dos diversos recursos tecnológicos disponíveis ao exercício da advocacia, de maneira a propiciar dinamismo e eficiência na busca pelos resultados almejados; atendimento personalizado, com intenso envolvimento e dedicação às causas de seus clientes.

FIGURAM ATUALMENTE COMO PRINCIPAIS SÓCIOS DE MANZI ADVOGADOS:

Walter Giuseppe Alcantara Manzi, diplomado pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Especialista em Direito da Energia Elétrica pela Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro; Ex-Julgador Tributário substituto no Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo – TIT/SP; Ex-Conselheiro Substituto no Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, atual CARF; Ex-Membro do Conselho de Contribuintes do Município do Recife – PE; Professor Convidado da disciplina de Planejamento Tributário da Pós-Graduação em Administração Financeira da Universidade de Pernambuco – UPE e do Curso de Planejamento Tributário da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/Contábeis; Ex-Professor da disciplina de Tributação das Operações Imobiliárias da Pós-Graduação em Direito Imobiliário da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/FDR.

Luciano Malta Cabral, diplomado pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Pernambuco, membro da Comissão de Direito do Trabalho da OAB/PE, especializado na advocacia trabalhista, na qual atua há aproximadamente 20 (vinte) anos, notadamente na defesa dos interesses de empresas dos mais diversos ramos de atividade.

Lucas L. Feitosa Batista, diplomado pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET, pós-graduado em Direito Marítimo, Aduaneiro e Portuário pela UNIVALI / Faculdade Maurício de Nassau, MBA de Gestão Tributária pela FIPECAFI (FEA/USP), advogado com atuação nas áreas consultiva e contenciosa do Direito Tributário e do Direito da Energia Elétrica.

Rafael Fazio Malta, diplomado pela Faculdade Integrada do Recife, pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET, LLM em Direito Societário INSPER/SP, LLM em International Commercial Law, University of Califórnia – Davis School of Law, advogado com atuação nas áreas de Direito Contratual e Societário.

Thiago José Milet Cavalcanti Ferreira, diplomado pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Procurador do Município do Ipojuca, Legal Law Master em Direito Corporativo pelo IBMEC, advogado com atuação nas áreas consultiva e contenciosa do Direito Tributário, Petróleo e Gás.

Manzi Advogados

Manzi Advogados has received several awards and recognitions, such as the Revista Análise, which each year evaluates the most qualified law firms from the perspective of those hiring them, through direct consultation with legal directors of the 1500 largest Brazilian companies.

Founded in 2002, law firm **Manzi Advogados** operates prominently in consulting and litigation areas of energy, real estate, tax, corporate, labor, oil and gas, becoming a reference in the national legal scenario for the optimization of everyday practices of law firms, by providing services, particularly known for their excellence, commitment and speed, always with a highly personalized service, according to the profile and the area of expertise of each of its customers.

As a result and proof of their excellence in the development of legal activities, **Manzi Advogados** has received several awards and recognitions, such as the Revista Análise, which each year evaluates the most qualified law firms from the perspective of those hiring them, through direct consultation with legal directors of the 1500 largest Brazilian companies.

According to the assessment of *Revista Análise*, **Manzi Advogados** and their founding partner, Walter Giuseppe Manzi Alcantara, have been elected respectively as one of the best firms and among the most admired lawyers in the country every year since 2007 In 2015, for example, the firms was granted the following positions: 1st place (specialized) – Economic sector of electric energy and packaging; 2nd place (specialized) – Economic Sector of food, beverages and tobacco; 3rd place (specialized) – Tax. In addition, Walter Manzi has personally been awarded as follows: 1st place (specialized) – Economic Sector of food, beverages and tobacco; 2nd place (specialized) – Economic sector of electric energy; 3rd place (specialized) – Tax; 3rd place (specialized) – Economic sector of construction and engineering.

Headquartered in Pernambuco, the firm also operates in the States of Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Alagoas, São Paulo, Rio de Janeiro and Distrito Federal (Brasília). They have correspondents in several Brazilian cities. In all locations where they operate, the firm maintains high quality standards in the provision of legal services.

Among **Manzi Advogados** differentials, we can mention: preventive culture; professionals with strong academic background, obtained in national and international reputation institutions; creativity in the creation of legal solutions with integrated and multidisciplinary approach to legal branches; direct contact with customers and partners; modern infrastructure, with extensive use of various technological resources available to the practice of law in order to provide dynamism and efficiency in the search for the desired results; personalized service, with intense involvement and dedication to the causes of their clients.

CURRENTLY THE MAIN PARTNERS AT MANZI ADVOGADOS ARE:

Walter Giuseppe Alcantara Manzi, graduated from Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Post-graduate certificate in Energy Law from Universidade Cândido Mendes, in Rio de Janeiro; former deputy tax judge at Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo – TIT/SP; former deputy counselor at the Taxpayers Committee of the Ministry of Finance, currently CARF; Former member of the Taxpayers Committe of the Municipality of Recife, PE. Invited professor of Tax Planning for the post-graduate program in Financial Administration of Universidade de Pernambuco – UPE and the Tax Planning program of Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/Contábeis. Former professor of Real Estate Operation Tax at the post-graduate program in Estate Law at Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/FDR.

Luciano Malta Cabral, graduated from Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, post-graduate certificate in Civil Procedural Law from Universidade Federal de Pernambuco, member of the Labor Law Committee of OAB/PE, specializing in labor law, area in which he has been working for about 20 years, notably in the defense of interests of companies from various fields of activity.

Lucas L. Feitosa Batista, graduated from Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, post-graduate certificate in Tax Law from Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET, post-graduate degree in Maritime Law, Customs and Port by UNIVALI / Faculdade Maurício de Nassau, MBA in Tax Management at FIPECAFI (FEA/USP), lawyer acting in the consulting and litigation areas of Tax Law and Energy Law.

Rafael Fazio Malta, graduated from Faculdade Integrada do Recife, post-graduate certificate in Tax Law from Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET, LLM in Corporate Law from INSPER/SP, LLM in International Commercial Law, University of California – Davis School of Law, lawyer acting in Contract and Corporate Laws.

Thiago José Milet Cavalcanti Ferreira, graduated from Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Attorney of the municipality of Ipojuca, Legal Law Master in Corporate Law from IBMEC, lawyer acting in the consulting and litigation areas of Tax Law, Oil and Gas.

Marcelo Leonardo Advogados Associados

Fundado em 1949 pelo Prof. Jair Leonardo Lopes, o escritório conta hoje com três gerações de advogados criminalistas altamente especializados em Direito Penal e Processual Penal. O foco de atuação nos últimos anos concentrou-se no chamado Direito Penal Econômico ou Direito Penal Empresarial. A equipe é formada por profissionais com especialização, mestrado e doutorado na área, sendo que o Prof. Marcelo Leonardo foi o Chefe do Departamento de Direito e Processo Penal da Faculdade de Direito da UFMG durante os últimos 08 anos, instituição na qual Jair Leonardo Lopes é Professor Emérito de Direito Penal.

Os membros da equipe são profissionais respeitados, além de grandes lideranças da advocacia. Jair Leonardo Lopes foi Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais de 1987 a 1990, enquanto Marcelo Leonardo comandou a entidade de 1998 a 2003. A terceira geração, liderada por Sérgio Leonardo, também já dá sua contribuição à instituição, tendo sido Conselheiro Seccional Efetivo e Diretor do Departamento de Comunicação na gestão 2010-2012 e, atualmente, faz parte da Diretoria da OAB-MG como Secretário-Geral Adjunto da entidade para a gestão 2013-2015.

(esq»dir)

Dr. Marcelo Leonardo, Dr. Sérgio Leonardo

O sólido alicerce acadêmico, a vasta experiência prática e as inestimáveis capacidades de liderança e de relacionamento dos advogados, tornaram a banca um dos Escritórios de Advocacia Mais Admirados do Brasil em Direito Penal.

Jair Leonardo Lopes participou da Comissão de Juristas do Ministério da Justiça que fez a Reforma da Parte Geral do Código Penal em 1984 e Marcelo Leonardo fez parte da Comissão de Juristas do Senado Federal que trabalhou no anteprojeto de Reforma do Código Penal em 2011-2012.

O sólido alicerce acadêmico, a vasta experiência prática e as inestimáveis capacidades de liderança e de relacionamento dos advogados, tornaram a banca um dos Escritórios de Advocacia Mais Admirados do Brasil em Direito Penal, conforme publicação do *Anuário Análise Advocacia 500* de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, sendo que em 2013 e 2014 a banca figurou em 1º lugar entre os escritórios especializados nesta área.

A paixão pelo exercício da advocacia criminal é a marca dos profissionais que fazem parte da equipe de **Marcelo Leonardo Advogados Associados**. Uma sociedade de advogados que defendem a liberdade – um dos bens mais preciosos da humanidade – fazendo valer efetivamente em favor de seus clientes as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

DIREITO PENAL ECONÔMICO OU DIREITO PENAL EMPRESARIAL

O escritório presta serviços exclusivamente na área criminal, primando pelos mais altos padrões de qualidade no exercício da advocacia. A equipe de advogados criminalistas de **Marcelo Leonardo Advogados Associados** atua, há mais de seis décadas, nas chamadas áreas "clássicas" do Direito Penal, como os crimes contra a pessoa, os crimes contra o patrimônio e os crimes contra a honra. Ao longo dos anos, os profissionais passaram a lidar diariamente com processos relacionados a crimes contra a administração pública, crimes contra a organização do trabalho, crimes nas licitações, crimes de trânsito, crimes eleitorais, crimes por meio eletrônico e extradições.

Nas últimas três décadas a equipe de **Marcelo Leonardo Advogados Associados** notabilizou-se por destacada atuação na esfera do Direito Penal Econômico – também tratado nos meios empresariais como Direito Penal Empresarial – o que conferiu aos profissionais do escritório expertise na defesa de: Crimes contra o sistema financeiro; Crimes contra o mercado de capitais; Crimes contra a ordem tributária; Crimes previdenciários; Crimes contra a ordem econômica, concorrenciais e contra a economia popular; Crimes ambientais; Crimes de lavagem de capitais; Crimes contra a propriedade intelectual; Crimes contra a propriedade industrial; Crimes societários; Crimes falimentares.

UNIDADES E EQUIPE

O escritório tem unidades em São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, que são totalmente interligadas em virtude de um robusto investimento em tecnologia da informação feito nos últimos anos, possibilitando interação e troca de experiência permanente entre as equipes. A sinergia de todos os advogados possibilita a unidade indispensável à conservação e ao aprimoramento do padrão de atuação do escritório em nível nacional.

A banca **Marcelo Leonardo Advogados Associados** é formada pelos seguintes advogados criminalistas: Jair Leonardo Lopes, Marcelo Leonardo, Sérgio Leonardo, Vânia Leonardo, Rogério Leonardo, Carolina Leonardo, Cristiane Leonardo, Claudio Abbatepaulo, Rodrigo Martins, Márcio Gesteira Palma, Carolina Oliveira, Jussara Lacerda, Francisco Porto, Paula Lemos de Carvalho, Amanda Constantino Gonçalves e Marcelo de Siqueira Zerbini.

MISSÃO

Exercer a advocacia com ética, dedicação e profissionalismo, patrocinando os interesses dos clientes com competência e seriedade. Agir com humildade e firmeza, serenidade e independência, respeitando as pessoas e as instituições, para prestar serviços advocatícios com excelência, superando as expectativas dos clientes e conquistando respeito, admiração e credibilidade perante a comunidade.

Marcelo Leonardo Advogados Associados

The solid academic foundation, the vast practical experience and invaluable leadership skills and relationship of the lawyers, have turned the firm into one of the Most Admired Law Firms in Criminal Law in Brazil.

Founded in 1949 by Prof. Jair Leonardo Lopes, the law firm now has three generations of criminal lawyers highly specialized in Criminal Law and Criminal Procedure. In the past years it's operations have focused on the so-called Economic Criminal Law or Corporate Criminal Law. The team is built by professionals with specialization, Master and Doctorate degrees in this area, and Prof. Marcelo Leonardo was Head of Law and Criminal Processes at UFMG Law School for the past 8 years, an institution where Jair Leonardo Lopes is Professor Emeritus of Criminal Law.

The team members are respected professionals, besides great leaders in the practice of law. Jair Leonardo Lopes was President of Ordem dos Advogados do Brasil, Minas Gerais chapter, from 1987 to 1990, while Marcelo Leonardo ran the entity from 1998 to 2003. The third generation, led by Sérgio Leonardo, is already contributing with the institution: he is Permanent Counselor of the chapter and Director of the Communication Dept. in the 2010-2012 term and is currently member of the board of OAB-MG as Deputy Secretary General in the 2013-2015 term.

Jair Leonardo Lopes has participated of the Committee of Jurists of the Ministry of Justice, which was in charge of the Reform of the Criminal Code General Part in 1984 and Marcelo Leonardo participated of the Committee of Jurists of the Senate, which worked in the draft of the Criminal Code Reform in 2011-2012.

The solid academic foundation, the vast practical experience and invaluable leadership skills and relationship of the lawyers, have turned the firm into one of the Most Admired Law Firms in Criminal Law in Brazil, as published by *Análise Advocacia 500 Yearbook* of 2007, 2008, 2009 , 2010, 2011 and 2012, in which the firm ranked #1 in 2013 and 2014 among firms specialized in this area.

Passion for practice in criminal law is the hallmark of professionals integrating **Marcelo Leonardo Advogados Associados**' team. A society of lawyers defending freedom – one of humankind's most precious gifts – effectively making constitutional guarantees of adversary proceedings and extensive defense work.

ECONOMIC CRIMINAL LAW OR BUSINESS CRIMINAL LAW

The firm provides services exclusively in the criminal area, striving for the highest quality standards in the practice of law. The team of criminal lawyers of **Marcelo Leonardo Advogados Associados** has been operating for more than six decades in the so-called "classic" areas of Criminal Law, such as crimes against the person, crimes against property and crimes against honor. Over the years , the professionals started to deal daily with cases related to crimes against the public administration, crimes against the labor organization, bids crimes, traffic crimes, electoral crimes, crimes through electronic means and extraditions.

In the last three decades **Marcelo Leonardo Advogados Associados**' team has become renowned for its outstanding work in the sphere of Economic Criminal Law – also treated in the business as Corporate Criminal Law – which gave the firm's professionals expertise in defending: Crimes against the financial system; Crimes against capital market; Crimes against tax order; Social security crimes; Crimes against the economic order, antitrust crimes and against the public economy; Environmental crimes; Money laundering crimes Crimes against intellectual property; crimes against property; corporate crimes; bankruptcy crimes.

UNITS AND STAFF

The firm has units in São Paulo, Brasília and Belo Horizonte, which are fully interconnected due to a robust investment in information technology made in recent years, enabling interaction and permanent exchange of experience between the teams. The synergy of all attorneys allows the necessary unity for the preservation and improvement of performance standard of the firm nationwide.

Marcelo Leonardo Advogados Associados is formed by the following criminal lawyers: Jair Leonardo Lopes, Marcelo Leonardo, Sérgio Leonardo, Vânia Leonardo, Rogério Leonardo, Carolina Leonardo, Cristiane Leonardo, Claudio Abbatepaulo, Rodrigo Martins, Márcio Gesteira Palma, Carolina Oliveira, Jussara Lacerda, Francisco Porto, Paula Lemos de Carvalho, Amanda Constantino Gonçalves and Marcelo de Siqueira Zerbini.

MISSION

To provide the practice of law with ethics, dedication and professionalism, competently and seriously supporting clients' interest. To act with humbleness and strictness, serenity and independence, respecting people and institutions, so to provide legal services with excellence, exceeding clients' expectations and getting respect, admiration and credibility before the community.

Advocacia Mariz de Oliveira

Ao conseguirem o relaxamento da prisão de um carregador autônomo do Mercado Municipal acusado do furto de uma saca de arroz, os sócios do escritório acompanharam o cliente nas lágrimas. Estávamos em fins da década de 1970, época em que delitos punidos com prisão não admitiam fiança.

O caso emblemático foi um dos primeiros patrocinados por Antônio Claudio Mariz de Oliveira, até hoje titular do escritório, e o desembargador Alberto Viégas Mariz de Oliveira, e ilustra bem o comprometimento com a defesa da liberdade que acompanharia o escritório ao longo de sua exitosa trajetória.

UM NOVO PERFIL PARA A ADVOCACIA CRIMINAL

Hoje o escritório ostenta mais de 45 anos e continua sustentado pela crença na inviolabilidade do Direito de Defesa, independentemente da acusação. Sua atuação, no entanto, vai muito além do crime tal como registrado no imaginário coletivo, os casos trágicos, violentos e passionais.

Nos dias que correm, falar em advocacia criminal é muito mais. É, sobretudo, ter consciência de que, diante da complexidade da sociedade, não há relação pessoal ou profissional que não esteja sujeita ao envolvimento em procedimentos de natureza penal. Antes resolvidas em âmbito administrativo, inúmeras condutas tornaram-se crimes – de um momento para outro um cidadão pode-se envolver em um acidente de trânsito com vítimas; um empresário pode ser acusado de ferir normas de proteção aos consumidores, à ordem tributária, à ordem econômica, ao sistema financeiro, ao meio ambiente; um médico ou um enfermeiro pode ter sua conduta em um tratamento questionada criminalmente. E assim por diante.

(esq»dir)

Dra. Regina Maria Bueno de Godoy, Dra. Jessica Natenzon Kattan, Dra. Renata Castello Branco Mariz de Oliveira, Dr. Newton de Souza Pavan, Dr. Sérgio Eduardo Mendonça de Alvarenga, Dr. Fausto Latuf Silveira, Dra. Paola Zanelato, Dr. Antônio Claudio Mariz de Oliveira,Dr. Jorge Urbani Salomão, Dra. Ângela Castello Branco Mariz de Oliveira, Dr. Felipe Salum Zak Zak, Dr. Fábio Castello Branco Mariz de Oliveira, Dr. George Victor Roberto da Silva

A atuação dos sócios é dividida conforme as preferências pessoais na defesa de determinadas modalidades delituosas, das inclinações subjetivas pelo estudo acadêmico.

Nesse contexto, a atuação do advogado criminal na seara preventiva vem ganhando espaço, embora ainda pouco conhecida. O apoio às vítimas de crimes é outra face pouco divulgada da advocacia criminal. O profissional pode atuar na provocação das autoridades responsáveis pela investigação, além de atuar como assistente do Ministério Público.

Antônio Claudio Mariz de Oliveira, advogado criminalista militante há mais de 45 anos, mestre em direito processual pela Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); combativo e atuante, reúne em sua experiência a participação à frente da OAB em diferentes gestões, tendo sido eleito Presidente da Seccional Paulista por duas vezes; o exercício dos cargos de Secretário Estadual de Justiça e de Segurança Pública. Manifesta-se constantemente na imprensa a respeito das grandes questões relacionadas ao âmbito profissional jurídico e outras correlatas, em sintonia com a concepção da advocacia como mais que uma simples profissão, verdadeiro múnus social.

CONTRA O "ESPETÁCULO DO CRIME"

Sobre sua experiência na ação penal 470, o processo do mensalão, em que atuou como advogado de defesa de ré que terminou absolvida, diz que embora tenha sido novidade o destaque conferido ao julgamento pela mídia, o enfoque das notícias, porém, se manteve inalterado: *"O cidadão vê o direito de defesa como um aliado da impunidade, imagem reforçada pela má imprensa."*

Diante de julgamentos de uma maneira geral, a sociedade não fica inerte e nem apática. Reage, em regra, aplaudindo condenações e criticando absolvições, trabalhando com a expectativa de culpa e não de inocência.

SOBRE A IMAGEM PÚBLICA DA ADVOCACIA

O conceito público da profissão oscila conforme o momento histórico vivido. Em tempos ditatoriais, a voz do advogado incomoda os detentores do poder. É paradigmática a perseguição de Napoleão aos advogados, a quem desejava que perdessem a língua. Anteriormente, durante a Revolução Francesa, muitos advogados tiveram o mesmo destino que seus clientes, a guilhotina. Durante a ditadura do Estado Novo, não foram poucos aqueles que defendendo no Tribunal de Segurança Nacional, tiveram suas prisões decretadas.

Em tempos de "mensalão", falar em direito de defesa no Brasil passou a significar falar em impunidade. Como se todos os defeitos da classe política brasileira e todas as imperfeições do sistema político brasileiro pudessem ser resolvidos com a condenação sumária de todos os acusados. Na opinião de Mariz, toda a mágoa e raiva da população foram canalizadas para essas condenações, de modo infantil.

"Na atualidadea figura do advogado criminal sofre incompreensão."

Confundido com o cliente, rotulado como defensor do crime, o advogado criminal não é visto como representante dos direitos constitucionais e processuais de todo acusado, direitos que uma vez afastados, abrem precedente apto a vitimar qualquer cidadão, inocente ou culpado.

SÓCIOS

A atuação dos sócios é dividida conforme as preferências pessoais na defesa de determinadas modalidades delituosas, das inclinações subjetivas pelo estudo acadêmico, ou ainda conforme a participação em entidades de classe. Em comum, a paixão pela advocacia criminal. Todos são vocacionados. Demonstração inequívoca dessa paixão e vocação é o longo tempo em que a maioria dos membros integra a equipe, formando um grupo coeso e experiente.

Renata Castello Branco Mariz de Oliveira, membro da equipe há 23 anos.

Paola Zanelato, membro da equipe há 23 anos.

Sérgio Eduardo Mendonça de Alvarenga, membro da equipe há 22 anos.

Rodrigo Senzi Ribeiro de Mendonça, membro da equipe há 21 anos.

Ângela Castello Branco Mariz de Oliveira Mendonça de Alvarenga, membro da equipe há 15 anos.

Newton de Souza Pavan, membro da equipe há 15 anos.

Fausto Latuf Silveira, membro da equipe há 12 anos.

Fábio Castello Branco Mariz de Oliveira, membro da equipe há 9 anos.

Jorge Urbani Salomão, membro da equipe há 4 anos.

Regina Maria Bueno de Godoy, membro da equipe há 4 anos.

ADVOGADOS NÃO SÓCIOS

George Victor Roberto da Silva, membro da equipe há 4 anos.

Jéssica Natenzon Kattan, membro da equipe há 6 meses.

Felipe Salum ZakZak, membro da equipe há 2 anos.

Advocacia Mariz de Oliveira

The partners role is divided in terms of personal preferences in the defense of certain criminal modalities, subjective bias on academic studies.

By obtaining the imprisonment release of an independent carrier at the Municipal Market, charged of stealing a bag of rice, the Firm's partners followed the client in tears. We were in the late 70s, a time in which offenses punished with imprisonment wouldn't allow bail.

The emblematic case was one of the first defended by Antônio Claudio Mariz de Oliveira, who is still the Firm's holder, and court of appeals judge Alberto Viégas Mariz de Olivera, and depicts the commitment in defending freedom that would follow the Firm throughout its successful path.

A NEW PROFILE IN CRIMINAL LAW

The Firm has over 45 years existence and is still supported by the belief in the inviolability of the Right of Defense, no matter what charges. It's operation, however, extends beyond crime as recorded in the collective imaginary, tragic, violent and passionate cases.

In current days, speaking of Criminal Law means a lot more. Above all, it's about being conscious that, in facing society's complexity, there is no personal or professional relationship that is not subject to be involved in criminal nature proceedings. Previously solved on an administrative scope, various conducts have become crimes – in a few seconds, a citizen involved in a traffic accident with victims; a businessman charged to violate consumer protection rights, or tax order, economic order, financial system, the environment; a physician or a health care provider having his or her conduct criminally put in question. And so on.

In this context, the role of the criminal lawyer in the preventive field has been increasing, though still known little. Support of crime victims is another little known face of criminal law. The professional can act defying authorities responsible for the investigation, besides acting as an assistant to the Prosecutor's Office.

Antônio Claudio Mariz de Oliveira, Criminal attorney for over 45 years, Master in Procedural Law from Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); militant and active, in his experience he gathers the participation ahead of OAB in different terms, having been elected President of the São Paulo Chapter twice, and the functions of the State Secretary of Justice and State Secretary of Public Security. He constantly manifests himself in the press about big issues related to the legal profession scope and other related issues, in line with the conception of law as more than just a profession, a truly social duty.

AGAINST THE "CRIME SHOW"

On his experience in criminal prosecution 470, the "mensalão" lawsuit, in which he acted as defense lawyer for a defendant who turned out to be acquitted, he says that, although the prominence given to the trial by the media was new, the focus of the news, nevertheless, has remained unchanged: *"The citizen sees the defense right as an ally to impunity, an image reinforced by bad press."* In general, society is not inert nor apathetic before trials. As a rule, society applauds condemnations and criticizes acquittals, expecting guilt rather than innocence.

ON THE PUBLIC IMAGE OF LAWYERS

The public concept on this profession varies according to the historical moment. In dictatorial times, the lawyers' voice fidgets the holders of power. Napoleon's persecution after lawyers – whom he wished their tongues lost – is paradigmatic. Previously, during the French Revolution, many lawyers have had the same fate as its clients: the guillotine. During the dictatorship of the *Estado Novo*, not few were those, defending the National Security Court, who had their arrest ordered.

To speak of rights of defense in Brazil in times of "mensalão" has become the same as speaking of impunity. As if all the defects of the Brazilian political class and all imperfections of the Brazilian political system could be solved with the summary conviction of all the defendants. In Mariz's opinion, all the population's pain and anger were childishly channeled to these convictions.

"Currently, the criminal lawyer's role is misunderstood."

Confused with the client, labeled as defender of the crime, the criminal lawyer is not seen as representative of the constitutional and procedural rights of every defendant, rights that, once removed, open precedents able to victimize any citizen, whether innocent or guilty.

PARTNERS

The partners role is divided in terms of personal preferences in the defense of certain criminal modalities, subjective bias on academic studies or even according to their participation in professional associations. In common is their passion for Criminal Law. All got the calling. Unequivocal demonstration of their passion and vocation is the long time most members have been part of the team, forming a cohesive and experienced group.

Renata Castello Branco Mariz de Oliveira, member of the team for 23 years.

Paola Zanelato, member of the team for 23 years.

Sérgio Eduardo Mendonça de Alvarenga, member of the team for 22 years

Rodrigo Senzi Ribeiro de Mendonça, member of the team for 21 years

Ângela Castello Branco Mariz de Oliveira Mendonça de Alvarenga, member of the team for 15 years.

Newton de Souza Pavan, member of the team for 15 years.

Fausto Latuf Silveira, member of the team for 12 years.

Fábio Castello Branco Mariz de Oliveira, member of the team for 9 years.

Jorge Urbani Salomão, member of the team for 4 years.

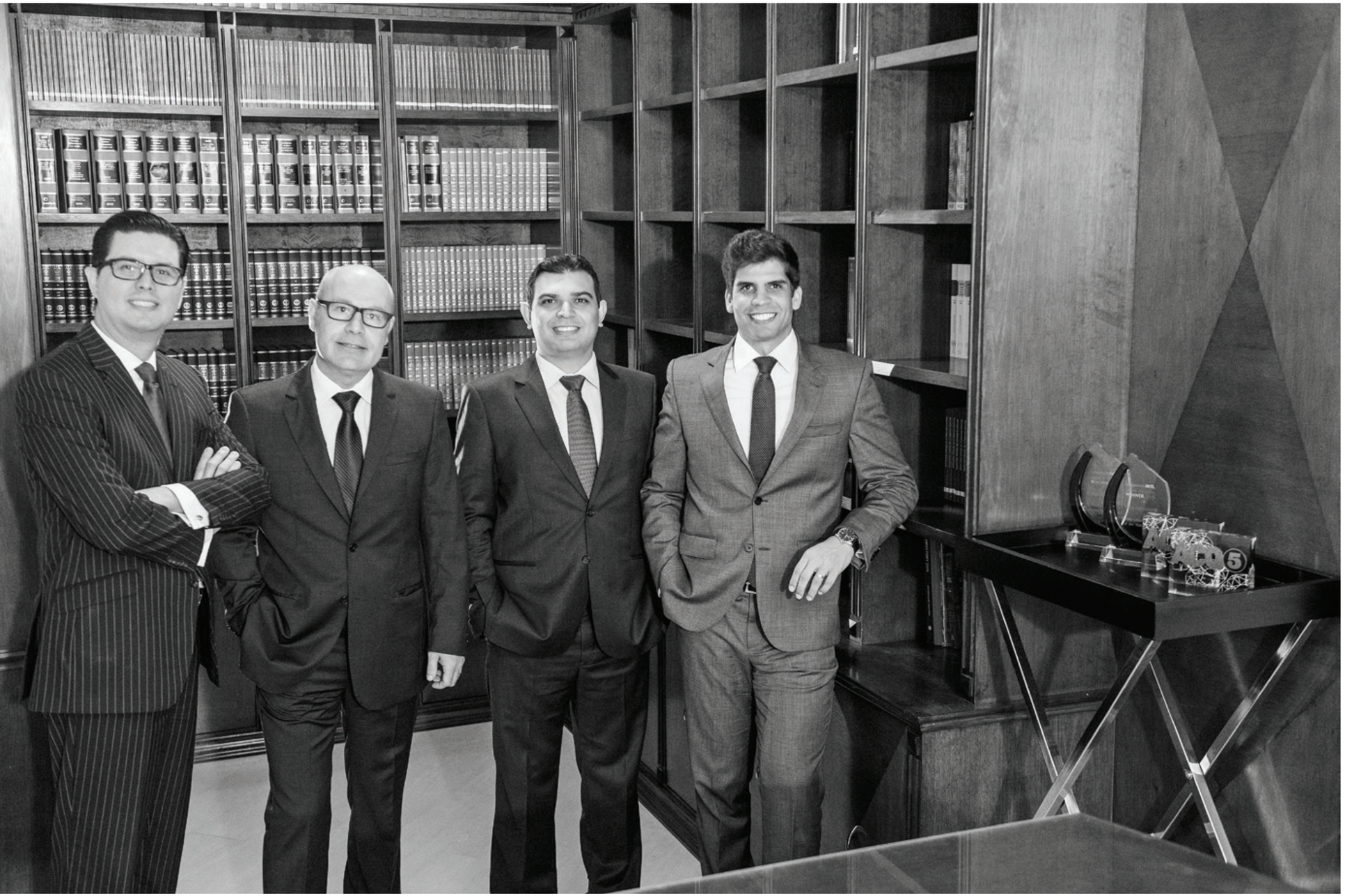
Regina Maria Bueno de Godoy, member of the team for 4 years.

NON-PARTNER LAWYERS

George Victor Roberto da Silva, member of the team for 4 years.

Jéssica Natenzon Kattan, member of the team for 6 months.

Felipe Salum Zak Zak, member of the team for 2 years.



PSQA Advogados Pereira dos Santos, Quadros & Advogados

PSQA Advogados é uma banca de advocacia estruturada no modelo boutique, com atuação nas áreas de *Family Office & Private Banking*, Fusões & Aquisições, Infraestrutura e Contencioso Estratégico.

Fundada em 2001 e com escritórios em São Paulo e Curitiba, **PSQA Advogados** assessora famílias de alta renda, empresas, *family offices* e instituições nacionais e internacionais na gestão de patrimônio, estruturação de investimentos, governança corporativa e planejamento sucessório.

O foco está centrado no relacionamento pessoal, estratégico e de longo prazo com os clientes. Com esse objetivo, os sócios participam ativamente do planejamento, implantação e desenvolvimento dos projetos e na assessoria legal dos negócios, compondo regularmente conselhos de administração e conselhos estratégicos.

Na área de *Family Office & Private Banking*, **PSQA Advogados** assessora famílias e grupos empresariais na estruturação jurídica, estratégica e organizada de seu patrimônio e empreendimentos, implantação de governança corporativa e orientação legal no gerenciamento de riquezas e riscos relacionados a investimentos no Brasil e no Exterior. Com freqüência, os serviços são realizados em parceria com fundos de investimento, *private bankings* e *family offices*.

(esq»dir)

Dr. Sandro W. Pereira dos Santos, Dr. Alexandre Quadros, Dr. Said Fattah, Dr. Samuel Guiraud

A PSQA Advogados é membro representante do Brasil na Law Europe International, uma rede internacional de escritórios de advocacia, presente em mais de 30 países e que congrega conjuntamente quase 2.000 advogados em todo o mundo.

PSQA Advogados atua também ativamente em processos de fusão e aquisição de empresas, realizando *due diligences*, desenvolvendo a modelagem societária, fiscal e regulatória de operações tanto para o comprador (*buy side*), quanto para o vendedor (*sell side*). O escritório acumula também ampla experiência em reestruturações corporativas, *joint ventures* e investimentos diretos no Brasil e no Exterior.

A prática na área de infraestrutura abrange atuação de destaque em licitações e contratos nacionais e internacionais nos segmentos de óleo e gás, saneamento e energia, aliando a formação de estruturas contratuais e societárias complexas com o escopo dos respectivos projetos.

A área de contencioso estratégico é especialmente comprometida com a resposta combativa e eficiente às demandas dos clientes. Atende questões litigiosas de vulto e complexidade, envolvendo empresas nacionais e estrangeiras.

A **PSQA Advogados** é membro representante do Brasil na *Law Europe International*, uma rede internacional de escritórios de advocacia, presente em mais de 30 países e que congrega conjuntamente quase 2.000 advogados em todo o mundo.

EQUIPE

Sandro W. Pereira dos Santos, Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, com especialização em Direito Tributário e Processual Tributário pela mesma universidade. Foi professor do curso de pós-gradução em Direito Tributário da PUC-PR. Membro da International Fiscal Association-IFA, International Bar Association-IBA, Academia Brasileira de Direito Financeiro-ABDF. Atua como membro de Conselhos de Administração e Conselhos Estratégicos de grupos familiares brasileiros. Possui mais de 15 anos de experiência em operações de reestruturação corporativa e patrimonial, fusões & aquisições, *family office advisory* e projetos de investimento no Brasil e no Exterior. É sócio sênior de **PSQA Advogados**.

Alexandre Hellender de Quadros, Graduado pela Universidade Federal do Paraná, com especializações em Direito Administrativo e Direito do Trabalho. Mestre em Direito Empresarial. Conselheiro Estadual, Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais e membro da Câmara de Direitos e Prerrogativas da OAB-PR. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Professor de Direito Constitucional, Processo Constitucional e Direito Desportivo em cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Positivo, Escola Superior da Advocacia do Paraná e de São Paulo e no Centro Universitário Curitiba. Possui mais de 15 anos de experiência em infraestrutura e contencioso estratégico, atuando em projetos de alta complexidade. É sócio sênior de **PSQA Advogados**.

Said Mahmoud Abdul Fattah Junior, Graduado pela Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande-MS. Atuou como Assessor do Ministério Público do Paraná. Pós-Graduado em Direito Ambiental pela PUC-PR. Foi membro da Comissão de Direito Eletrônico da OAB-PR. Cursou pós-graduação na FGVLaw-SP em Fusões e Aquisições, Reorganizações Societárias e Tributação das Estruturas e dos Negócios Societários. Atua como Procurador Geral do STJD de Ciclismo. Possui mais de 10 anos de experiência em operações de reestruturação corporativa e patrimonial, fusões & aquisições e *family office advisory*. É sócio de **PSQA Advogados**.

Samuel Batista Guiraud, Graduado pela Faculdade de Direito de Curitiba-PR. Cursou pós-graduação na FGVLaw-SP em Mercado de Capitais, Infraestrutura e Reestruturação e Recuperação de Empresas. Membro da Câmara de Comércio Brasil-EUA. Possui mais de 10 anos de experiência em consultoria em infraestrutura, mercado de capitais e contencioso estratégico. É sócio de **PSQA Advogados**.

Milena Maslowski Ciccarino, Graduada pela Faculdade de Direito de Curitiba. Possui mais de 15 anos de experiência em infraestrutura e consultoria estratégica envolvendo contratos e operações complexas. É associada de **PSQA Advogados**.

Letícia de Carvalho Vianna Zorzi, Graduada pelo Centro Universitário Curitiba. É Pós-graduanda em Direito Civil e Direito Empresarial pela PUC-PR. Possui experiência em consultoria e contencioso estratégicos. É associada de **PSQA Advogados**.

Anthony de Andrade Caldas, Graduado pela Universidade de Mogi das Cruzes. Possui mais de 10 anos de experiência em consultoria e contencioso estratégicos. É associado de **PSQA Advogados**.

PSQA Advogados Pereira dos Santos, Quadros & Advogados

PSQA Advogados is representative member of Brazil in Law Europe International, an international network of law firms, present in more than 30 countries bringing together nearly 2,000 lawyers worldwide.

PSQA Advogados is a law firm structured on the boutique model, operating in Familly Office & Private Banking, Mergers and Acquisitions, Infrastructure and Strategic Litigation.

Founded in 2001 and with branches in São Paulo and Curitiba, **PSQA Advogados** assists high-income families, companies, family offices and national and international institutions in wealth management, investment structuring, corporate governance and succession planning.

The focus is on the personal, strategic and long-term customer relationships. To this end, the partners actively participate in planning, implementation and project development and legal advisory of businesses, regularly participating of boards of directors and strategic advice.

In the area of Family Office & Private Banking, **PSQA Advogados** assists families and business groups in legal , strategic and organized structuring of their assets and enterprises, corporate governance implementation and legal advice in wealth management and risks related to investments in Brazil and abroad. Often, services are provided in partnership with investment funds, family offices and private banking organizations.

PSQA Advogados also works actively in mergers and acquisition of companies, conducting due diligence, developing the corporate, fiscal and regulatory model of operations for both the buy side, and the sell side. The firm also accumulated extensive experience in corporate restructuring, joint ventures and direct investments in Brazil and abroad.

Our practice in the area of infrastructure includes featured acting in national and international tenders and contracts in the fields of oil and gas, sanitation and energy, combining the formation of complex contractual and corporate structures with scope of their projects.

The strategic litigation is especially committed to fighting and efficient response to clients' demands. We serve major and complex litigation issues involving domestic and foreign companies.

PSQA Advogados is the representative member of Brazil in Law Europe International, an international network of law firms, present in more than 30 countries bringing together nearly 2,000 lawyers worldwide.

STAFF

Sandro W. Pereira dos Santos, Graduated degree from Pontificia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, gradute in Tax and Tax Procedure Law from the same university. He was professor of Tax Law in the post-graduate program of PUC-PR. Member of International Fiscal Association-IFA, International Bar Association-IBA, Academia Brasileira de Direito Financeiro-ABDF. Sandro acts as member of the Board of Directors and Strategic Councils of Brazilian family businesses. He has over 15 years experience in corporate and assets restructuring, mergers and acquisitions, family office advisory and investment projects in Brazil and abroad. He is senior partner of **PSQA Advogados**.

Alexandre Hellender de Quadros, Graduated degree from Universidade Federal do Paraná, graduate in Administrative and Labor Law. Master of Business Law. State member, Chairman of the Constitutional Studies Committee and member of the Chamber of Rights and Prerogatives of OAB-PR. Member of the Instituto dos Advogados do Paraná. Professor of Constitutional Law, Constitutional Procedure and Sports Law in undergraduate and graduate programs at Universidade Positivo, Escola Superior da Advocacia do Paraná and São Paulo and at Centro Universitário Curitiba. He has over 15 years experience in infrastructure and strategic litigation, working on high complexity projects. He is senior partner of **PSQA Advogados**.

Said Mahmoud Abdul Fattah Junior, Graduated degree from Universidade Católica Dom Bosco, in Campo Grande-MS. He worked as Assistant Judge at the Attorney's Office of Paraná. Graduate in Environmental Law from PUC-PR. He was member of the Committee of Electronic Law of OAB-PR. He studied Mergers and Acquisitions, Corporate Reorganization and Taxation of Structures and Corporations at the graduate program of FGVLaw-SP Said works as Attorney General of STJD of Cycling. He has over 10 years experience in corporate and assets restructuring, mergers and acquisitions and family office advisory. He is partner of **PSQA Advogados**.

Samuel Batista Guiraud, Graduated degree from Faculdade de Direito de Curitiba-PR. Graduate in Capital Market, Infrastructure and Reorganization from FGVLaw-SP. Member of the Chamber of Commerce Brazil-USA. He has more than 10 years experience in infrastructure advisory, capital market and strategic litigation. He is partner of **PSQA Advogados**.

Milena Maslowski Ciccarino, Graduated degree from Faculdade de Direito de Curitiba. She has over 15 years experience in infrastructure and strategic litigation, working with complex contracts and operations. She is member of **PSQA Advogados**.

Letícia de Carvalho Vianna Zorzi, Graduated degree from Centro Universitário Curitiba. Graduate candidate in Civil and Corporate Law at PUC-PR. She is experienced in strategic advisory and litigation. She is member of **PSQA Advogados**.

Anthony de Andrade Caldas, Graduated degree from Universidade de Mogi das Cruzes. He has more than 10 years experience in strategic advisory and litigation. He is member of **PSQA Advogados**.

Peter Filho & Sodré Advogados Associados

Com sede em Vitória/ES e atuação em toda a região sudeste, **Peter Filho & Sodré Advogados Associados** vem se consolidando como uma importante referência na área criminal.

Formado por advogados qualificados academicamente e com experiência acumulada no decorrer de atuações em casos de repercussão e complexidade, **Peter Filho & Sodré Advogados Associados** vem gradativamente atraindo atenções por conta de seu estilo na advocacia: alta especialização da equipe, gestão estratégica do escritório, estrutura física de ponta, monitoramento constante da eficiência nos serviços e, sobretudo, o zelo pela proximidade com cada cliente. Tanto assim que há a garantia de atuação de, ao menos, um dos sócios em cada uma das demandas patrocinadas pela banca, como forma de assegurar uma condução homogênea e de resultados previamente planejados. Num contexto de tantos riscos, como se dá no âmbito do processo penal, a discussão detalhada dos casos e a análise das particularidades ganha especial relevo, sobretudo quando se está lidando com um bem tão valioso: a liberdade.

(esq»dir)

Dr. Filipe Knaak Sodré, Dr. Jovacy Peter Filho, Dr. Daniel Costa Ladeira, Dr. Aluízio Chaves Sueth Junior, Dr. Cássio Rebouças de Moraes

Peter Filho & Sodré Advogados Associados é hoje um verdadeiro representante da advocacia moderna, jovem, ágil, conectada às dinâmicas sociais e de seus reflexos no mundo jurídico.

Como marca comum entre os advogados do escritório está a paixão pelas ciências criminais, o que se reflete em sua vocação para as mais variadas áreas do direito penal, passando pela atuação em face dos crimes econômicos (tributários, previdenciários, ambientais, contra o sistema financeiro nacional, lavagem de capitais, contra as relações de consumo, falimentares, dentre outros ramos), de crimes contra a honra, contra a administração pública, bem como daqueles delitos julgados pelo Tribunal do Júri. A abrangência da atuação da banca, portanto, inicia-se no acompanhamento de inquéritos policiais, procedimentos criminais diversos, comissões parlamentares de inquérito e ações penais, estendendo-se – com forte presença – às Cortes Superiores (STJ e STF).

Peter Filho & Sodré Advogados Associados é hoje um verdadeiro representante da advocacia moderna, jovem, ágil, conectada às dinâmicas sociais e de seus reflexos no mundo jurídico. Nesse contexto, a excelência no atendimento e a alta performance na condução dos serviços tornam-se uma marca do escritório. Seus sócios são constantemente convidados para colaborar em eventos da seara criminal e demonstram, com isso, potencial tanto para atuação no contencioso quanto na esfera consultiva.

Inclusive, uma das áreas cuja atuação vem crescendo dentro do escritório é a de criminal compliance, mediante a formatação de projetos junto a empresas visando à minimização dos riscos criminais de suas atividades. Imersos no cenário de maximização do paradigma do risco, a banca já está atenta para a prestação de serviços que ofereçam maior segurança aos seus clientes e os permita gerenciar inúmeras situações que, se analisadas a partir do prisma técnico, podem reduzir ou até extinguir tais riscos comuns à atividade.

O escritório foi fundado pelos sócios Jovacy Peter Filho e Filipe Knaak Sodré, quando os dois somaram forças e experiências anteriores em torno do projeto de uma advocacia criminal especializada e de elevada qualidade. Mais recentemente a sociedade cresceu com o ingresso do sócio Cássio Rebouças de Moraes, igualmente um vocacionado e respeitado criminalista.

Jovacy Peter Filho foi o idealizador do escritório. Tão logo concluiu sua graduação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) ingressou no Programa de Mestrado em Direito Penal e Criminologia da Universidade de São Paulo (USP). Durante os estudos em São Paulo, teve passagem por importantes escritórios criminais, onde destaca o período no escritório do Dr. Roberto Podval como determinante para sua posterior trajetória na advocacia. Já Mestre em Direito Penal pela USP, o jovem advogado decide retornar para Vitória/ES e iniciar sua advocacia em solo capixaba. Trouxe consigo a marca característica das grandes e bem sucedidas bancas de advocacia: trabalho, devoção pela advocacia e uma obsessão por qualidade. É também professor de direito penal na Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), além de Vice-Presidente da Academia Brasileira de Direitos Humanos (ABDH) e Membro cofundador do Instituto Capixaba de Criminologia e Estudos Penais (ICCEP).

Filipe Knaak Sodré é mestrando em ciências criminológico-forenses na Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (Buenos Aires – ARG) e Presidente do Instituto Capixaba de Criminologia e Estudos Penais (ICCEP). Atualmente exerce a função de membro da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB/ES. Autor do livro "O Direito Penal e a Vingança do Leopardo", publicado pela Núria Fabris Editora.

Cássio Rebouças de Moraes é pós-graduado em Direito Penal Econômico e Europeu pelo convênio firmado entre a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal) e o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCCrim). Membro e cofundador do Instituto Capixaba de Criminologia e Estudos Penais (ICCEP). Associado do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim). Atualmente integra a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB/ES.

Daniel Costa Ladeira é bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e Pós-Graduando em Direito Penal pelo Complexo Educacional Damásio.

Aluízio Chaves Sueth Junior é bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim (FDCI).

Peter Filho & Sodré Advogados Associados

Peter Filho & Sodré Advogados Associados is now a true representative of modern law, young, agile, connected to social dynamics and their impact in the legal world.

Headquartered in Vitória/ES and operating in all the southeast region, **Peter Filho & Sodré Advogados Associados** has consolidated as an important reference in the criminal area.

Formed by academically qualified lawyers with experience accumulated in the course of their activity in cases of impact and complexity, **Peter Filho & Sodré Advogados Associados** has been gradually attracting attention on account of its law practice style: highly specialized team, strategic management of the firm, state of the art physical structure, ongoing monitoring of efficiency in services and, above all, the care for the proximity with each client. There is even a guarantee of performance of, at least, one of the partners in each of the firm's lawsuits, so as to ensure a homogeneous guidance and previously planned results. In a context with so many risks as in the criminal proceedings context, detailed discussion of the cases and the analysis of their particularities gain particular importance, mainly when dealing with such a valuable asset: freedom.

As a common signature among the firm's lawyers is the passion for criminal sciences, which is reflected in their vocation to the most varied areas of criminal law, passing through operation before economic crimes (tax, social security, environmental, against the national financial system, money laundering, against the consumer relations, insolvency, among other branches), crimes against honor, against the public administration, as well as those offenses tried by Jury. The scope of the firm's activity, therefore, starts with the follow-up to police investigations, various criminal proceedings, parliamentary inquiry committees and criminal lawsuits, extending, with strong presence, to the Higher Courts (STJ and STF).

Peter Filho & Sodré Advogados Associados is now a true representative of modern law, young, agile, connected to social dynamics and their impact in the legal world. In this context, excellence and high performance in the service they provide became the firm's brand. Their partners are constantly invited to collaborate on events amidst the criminal area, thus showing potential both for acting in litigation and advisory spheres.

By the way, one of the areas that have been growing at the law firm is criminal compliance, through the implementation of projects with companies seeking to minimize the criminal risks of their operations. Involved by a risk paradigm maximization scenario, the firm is already attentive to services providing greater security for their clients and that allow them to manage countless situations that, if analyzed from the technical standpoint, can reduce or even extinguish such risks common to the activity.

The law firm was founded by partners Jovacy Peter Filho and Filipe Knaak Sodré, when both totaled forces and previous experiences around the project of specialized and high quality criminal law practice. More recently, the organization has grown when Cássio Rebouças de Moraes, also a focused and respected criminal lawyer, joined the firm.

Jovacy Peter Filho was the brainchild of the firm. As soon as he finished his graduation at the Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), he started his Masters of Criminal Law and Criminology at Universidade de São Paulo (USP). During his studies in São Paulo, he worked at prominent criminal law firms, in which the period working at Roberto Podval's law firm is a highlight, since it was determinant for his subsequent trajectory in the practice of law. Already a Master in Criminal Law by USP, the young lawyer decides to return to Vitória/ES and open his own firm locally. He brought the hallmark of large and successful law firms: work, devotion to law and an obsession with quality. He is also a professor of criminal law at Faculdade de Direito de Vitória (FDV) and Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). He is also Vice President of the Academia Brasileira de Direitos Humanos (ABDH) and member and cofounder of Instituto Capixaba de Estudos Criminais (ICEC).

Filipe Knaak Sodré is a Master candidate of Forensic and Criminology Sciences at Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (Buenos Aires – ARG) and President of Instituto Capixaba de Criminologia e Estudos Penais (ICCEP). He currently carries out the function of member of the Criminal and Penitentiary Policy Committee of OAB/ES. Author of the book "O Direito Penal e a Vingança do Leopardo", published by Núria Fabris Editora.

Cássio Rebouças de Moraes is a graduate in European and Economic Criminal Law by an agreement signed between Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal) and Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCCrim) . Member and cofounder of Instituto Capixaba de Criminologia e Estudos Penais (ICCEP). Member of Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim). Currently he integrates the Human Rights Committee and the Criminal and Penitentiary Policy Committee of OAB/ES.

Daniel Costa Ladeira holds a law degree from Faculdade de Direito de Vitória (FDV) and is post-graduate candidate in Criminal Law by Complexo Educacional Damásio.

Aluízio Chaves Sueth Junior holds a Law degree from Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim (FDCI).

Rocha Marinho E Sales Advogados

Fundado em Fortaleza, Ceará, o **Rocha, Marinho E Sales Advogados** fundamenta a metodologia do seu trabalho na divisão de três estruturas distintas, porém correlacionadas: questões jurídicas estratégicas, gestão de contenciosos de larga escala e prevenção de litígios.

Com foco na advocacia artesanal e corporativa, possui estrutura capilarizada em todo o território nacional, possibilitando atender os interesses de seus contratantes de forma célere, ética e eficaz.

Destaca-se por sua atuação em defesa dos interesses de instituições financeiras, seguradoras, operadoras de saúde suplementar e empresas do ramo de construção civil, telecomunicações, varejo e serviços.

O forte investimento em tecnologia, com aquisição de sistemas de gerenciamento de processos e hospedagem de banco de dados em servidores próprios, proporciona segurança e controle das informações aos seus contratantes.

(esq»dir)

Dr. Caio Cesar Rocha, Dr. Wilson Sales Belchior, Dr. Anastacio Marinho, Dra. Deborah Sales, Dr. Tiago Asfor Rocha

Destaca-se por sua atuação em defesa dos interesses de instituições financeiras, seguradoras, operadoras de saúde suplementar e empresas do ramo de construção civil, telecomunicações, varejo e serviços.

pela Universidade de Fortaleza (Unifor). É Auditor-Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), tendo já exercido a Vice-Presidência no biênio 2012/2014, funcionando como Auditor do Tribunal Pleno desde 2006. Participou da Comissão de Juristas do Senado Federal responsável pela elaboração da Nova Lei de Arbitragem e Mediação. É Presidente do Tribunal de Disciplina da CONMEBOL. Foi Membro da Comissão de Estudos Constitucionais e da Comissão de Relações Internacionais do Conselho Federal da OAB, da Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos do Conselho Nacional do Esporte, da Subcomissão de Relatoria da Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos e da Câmara de Resolução de Disputas (Dispute Resolution Chamber) da FIFA. É Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP).

Deborah Sales – Mestre e Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Assessora de Desembargador do TJ Ceará,de agosto/1996 a junho/1998; março/1999 a setembro/2000 e de setembro/2000 a abril/2004. Professora da Faculdade de Direito da UFC de 1996 a 2010; Subchefe do Departamento de Direito Público e Vice-Coordenadora do Curso de Direito da mesma faculdade, de 2004 a 2006. Membro Efetivo do Instituto Cearense de Estudos Tributários, ICET. Membro Efetivo do Instituto Cearense de Direito Administrativo, ICDA. Coordenadora do Curso de Especialização em Direito do Estado e Processo do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFC, de 2007 a 2008.

Tiago Asfor Rocha – Pós-Doutor/Visiting Scholar na Columbia Law School (New York); Doutor em Direito Processual pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Participou da Comissão de Juristas do Senado Federal responsável pela elaboração do Anteprojeto de Novo Código Comercial e da Comissão de Juristas junto à Câmara dos Deputados responsável pela elaboração do Projeto do Novo Código Comercial. Foi Presidente da Comissão de Estudos Processuais da OAB/CE. É Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual e Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Professor de cursos de Pós-Graduação em disciplinas relacionadas ao direito processual e empresarial.

Wilson Sales Belchior – Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Estadual do Ceará. Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Membro da Comissão Nacional de Sociedades de Advogados do Conselho Federal da OAB (triênio 2010-2012); Presidente da Comissão de Sociedades de Advogados da OAB-PB, (triênio 2010-2012); Defensor Dativo do Tribunal de Ética e Disciplina e da Comissão de Ética e Disciplina da OAB-PB (triênio 2010-2012); Conselheiro Federal da OAB (triênio 2013-2015); Vice-presidente da Comissão Nacional de Advocacia Corporativa do CFOAB (triênio 2013-2015); Presidente da Comissão de Estudo para fixação do piso salarial da OAB-PB (triênio 2013-2015).

SÓCIOS

Anastacio Marinho – Doutorando em Direito Público e Processos de Integração União Europeia e Mercosul pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha; Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Advogado da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH, de 1994 a 1995. Procurador do Estado do Ceará desde 1995; Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do Estado do Ceará, de 1995 a 2002; Procurador-Assistente do Procurador-Geral do Estado do Ceará, de 2002 a 2003. Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará na classe de Jurista, 1º Biênio (2005/2007) e 2º Biênio (2008/2010).

Caio Cesar Rocha – Pós-Doutor/Visiting Scholar na Columbia Law School (New York); Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Bacharel em Direito

Rocha Marinho E Sales Advogados

It stands out for its work in defending the interests of financial institutions, insurance companies, health insurance providers and companies in the construction sector, telecommunications, retail and services.

Founded in Fortaleza, Ceará, **Rocha, Marinho E Sales Advogados** grounds its work methodology on three distinct structures, though related to each other: strategic legal issues, large scale litigation management and prevention.

Focusing on small-scale and corporate law, the firm has capillarized structure throughout the national territory, enabling to serve the interests of its contractors swiftly, ethically and effectively.

It stands out for its work in defending the interests of financial institutions, insurance companies, health insurance providers and companies in the construction sector, telecommunications, retail and services.

The strong investment in technology by acquiring management processes and database hosting systems in their own servers, provides security and control of information to its contractors.

PARTNERS

Anastacio Marinho – J.D. candidate in Public Law and European Union and Mercosur Process Integration at the University of Santiago de Compostela, Spain; Law degree from Universidade Federal do Ceará (UFC). Lawyer of Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará - COGERH, from 1994 to 1995. Attorney General of the State of Ceará since 1995; Chief of Office for the General Attorney of the State of Ceará from 1995 to 2002; Assistant Prosecutor of the General Attorney of the State of Ceará from 2002 to 2003. Justice of Tribunal Regional Eleitoral do Ceará in the Jurist class, 1st biennium (2005/2007) and 2nd biennium (2008/2010).

Caio Cesar Rocha – Post-Doctorate/Visiting Scholar at Columbia Law School (New York); J.D. from the University of São Paulo (USP); Master of Laws Universidade Federal do Ceará (UFC); Law degree from Universidade de Fortaleza (Unifor). Auditor-President of the Superior Court of Sports Justice (STJD), and he was VP in the 2012/2014 biennium, working as Auditor of the Full Bench since 2006. Caio has taken part of the Committee of Jurists of the Senate, in charge of developing the new Law of Arbitration and Mediation. He is President of the Court of Discipline of CONMEBOL. He was a member of the Constitutional Studies Committee and the Committee of International Relations of the Federal Council of OAB, of the Committee on Sports Legal Studies of the National Council of Sports, of the Rapporteur Subcommittee of the Sports Legal Studies Committee and the Dispute Resolution Chamber of FIFA. Member of Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP).

Deborah Sales – Master and Bachelor of Laws from Universidade Federal do Ceará (UFC). Assistant to the Judge of TJ Ceará from August 1996 to June 1998; March 1999 to September 2000 and September 2000 to April 2004. Professor at the UFC Law School from 1996 to 2010; subordinate chief of the Public Law Department and deputy coordinator of the Law course at the same university, from 2004 to 2006. Permanent member of Instituto Cearense de Estudos Tributários, ICET. Permanent member of Instituto Cearense de Direito Administrativo, ICDA. Coordinator of the graduate course in State Law and Procedures at the Public Law Department of UFC Law School from 2007 to 2008.

Tiago Asfor Rocha – Post-Doctorate/Visiting Scholar at Columbia Law School (New York); J.D. in Procedural Law from the University of São Paulo (USP); Master and Bachelor of Laws from Universidade Federal do Ceará (UFC). Tiago has been part of the Committee of Jurists at the Federal Senate, responsible for creating the Bill of the New Commercial Code and of the Committee of Jurists at the House of Representatives in charge for developing the Bill for the New Commercial Code. He was President of the Procedural Studies Committee of OAB/CE. Member of Instituto Brasileiro de Direito Processual and of Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Graduate studies professor in subjects related to procedural and corporate law.

Wilson Sales Belchior – Post-graduate certificate in Civil Procedural Law from Universidade Estadual do Ceará. Bachelor of Laws from Universidade de Fortaleza (Unifor). Member of the National Committee of Lawyers Society of the Federal Council of OAB (2010-2012); President of the Committee of Lawyers Society of OAB-PB, (2010-2012); Assigned Defender of the Court of Ethics and Discipline and of the Commission of Ethics and Discipline of OAB-PB (2010-2012); Federal Counselor of OAB (2013/2015), Vice-president of the National Committee of Corporate Law Practice of CFOAB (2013/2015); President of the Commission of Studies for setting the minimum wage of OAB-PB (2013-2015).

Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados

O escritório **Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados** iniciou suas atividades no ano de 2007, quando Juliana Miranda Rojas, vindo do universo jurídico corporativo, vislumbrou uma carência no mercado empresarial de um escritório que oferecesse um serviço personalizado e de qualidade.

No ano de 2009 chegou ao escritório o advogado Alexandre Parra de Siqueira. A reunião dos talentos e vivências nas áreas do Direito Tributário e do Direito do Trabalho impulsionou **Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados** a uma nova fase.

Alguns anos passados, o sucesso da trajetória indicou que as essências primárias de atuação poderiam e deveriam ser ampliadas. O escritório passou então a oferecer assessoria *full service* no âmbito do Direito Empresarial, abarcando toda a problemática e as necessidades intrínsecas que envolvem a estrutura de uma empresa.

(esq»dir)

Dr. José Adriano Cassimiro Soares, Dr. Alexandre Parra de Siqueira, Dr. Andrews Meira Pereira, Dr. Alex Alves da Silva, Dra. Juliana Miranda Rojas de Siqueira

Uma estrutura totalmente voltada à busca da qualidade na prestação do serviço, com profissionais altamente gabaritados, que por sua vez atingem a obtenção de resultado eficaz e rápido à demanda apresentada.

Com a contratação de profissionais especializados nas demais áreas do direito, o escritório estava pronto para o desenvolvimento de uma tecnologia em administração de gestão jurídica que pode ser resumida na eficácia da prestação de serviços e nos bons resultados auferidos pelos seus clientes.

Tendo o Direito Empresarial como foco e o Direito Tributário e Direito do Trabalho como ponto de partida, hoje **Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados** presta serviços de consultoria jurídica empresarial especializada em Direito Administrativo, Comercial Empresarial, Contencioso Cível e Empresarial, Energia, Família e Sucessões, Imobiliário, Societário, Trabalhista, Tributário, Penal Empresarial e Propriedade Intelectual.

Na seara do Direito Administrativo, o trabalho vai desde a assessoria em processos de licitação e procedimentos administrativos, até a atuação no contencioso administrativo.

Estratégico para o ambiente empresarial, o Direito Tributário recebe grande atenção por parte da equipe de **Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados**, cuja experiência abrange desde o aspecto fiscal preventivo, com aplicação de métodos de revisão fiscal e classificação fiscal, bem como o contencioso, junto aos tribunais administrativos e a todas as instâncias do Poder Judiciário.

No importantíssimo ramo do Direito do Trabalho Empresarial, além do âmbito contencioso, **Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados** oferece consultoria preventiva, com elaboração de pareceres versando sobre os mais diversos aspectos da legislação, com expertise para avaliação dos riscos trabalhistas inerentes às operações de cada cliente. Realiza auditorias e reestruturações de departamentos de recursos humanos no intuito de minimizar custos operacionais e riscos de demandas judiciais e autuações do Ministério do Trabalho.

Outra área em que o escritório se destaca é o Direito Imobiliário, em que oferece elaboração do instrumental jurídico que envolve as operações, sejam elas decorrentes de atos societários ou não. O trabalho encerra ainda a regularização de documentação imobiliária e o suporte na estruturação de empreendimentos das mais diferentes naturezas, como incorporações, loteamentos, parcelamentos, shoppings centers, flat services, condomínios e clubes.

Seara em grande expansão nos últimos anos, em razão da criminalização de condutas antes reguladas administrativamente, o Direito Penal Empresarial é outro ponto forte do escritório, que promove orientação e defesa de clientes em inquéritos policiais e/ou processos criminais decorrentes de acusações de sonegação fiscal, evasão de divisas, lavagem de dinheiro, acidentes de trabalho, crimes contra o meio ambiente, contra a ordem econômica, contra as relações de consumo, violação de direito autoral e de marcas e patentes, concorrência desleal, além da orientação e defesa dos interesses dos clientes vítimas de fraudes corporativas.

LOCALIZAÇÃO

O escritório possui sede na cidade de Guarulhos-SP, além de contar com um escritório de apoio em Brasília-DF. Com essa estrutura os serviços do escritório abrangem os principais eixos jurídicos do território nacional, maximizando o atendimento aos interesses dos clientes.

META

Atender seus clientes de forma exclusiva e personalizada, em uma estrutura totalmente voltada à busca da qualidade na prestação do serviço, com profissionais altamente gabaritados, que por sua vez atingem a obtenção de resultado eficaz e rápido à demanda apresentada. A meta do escritório é o êxito dos clientes.

SÓCIOS

Alexandre Parra de Siqueira, bacharel em Direito pela Universidade Guarulhos 2000, MBA em Gestão Tributária pela FIPECAF, Membro da Academia Brasileira de Direito Tributário – ABDT, Professor em Processo Tributário na Escola Superior da Advocacia – ESA, Membro da Comissão de Direito Tributário da OAB, Assessor da Presidência da Subseção da OAB-Guarulhos, Diretor Jurídico da Associação dos Empresários de Cumbica – ASEC, coordenador Adjunto do Departamento Jurídico da Regional do Ciesp/Fiesp, Membro da Junta de Recursos Fiscais do Município de Guarulhos-SP, Membro do Comitê Gestor de Incentivos Fiscais da Secretária de Desenvolvimento Econômico do Município de Guarulhos-SP, autor de diversos artigos em revistas especializadas.

Juliana Miranda Rojas de Siqueira, bacharel em Direito pela Universidade Guarulhos 2000, pós-graduada em Direito do Trabalho pela Escola Paulista de Direito, pós-graduanda em Direito Empresarial pela escola Paulista de Direito, Membro da Comissão do Direito do Trabalho da OAB-Subseção Guarulhos, autora de diversos artigos para revistas especializadas.

Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados

In a totally focused structure aiming to pursue quality in providing the service, with highly skilled professionals, which in turn achieve an effective and fast result to the demands presented.

The **Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados** firm began operations in 2007, when Juliana Miranda Rojas, from the corporate legal world, saw a lack in the business market of a law firm that would offer personalized service and quality.

In 2009, lawyer Alexandre Parra de Siqueira joined the firm. The combination of talents and experiences in Tax Law and Labor Law boosted **Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados** into a new phase.

Some years later, the successful trajectory pointed out that primary operation essences could and should be broadened. Therefore the firm began to provide full service in Corporate Law, covering all the problems and the intrinsic needs that involve the structure of a company.

By hiring specialized professionals in other areas of law, the firm was ready for the development of a technology in legal management, that can be summarized in the effectiveness of service provision and good results earned by its customers.

Focusing on Corporate Law and having Tax Law and Labor Law as a starting point, today **Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados** provides legal and business consulting services specializing in the following areas of law: Administrative, Corporate, Commercial, Civil and Corporate Litigation, Energy, Family and Succession, Real Estate, Corporate, Labor, Tax, Corporate Criminal and Intellectual Property.

In the area of Administrative Law, work ranges from advising on bidding processes and administrative procedures to acting in administrative litigation.

Strategic to the business environment, Tax Law receives great attention from the staff of **Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados**, whose experience ranges from the preventive fiscal aspect applying methods of tax review and tax classification, as well as litigation, by administrative courts and all levels of the judiciary.

In the very important branch of the Business Labor Law, besides the litigation context, **Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados** offers preventive consulting with preparation of legal opinions on the various aspects of the legislation, with expertise to assess labor risks inherent to each client operations. They conduct audits and restructuring of human resources departments in order to minimize operational costs and risks of lawsuits and deficiency notices of the Ministry of Labor.

Another area where the law firm stands out is the Real Estate Law, providing preparation of legal instruments involving operations, whether due to corporate actions or not. The work also ends the regularization of real estate documentation and the support in structuring projects of the most different natures, such as mergers, division in lots, subdivisions, shopping centers, flat services, condominiums and clubs.

An area booming in recent years due to the criminalization of conduct previously regulated on an administrative basis, Business Criminal Law is another strength of the firm, which promotes guidance and defense of clients in police investigations and/or criminal proceedings arising from allegations of tax fraud, tax evasion, money laundering, industrial accidents, crimes against the environment, against the economy, against consumer relations, violation of copyright and trademarks and patents, unfair competition, as well as advising and defending the interests customer victims of corporate fraud.

LOCATION

The firm is located in the city of Guarulhos, SP, and has a support office in Brasília, DF. With this structure, the firm's services cover the main legal axes of the country, maximizing service to clients' interests.

GOAL

To serve clients in a unique and customized way, in a totally focused structure aiming to pursue quality in providing the service, with highly skilled professionals, which in turn achieve an effective and fast result to the demands presented. The firm's goal is the success of clients.

PARTNERS

Alexandre Parra de Siqueira, Law degree from Universidade Guarulhos 2000, MBA in Tax Management from FIPECAF, Member of Academia Brasileira de Direito Tributário – ABDT, Professor of Tax Law at Escola Superior da Advocacia – ESA, Member of the Tax Law Committee of OAB, Assistant to the president of OAB sub-chapter Guarulhos, Legal Director of Associação dos Empresários de Cumbica – ASEC, Assistant coordinator of the Legal Department of Ciesp/Fiesp regional branch, Member of the Tax Appeals Committee of the municipality of Guarulhos-SP, Member of the Management Committee of Tax Incentives of the Secretary of Economic Development of the municipality of Guarulhos-SP, author of several articles in specialized magazines.

Juliana Miranda Rojas de Siqueira, Law degree from Universidade Guarulhos 2000, graduate certificate in Labor Law from Escola Paulista de Direito, graduate candidate in Business Law at Escola Paulista de Direito, Member of the Labor Law Committee of OAB-sub-chapter Guarulhos, author of several articles in specialized magazines.

Romeu Tuma Sociedade de Advogados

Fundada para ser um diferencial na qualidade da prestação de serviços de advocacia e consultoria jurídica, **Romeu Tuma Sociedade de Advogados** une tradição, vivência e experiência a um perfil arrojado. Com essas características, prima por um atendimento célere, personalizado e diferenciado, construindo uma relação interpessoal e humanizada entre seus profissionais e seus clientes.

GESTÃO DE QUALIDADE

Investindo em capacitação, inovação e aperfeiçoamento constante da equipe, o escritório dispõe das melhores práticas de atuação na busca do resultado almejado pelos clientes.

Dentre as diversas ferramentas de gestão de qualidade destacam-se o Canal SOS, meio que permite acionamento 24 horas de um profissional apto a dar encaminhamento a qualquer demanda de quem procura o escritório no exato momento de sua necessidade; e a absoluta Segurança da Informação, garantida pelo gerenciamento eletrônico de todos os documentos confiados ao escritório ou produzidos pela equipe, possibilitando restrição de acesso a determinados advogados e colaboradores.

MISSÃO

Romeu Tuma Sociedade de Advogados tem como missão a prestação de um serviço de excelência, célere e justo para os clientes, pautando sempre a atuação dos colaboradores em parâmetros éticos, legais e profissionais.

A atuação do escritório deve concorrer para que a Advocacia seja instrumento de Cidadania e de Justiça, contribuindo para que o Estado Democrático de Direito seja respeitado e preservado, garantindo a todos o sagrado direito de defesa e uma Justiça justa.

(esq»dir)

Dra. Danubia Azevedo, Dra. Claudia Montovani, Dr. Romeu Tuma Junior, Dra. Caroline Santos, Dra. Cassia Bartel

A atuação profissional deve se dar nos estritos limites legais, nem aquém, nem além. Agir unindo profissionalismo, eficiência e celeridade é a marca de atuação do escritório.

VALORES

Para **Romeu Tuma Sociedade de Advogados** é imperativo agir com ética sempre, o que pressupõe respeitar o próximo, ainda que parte contrária. O indivíduo é o maior patrimônio do escritório, tratá-lo com integridade e humanidade são princípios basilares da relação interna e externa.

A atuação profissional deve se dar nos estritos limites legais, nem aquém, nem além. Agir unindo profissionalismo, eficiência e celeridade é a marca de atuação do escritório.

O cliente coloca nas mãos do advogado seus problemas e o destino de sua vida, por isso sua satisfação deve ser a razão de existir do escritório.

UM ESCRITÓRIO PARA AS MAIS SOFISTICADAS RELAÇÕES JURÍDICAS DA ATUALIDADE

Tendo como carro chefe a atuação em Direito Penal – do clássico ao Penal Econômico e Empresarial, face à experiência do sócio fundador, Romeu Tuma Junior, Delegado de Polícia aposentado após 35 anos de serviço público, onde ocupou diversos cargos ligados a temas de Segurança Pública e Justiça, como o de Secretário Nacional de Justiça –, o escritório possui um corpo de profissionais preparados para atuar em todas as áreas tradicionais do Direito – Administrativo, Civil e Contratual, Consumidor, Imobiliário, Família e Sucessões, Societário, Trabalhista e Tributário.

Romeu Tuma Sociedade de Advogados também possui experiência em searas jurídicas relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e das comunicações, e às sofisticadas relações delas decorrentes:

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: Assessoria e elaboração de diferentes contratos eletrônicos; de fornecimento de hardwares; de desenvolvimento de soluções, websites, integração de sistemas, operação de outsourcing e acordos de nível de serviço (SLA); licença de uso, depósito de garantia (escrow) de código-fonte, de manutenção, atualização de aplicações e de transferência de tecnologia.

Estruturação de novos negócios; abertura de empresa de tecnologia no Brasil e no exterior.

COMÉRCIO ONLINE: Elaboração de contratos relacionados a e-commerce e internet; elaboração de termos de responsabilidade, termos de confidencialidade e termos de uso; tutela de todos os elementos da propriedade intelectual na internet. Apoio na solução de problemas com consumidores online.

CONCORRÊNCIA DESLEAL – SEGREDOS DE NEGÓCIO: Apoio jurídico no combate à concorrência desleal e no uso não autorizado da marca ou desenho industrial na internet. Consultoria para proteção às informações confidenciais e segredos de negócio. Elaboração de acordos de confidencialidade. Investigação sobre revelações indevidas e aconselhamento sobre formas de repressão.

DIREITO DE IMAGEM NA INTERNET: Defesa judicial para retirada de conteúdos e/ou imagens indevidos veiculados na internet, que violem os direitos da personalidade, bem como a retirada de perfis falsos em redes sociais.

DIREITOS AUTORAIS: Registro perante os órgãos públicos competentes. Medidas de proteção. Consultoria em negociações de direitos autorais e autorização de uso de imagem. Planejamento de ações de combate à pirataria.

COMPLIANCE, GOVERNANÇA E ÉTICA CORPORATIVA: Elaboração, implementação e monitoramento de políticas corporativas voltadas à prevenção e repressão de espionagem, corrupção e lavagem de dinheiro.

DIREITO DO ENTRETENIMENTO E CULTURAL: Assessoria jurídica em atividades culturais e esportivas e na proteção de ativos imateriais. Elaboração e revisão de contratos. Assessoria na utilização dos mecanismos de incentivo fiscal à cultura e ao esporte.

DIREITO IMIGRATÓRIO: Homologação de sentença estrangeira. Pedidos de naturalização e defesas em Retiradas Compulsórias (expulsão, deportação, extradição). Pedidos de vistos, temporário ou permanente. Prorrogação do Prazo de Estada. Prorrogação do visto temporário.

TERCEIRO SETOR: Criação e estruturação de fundações e institutos empresariais. Qualificação de entidades como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Orientação para o melhor aproveitamento de benefícios legais e incentivos fiscais.

Romeu Tuma Sociedade de Advogados

The professional performance should be given within the strict legal limits, not below nor beyond them. To act uniting professionalism, efficiency and speed is the hallmark of our work.

Founded to be different in the provision of quality legal services and legal advice, **Romeu Tuma Sociedade de Advogados** unites tradition, experience and expertise to a bold profile. With these features, the firm prioritizes speedy, personalized and differentiated service, building a humane and interpersonal relationship between its employees and its clients.

QUALITY MANAGEMENT

Investing in training, innovation and constant improvement of staff, the law firm uses the best practices of operation in the pursuit of results desired by clients.

Among the various quality management tools the SOS Channel stands out, a means giving 24-hour access to a professional able to give referrals to any demand of those seeking the firm at the exact moment of their need; and the absolute information security, guaranteed by electronic management of all documents entrusted to the firm or produced by the staff, allowing restricted access to certain lawyers and employees.

MISSION

The mission of **Romeu Tuma Sociedade de Advogados** is to provide excellent, quick and fair service to clients, always guiding their employees' action through ethical, legal and professional standards.

The firm's performance should cooperate so the Law is an instrument of citizenship and justice, contributing for the democratic rule of law to be respected and preserved, ensuring all the sacred right of defense and a fair justice.

VALUES

For **Romeu Tuma Sociedade de Advogados** it is imperative to always act ethically, which presupposes respect to others, even the opposing party. The individual is the firm's greatest asset and treat them with integrity and humanity are fundamental principles of the internal and external relationship.

The professional performance should be given within the strict legal limits, not below nor beyond them. To act uniting professionalism, efficiency and speed is the hallmark of our work.

Clients puts their problems and the fate of their lives in the hands of the lawyer. Therefore their satisfaction should be the *raison d'être* of the firm.

A LAW FIRM FOR THE MOST SOPHISTICATED LEGAL RELATIONS OF TODAY

Having the operation in Criminal Law as their flagship – from Classic to Economic and Business Criminal Law, given the experience of the founding partner, Romeu Tuma Junior, Chief of Police retired after 35 years of public service, where he held several positions related to public safety and justice issues, such as National Secretary of Justice – the firm has a body of professionals prepared to work in all the traditional areas of law – Administrative, Civil and Contracts, Consumer, Real Estate, Family and Successions, Corporate, Labor and Tax.

Romeu Tuma Sociedade de Advogados also has experience in the legal areas related to technological and communications development, and to the sophisticated relationships arising from them:

INFORMATION TECHNOLOGY: Consulting and drafting of different electronic contracts; supply of hardware; development of solutions, websites, systems integration, outsourcing and service level agreements (SLA); license to use, source code escrow, maintenance, applications update and technology transfer.

Structuring of new businesses; technology company opening in Brazil and abroad.

E-COMMERCE: Drafting of contracts related to e-commerce and the Internet; preparation of terms of responsibility, confidentiality terms and terms of use; protection for all elements of intellectual property on the Internet. Support in solving problems with on-line consumers.

UNFAIR COMPETITION – BUSINESS SECRETS: Legal support in combating unfair competition and unauthorized use of the trademark or industrial design on the Internet. Consulting for protection of confidential information and trade secrets. Elaboration of confidentiality agreements. Research on undue revelations and advice on forms of repression.

IMAGE RIGHTS ON THE INTERNET: Legal defense for removal of content and / or improper images appeared on the Internet that violate the rights of personality, and the withdrawal of fake profiles on social networks.

COPYRIGHT: Registration with respective government agencies. Protection measures. Consulting on copyright negotiations and authorization of use of image. Planning of actions against piracy.

COMPLIANCE, GOVERNANCE AND CORPORATE ETHICS: Design, implementation and monitoring of corporate policies for the prevention and suppression of espionage, corruption and money laundering.

ENTERTAINMENT AND CULTURAL RIGHT: Legal advice on cultural and sports activities and protection of intangible assets. Drafting and reviewing of contracts. Advice on the use of mechanisms of tax incentives to culture and sport.

IMMIGRATION LAW: Foreign court approval. Requests for naturalization and defenses on Compulsory Removal (expulsion, deportation, extradition). Applications for visas, either temporary or permanent. Extension of Stay Period. Extension of temporary visa.

THIRD SECTOR: Creating and structuring of foundations and business institutes. Entities qualifying as Public Interest Civil Association Organization (OSCIP). Guidance for better utilization of legal benefits and tax incentives.

Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados

A trajetória de **Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados** teve início em 1981, quando a banca sucedeu o escritório de advocacia do Professor Luiz Correa Fragoso.

Sediado em São Paulo, na Vila Nova Conceição, o escritório atua em diversas outras cidades brasileiras, especialmente em Brasília, Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza.

Além da ética e excelência profissional, o escritório **Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados** tem como característica marcante uma advocacia personalizada ao cliente. O contato direto, a disponibilidade constante, o tratamento cordial somados à elaboração de petições com cuidado artesanal traduzem a vocação da banca, sempre visando à defesa dos interesses do cliente.

Em pé (esq»dir)

Dr. José Emmanuel Burle Filho, Dr. Ricardo De Deo Fragoso, Dr. Rui Celso Reali Fragoso, Dr. José Pedro Silva Costa, Dr. Paulo Rubens Soares Hungria Jr.

Sentados (esq»dir)

Dr. Paula Ferreira Mendonça Cruz, Dra. Marcela De Deo Fragoso, Dra. Denise Ferragi Hungria, Dr. Luís Gustavo Casillo Ghideti

O principal objetivo de Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados é aperfeiçoar sua vocação personalista aos clientes e manter a qualidade e a eficiência conquistadas nestas últimas décadas.

Com o crescimento das atividades, o escritório atualmente presta serviços de Direito Privado e de Direito Público, consultiva e contenciosamente, destacada sua atuação nos Tribunais de Justiça, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

O principal objetivo de **Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados** é aperfeiçoar sua vocação personalista aos clientes e manter a qualidade e a eficiência conquistadas nestas últimas décadas.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Arbitragem; Contratos; Direito Administrativo; Direito Ambiental; Direito do Consumidor; Direito Constitucional; Direito Empresarial; Direito de Família; Direito Imobiliário; Direito da Personalidade; Direito Regulatório; Direito das Sucessões; Direito Urbanístico; Locações; Propriedade Intelectual; Planejamento Sucessório e Patrimonial; Responsabilidade Civil; Sociedades Comerciais.

PROFISSIONAIS

Rui Celso Reali Fragoso. Advogado, graduado pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP; Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (1998/2000); Detentor do "Colar do Mérito Judiciário" (2001); Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção São Paulo (2001/2003); Professor Titular de Direito Comercial das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo, FMU-SP, da qual foi Diretor da Faculdade de Direito (91/93); Professor da Faculdade de Direito da PUC-SP (84/89); Membro das Bancas Examinadoras de Concurso da Magistratura Estadual de São Paulo; e do Ministério Público do Estado de São Paulo; Autor de vários trabalhos jurídicos em revistas especializadas.

José Pedro Silva Costa. Advogado, graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie; Especialista em Direito de Empresa pela Faculdade de Direito PUC-SP (1977); Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito PUC-SP (1978).

José Emmanuel Burle Filho. Advogado, graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, USP; Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (94/96); Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (72/96); Professor Titular de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da UNIMES, desde 1991; Professor Titular de Direito Administrativo na Faculdade Católica de Direito de Santos, desde 1981; Diretor da Faculdade de Administração de Empresas de Santos (83/85) e Vice-Diretor (82/83); Diretor da Escola Paulista do Ministério e do Centro de Estudos do Ministério Público (88/92); atualizador das 17ª a 34ª Edições da obra de Hely Lopes Meirelles, "Direito Administrativo Brasileiro", publicadas a partir 1992; Autor de vários trabalhos jurídicos em revistas especializadas.

Paulo Rubens Soares Hungria Júnior. Advogado, graduado pela Faculdade de Direito da USP; Bacharel em Administração de Empresas pela Associação de Ensino de Itapetininga (1977); Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (2001/2003); Detentor do "Colar do Mérito Judiciário" (2001); Juiz do 2º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, nomeado pelo Quinto Constitucional, Classe dos Advogados (93/01); Procurador do Estado de São Paulo (85/93); Especialista em Direito Processual Civil pela PUC-SP (76); Presidente da Associação dos Advogados de Itapetininga (80/82); Diretor do Centro de Estudos e Debates do 2º TACSP (99/00); Autor de vários trabalhos jurídicos em revistas especializadas.

Denise Ferragi Hungria. Advogada, graduado pela Faculdade de Direito da PUC-SP; Especialista em Direito Processual Civil pela PUC-SP (2005); Mestre em Direito das Relações Sociais, área de Processo Civil, pela PUC-SP (2012).

Luís Gustavo Casillo Ghideti. Advogado, graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Especialista em Direito Administrativo pela Fundação Getúlio Vargas (2010); Mestre em Direito do Estado pela USP (2014).

Marcela De Deo Fragoso. Advogada, graduado pela Faculdade de Direito da PUC-SP; Mestre em Direito Comparado pela Université Panthéon-Assas/Paris-2 (2010); Doutoranda na área de Direito Civil na USP.

Ricardo De Deo Fragoso. Advogado, graduado pela Faculdade de Direito da PUC-SP; Especialista em Direito Processual Civil pela PUC-SP (2015).

Paula Ferreira Mendonça Cruz. Advogada, graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Cursando Especialização em Direito Processual Civil pela PUC-SP.

Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados

The main goal of Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados is to improve its personal vocation to clients and maintain the quality and efficiency conquered in recent decades.

The path of **Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados** began in 1981 when the lwa firm succeeded the firm of Professor Luiz Correa Fragoso.

Headquartered in São Paulo, at Vila Nova Conceição, the firm operates in several other Brazilian cities, especially in Brasilia, Rio de Janeiro, Salvador and Fortaleza.

In addition to the ethical and professional excellence, the firm **Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados** has the remarkable feature of personalized customer service in law. Direct contact, constant availability, cordial treatment coupled with the drafting of petitions carefully crafted translate their vocation, always aiming to defend the client's interests.

With the growth of activities, the Firm currently provides services in Private and Public Law, in advisory and litigation, with distinguished performance in the Courts of Justice, the Superior Court of Justice and the Federal Supreme Court.

The main goal of **Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados** is to improve its personal vocation to clients and maintain the quality and efficiency conquered in recent decades.

FIELDS OF OPERATION

Arbitration; Contracts; Administrative law; Environmental Law; Consumer Law; Constitutional Law; Business Law; Family Law; Real Estate Law; Right of Personality; Regulatory Law; Law of Succession; Urban Law; Leases; Intellectual Property; Succession and Estate Planning; Civil Liability; Corporate.

PROFESSIONALS

Rui Celso Reali Fragoso. Lawyer, law degree from Pontificia Universidade Católica de São Paulo Law School, PUC-SP; President of Instituto dos Advogados de São Paulo (1998/2000); Holder of "Colar do Mérito Judiciário" (2001); Member of Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo chapter (2001/2003); Head Professor of Commercial Law at Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo, FMU-SP, where he was Director at the Law School (91/93); Professor of PUC-SP Law School (84/89); Member of the Examining Board of the State of São Paulo Judiciary; and of the Attorney's Office of the State of São Paulo; author of several legal works in specialized magazines.

José Pedro Silva Costa. Law degree from Universidade Mackenzie Law School; Graduate in Business Law from PUC-SP Law School (1977); Graduate in Tax Law from PUC-SP Law School (1978).

José Emmanuel Burle Filho. Lawyer, law degree from Universidade de São Paulo, USP Law School; General Attorney of the State of São Paulo Attorney's Office (1994/96); Attorney of the State of São Paulo Attorney's Office (1972/96); Head Professor of Administrative Law at UNIMES Law School, since 1991; Head Professor of Administrative Law at Faculdade Católica de Direito de Santos, since 1981; Principal of Faculdade de Administração de Empresas de Santos (1983/85) and Deputy Principal (1982/83); Principal of Escola Paulista do Ministério and Centro de Estudos do Ministério Público (1988/92); updater of 17th to a 34th editions of the work by Hely Lopes Meirelles, "Direito Administrativo Brasileiro", published since 1992; author of several legal works in specialized magazines.

Paulo Rubens Soares Hungria Júnior. Lawyer, graduated from USP Law School; Bachelor degree in Business Administration from Associação de Ensino de Itapetininga (1977); Judge of the Court of Justice of the State of São Paulo (2001/2003); Holder of "Colar do Mérito Judiciário" (2001); Judge of the 2nd Civil Court of São Paulo, nominated by the Constitutional Fifth, Lawyers Class (1993/2001); Attorney of the State of São Paulo (1985/93); Graduate in Civil Procedural Law from PUC-SP (1976); President of Associação dos Advogados de Itapetininga (1980/82); Principal of the Centro de Estudos e Debates of 2º TACSP (1999/2000); author of several legal works in specialized magazines.

Denise Ferragi Hungria. Lawyer, graduated from PUC-SP Law School; Graduate in Civil Procedural Law from PUC-SP (2005); Master in Social Relations Law in the area of Civil Procedure from PUC-SP (2012).

Luís Gustavo Casillo Ghideti. Lawyer, graduated from Universidade Presbiteriana Mackenzie Law School; Graduate in Administrative Law from Fundação Getúlio Vargas (2010); Master of State Law from USP (2014).

Marcela De Deo Fragoso. Lawyer, graduated from PUC-SP Law School; Master in Compared Law from Université Panthéon-Assas/Paris-2 (2010); Doctoral candidate in Civil Law at USP.

Ricardo De Deo Fragoso. Lawyer, graduated from PUC-SP Law School; Graduate in Civil Procedural Law from PUC-SP (2015).

Paula Ferreira Mendonça Cruz. Lawyer, graduated from Universidade Presbiteriana Mackenzie Law School; graduate candidate in Civil Procedural Law at PUC-SP.

Advocacia Sandoval Filho

Advocacia Sandoval Filho é uma sociedade de advogados alimentada desde sempre por um sonho. Um sonho de justiça, que começou a ser trilhado em 1979. A trajetória, no início, gerou muitos desafios e foi desenvolvida por caminhos pedregosos. Poucos confiavam no êxito daquela jornada.

Pouco a pouco, no entanto, o sonho foi ganhando consistência. Afinal, quem se move por um ideal não esmorece diante das pedras no caminho e segue adiante, superando obstáculos com persistência, obstinação, luta e trabalho.

Assim foi com a **Advocacia Sandoval Filho**, cuja trajetória, difícil e acidentada, foi sendo aos poucos coroada de êxito, graças à confiança que centenas de milhares de clientes depositaram no trabalho de sua equipe ao longo de 36 anos de atividades.

Fundador do escritório, o advogado **Antônio Roberto Sandoval Filho**, formado nas lutas pela redemocratização que marcaram o país no final da década de 1970, vislumbrou que o viés do período autoritário deixara o Estado brasileiro arrogante e insensível em relação a seus deveres para com a Justiça e o Direito.

Em pé (esq»dir)

Dr. Cláudio Sérgio Pontes, Dr. Davi Pires Santana, Dra. Suellen Tito Gomes, Adm. Maria Cristina Fleming, Dr. Lucas Cavina Mussi Mortati, Prof. João Beber, Dr. Victor Sandoval Mattar, Dr. Diego Leite Lima Jesuíno, Dra. Maria Rachel Faleiros Sandoval Chaves, Dr. Luis Renato Peres Alves Ferreira Avezum, Dr. Rodnei Machado da Silva, Dr. Messias Tadeu de Oliveira Bento Falleiros

Sentados (esq»dir)

Dra. Carlos José Oliveira Toffoli, Dra. Ana Teresa Magno Sandoval, Dr. Antônio Roberto Sandoval Filho, Dr. Ricardo Falleiros Lebrão

O cuidado com a governança corporativa está no cerne da Advocacia Sandoval Filho. O escritório criou e conta hoje com um Comitê Gestor que faz a gestão completa das suas atividades, assegurando que sejam preservados os valores e princípios que marcam sua história.

União, Estados e municípios descumpriam sem pejo sentenças judiciais definitivas, que atribuíam direitos financeiros a servidores públicos lesados em seus direitos trabalhistas.

Diante da inflação descontrolada que prevalecia à época, o adiamento sucessivo dos pagamentos de precatórios de natureza alimentar, devidos a funcionários públicos, corroíam os valores, restando ao final aos credores parcelas ínfimas em relação à quantia que fora efetivamente definida no momento da sentença.

O servidor público sentia-se frágil diante de entes federativos que insistiam em não lhes pagar o que a Justiça havia definido em sentenças definitivas. O estoque dos precatórios só fazia crescer.

Diante do impasse, Sandoval Filho recorreu a uma medida extrema. Entrou, junto ao Supremo Tribunal Federal, com um pedido de intervenção federal no Estado de São Paulo por conta do descumprimento de sentenças judiciais, do não pagamento dos precatórios alimentares.

O Supremo não acatou o pedido. Mas a repercussão do fato junto à sociedade, ao Congresso Nacional e à imprensa colocaram, de forma definitiva, o tema dos precatórios no centro de debate público. Não era mais possível simplesmente ignorar o assunto.

Mais tarde, novas medidas legais e administrativas foram adotadas. E progressivamente Estados e municípios passaram a ampliar os valores destinados ao pagamento de precatórios, muitas vezes por força de exigências legais.

A situação está longe de ser resolvida. Mas muito já se fez. A **Advocacia Sandoval Filho** venceu milhares de processos, contribuindo para fazer Justiça e, principalmente, contribuindo para que milhares de cidadãos passassem a confiar no Poder Judiciário e nas leis do país.

Se a participação pública da **Advocacia Sandoval Filho** foi expressiva e notável, na área interna os desafios superados não foram de menor monta. O escritório dispõe hoje da mais moderna tecnologia, em termos de produtos, software e serviços à disposição do advogado no país.

Do que mais a equipe da **Advocacia Sandoval Filho** se orgulha, no entanto, é de sua vocação histórica para bem atender o cliente. Trata-se de um valor pétreo da jovem equipe de advogados e profissionais da Advocacia, que está presente desde o início, em 1979. Todos os dias, os advogados recebem dezenas de clientes em área especialmente projetada para isso.

O estímulo ao debate técnico e ao aprimoramento profissional é outro valor da **Advocacia Sandoval Filho**. Um dos meios para promover a qualificação de sua equipe é o "Ciclo de Palestras" – um programa permanente de palestras que visa justamente a debater temas de relevância para a Advocacia e para o país.

O novo auditório da Advocacia é cenário para eventos abertos ao público, dos quais participam personalidades que se destacam em suas áreas de atuação, como economia, administração, marketing e outras.

O cuidado com a governança corporativa está no cerne da **Advocacia Sandoval Filho**. Com o apoio de consultores externos e profissionais internos, o escritório criou e conta hoje com um Comitê Gestor que faz a gestão completa das suas atividades, assegurando que sejam preservados os valores e princípios que marcam sua história.

Antônio Roberto Sandoval Filho – Graduado pela Faculdade de Direito da USP em 1979. Especialista em Direito Constitucional e Direito Processual Civil, em 1982, pela PUC-SP; e em Direito Tributário pela Escola de Administração Fazendária em São Paulo, Instituto Internacional de Direito Público e Empresarial e IBET, em 1983. Especialização em Administração Legal para Advogados na FGV-SP, em 2008.

Foi Conselheiro da OAB-SP (1995 a 1997); Diretor de Benefícios da CAASP (1991 a 1992); integrou a Subcomissão de Defesa do Consumidor da OAB-SP; foi presidente da Comissão de Assistência Judiciária da OAB-SP; integrou o Tribunal de Ética da OAB-SP; foi suplente de Conselheiro da OAB-SP (1993 a 1994); aprovado em concurso para Procurador do Estado de São Paulo e para Procurador do Município de São Paulo em 1981; Diretor do Departamento Jurídico XI de Agosto em 1978; concursado do Banco do Brasil em 1975.

Sustentou oralmente no Supremo Tribunal Federal a proposta de Intervenção Federal no Estado de São Paulo pelo descumprimento de decisões judiciais definitivas que ordenavam o pagamento de precatórios alimentares em 2002.

É membro da AASP e da Comissão Especial de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais da OAB-SP.

Advocacia Sandoval Filho

Care for corporate governance is at the heart of Advocacia Sandoval Filho. The firm created and now has a Management Committee that manages all of its activities, ensuring the values and principles that mark its history are preserved.

The **Advocacia Sandoval Filho** is a law firm that has always been fueled by a dream. A dream of justice, which began to be pursued in 1979. At first, the trajectory brought up many challenges and was developed through stony paths. Few trusted the success of that journey.

Gradually, however, the dream gained consistency. After all, those moving towards an ideal would not falter before stones on the road and would go on, overcoming obstacles with persistence, stubbornness, fight and work.

So it was with **Advocacia Sandoval Filho**, whose difficult and bumpy path gradually turned into success, thanks to the trust that hundreds of thousands of clients have placed in the work of its team over 36 years of activities.

Founder of the law firm, lawyer **Antônio Roberto Sandoval Filho**, educated in the struggle for democratization that marked the country in the late 1970s, saw that the bias of the authoritarian period left the Brazilian State arrogant and insensitive in relation to its duties to the Justice and the Law.

The country, estates and municipalities would shamelessly breach final judgments assigning financial rights to civil servants harmed in their labor rights.

Facing runaway inflation that prevailed at the time, the successive postponement of judgment debts for support owed to civil servants eroded the values, paying creditors tiny installments in relation to the amount that was actually set at the time of judgment.

The public servant felt weak before federal entities, who insisted on not paying them what the Court had defined in judgments. The stock of judgment debts of the government only did grow.

Faced with this impasse, Sandoval Filho resorted to an extreme measure. He filed a claim for federal intervention in the state of São Paulo, at the Federal Supreme Court, due to the failure of judicial decisions for the non-payment of support judgments debts.

The Supreme Court did not accept the claim. But the aftermath of the fact in the society, Congress, and the Press put the issue of judgment debts of the government in the center of public debate once and for all. Simply ignoring it was not possible anymore.

Later, new legal and administrative measures were adopted. And progressively states and municipalities started to enlarge the amounts allocated to the debts, often in accordance with legal requirements.

The situation is far from resolved. But much has been done. **Advocacia Sandoval Filho** won thousands of lawsuits, helping to make justice and, above all, helping thousands of people to begin to trust the judiciary and laws of the country.

If public participation at **Advocacia Sandoval Filho** was significant and remarkable, internally overcoming challenges was not of minor significance. The firm now has the most modern technology in terms of products, software and services available to lawyers in the country.

What **Advocacia Sandoval Filho** team is most proud of, however, it is its historical vocation to serve clients well. It is a core value of the young team of lawyers and professionals of Law, which is present from the beginning in 1979. Every day, the attorneys receive dozens of clients in a specially designed area.

Stimulation of technical debate and professional development is another value of **Advocacia Sandoval Filho**. One way to promote the qualification of their team is the "Cycle of Lectures" – an ongoing program of lectures aimed precisely to discuss important issues for Law practice and the country.

The firm's new auditorium is a setting for events open to the public, with the participation of personalities who excel in their fields, such as economics, management, marketing and others.

Care for corporate governance is at the heart of **Advocacia Sandoval Filho**. With the support of external consultants and internal staff, the firm created and now has a Management Committee that manages all of its activities, ensuring the values and principles that mark its history are preserved.

Antônio Roberto Sandoval Filho – Law degree from USP in 1979. Post-graduate certificate in Constitutional Law and Civil Procedural Law in 1982 from PUC-SP and in Tax Law from Escola de Administração Fazendária em São Paulo, Instituto Internacional de Direito Público e Empresarial and IBET, in 1983. Post-graduate certification in Legal Management for Lawyers from FGV-SP, in 2008.

He was Counselor at OAB-SP (1995 to 1997); Director of Benefits at CAASP (1991 to 1992); he was member of the Subcommittee of Consumer Protection of OAB-SP; he was President of Legal Aid of OAB-SP; was member of the Count of Ethics of OAB-SP; he was substitute Counselor of OAB-SP (1993 to 1994); passed the exams for Sao Paulo State Attorney and Sao Paulo Municipality Attorney in 1981; Director of Legal Department XI de Agosto in 1978; gazetted for Banco do Brasil in 1975.

Oral argument before the Brazilian Supreme Court proposing Federal Intervention in the State of São Paulo for breach of final court decisions that ordered compensation for food vouchers in 2002.

He is member of the Special Committee for Issues Related to Court-ordered Payments Debts of OAB-SP.

Sanson Advogados

REFERÊNCIA NAS ÁREAS TRABALHISTA E SINDICAL

Fundado no ano de 2010, **Sanson Advogados** nasceu da experiência profissional de mais de 15 anos de **Eduardo de Sanson**, que, desde o início de sua carreira, dedicou-se em profundidade ao Direito Trabalhista e Sindical, em todas as suas vertentes.

A fim de proporcionar aos clientes um atendimento mais amplo, **Eduardo de Sanson** uniu-se a **Marcela Teixeira Vieira Machado da Cunha**, profissional com forte atuação em Direito Civil, especialmente nas áreas de contratos e responsabilidade civil. Completou-se, assim, o perfil de **Sanson Advogados**, um escritório altamente especializado nas relações de trabalho e sindical, bem como de consumo empresarial.

O foco principal do **Sanson Advogados** é voltado ao atendimento eficiente, personalizado e de alta qualidade dos clientes no segmento pessoa jurídica.

Dr. Eduardo de Sanson

Sanson Advogados entende que sua reputação profissional é o seu maior patrimônio. Por essa razão, o escritório está inteiramente comprometido com a ética, a moralidade, o profissionalismo e a qualidade.

Sanson Advogados é formado por mais de 20 profissionais com espírito empreendedor e comprometidos com a qualidade, ética e sucesso dos clientes. Em relação à estrutura interna, a equipe está dividida entre as Áreas Trabalhista/Sindical e Cível, cada qual liderada por profissionais de destaque em suas respectivas áreas de atuação.

Em reconhecimento à qualidade dos serviços prestados por seus advogados, **Sanson Advogados**, neste ano, recebeu, na pessoa de seu sócio fundador, **Eduardo de Sanson**, o prêmio "Top Empreendedor 2015" no seguimento jurídico em nível nacional, concedido pela revista *Top Of Business*, em cerimônia realizada no Hotel Tivoli Mofarrej, em São Paulo.

Na esfera **Trabalhista** e **Sindical**, o escritório atua fortemente na representação de empresas na prevenção, por meio de consultoria, e solução de conflitos trabalhistas e sindicais, proporcionando assessoramento tanto em contencioso judicial (inclusive ações civis públicas e dissídios coletivos econômicos e de greve) quanto administrativo, negociações sindicais e auditoria legal.

No âmbito **Cível**, o escritório dedica-se, sobretudo, a matérias relacionadas a Contratos, Direito do Consumidor, Direito Imobiliário, tanto na área consultiva como contenciosa. Merece destaque a ampla experiência e conhecimento no atendimento a empresas de transporte público de passageiros, seja no âmbito administrativo ou no judicial.

A excelente qualidade dos serviços jurídicos e os honorários competitivos garantem ao **Sanson Advogados** uma carteira de clientes bastante diversificada, na qual se encontram renomadas empresas nacionais e estrangeiras dos mais significativos setores da economia, tais como infraestrutura, indústria química, petróleo & gás, navegação marítima e transporte ferroviário de passageiros.

Com instalações próprias, modernas e confortáveis, **Sanson Advogados** está situado na Av. Erasmo Braga, ponto nobre do Centro do Rio de Janeiro, ao lado do Tribunal de Justiça e próximo ao Tribunal Regional do Trabalho, além de possuir uma rede de contatos com proeminentes escritórios de advocacia nas principais cidades do Brasil.

Sanson Advogados coloca à disposição de todos os profissionais e clientes ferramentas tecnológicas de última geração, proporcionando que a prestação de serviços seja realizada de forma cada vez mais eficiente.

"Ao longo de sua trajetória, o escritório vem se destacando pela ética, seriedade e performance, proporcionando resultados de excelência", afirma Eduardo de Sanson, pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes e com carreira acadêmica como professor de Direito do Trabalho.

Sanson Advogados entende que sua reputação profissional é o seu maior patrimônio. Por essa razão, o escritório está inteiramente comprometido com a ética, a moralidade, o profissionalismo e a qualidade.

Sanson Advogados

Sanson Advogados understands that professional reputation is their greatest asset. For this reason, the firm is fully committed to ethics, morality, professionalism and quality.

BENCHMARK IN LABOR AND TRADE UNION FIELDS

Founded in 2010, **Sanson Advogados** was born from the professional experience of more than 15 years of **Eduardo de Sanson**, who, from the beginning of his career, deeply dedicated to Labor and Trade Union Law, in all their segments.

In order to provide clients with broader service, **Eduardo de Sanson** joined **Marcela Teixeira Vieira Machado da Cunha**, a professional with strong presence in civil law, especially in the areas of contracts and civil liability. So, the profile of **Sanson Advogados** was completed, a highly specialized law firm in labor and union relations and business consumption.

The main focus of **Sanson Advogados** is geared to efficient, personalized and high quality service to their clients in the corporate segment.

Sanson Advogados consists of over 20 professionals with an entrepreneurial spirit and commitment to quality, ethics and customer success. Regarding the internal structure, the team is divided between Labor / Trade Unions and Civil areas, each led by outstanding professionals in their respective fields.

In recognition of the services quality provided by their lawyers, **Sanson Advogados** was awarded this year, through the person of their founding partner, **Eduardo de Sanson**, with the "Top Empreendedor 2015" prize in the legal segment at national level by magazine *Top Of Business* at a ceremony held at the Hotel Tivoli Mofarrej in Sao Paulo.

In **Labor** and **Trade Union** sphere, the firm has a strong presence in representing companies in prevention, through advisory, and resolution of labor and trade union disputes, providing advice both in litigation (including civil actions and economic collective bargaining and strikes) and administrative, union negotiations and due diligence.

In Civil scope, the firm is dedicated mainly to matters related to Contracts, Consumer Law, Real Estate Law, both in the advisory and litigation areas. Noteworthy is the extensive experience and knowledge in serving passengers public transport companies, either at the administrative level or in court.

The excellent quality of legal services and competitive fees ensure **Sanson Advogados** a portfolio of diversified clients, where there are renowned domestic and foreign companies of the most significant sectors of the economy such as infrastructure, chemicals, oil & gas, shipping and rail passenger transport.

With own, modern and comfortable facilities, **Sanson Advogados** is located at Av. Erasmo Braga, noble point in downtown Rio de Janeiro, next to the Court of Justice and close to the Regional Labor Court, besides having a network of contacts with prominent law firms in major cities in Brazil.

Sanson Advogados offers cutting-edge technological tools to all professionals and clients, providing an increasingly efficient service.

"*Throughout its history, the firm has stood out in ethics, integrity and performance, providing excellent results*", said Eduardo de Sanson, graduate in Law and Labor Procedure from Universidade Cândido Mendes and with academic career as a professor of Labor Law.

Sanson Advogados understands that professional reputation is their greatest asset. For this reason, the firm is fully committed to ethics, morality, professionalism and quality.

Tacla Duran Advogados Associados

Fundado há mais de uma década, **Tacla Duran Advogados Associados** é um escritório de advocacia altamente especializado em duas áreas do direito: consultivo e contencioso Administrativo e consultivo e contencioso Trabalhista. O escritório também oferece atendimento nas áreas societária, cível e tributária, contando cada uma das áreas com profissionais específicos e altamente qualificados.

Com sede própria em Alphaville, no município de Barueri-SP, bem como filial própria em Londres, na Inglaterra, e uma rede de correspondentes espalhada por todo o Brasil e nas principais capitais do mundo, **Tacla Duran Advogados Associados** está preparado para atender empresas de pequeno, médio e grande porte em todas as suas necessidades, de maneira individualizada.

O escritório contará, também, para o ano de 2016, com filial própria em Miami, Estados Unidos, especializada na resolução de controvérsias no Brasil de empresas brasileiras e americanas, sediadas nos EUA.

(esquerda)

Dra. Flavia Tacla Duran, Dr. Rodrigo Tacla Duran

O fundamental para o escritório é tratar cada caso de forma individual e personalizada, com estudo aprofundado e debates jurídicos entre os membros de equipe, chegando-se à conclusão da melhor tese ou estratégia para aquele caso, fator que eleva as chances de êxito do cliente nas batalhas judiciais de nossos Tribunais.

Tacla Duran Advogados Associados possui atuação preventiva e contenciosa em processos e auditorias junto aos tribunais de contas dos municípios, estados e União, bem como no contencioso de massa na esfera trabalhista, destacando-se pela pessoalidade, credibilidade, compromisso, excelência e atuação com extremo zelo em cada processo judicial ou procedimento administrativo.

Outra vertente adotada pelo escritório, de acordo com a necessidade do cliente, é a gestão, acompanhamento e auditoria terceirizada de departamento jurídico, *due diligence* sobre passivos judiciais, acompanhamento paralelo de processos judiciais, análise e consultoria jurídica de contratos, estratégia empresarial e societária em geral.

Um aspecto de grande relevância na área trabalhista é a advocacia preventiva praticada pelo escritório com cada um dos clientes, que recebem desde o início um *Manual de Boas Práticas Trabalhistas*, com medidas simples, porém necessárias que evitam diversas demandas ou auxiliam nas chances de êxito em eventual ação judicial. Outro diferencial são as palestras que nossos especialistas ministram para determinados setores da empresa abordando temas essenciais para prevenção de demandas trabalhistas.

A equipe da área societária é responsável pela assessoria para constituição e encerramento de empresas nacionais e estrangeiras, consórcios, *joint ventures* e sociedade em conta de participação. Elabora planejamento e implementação de reestruturações e reorganizações societárias, bem como fusões, aquisições, cisão, incorporação de empresas, operações de compra e venda de participações societárias e transferência de ativos, assim como a elaboração de contratos e estatutos sociais, acordo de acionistas, acordo de quotistas e atas de assembleia. Há também trabalhos voltados para planejamento sucessório, planejamento patrimonial, constituição e gerenciamento de associações, fundações, além da consultoria para planejamento e estruturação de investimento estrangeiro direto e indireto.

Essa mesma equipe executa todos os trabalhos voltados à consultoria e assessoria de negócios em geral, negociação e elaboração de contratos nacionais e internacionais de compra e venda, distribuição, transporte, armazenamento, locação e fornecimento de bens e serviços, intermediação e representação, industrialização, licenciamentos, consórcios, franquias, entre outros.

Destaca-se também a forte atuação de nosso escritório na área imobiliária, proporcionando ao cliente completa assessoria para aquisição e alienação de patrimônio imobiliário, constituição e gestão de empresas de administração patrimonial, constituição de condomínios, sociedades em conta e participação e consórcio para fins imobiliários.

Tacla Duran Advogados Associados distingue-se pelas modernas instalações físicas e tecnológicas, disponibilizando ao cliente, por acesso remoto, todas as informações e peças processuais, além do acervo digital de todos os processos judiciais e procedimentos administrativos, sem olvidar dos relatórios específicos que lhe são fornecidos.

A equipe jurídica é formada por profissionais altamente qualificados e dividida em células de especialização, sendo que cada célula conta com seu coordenador que gerencia os demais profissionais, todos pós-graduados ou pós-graduandos, além da atuação direta pelos sócios fundadores, Dr. Rodrigo Tacla Duran e Dra. Flavia Tacla Duran.

O fundamental para o escritório é tratar cada caso de forma individual e personalizada, com estudo aprofundado e debates jurídicos entre os membros de equipe, chegando-se à conclusão da melhor tese ou estratégia para aquele caso, fator que eleva as chances de êxito do cliente nas batalhas judiciais de nossos Tribunais.

A estrutura organizacional do escritório e suas instalações permitem afirmar que ética, fidelidade, transparência, agilidade, presteza e excelência são os adjetivos que melhor definem o escritório. Nossa missão é "cuidar do cliente".

Tacla Duran Advogados Associados

The key to the office is to treat each case individually and in a personalized way, with in-depth study and legal discussions between the team members, coming to the conclusion the best thesis or strategy for that case, a factor that increases the likelihood of client success in legal battles of our Courts.

Founded more than a decade ago, **Tacla Duran Advogados Associados** is a law firm highly specialized in two areas of law: Administrative advisory and litigation and Labor advisory and litigation. The firm also renders service in the corporate, civil and tax fields, each of the areas with specific and highly skilled professionals.

With headquarters in Alphaville, in Barueri-SP, as well as own branch in London, England, and a network of correspondents spread throughout Brazil and in the main capitals of the world, **Tacla Duran Advogados Associados** is prepared to meet small, medium and large companies in all their needs, in an individualized way.

In 2016, the firm will have a branch in Miami, USA, specializing in resolution of conflicts in Brazil of both Brazilian and American organizations headquartered in the US.

Tacla Duran Advogados Associados plays a preventive and litigious role in processes and audits at accounting courts of municipalities, states and the Union, and in labor mass litigation, highlighting the personality, credibility, commitment, excellence and performance with extreme zeal in each legal process or administrative procedure.

Another angle adopted by the firm, according to the client's need, is the management, monitoring and audit through an outsourced legal department, due diligence on legal liabilities, parallel monitoring of lawsuits, legal analysis and consulting on agreements, corporate strategy in general.

One aspect of great relevance in labor is the preventive law practiced by the firm to each of the clients who, from the beginning, receive a Manual of Good Labor Practices with simple but necessary measures to avoid various demands or assist in the success chances in possible lawsuit. Another difference are the lectures our experts give to certain sectors of the company addressing key issues to prevent labor actions.

The staff of the corporate area is responsible for assisting on the establishment and termination of domestic and foreign companies, consortia, joint ventures and unincorporated partnership. The firm prepares planning and implementation of corporate restructuring and reorganizations, and mergers, acquisitions, spin-off, incorporation of companies, purchase and sale of shareholdings and transfer of assets, as well drafting contracts and bylaws, shareholders' agreement and minutes of meetings. There are also works related to succession planning, estate planning, establishment and management of associations, foundations, as well as advice for planning and structuring of direct and indirect foreign investment.

This same team performs all work focused on business consulting and advisory in general, negotiation and drafting of national and international contracts of purchase and sale, distribution, transportation, storage, leasing and supply of goods and services, intermediation and representation, industrialization, licensing, joint ventures, franchises, among others.

The firm's strong operation in real estate also stands out, providing the client with complete assistance on the acquisition and disposition of real estate assets, creation and administration of asset management companies, establishment of condominiums, unincorporated partnerships and consortium for real estate purposes.

Tacla Duran Advogados Associados is distinguished by their modern physical and technological facilities, providing the client all information and pleadings by means of remote access, in addition to the digital archive of all judicial and administrative proceedings, not forgetting the specific reports that are provided.

The legal team consists of highly qualified professionals and is divided into specialized cells; each cell has its coordinator, who manages the other professionals, all graduated or graduate students, in addition to the direct action by the founding partners, Rodrigo Tacla Duran and Flavia Tacla Duran.

The key to the office is to treat each case individually and in a personalized way, with in-depth study and legal discussions between the team members, coming to the conclusion the best thesis or strategy for that case, a factor that increases the likelihood of client success in legal battles of our Courts.

The organizational structure of the firm and its facilities allow us to state that ethics, loyalty, transparency, agility, responsiveness and excellence are the adjectives that best define the law firm. Our mission is to "take care of the client".

Teixeira, Martins & Advogados

Fundada há mais de 45 anos, a banca **Teixeira, Martins & Advogados** consolidou-se ao longo desse período como uma das mais importantes boutiques na prestação de serviços no campo do Direito Empresarial brasileiro. Sua reputação de excelência tem como fundamento o atendimento personalizado a todos os clientes, possibilitando o desenvolvimento e aplicação de soluções na área jurídica que atendam, com agilidade e precisão, às necessidades específicas de cada caso. Graças a esses princípios, o escritório passa a conhecer profundamente a realidade e o ambiente em que seus clientes estão inseridos, o que lhe permite estabelecer as bases de uma relação de confiança forte e duradoura.

Em pé (esq»dir)

Dr. Roberto Teixeira, Dra. Valeska Teixeira Zanin Martins

Sentados (esq»dir)

Dr. Cristiano Zanin Martins, Dra. Larissa Teixeira Quattrini

O histórico de sucesso na condução de complexos casos jurídicos, aliado à profunda especialização profissional, levou o escritório a ser chamado para participar de debates sobre temas de grande interesse nacional, a exemplo da Lei de Recuperação Judicial, cuja implantação contou com o decisivo suporte do Teixeira, Martins & Advogados.

Teixeira, Martins & Advogados oferece serviços em todo o arco de especializações do Direito Corporativo, incluindo as áreas societária, contratual, concorrencial, regulatória e tributária, além de conduzir processos de recuperação judicial e extrajudicial. Seu leque de clientes inclui empresas de diversos portes e setores de atuação, para os quais oferece serviços em todo o espectro da atividade jurídica, da esfera consultiva à atuação judicial e arbitral.

O histórico de sucesso na condução de complexos casos jurídicos, aliado à profunda especialização profissional, levou o escritório a ser chamado para participar de debates sobre temas de grande interesse nacional, a exemplo da Lei de Recuperação Judicial, cuja implantação contou com o decisivo suporte do **Teixeira, Martins & Advogados**. Outro fator de orgulho é o desenvolvimento de teses que, acolhidas pelo Poder Judiciário, deixaram importante legado na jurisprudência brasileira e passaram a integrar o ordenamento jurídico nacional.

Com uma equipe formada por profissionais de sólida formação acadêmica e larga experiência prática, **Teixeira, Martins & Advogados** atua em todo o território nacional e em diversos países, sempre por intermédio de parcerias com bancas de direito que comunguem os mesmos valores e crenças estabelecidos desde a criação do escritório.

Para atender à permanente necessidade de atualização e aprimoramento profissional, seus sócios, assim como os demais colaboradores, participam, ministram e coordenam cursos nas mais diversas áreas do Direito Empresarial dentro e fora do país. Dessa forma, une o conhecimento técnico ao senso prático, de forma a garantir aos clientes soluções e alternativas jurídicas e ajudá-los a otimizar e rentabilizar os seus negócios.

Os sócios da banca **Teixeira, Martins & Advogados** possuem um rico currículo acadêmico, contínua presença no atendimento aos clientes e ativa participação em diversas instâncias da sociedade civil brasileira.

SÓCIOS

Roberto Teixeira, graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1969; especialista em Direito Processual Civil e Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Integrante dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo; do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP. Foi presidente da Associação dos Advogados de São Bernardo do Campo-SP e duas vezes presidente da OAB, Subseção de São Bernardo do Campo-SP, onde ocupou também outros cargos. Foi presidente da banca examinadora do Exame de Ordem no Estado de São Paulo.

Valeska Teixeira Zanin Martins, graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1997. Integrante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo; da Associação dos Advogados de São Paulo; membro da *International Bar Association*. É fluente nos idiomas inglês e espanhol.

Larissa Teixeira Quattrini, graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1999; mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); LLM pela Universidade da Califórnia, Berkeley; doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); professora das Faculdades Armando Álvares Penteado – FAAP e da Fundação Getúlio Vargas – GV Law. Integrante dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo; integrante da Associação dos Advogados de São Paulo; da *International Bar Association*; membro do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). É fluente nos idiomas inglês e espanhol e fala francês.

Cristiano Zanin Martins, graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1999. É especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi professor de Direito Civil e Direito Processual Civil na Faculdade Autônoma de Direito – Fadisp. Integrante dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, seções São Paulo, Rio de Janeiro e do Distrito Federal; membro da Associação dos Advogados de São Paulo; membro Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), membro da Comissão Especial de Estudo do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil da OAB Federal e membro da Comissão de Direito Processual Civil e de Direito Empresarial do IAB.

Teixeira, Martins & Advogados

The track record of success in conducting complex legal cases, coupled with deep professional expertise, led the firm to be invited to participate in debates on matters of great national interest, such as the Judicial Recovery Act, whose implementation relied on the decisive support of Teixeira, Martins & Advogados.

Founded more than 45 years ago, the law firm **Teixeira, Martins & Advogados** has established itself during this period as one of the most important boutique firms in the field of Brazilian Corporate Law. Their reputation for excellence is based on personalized service to all clients, enabling the development and implementation of solutions in the legal field to meet the specific needs of each case with agility and precision. Thanks to these principles, the firm gets to deeply know the reality and the environment in which its clients are inserted, allowing it to lay the foundation of a strong and lasting relationship of trust.

Teixeira, Martins & Advogados provides services across the range of Corporate Law specializations, including the fields of corporate, contractual, antitrust, regulatory and tax, as well as conducting judicial and extrajudicial recovery proceedings. The firm's portfolio includes companies of all sizes and industries, for which it provides services across the entire spectrum of legal practice, from advisory to judicial operations and arbitration.

The track record of success in conducting complex legal cases, coupled with deep professional expertise, led the firm to be invited to participate in debates on matters of great national interest, such as the Judicial Recovery Act, whose implementation relied on the decisive support of **Teixeira, Martins & Advogados**. Another reason of pride is the development of theses that, by being embraced by the Judiciary, gave an important legacy to Brazilian jurisprudence and became part of the national legal system.

With a team of professionals with solid academic background and broad practical experience, **Teixeira, Martins & Advogados** operates across the national territory and in many countries, often through partnerships with law firms sharing the same values and beliefs established since its creation.

In order to meet the ongoing upgrading and professional development need, their partners, as well as other employees, participate, lecture and coordinate courses in several areas of business law in the country and abroad. Thus, it unites know-how to practical sense, to ensure clients solutions and legal alternatives and help them optimize and monetize their business.

The members of **Teixeira, Martins & Advogados** have rich academic background, ongoing presence in customer service and active participation at all instances of Brazilian civil society.

PARTNERS

Roberto Teixeira, graduated from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) in 1969; specializing in Civil Procedural Law and Civil Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Integrates the Ordem dos Advogados do Brasil, chapter São Paulo; Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP and Associação dos Advogados de São Paulo – AASP. He was chairman of Associação dos Advogados de São Bernardo do Campo - SP and twice president of OBA, sub-chapter of São Bernardo do Campo - SP, when the also had other positions. He was president of the board of examination of the Bar Examination in the State of São Paulo.

Valeska Teixeira Zanin Martins, graduated from Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) in 1997. Integrating the Ordem dos Advogados do Brasil, chapter São Paulo; Associação dos Advogados de São Paulo; member of the *International Bar Association*. She's fluent both in English and Spanish.

Larissa Teixeira Quattrini, graduated from Universidade Presbiteriana Mackenzie in 1999; Master in Civil Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); LLM from the University of California, Berkeley; Doctor degree from Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); professor at Faculdades Armando Álvares Penteado – FAAP and Fundação Getúlio Vargas – GV Law. Integrates the Ordem dos Advogados do Brasil, chapter São Paulo; Associação dos Advogados de São Paulo; and *International Bar Association*, member of Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) and Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). She's fluent both in English and Spanish and speaks French.

Cristiano Zanin Martins, graduated from Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) in 1999. Specializing in Civil Procedural Law from Pontificia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. He was professor in Civil Law and Civil Procedural Law at Faculdade Autônoma de Direito – Fadisp. Integrates the Ordem dos Advogados do Brasil, chapters São Paulo, Rio de Janeiro and of the Federal District; member of Associação dos Advogados de São Paulo, member of Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), of Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), of the Special Committee of Studies for the New Civil Procedural Code Bill of Federal OAB and member of the Civil Procedural Code Committee and Corporate Law of IAB.

Toron, Torihara e Szafir Advogados

Toron, Torihara e Szafir nasce da conjugação de ideais humanistas com uma atuação comprometida e competente em todos os ramos do direito criminal.

O exercício da advocacia em um país marcado por acentuados contrastes sociais é desafiador: se, de um lado, o Poder Judiciário atua de forma seletiva, em muitos casos reprimindo apenas a criminalidade "de rua", dos pobres, de outro lado a mudança de paradigma das últimas décadas para alcançar os chamados "criminosos do colarinho branco" repetiu erros do passado, também suprimindo direitos e garantias fundamentais a pretexto de alcançar a criminalidade dos negócios e dos "ricos".

Em 1985, após trabalhar com o renomado criminalista Márcio Thomaz Bastos, **Alberto Zacharias Toron** fundou seu próprio escritório, atuando nas mais diversas causas criminais, desde o mais simples crime contra a economia popular, passando pelos casos de sonegação fiscal, crimes financeiros e contra a administração pública, até defesa de crimes perante o Tribunal do Júri. A atuação profissional se dava tanto no contencioso processual penal – seja na defesa ou na assistência à acusação – quanto na área consultiva, por meio da elaboração de pareceres.

Em pé (esq»dir)

Dr. Renato Marques Martins, Dr. Fernando da Nobrega Cunha, Dr. Alberto Zacharias Toron, Dr. Edson Junji Torihara, Dra. Gabriela Prioli Della Vedova

Sentados (esq»dir)

Dr. Leopoldo Stefanno Gonçalves L. Louveira, Dra. Luisa Moraes de Abreu Ferreira, Dra. Claudia Maria Soncini Bernasconi, Dra. Luiza Alexandrina Vasconcelos Oliver

"Quem, em um momento de agrura, procura um advogado criminalista, necessita também de alguém para fazer a travessia da dor, do sofrimento, enfim, superar a tormenta."

um serviço competente e comprometido com a ética profissional representa não apenas um dever, mas um compromisso renovado no aperfeiçoamento e na evolução da atuação, pois cada cliente tem um problema único e *individual* que deve ser tratado como *especial* e *exclusivo*.

Para os integrantes de **Toron, Torihara e Szafir**, não bastam correção e competência se o vínculo com o cliente não se estabelece com base no humanismo e cordialidade que há de marcar as relações interpessoais.

SÓCIOS-FUNDADORES

Alberto Zacharias Toron, mestre e doutor em Direito Penal pela USP; pós-graduado em Direito Penal Econômico e Europeu pela Universidade de Coimbra; especialista em Direito Penal e Constitucional pela Universidade de Salamanca. Secretário-geral adjunto do Conselho Federal da OAB (2007-2009); presidente da Comissão Nacional de Prerrogativas do Conselho Federal da OAB (2007-2009); ex-presidente do Conselho Estadual de Entorpencentes (CONEN-SP) 1995-1996; ex-presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCrim (1995-1996); membro do Conselho Executivo do Instituto Manoel Pedro Pimentel (USP); ex-membro do Conselho Nacional Antidrogas. É professor de Direito Penal na FAAP e juiz do Tribunal Regional Eleitoral; autor dos livros "Crimes Hediondos – o mito da repressão penal" (Revista dos Tribunais, 1996); "Inviolabilidade Penal dos Vereadores" (Saraiva, 2004); "Prerrogativas Profissionais dos Advogados" (OAB, 2006), autor de vários artigos em revistas especializadas. Idiomas: espanhol, francês e inglês.

Edson Junji Torihara, Graduado em Direito pela PUC-SP em 1991; sócio-fundador do IBCCrim; sócio-fundador do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, iddd; especialista em Direito Penal Econômico e europeu pela Universidade de Coimbra; cursou especialização em Direito Penal Econômico pela GVLaw; especialista em Direito Penal Econômico pela Universidade Castilla-La Mancha. É coautor do livro "Código penal interpretado – artigo por artigo – parágrafo por parágrafo", coordenado pelo professor David Teixeira de Azevedo (Manole, 2013). Idiomas: espanhol e inglês.

Alexandra Lebelson Szafir, Graduada em Direito pela USP em 1993; fundadora do iddd; sócia do IBBCrim; coautora do livro "Prerrogativas Profissionais dos Advogados" (OAB, 2006), autora dos livros "Descasos" e "Descasos 2 – Uma Advogada às Voltas com o Direito dos Excluídos" (Saraiva, 2010 e 2014).

SÓCIOS

Flávia Pierro Tennenbaum, **Fernando da Nóbrega Cunha**, **Leopoldo Stefanno Gonçalves Leone Louveira**, **Claudia Maria Soncini Bernasconi**, **Renato Marques Martins**, **Luiza Alexandrina Vasconcelos Oliver**, **Luisa Moraes Abreu Ferreira** e **Gabriela Prioli Della Vedova**.

Com as diversas alterações na legislação penal que marcaram o início dos anos 90, ampliando tanto a quantidade de fatos criminalizados como a estrutura da persecução penal (como, por exemplo, a Lei dos Crimes Hediondos, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, a Ordem Econômica e as Relações de Consumo), o escritório aprofundou sua atuação na área dos crimes praticados no exercício da atividade empresarial, notadamente em casos envolvendo Crimes em Licitações. Ingressaram então como sócios os advogados **Edson Junji Torihara** e **Alexandra Lebelson Szafir**, aos quais se seguiram novos e competentes profissionais, todos especializados em questões penais, sendo hoje **Toron, Torihara e Szafir** um dos maiores escritórios do Brasil na área criminal.

Preocupado com as questões contemporâneas do direito penal, como aquelas relativas à Lavagem de Capitais ou mesmo Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica por crimes ambientais, e, também, em nível globalizado, atentos ao *compliance* criminal e o aprofundamento dos aspectos contidos no FCPA – *Foreign Corrupt Practices Act*, o escritório atua com seriedade, competência e profissionalismo, sem nunca se esquecer do aspecto humano envolvido na condução dos casos concretos.

Do mesmo modo, **Toron, Torihara e Szafir** tem como atuação ética, responsável e de alta qualidade que se revela na comprometida atuação *pro bono* em prol dos necessitados. É nesses casos em que as lacunas da administração da justiça é mais evidente e nos quais o empenho e a criatividade do defensor são exigidos no limite.

Do pai que tem um filho preso ao presidente de uma empresa que vê seu diretor às voltas com um processo criminal, prestar

Toron, Torihara e Szafir Advogados

"The person who, in a time of hardship, looks for a criminal lawyer, also needs someone to help in the crossing of pain, suffering, and finally, to overcome the storm."

From the parent who has a child in jail to the CEO of a company that sees its director dealing with a criminal process, providing competent and committed service to professional ethics is not only a duty but a renewed engagement to the improvement and evolution of operations, for each client has a *unique* and *individual* problem that has to be handled in a *special* and *sole* way.

For **Toron, Torihara e Szafir** members, correction and competence are not enough if the bond with the client is not established based on the humanism and warmth expected to mark human relationships.

FOUNDING PARTNERS

Alberto Zacharias Toron – Master and Doctor of Criminal Law from USP; graduate in Economic and European Criminal Law from Universidade de Coimbra; specializing in Criminal Law from Universidade de Salamanca. Secretary-General of the Federal Council of OAB (2007-2009); President of the National Commission of Prerogatives of the Federal Council of OAB (2007-2009); former president of Conselho Estadual de Entorpencentes (CONEN-SP) 1995-1996; former president of Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) 1995-1996;member of the Executive Council of Instituto Manoel Pedro Pimentel (USP); former member of Conselho Nacional Antidrogas. He is professor of Criminal Law at FAAP and judge at the Regional Electoral Court; author of books "Crimes Hediondos – o mito da repressão penal" (Revista dos Tribunais, 1996); "Inviolabilidade Penal dos Vereadores" (Saraiva, 2004); "Prerrogativas Profissionais dos Advogados" (OAB, 2006), author of several articles in specialized magazines. Languages: Spanish, French and English.

Edson Junji Torihara – Graduate in Law from PUC-SP in 1991; founding partner o IBCCrim; founding partner of Instituto de Defesa do Direito de Defesa (iddd); specializing in Economic and European Criminal Law from Universidade de Coimbra; specializing in Economic Criminal Law from FGVLaw; specializing in Economic Criminal Law from Universidade Castilla-La Mancha. Co-author of the book "Código penal interpretado – artigo por artigo – parágrafo por parágrafo", coordinated by Prof. David Teixeira de Azevedo (Manole, 2013). Languages: Spanish and English.

Alexandra Lebelson Szafir – Graduate in Law from USP in 1993; founder of iddd; partner of IBBCrim; co-author of the book "Prerrogativas Profissionais dos Advogados" (OAB, 2006), author of the books "Descasos" and "Descados 2 – Uma Advogada às Voltas com o Direito dos Excluídos" (Saraiva, 2010).

PARTNERS

Flávia Pierro Tennenbaum, **Fernando da Nóbrega Cunha**, **Leopoldo Stefanno Gonçalves Leone Louveira**, **Claudia Maria Soncini Bernasconi**, **Renato Marques Martins**, **Luiza Alexandrina Vasconcelos Oliver**, **Luisa Moraes Abreu Ferreira** and **Gabriela Prioli Della Vedova**.

Foroon, Torihara e Szafir are born from the conjugation of humanist ideas, acting in a committed and competent way in all branches of criminal law.

Legal practice in a country marked by sharp social contrasts is challenging: if on the one hand, the Judiciary acts selectively in many cases only repressing "street" crime , the poor people's crime, on the other hand the change of paradigm in recent decades to achieve so-called "white-collar criminals" repeated mistakes of the past, also suppressing fundamental rights and guarantees under the pretext of achieving business and "rich people" criminality.

In 1985, after working with renowned criminal lawyer Márcio Thomaz Bastos, **Alberto Zacharias Toron** set up his own office, working in several criminal cases, from the simplest crime against the economy, passing through cases of tax evasion, financial crimes and crimes against public administration, to the defense of crimes before the jury. The practice took place both in criminal procedure litigation – either in the defense or the prosecution service – as in the advisory area, through the development of legal opinions.

With the various changes in criminal law that marked the early 90s, increasing both the amount of criminalized facts and the structure of criminal prosecution (for example, the Law of Heinous Crimes, the Consumer Protection Code, the Statute of Children and Adolescents, the Law on crimes Against the Tax Order, Economic Order and the Consumer Relations), the firm intensified its activities in the area of crimes committed in the course of business activity, particularly in cases involving Crimes in Bids. Then, **Edson Junji Torihara** and **Alexandra Lebelson Szafir** joined as partner lawyers, followed by new and competent professionals, all specializing in criminal matters, and today **Toron, Torihara e Szafir** is one of the largest law firms in Brazil in the criminal area.

Concerned about the contemporary issues of criminal law, such as those relating to Money Laundering or even Criminal Liability of Legal Entities for environmental crimes, and also at global level, aware of the criminal compliance and deepening of the aspects contained in the FCPA – Foreign Corrupt Practices Act, the firm works with seriousness, competence and professionalism, never forgetting the human aspect involved in the conduct of individual cases.

Similarly, **Toron, Torihara e Szafir** acts with ethics, responsibility and high quality, which is revealed in the commitment with *pro bono* activities on behalf of the needy. It is in such cases that the gap of justice management becomes more evident and when effort and creativity of the defender are demanded to its limit.

Veloso de Melo Advogados S/S

EXCELÊNCIA RECONHECIDA EM TRIBUTÁRIO E EMPRESARIAL

Com sede em Brasília e filial em Palmas, o escritório **Veloso de Melo Advogados** conta com experiência acumulada em quase 20 anos no atendimento a empresas de diversos setores e localidades do Brasil. O advogado e especialista em Direito Tributário, Jacques Veloso, dá o direcionamento à banca, que tem foco principal nas áreas tributária e empresarial.

Em 2015, visando a sua maior especialização, resolveu fechar sua área trabalhista, optando por investir em uma área fiscal, contratando contadores experientes para auxiliar o trabalho da banca, que atua na revisão da apuração dos tributos, no planejamento tributário e societário, recuperações judiciais e falências.

A equipe de associados é composta por profissionais com excelente qualificação e conhecimento de mercado, que buscam uma contínua atualização acadêmica e com atuação destacada em suas áreas. A experiência e o comprometimento dos advogados proporcionam aos clientes excelência e agilidade no atendimento.

Em pé (esq»dir)

Dr. Gildásio Pedrosa de Lima, Dr. José Wellington Omena Ferreira, Dr. Jacques Veloso de Melo

Sentadas (esq»dir)

Dra. Sueny Almeida de Medeiros, Dra. Tathiana Del Aguila

Os advogados têm como missão proporcionar ao cliente a melhor solução para o seu caso, oferecendo-lhe todas as informações necessárias para compreensão de suas opções, e sempre com a atuação de especialistas na defesa dos seus interesses.

A gestão do escritório é realizada por profissional qualificada, destinada exclusivamente à melhora e aperfeiçoamento da área, com recursos tecnológicos e sistemas de gestão integrados, que permitem o total controle dos processos e atividades, a elaboração de relatórios variados e completos, o que melhora o atendimento e permite a dedicação exclusiva dos advogados às questões processuais e consultivas.

Veloso de Melo Advogados está instalado estrategicamente em área nobre da capital Federal e disponibiliza aos seus clientes auditórios e salas de reuniões equipadas.

Os advogados têm como missão proporcionar ao cliente a melhor solução para o seu caso, oferecendo-lhe todas as informações necessárias para compreensão de suas opções, e sempre com a atuação de especialistas na defesa dos seus interesses.

Ética, transparência e responsabilidade na relação com os clientes, colaboradores, demais advogados, Poder Público e o ambiente, são os valores que norteiam a atuação de toda a banca.

EQUIPE

Jacques Veloso de Melo, Especializado em Direito Tributário pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF/ICAT e pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET, instituição ligada à PUC-SP; mestrando em Direito Internacional Econômico pela Universidade Católica de Brasília – UCB. Ex-conselheiro do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda e membro da Comissão de Direito Tributário do Conselho Federal da OAB. Conselheiro da OAB-DF nos triênios 2004/2006 e 2007/2009, quando exerceu os cargos de Presidente da Comissão de Assuntos Tributários da OAB-DF, Presidente da OAB Jovem, examinador em Direito Tributário da OAB-DF no exame de admissão nos quadros da Ordem e membro da Comissão de Apoio ao Advogado Iniciante do Conselho Federal da OAB. Conselheiro da OAB-DF – triênio 2013/2015 – e Presidente da Comissão de Assuntos Tributários. Principais atuações: Comércio exterior e Tributação sobre a Circulação – ICMS e ISS. Planejamento Tributário, Revisão da Apuração de Tributos, Recuperação de Ativos e Defesas Administrativas e Judiciais.

Sueny Almeida de Medeiros, Especializada em Direito Processual Civil pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF/ICAT, em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pelo Instituto Processus e em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Conselheira da OAB-DF, triênio 2013/2015. Membro da Comissão de Assuntos Tributários, da Comissão de Sociedades e da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF.

Principais atuações: Contribuições Previdenciárias, Contribuições Sociais e Contribuições Parafiscais. Tributação sobre o Faturamento – PIS e COFINS. Planejamento Tributário, Consultoria Tributária, Contencioso Tributário e Regulatório na área de Planos de Saúde.

Gildásio Pedrosa de Lima, Especializado em Direito dos Contratos pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF/ICAT e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Vice-Presidente da OAB-DF – Subseção do Gama, triênio 2013/2015.

Principais atuações: Revisão de débitos bancários, Planejamento e Implementação de Reorganizações Societárias, Assessoria na resolução de conflitos societários, Atuação em Falências e Recuperações Judiciais.

José Wellington Omena Ferreira, Especializado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Membro da Comissão de Assuntos Tributário da OAB-DF, triênio 2013/2015.

Principais atuações: Tributação sobre a Renda – IR e CSSL. Tributação sobre a Produção – IPI. Defesas Administrativas e Judiciais Tributárias, Restituição de Tributos e Declaração de Inexigibilidade de IRRF sobre Rendas auferidas de Organismos Internacionais.

Tathiana Del Aguila, Especializada em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília UnB e em Administração Legal pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-DF. MBA Executivo em Administração de Empresas com ênfase em Gestão pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-RJ.

Principais atuações: Gestão Administrativa e Financeira, Gerenciamento de Equipes, Liderança e Planejamento Empresarial.

Veloso de Melo Advogados S/S

Lawyers' mission is to provide clients with the best solution for their cases, sharing all necessary information for the understanding of their options and always with the assistance of experts in defending their interests.

RECOGNIZED EXCELLENCE IN TAX AND CORPORTA LAW

Headquartered in Brasília and with a branch in Palmas, law firm **Veloso de Melo Advogados** has expertise accumulated throughout almost 20 years servicing companies from several industries and locations in Brazil. Lawyer and specialist in Tax Law, Jacques Veloso runs the firm, which focuses on tax and corporate law.

In 2015, aiming at its greater specialization, he decided to close their labor area, choosing to invest in the tax field, hiring experienced accountants to help them out at the firm, which operates in reviewing determination of taxes, tax and corporate planning, reorganization and bankruptcies.

The associates team is formed by professionals with excellent skills and market knowledge, seeking continuous academic update and outstanding performance in their areas. The experience and commitment of lawyers provide clients with service excellence and responsiveness.

The firm's management happens through a qualified professional, devoted exclusively to the improvement and enhancement in this area, with integrated technological and management resources, allowing them full control of processes and activities, varied and complete reporting, which improves customer service and allows exclusive dedication of lawyers to procedural and advisory issues.

Veloso de Melo Advogados is strategically located in a noble area of the Federal capital and offers their clients auditoriums and equipped meeting rooms.

Lawyers' mission is to provide clients with the best solution for their cases, sharing all necessary information for the understanding of their options and always with the assistance of experts in defending their interests.

Ethics, transparency and accountability in the relationship with clients, employees, other lawyers, the Government and the environment, are the values that guide the actions of the entire law firm.

TEAM

Jacques Veloso de Melo, Specializing in Tax Law from Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF/ICAT and Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET, an institution linked to PUC-SP; Masters of Law in Economic International Law from Universidade Católica de Brasília – UCB. Former director of CARF – the Administrative Council of Fiscal Resources of the Ministry of Treasure and member of the Tax Law Committee for the Federal Council of the OAB. Director of OAB-DF in terms 2004-2006 and 2007/2009, when he held the positions of Chairman of the Committee of Tax Issues of OAB-DF, President of OAB Jovem, examiner in Tax Law of the OAB-DF in admission exam to the Bar Association and member of the Committee to the Support of Novice Lawyers of the Federal Council of the OAB. Director of OAB from 2013/2015 and President of Tax Issues Committee. Main performances: Foreign Trade and Value-added tax – ICMS and ISS. Tax planning, review of Determination of Taxes, Asset Recovery and Administrative and Legal Defenses.

Sueny Almeida de Medeiros, Specializing in Civil Procedural Law from Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF/ICAT, in Labor Law and Labor Process from Instituto Processus and in Tax Law from Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Director of the OAB-DF, from 2013 to 2015. Member of Committee on Taxation, of the Committee of Companies and the Social Security Committee of the OAB-DF.

Main performances: Contributions to social security, Social Security Contributions and parafiscal contributions. Taxation on Invoicing – PIS and COFINS. Tax planning, tax consulting, tax litigation and regulatory in Health Plans.

Gildásio Pedrosa de Lima, Specializing in Contract Law from Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF/ICAT and in Business Law from Fundação Getúlio Vargas – FGV. Vice-President of the OAB-DF – Subchapter Gama, between 2013/2015.

Main performances: Review of bank debits, Planning and Implementation of reorganizations, Advice on resolution of corporate conflicts, Acting on bankruptcies and reorganizations.

José Wellington Omena Ferreira, Specializing in Tax Law from Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET. Member of the Committee on taxation of the OAB-DF, 2013/2015.

Main performances: Taxation on Income – IR and CSLL. Taxation on production – IPI. Administrative and Tax defenses, Refund of Taxes and Statement on waiver for withholding income tax on revenue derived from International Organizations.

Tathiana Del Aguila, Specializing in Environmental Law and Sustainable Development from Universidade de Brasília – UnB and in Legal Administration from Fundação Getúlio Vargas – FGV/DF. Executive MBA in Business Administration with emphasis in Management by Fundação Getúlio Vargas – FGV-RJ.

Main performances: Administrative and Financial Management, Team Management, Leadership and Business Planning.

Walter Aroca Silvestre Advocacia

Walter Aroca Silvestre Advocacia foi fundada pelo advogado Walter Aroca Silvestre em 1964, a partir de sua experiência com os renomados Professores Cássio Mesquita Barros, Otávio Bueno Magano e Genésio Borges de Macedo, para atender a demanda de seus clientes e de um mercado que reclamava o atendimento jurídico diferenciado e personalizado.

Nasceu operando o direito do trabalho e, pela confiança, satisfação e solicitação de clientes que pretendiam centralizar suas questões jurídicas com o escritório, logo estendeu sua atuação para a área cível, hoje subdividida em diversas subáreas.

Essa ampliação deu-se sem que o escritório perdesse a identidade, pois continuou cuidando personalizadamente de cada um de seus casos.

Em 1992, **Walter Aroca Silvestre Advocacia** agregou o advogado Fernando Antonio Campos Silvestre na área jurídica e o administrador de empresas Walter Aroca Silvestre Júnior na área administrativo-financeira.

Altamente especializado na operação da advocacia empresarial, o escritório desenvolve um trabalho na medida exata da necessidade de cada cliente e de cada caso, operando nacionalmente com grandes diferenciais e soluções inovadoras o direito civil, comercial, consumidor, contratual, fiscal, imobiliário, societário, trabalhista e tributário, assessorando seus clientes na fase administrativa, consultiva e contenciosa.

Em pé (esq»dir)

Dr. Rodrigo Takeshi Hamaishi, Dra. Marcia Regina de Jesus Torres, Dra. Márcia Cristina Alvarenga Mikail Bastos, Dr. Carlos Roberto Di Ciommo, Dr. Fernando Antonio Campos Silvestre, Dra. Beatriz da Silva Freire Belem, Dr. Fernando Pires Rosa, Dr. Marco Antonio Venditti, Dra. Graziele Cristiane Machado Alves Azarias, Dra. Adriana Aparecida Ribeiro

Sentados (esq»dir)

Dra. Maricy Montana, Dr. Walter Aroca Silvestre Júnior, Dr. Walter Aroca Silvestre

O Escritório é Tradicional, porque tem uma história de mais de 50 anos operando o direito; Moderno, porque eficiente na solução dos casos de seus clientes; e Ágil, porque rápido e eficaz na solução dos casos a ele submetidos.

Bem estruturado e estrategicamente sediado no centro forense da Capital paulista, a credibilidade do escritório advém do sucesso nos casos em que atuou e atua, e da satisfação de seus próprios clientes, frutos diretos da capacitação, dedicação e talento da equipe, composta de advogados habilidosos e especializados.

Walter Aroca Silvestre Advocacia orgulha-se de ostentar entre antigos colaboradores profissionais que hoje são desembargadores, juízes, procuradores, promotores e advogados com carreira renomada, profissionais que contribuíram para a construção da história do escritório.

O Escritório é **Tradicional**, porque tem uma história de mais de 50 anos operando o direito; **Moderno**, porque eficiente na solução dos casos de seus clientes; e **Ágil**, porque rápido e eficaz na solução dos casos a ele submetidos.

SÓCIOS

Walter Aroca Silvestre, Graduado em Contabilidade pelo Instituto de Ensino de São Caetano do Sul em 1955 e em Direito pelo Mackenzie em 1963. Doutorado em Direito Civil pela USP em 1972 e Direito Processual Civil pela mesma faculdade em 1972.

Fernando Antonio Campos Silvestre, Graduado em Direito pelas FMU em 1992; especialista em Direito do Trabalho pela PUC-SP em 1994, em Direito Civil e Direito do Processo Civil pela USP em 1994 e em Técnicas de Negociação pela FGV em 2008.

Walter Aroca Silvestre Júnior, Graduado em Administração de Empresas pelas FMU em 1992. Especialista em gestão financeira e imobiliária.

ADVOGADOS

Beatriz da Silva Freire Belem, Graduada em Direito pelas FMU em 1986; especialista em Direito Empresarial pela mesma faculdade em 1996.

Maricy Montana, Graduada em Direito pela FMU em 1994 e Relações Internacionais pelo Centro Universitário Ibero-Americano em 2003. General English nos Estados Unidos pela ELS International em 1993 e pela Embassy CES, New York em 2000. MBA pela USP-FIPE em 2007, Direito Constitucional Comparado pela FMU em 1994, Direito Internacional Privado e Comércio Internacional pela ESA-OAB em 2002, Inglês Jurídico pela PUC-SP em 2005 e pelo Centro Universitário Ibero-Americano em 2006, Direito Civil e Direito Processual Civil pelo Instituto Legale de Pós-Graduação/Centro Universitário Salesiano de São Paulo em 2010, Direito Empresarial pela ESA-OAB. Idiomas: Inglês e Espanhol.

Carlos Roberto Di Ciommo, Graduado em Direito pelo Mackenzie em 1996; especialista em Direito Empresarial e Imobiliário pela mesma universidade em 2000.

Márcia Cristina Alvarenga Mikail Bastos, Graduada em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes em 1994; especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus em 2009.

Marco Antonio Venditti, Graduado em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes em 1995; pós-graduado em Mediação e Arbitragem no âmbito sindical pela Associação Brasileira de Agências de Regulação em 2000, Direito Público pela FMB em 2010, Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus em 2013.

Marcia Regina de Jesus Torres, Graduada em Direito pelo Mackenzie em 1989; especialista em Direito Civil, Direito do Trabalho e Direito do Processo do Trabalho.

Graziele Cristiane Machado Alves Azarias, Graduada em Direito pela FMU em 2004, pós-graduada em Direito Civil e Processual Civil e Extensão em Direito Contratual pelo INESP. Idioma: Inglês

Fernando Pires Rosa, Graduado em Direito pela Universidade Metropolitana de São Paulo, Guarulhos; especialista em Direito Constitucional pela Escola Paulista de Direito em 2011 e em Direito Previdenciário pela Escola Paulista de Direito em 2011.

Venícia Pereira da Silva, Graduada em Direito pela FMU em 2009, pós-graduada em Direito Processual Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2012, Técnica em Contabilidade, Argumentação Jurídica na FGV 2015, Aspectos Gerais da Arbitragem na FGV 2015.

Adriana Aparecida Ribeiro, Graduada em Direito pela Universidade São Judas Tadeu em 2010; pós-graduada em Direito Penal pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus em 2013 e em Direito do Processo Penal pela mesma faculdade em 2013.

Rodrigo Takeshi Hamaishi, Graduado em Direito pela UniP em 2008. Idioma: Japonês.

This is a Traditional firm, with a history in law 50 years in the making; Modern, efficient in solving its clients' cases; and Fast, quickly and effectively bringing the cases brought before them to a close.

Walter Aroca Silvestre Advocacia

Walter Aroca Silvestre Advocacia was founded by the attorney Walter Aroca Silvestre in 1964, using his experience with renowned Professors Cássio Mesquita Barros, Otávio Bueno Magano, and Genésio Borges de Macedo, to meet the demands of his clients and of a market that requires outstanding, personalized legal services.

The firm began by working in labor law, and on account of the trust, satisfaction and requests of customers who wished to centralize their legal concerns with the firm, it soon extended operations to the area of civil law, which is now divided into various subareas.

This expansion occurred without the firm losing its identity, as it continued to give a personalized touch to each and every case.

In 1992, **Walter Aroca Silvestre Advocacia** added attorney Fernando Antonio Campos Silvestre to the legal team and company administrator Walter Aroca Silvestre Junior to the financial administrative department.

Highly specialized in legal services for business, the firm works to meet the exact needs of each client and case and its operations extend nationwide with important competitive edges and innovative solutions in civil, commercial, consumer, contract, tax, real estate, corporate, and labor law, advising its clients in the administrative, consulting, and litigation phases.

Well-structured and strategically headquartered in the legal center of the capital of São Paulo, the firm's credibility comes from its success in past and present cases, and from the satisfaction of its clients, the direct fruits of the training, dedication and talent of its team of skilled attorneys.

Walter Aroca Silvestre Advocacia proudly recognizes its former professional collaborators, who are now justices, judges, prosecutors, attorneys and lawyers, with renowned professional careers, and who contributed to building the firm's history.

This is a **Traditional** firm, with a history in law 50 years in the making; **Modern**, efficient in solving its clients' cases; and **Fast**, quickly and effectively bringing the cases brought before them to a close.

PARTNERS

Walter Aroca Silvestre Degree in Accounting from the Instituto de Ensino de São Caetano do Sul in 1955 and a Law degree from Mackenzie in 1963. PhD in Civil Law at USP in 1972 and Civil Procedure Law at the same university in 1972.

Fernando Antonio Campos Silvestre Law Degree from FMU in 1992, majored in Labor Law at PUC-SP in 1994, in Civil Law and Civil Procedure Law at USP in 1994, and in Negotiation Techniques at FGV in 2008.

Walter Aroca Silvestre Júnior Degree in Business Administration from FMU in 1992. He is an expert in financial and real estate management.

ATTORNEYS

Beatriz da Silva Freire Belem Law Degree from FMU in 1986 and majored in Business Law at the same school in 1996.

Maricy Montana Law Degree from FMU in 1994 and International Relations from the Centro Universitário Ibero-Americano in 2003. General United States English from ELS International in 1993 and the CES Embassy, New York in 2000. MBA from USP FIPE in 2007, Comparative Constitutional Law from FMU in 1994, Private International Law and International Commerce from ESA-OAB in 2002, Legal English from PUC-SP in 2005 and from the Centro Universitário Ibero-Americano in 2006, Civil Law and Civil Procedure Law from the Instituto Legale de Pós-Graduação/Centro Universitário Salesiano de São Paulo in 2010, and Business Law from ESA-OAB. Languages: English and Spanish.

Carlos Roberto Di Ciommo Law Degree from Mackenzie in 1996, majored in Business and Real Estate Law at the same school in 2000.

Márcia Cristina Alvarenga Mikail Bastos Law Degree from the Universidade de Mogi das Cruzes in 1994, majored in Labor Law and Labor Procedure at the Complexo Educacional Damásio de Jesus in 2009.

Marco Antonio Venditti Law Degree from the Universidade de Mogi das Cruzes in 1995, with a graduate degree in Mediation and Arbitration in unions from the Brazilian Regulatory Agency Association in 200, Public Law from FMB in 2010, Labor Law and Labor Procedure from the Faculdade de Direito Damásio de Jesus in 2013.

Marcia Regina de Jesus Torres Law Degree from Mackenzie in 1989, majoring in Civil Law, Labor Law, and Labor Procedure Law.

Graziele Cristiane Machado Alves Azarias Law Degree from FMU in 2004, received a major's in Civil Law and Civil Procedure and Contractual Law Extension course from INESP. Language: English

Fernando Pires Rosa Law Degree from the Universidade Metropolitana de São Paulo, Guarulhos; majored in Constitutional Law at the Escola Paulista de Direito in 2011 and in Social Security Law at the Escola Paulista de Direito in 2011.

Venícia Pereira da Silva Law Degree from FU in 2009, major's in Civil Procedural Law from the Universidade Presbiteriana Mackenzie in 2012, Accounting, Legal Argumentation from FGV in 2015, General Aspects of Arbitration from FGV in 2015.

Adriana Aparecida Ribeiro Law Degree from the Universidade São Judas Tadeu in 2010; major's in Criminal Law from the Faculdade de Direito Damásio de Jesus in 2013 and in Criminal Procedure Law from the same university in 2013.

Rodrigo Takeshi Hamaishi Law Degree from UniP in 2008. Language: Japanese.

Zanão e Poliszezuk Advogados

15 ANOS DE UMA JORNADA DE CRESCIMENTO, RESPEITO E RECONHECIMENTO

O escritório **Zanão e Poliszezuk Advogados** comemora este ano 15 anos de existência, ao longo dos quais se firmou como verdadeiro escritório "boutique", primando pelo atendimento personalizado. Cada causa é acompanhada de perto por seus sócios que juntamente com suas equipes traçam a melhor estratégia para uma solução adequada e inovadora dos problemas enfrentados por seus clientes, a fim de consolidar esta prestação de serviço numa verdadeira parceria de sucesso.

Em pé (esq»dir)

Dr. Fábio Lemos Zanão, Dr. Marcos Vinicius Poliszezuk

O escritório possui atuação multidisciplinar sendo altamente especializado em Direito do Trabalho no qual se diferencia por atuar no ramo do Direito Coletivo e Sindical, com grande destaque para ações civis públicas e inquéritos civis, nos diversos tribunais do território nacional e órgãos da administração pública.

Esta é a fórmula que garantiu ao escritório conquistar credibilidade e respeito no meio jurídico, a visão de que cada cliente possui sua especificidade e individualidade que merecem tratamento personalizado na condução de seus problemas, seja o atendimento consultivo ou contencioso.

O escritório possui atuação multidisciplinar sendo altamente especializado em Direito do Trabalho no qual se diferencia por atuar no ramo do Direito Coletivo e Sindical, com grande destaque para ações civis públicas e inquéritos civis, nos diversos tribunais do território nacional e órgãos da administração pública.

Para que a assessoria jurídica a seus clientes seja completa, **Zanão e Poliszezuk Advogados** atua também na seara do Direito Civil, com abrangência nas mais diversas especialidades em destaque para o planejamento sucessório, imobiliário, contratual, consumidor, bancário e societário.

Transparência e absoluta confidencialidade são valores que pautam a atuação do escritório desde a sua fundação. Esses atributos, somados a profissionais altamente qualificados e dinâmicos, norteados por uma relação de parceria com seus clientes na busca constante da excelência para superação de suas expectativas, têm permitido a **Zanão e Poliszezuk Advogados** destacar-se pela conquista de vitórias importantes junto ao Poder Judiciário.

Toda a equipe preza pela tranquilidade de seus clientes, cuidando de todas as etapas do processo de defesa a pessoas físicas ou jurídicas. Para isso, dispõe de estrutura moderna, proporcionando uma prestação de serviços ágil e eficiente guiada pelos valores de Ética, Excelência e Respeito ao cliente, principal motivo de sua existência.

Zanão e Poliszezuk Advogados está em festa. Com 15 anos de existência, é reconhecido por seus clientes e parceiros como referência na prestação de serviços advocatícios altamente personalizados.

SÓCIOS

Fábio Lemos Zanão. Graduado pela USJT, em 1999; especialista em Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos, pela ESA/SP; mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, autor de vários artigos em periódicos especializados; idioma inglês.

Marcos Vinicius Poliszezuk. Graduado pela UNIP em 2000, especialista em Direito Empresarial pela ESA/SP; LLM em Direito dos Contratos pelo INSPER; idioma inglês.

Zanão e Poliszezuk Advogados

The firm has multidisciplinary approach and is highly specialized in Labor Law, in which it distinguishes by acting in Collective and Labor Unions Law, especially highlighting in public civil actions and civil inquiries in various courts of the national territory and government agencies.

15 YEARS OF A JOURNEY OF GROWTH, RESPECT AND RECOGNITION

Law firm **Zanão e Poliszezuk Advogados** celebrates 15 years this year during which they have established themselves as a true "boutique" law firm, prioritizing personalized service. Every cause is followed closely by the firm's partners, who design the best strategy together with their teams to find an adequate and innovative solution to their clients' problems in order to consolidate this service as a truly successful partnership.

This is the formula that assured the firm to earn credibility and respect in the legal sphere, the vision that each customer has its specificity and individuality and deserves personalized treatment when of the handling their problems, whether by providing advisory or litigation service.

The firm has multidisciplinary approach and is highly specialized in Labor Law, in which it distinguishes by acting in Collective and Labor Unions Law, especially highlighting in public civil actions and civil inquiries in various courts of the national territory and government agencies.

In order for the legal aid to be complete, **Zanão e Poliszezuk Advogados** also operates in the area of Civil Law, encompassing the most diverse specialties, especially succession planning, real estate, contracts, consumer, banking and corporate law.

Transparency and absolute confidentiality are values governing the activities of the law firm since its foundation. These aspects, in addition to highly skilled and dynamic professionals, guided by a partnership relationship with their clients, seeking ongoing excellence to overcome their expectations have allowed **Zanão e Poliszezuk Advogados** to distinguish for their success in important victories at the Judiciary.

The entire team values their clients' peace of mind, taking care of all the steps in the defense of individuals and legal entities. Thus, they offer modern structure, providing agile and efficient services guided by values like ethics, excellence and respect for the client, leitmotif for their existence.

Zanão e Poliszezuk Advogados is celebrating! After 15 years of operation, the firm is recognized by its clients and partners as a reference in highly personalized legal service.

PARTNERS

Fábio Lemos Zanão. Graduate from USJT in 1999; postgraduate certificate in Diffuse, Collective and Individual Homogeneous Rights from ESA/SP; master's degree in Law from Pontificia Universidade Católica de São Paulo; author of several articles in specialized journals; English speaker.

Marcos Vinícius Poliszezuk. Graduate from UNIP in 2000; specializing in Corporate Law by ESA/SP; LLM in Contract Law by Insper; English speaker.

Manuel Alceu Affonso Ferreira
"TRIBUNICES" 244
"TRIBUNICES"

Ana Flávia Magno Sandoval
REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO 248
INSIGHTS ON LABOR RELATIONS IN THE MODERN WORLD

Tales Castelo Branco
O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA 252
THE LAW PRACTICE

Dilermando Cigagna Júnior
TEMAS LIVRES 256
FREE THEMES

David Rechulski
DNA DA FRAUDE 260
THE DNA OF FRAUD

Rubens Decoussau Tilkian
MEDIAÇÃO: NOVA CHANCE AO JUDICIÁRIO 264
MEDIATION: NEW CHANCE FOR THE JUDICIARY

Hamilton Dias de Souza
O GOVERNO, AS INTERVENÇÕES E OS ESQUELETOS 268
GOVERNMENT, INTERVENTIONS AND SKELETONS

Luiz Flávio Borges D'Urso
DELAÇÃO PREMIADA – PROIBIÇÃO PARA QUEM ESTÁ PRESO 272
STATE'S EVIDENCE – BAN FOR ANYONE ARRESTED

Eduardo Antônio Lucho Ferrão
A CRISE E A ADVOCACIA 276
THE CRISIS AND ADVOCACY

Miguel Pereira Neto
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM CONCURSO COM AS MEDIDAS CONSTRITIVAS – LAVAGEM DE DINHEIRO 280
LEGAL FEES CONTESTING CONSTRICTING MEASURES – MONEY LAUNDERING

Walfrido Jorge Warde Júnior
POR UM NOVÍSSIMO MERCADO 284
FOR A BRAND NEW MARKET

Marcelo Leonardo
DEFESA DO DIREITO DE DEFESA 288
DEFENSE OF THE RIGHT OF DEFENSE

Alexandre Parra de Siqueira
A IMPORTÂNCIA DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS NA DESJUDICIALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA 292
THE IMPORTANCE OF ADMINISTRATIVE COURTS IN THE TAX DEJUDICIALIZATION

Antônio Roberto Sandoval Filho e Cláudio Sérgio Pontes
PRECATÓRIO 296
JUDICIARY BONDS

Sergio de Magalhães Filho
O ADVOGADO DIANTE DA CRISE INSTITUCIONAL 300
THE LAWYER BEFORE THE INSTITUTIONAL CRISIS

Rodrigo Tacla Duran
A IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SEGURANÇA JURÍDICA 304
THE IMPORTANCE OF THE LEGAL CERTAINTY CONSTITUTIONAL PRINCIPLE

Manuel Alceu Affonso Ferreira
"TRIBUNICES"

Um talentoso catarinense, Marcos Heusi Netto, com quem infelizmente perdi contato, realizava sustentação oral em corte superior quando a certa altura interrompeu a fala. Interpelado sobre o súbito mutismo, Heusi reagiu: "Sr. Presidente, enquanto eu falava dois ministros cochichavam. Assim, só retomarei a palavra quando puder receber, deste tribunal, o mesmo respeito que a ele tributo ao ouvir, calado, todos os votos aqui proferidos." Foi a vez de silenciarem os tagarelas desatentos...

O episódio impressionou-me. No seu epicentro achava-se aquele que é o mais comovente dos instrumentos advocatícios: a peroração tribunalícia. No procuratório forense nada existe de mais influente do que a palavra sonora. É ela, a defesa oral, aquilo que realmente consegue impactar o julgador. Coisa alguma a sobrepuja, petições ou memoriais.

"A arte oratória atinge a sua perfeição quando o discurso parece não ter exigido nenhum esforço", escreveu o monografista célebre. A naturalidade da exposição – que somente ocorrerá quando o orador esteja convencido daquilo que prega – é o requisito básico das sustentações. "Naturalidade" que não significa achavascada improvisação, ou cornucópia de palavras momentâneas, nem sequer "ausência de fausto, requinte ou aparato", mas um estilo elegante apropriado às necessidades do assunto[1].

[1] Maurice Druon, "Eloquência Judiciária", Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1ª. ed., pp. 99 e 103.

O segredo da defesa oral está em que o advogado apenas sugira "de forma muito discreta ao juiz os argumentos que lhe deem razão, de tal modo que este fique convencido de os ter encontrado por conta própria."

O saudoso Raimundo Pascoal Barbosa detinha a virtude da mais escancarada naturalidade. Nas impetrações dos seus apelos e *habeas corpus*, sem prejuízo do conteúdo técnico e valendo-se de um simpático tom intimista, o criminalista agia como se cavaqueasse com os julgadores. Refratário a pesporrências, o seu modo charmoso conquistava a reverente atenção dos magistrados-ouvintes. Ganhando ou perdendo, às falas do Dr. Raimundo os togados tributavam consideração.

A simplicidade expositiva, inconfundível com a vulgaridade e a gíria botequinesca, diferente do *bel canto* e que recusa arengas causadoras de invencíveis sonolências, há de ser o valor maior da pregação eficaz. A sustentação oral não é aula acadêmica, tampouco dissertação de mestrado...

A inteligência possui os seus espetáculos (Proust). E coisa alguma há de mais sedutor do que a sustentação inteligente. O segredo da defesa oral está em que o advogado apenas sugira "de forma muito discreta ao juiz os argumentos que lhe deem razão, de tal modo que este fique convencido de os ter encontrado por conta própria."[2]

Ao sustentar, para não cometer solecismos o advogado prevenirá os, a cada vez mais repetidos, erros de concordância e gênero. Cuidará de observar a pronúncia correta, com esse intuito antes consultando – o que raramente se faz – os dicionários especializados. É sabido que o bom direito frequentemente naufraga graças à péssima impressão trazida pelos atentados vernaculares. Por mais que se considere gramaticalmente credenciado, nada custará ao orador a prévia consulta aos repertórios, inclusive ao "Manual de Redação Jurídica", de José Maria da Costa[3].

Permanecer sentado, embora a regra estatutária permita[4], constitui novidade contraproducente. Durante o discurso é desaconselhável olhar para o alto, o que pode ser interpretado como soberba, ou baixar os olhos para a própria tribuna, o que arrisca ser tomado como insegurança. Reservar-se-á a leitura de papéis a trechos essenciais da decisão examinada, ou a verbetes documentais. Evitar-se-ão as conferências, bem assim as transcrições verbais dos ensinamentos de juristas. É que, no julgamento, os sustentantes lá não comparecem como professores, e os julgadores ali não se acham como alunos.

Certo é que os arrazoados dos pregadores podem se transformar, para os juízes, no temido intervalo de "férias mentais"[5]. Todavia, por igual é acertado que à preguiça cognitiva os magistrados forçosamente chegarão sempre que, apenas para cumprirem o devido processo, sejam constrangidos a suportar sustentações maçantes, arrogantes ou vacilantes. As primeiras, porque a chatice e a empáfia podem levar a revides punitivos. As últimas, porquanto a vacilação reforça, na mente do juiz, a provável improcedência do discurso.

Nas saudações, inclua-se o patrono contrário, e isto não somente por civilidade, mas também porquanto a cordialidade em relação ao adversário é imperativo ético[6]. Por sinal, a mesma urbanidade que obriga o advogado requerente a, demonstrando mínimo respeito com a agenda do *ex adverso*, informá-lo com antecedência sobre eventual pedido de adiamento. Para prevenir o espírito corporativo, ao guerrear a sentença o advogado dispensará censuras ao dela signatário. A crítica negativa dirigir-se-á à decisão prolatada, nunca à pessoa do prolator, por mais que S. Exa. mereça...

Ocupar a tribuna exige aprendizado constante. Mesmo os mais calejados sentem calafrios quando defendem aquelas causas às quais dedicaram tantos passados esforços. A boca seca e as mãos transpiram sempre que, para sustentar, eles comparecem ao tribunal do derradeiro julgamento. Essas desagradáveis sensações o tempo não remove. Talvez as reduza, torne-as menos incômodas, mas jamais as sepultará.

Nesses momentos de angústia, para os veteranos a única solução será beber suco de maracujá, xingar mentalmente o político da sua escolha, galgar prudentemente os degraus da tribuna, não derrubar o microfone e dela não desabar, após a fala aflitamente aguardar o resultado e, com tudo isso, continuar aprendendo...

[2] Piero C., "Eles, os Juízes, Vistos por um Advogado", Martins Fontes, 2000, p. 41.
[3] Editora Migalhas, 4ª. ed., 2012.
[4] Lei nº 8.906, de 04.7.1994, art. 7º, inc. XII.
[5] P. Calamandrei, ob. cit., ed., cit., p. 80.
[6] Código de Ética e Disciplina, art. 44.

MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA Foi Secretário da Justiça de SP, conselheiro federal e estadual (SP) da OAB, da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) e do Conselho de Comunicação Social do Senado Federal. É conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) e do Conselho de Estudos Avançados da FIESP.

Manuel Alceu Affonso Ferreira
"TRIBUNICES"

A talent from Santa Catarina, Marcos Heusi Netto, who I have unfortunately lost contact with, was performing an oral argument at a high court when, at a certain moment, he interrupted his speech. Questioned about his sudden silence, Heusi reacted: "Your Honor, two Justices were whispering while I was speaking. Therefore, I will only resume when I can get the same respect from this Court as I'm used to doing by quietly listening to all votes pronounced. It was the time to silence all distracted chatterboxes.

I was impressed by the incident. In its core was the most moving of legal instruments: the court peroration. For forensic lawyers, there is nothing more influential than the voiced word. It is it, the oral defense, that can really impact the judge. Nothing surpasses it, petitions or memorials.

"The art of public speaking reaches perfection when the speech seems effortless", wrote the renowned monographer. Exposure spontaneity – which exists only when the speaker is convinced of what he or she is preaching – is the basic requirement for arguments. "Spontaneity", which does not mean careless improvisation, or cornucopia of momentary words, not even "lack of ostentation, refinement or pomp", but an elegant style appropriate to the subject needs .

The late Raimundo Pascoal Barbosa had the virtue of the most conspicuous spontaneity. In filing for his appeals and *habeas corpus*, without prejudice to the technical content and resorting to a friendly intimate tone, the criminalist acted as if having a nice conversation with the judges. Contrary to arrogance, his charming manner caught the respectful attention of the listening magistrates. Winning or losing, judges gave consideration to Mr. Raimundo's speeches.

The expository simplicity, not to be mistaken for vulgarity and tavern slang, different from *bel canto* (beautiful singing, in English) and which rejects long and tedious speeches causing invincible slumber, shall be the greatest value of effective preaching. The oral argument is not an academic lesson, nor is it a master's dissertation...

Intelligence has its spectacles (Proust). And there is nothing more seductive than an intelligent argument. The key to oral defense is that the lawyer only tactfully suggests "to the judge his reasonable arguments so that the latter is convinced to have found them himself".

When arguing, in order not to make any solecisms, the lawyer shall avoid the increasingly repetitive agreement and gender mistakes. The lawyer shall observe the right pronunciation, therefore referring to specialized dictionaries beforehand – which is rarely done. It is known that good law usually fails due to the terrible impression given by crimes against the vernacular. As much as the speaker deems himself grammatically proficient, it will not hurt to consult the repertoire previously, including José Maria da Costa's "Manual de Redação Jurídica".

Although the statutory rule allows it , remain seated is a counterproductive trend. Looking up during speech is not recommended, as it can be perceived as arrogance; nor is lowering the eyes to one's own stand, which risks being seen as lack of self-confidence. Reading papers shall be reserved to key excerpts from the reviewed decision, or to documented entries. Lectures shall be avoided, as well as oral transcriptions from lawyers' teachings. In trial, the arguing parties are not there as teachers, and judges are not there as students.

Certainly, for judges the preachers' reasoning may become the dreaded "mental vacation" break. However, it is also certain that magistrates will inevitably reach cognitive laziness whenever forced to endure boring, arrogant or hesitant arguments, only to comply with due process. The former because nuisance and arrogance can lead to punitive reprisals. The latter inasmuch as hesitation reinforces the probable groundlessness of speech in the judge's mind.

In greetings, the opposing lawyer must be included, not only for civility purposes, but also because cordiality towards the adversary is an ethical imperative. Indeed, the same politeness that obliges the plaintiff lawyer to inform in advance any request for continuance, showing the least respect to the adverse party's agenda. In order to prevent the corporate spirit, when fighting the judgment the lawyer shall reproach its signatory. The negative criticism shall target the decision rendered, never the individual rendering it, as much as Your Honor deserves it...

Taking the stand demands continuous learning. Even the most experienced get the chills when defending those actions to which they have devoted so many past efforts. Dry mouth and sweating hands whenever they appear to argue at the ultimate trial's court. These unpleasant sensations time cannot erase. It may minimize them, make them less disturbing, but never bury them.

In such moments of agony, for veterans the only solution is drinking chamomile tea, mentally cursing the politician of your choice, carefully climbing the stand's steps, not dropping the microphone and not falling from it, painfully waiting for the result after talking and, therefore, keep learning...

Ana Flávia Magno Sandoval

REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O Decreto Lei nº 5.452/1943, mais conhecido como a Consolidação das Leis do trabalho, promulgada durante o governo de Getúlio Vargas, são as normas em vigor até os dias de hoje, e regulamentadoras das relações de emprego no Brasil.

Após o golpe de 1937, instaurou-se a Ditadura no País, e foi implantado o então denominado Estado Novo, caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo, e o conhecido autoritarismo de Getúlio Vargas, então Presidente da República.

Entre os anos de 1937 e 1945, período em que perdurou o Estado Novo, Getúlio Vargas, dentre diversas medidas de gestão pública que acarretaram em grande desenvolvimento para o país, decretou o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Consolidação das Leis do Trabalho, todos em vigor até os dias de hoje.

Getúlio Vargas criou a carteira de trabalho, a Justiça do Trabalho, o salário mínimo, a estabilidade no emprego, substituída em 1966 pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e o descanso semanal remunerado. Regulamentou o trabalho dos menores de idade, o trabalho da mulher e o trabalho noturno. Fixou a jornada de trabalho de oito horas diárias de serviço e ampliou o direito à aposentadoria a todos os trabalhadores urbanos.

O Poder Judiciário tem surpreendido empregados que ainda têm a ideia da Justiça do Trabalho paternalista, que protege os trabalhadores acima de todas as circunstâncias e condenam os empregadores, unicamente pelo fato de estarem nesta posição.

Foram criados nesse período, o Ministério da Aeronáutica e o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) que daria origem à Petrobras em 1953. Dentre outras medidas para o desenvolvimento econômico e industrial do Paraná e do interior do país, foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco e a Fábrica Nacional de Motores (FNM).

Até a redemocratização do País, iniciada após o termino da Segunda Guerra Mundial, em 1945, diversas medidas político econômicas foram tomadas em prol do desenvolvimento econômico e industrial. Em 1945, no contexto mundial do final da Segunda Guerra, Getúlio Vargas foi deposto por um movimento militar liderado por generais que compunham o seu próprio ministério, e assim colou-se fim ao Estado Novo.

O resumo deste período da história do Brasil contextualiza a criação do código de leis que regem até os dias de hoje as relações de trabalho no país. Existem alterações legislativas por leis promulgadas posteriormente, e também as convenções coletivas de trabalho regulamentadoras das categorias de cada profissão, mas a essência das normas trabalhistas se mantém.

As relações de trabalho no mundo contemporâneo são bem diferentes do que há setenta e dois anos. A despeito de qualquer inovação tecnológica, novos meios de comunicação e interação social, as relações trabalhistas são ainda a energia motora da sociedade. Seja na vida doméstica ou empresarial, o Código trabalhista estará em vigor ainda por muitos anos, regulamentando direitos e deveres, no contexto das relações dos trabalhos.

As Leis e a Justiça Trabalhista são ainda famosas pela excessiva proteção a empregados, em detrimento de empregadores. Em razão deste protecionismo à suposta parte mais fraca da relação, o que ocorre acentuadamente são os abusos cometidos pelos empregados, que utilizam-se da justiça do trabalho para dirimir conflitos pessoais com empregadores, violando deveres e prerrogativas das partes em litígio, como a lealdade e boa-fé, alterando a verdade dos fatos, e pleiteando direitos com ciência de que não fazem jus. Invenção de fatos inverídicos, alegações sem provas, injúrias, calunias, difamação, ou seja, litigância de má fé com a pura finalidade do locupletando ilícito, são os casos mais corriqueiros.

Nestas situações, o empregado viola disposições resguardadas pelo Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente nos processos trabalhistas, e também comete crimes tipificados pelo Código Penal. As violações cometidas nestes casos são punidas com a condenação à indenização da parte contrária, pagamento de perdas e danos, multa, sem prejuízo das penas de detenção e multa, cominadas pelo Código Penal.

Tempo atrás, o mais comum era o empregador ficar prejudicado nestes litígios, sendo sempre obrigado ao pagamento de algum valor ao empregado, mesmo que não houvesse nenhum direito a ser resguardado. No entanto, atualmente, a jurisprudência nos Tribunais nacionais têm sofrido mudanças. O cenário atual é que empregadores vêm conquistando o seu lugar e os seus direitos perante o empregado litigante de má fé que recorre à Justiça Trabalhista para finalidades ilícitas.

As convenções coletivas de trabalho das categorias de empregos apesar de assegurarem os direitos trabalhistas aos empregados, também conferem-lhes obrigações acessórias a serem cumpridas para que possam usufruir destas garantias. Desta forma, impõem-se requisitos a serem preenchidos pelos funcionários para que façam jus a estabilidade no emprego, auxílio maternidade, verbas rescisórias e demais cominações legais.

Observa-se assim, que no âmbito trabalhista, empregadores começam a ter mecanismos para não apenas se defenderem perante empregados mal intencionados. No mínimo por terem o direito de exigir destes empregados a comprovação dos fatos alegados na reclamação trabalhista, além de exigir o cumprimento das obrigações acessórias para que façam jus aos benefícios legais. Ambos institutos de bastante objetividade para aferição no momento do colhimento das provas.

Mais do que apenas se defenderem na Justiça do Trabalho, empregadores, empresas e pessoas físicas, também podem ajuizar ações trabalhistas contra empregados que vão em juízo embasados em fatos irreais, requerendo valores exorbitantes. Esta prática ainda não é tão comum, mas sua disseminação serve para que empregadores passem à ativa no sentido de recorrerem-se à Justiça do Trabalho para haverem os seus direitos trabalhistas na posição de empregadores.

O Poder Judiciário tem surpreendido empregados que ainda têm a ideia da Justiça do Trabalho paternalista, que protege os trabalhadores acima de todas as circunstâncias e condenam os empregadores, unicamente pelo fato de estarem nesta posição. Este novo posicionamento nos Tribunais se deve muito pelos mecanismos legais postos em vigor através das convenções coletivas de trabalho, e também por uma mudança de consciência social nas condições de emprego e dos empregados nos dias atuais.

As condenações impostas aos empregados pela litigância de má fé ainda são brandas, limitadas em valores, o que torna de certa forma ineficaz este novo posicionamento dos magistrados. Tais dispositivos foram de certa forma, aprimorados pelo Novo Código de Processo Civil, sem contudo, chegar-se a grandes resultados. A acentuação das penalidades pela litigância de má fé pode ser vista como excelente medida para combater o excessivo número de processos aguardando julgamento e abarrotando o Poder Judiciário no Brasil.

ANA FLÁVIA MAGNO SANDOVAL, graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pós graduada em Direito Tributário Constitucional pela mesma Instituição, advogada sócia fundadora do escritório AFMS Attorney & Counselor at Law, e da empresa de Eventos e Cursos Jurídicos AFMS Events, autora de diversos artigos científicos e jurídicos publicados na mídia nacional e especializada nas áreas de Direito Constitucional, Internacional, Trabalhista, Previdenciário, Tributário, Processual Civil e Comercial.

Ana Flávia Magno Sandoval
INSIGHTS ON LABOR RELATIONS IN THE MODERN WORLD

Decree Law No. 5,452/1943, better known as the Consolidation of Labor Laws (CLT), promulgated during the government of Getulio Vargas, are rules in force until the present day, regulating employment relations in Brazil.

After the 1937 coup, dictatorship was brought up in the country, implementing the so-called Estado Novo (New State), characterized by centralization of power, nationalism and anti-communism, and the known authoritarianism of Getulio Vargas, then President of Brazil.

Between 1937 and 1945, during which the New State lasted, among several public management measures that led to a great development for the country, decreed the Penal Code, the Criminal Procedure Code and the Consolidation of Labor Laws, all in force until the present day.

He also created the Employment record card, the Labor Court, the minimum wage, job security - replaced in 1966 by the fund "Fundo de Garantia por Tempo de Serviço" (FGTS), and the weekly paid rest. He regulated the work of minors, women and night shifts. Getulio set the working day on eight hours of service and extended the right to retirement for all urban workers.

In this period the Ministry of Aviation and the Conselho Nacional do Petróleo (CNP), which would give rise to Petrobras in 1953, were created. Among other measures for economic and industrial development of Paraná and the countryside of Brazil, Companhia Siderurgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Hidrelétrica do São Francisco e a Fábrica Nacional de Motores (FNM) were created.

Until the country democratization, which began after the end of World War II in 1945, various economic-political measures were taken for the economic and industrial development. In 1945, in the global context of World War II end, Vargas was deposed by a military movement led by generals who composed his own ministry, and so the Estado Novo came to its end.

The summary of this period in the history of Brazil contextualizes the creation of the code of laws governing labor relations in the country until the present day. There are legislative amendments to laws which were enacted later, and also collective bargaining regulating each professional category, but the essence of labor rules is the same.

Labor relations in the contemporary world are quite different than seventy two years ago. Despite technological innovations, new media and social interaction, labor relations are still the motive power of society. Whether in the home or business life, the Labor Code will be effective for many years, regulating rights and duties in the labor relations context.

Labor Laws and Courts are still famous for their excessive protection to employees in detriment to employers. Because of this protectionism to the allegedly weakest party of the relationship, what markedly occurs are the abuses committed by employees, which use labor justice to resolve personal conflicts with employers, violating duties and prerogatives of the parties involved, such as loyalty and good faith, changing the truth of the facts and claiming rights they are not entitled to. Invention of untrue facts, allegations without evidence, insults, slander, libel, i.e, litigation in bad faith with the pure purpose of unjust enrichment, are the most trivial cases.

In these situations, the employee violates provisions safeguarded by the Code of Civil Procedure, ancillary applied in labor lawsuits, and commits crimes typified by the Penal Code. Violations in these cases are punished with compensation from the other party, payment of damages, fines, subject to punishment and fine, imposed by the Penal Code.

Some time ago, the most common situation was that employers were impaired in these disputes, always required to pay an amount to the employee, even though there was no right to be safeguarded. Currently, however, there have been changes in domestic courts decisions. The current scenario is that employers have gained their place and their rights before the litigant employee in bad faith who resorts to labor law for illicit purposes.

Collective labor conventions of professional categories, while ensuring labor rights to employees, also require them to meet additional obligations in order for the employees to enjoy these guarantees. Thus, requirements are to be fulfilled by employees so they are entitled to job stability, maternity aid, severance payments and other legal sanctions.

So one can note, in the labor field, that employers begin to have mechanisms not only to defend themselves against malicious employees. At least because they have the right to demand these employees to prove the facts alleged in the Labor claim, in addition to requiring compliance with the ancillary obligations so they are entitled to the legal benefits. Both with enough objectivity to be assessed when of collecting evidence.

More than just defend themselves in the labor courts, employers, companies and individuals can also file several lawsuits against employees who ground their claims on unreal facts, requiring exorbitant prices. This practice is not as common, but its spread helps employers to become active in order to appeal to the labor court to have their labor rights granted in the position of employers.

The judiciary has surprised employees who still have the idea of a paternalistic Labor Justice, protecting workers above all circumstances and punishing employers solely because they are in this position. This new positioning in the Courts is due to the many legal mechanisms put in place through the Collective Labor Conventions, and also because of a change in social consciousness in the conditions of employment and employees nowadays.

The sentences imposed on employees because of litigation in bad faith are still mild, limited in values, which makes this new positioning of Magistrates somewhat ineffective. Such mechanisms were somewhat enhanced by the new Civil Procedure Code, however without reaching great results. The accentuation of penalties for litigation in bad faith can be seen as an excellent measure to combat the excessive number of cases awaiting trial and crowding the Judiciary in Brazil.

Tales Castelo Branco
O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

A nossa profissão – como disse Maurice Garçon – *"...é, acima de tudo, dedicação e desinteresse. Por certo os advogados vivem da profissão, mas, acima do seu interesse pessoal, põem a defesa, a proteção e o auxílio aos clientes"* (*O Advogado e a Moral*).

As obrigações do advogado para com o cliente, o adversário, e, ainda, o dever de assistência jurídica, a necessidade moral de urbanidade e os procedimentos disciplinares estão regulados pelo Estatuto e Código de Ética da OAB. Referência importante foi dedicada à obrigação de defender o Estado Democrático de Direito, a cidadania, a moralidade pública, a justiça e a paz social; esmerando-se em indicações de condutas de natureza eminentemente política, sugere que a atividade intelectual do advogado não deve abster-se de manifesta atuação nessa área.

O processo histórico de conquista do homem contra o Estado e as classes dominantes contou sempre com a participação do advogado. O desinteresse pela política fortalece o poderio dos que mandam e emudece cada vez mais a voz dos que se acostumaram apenas a obedecer.

O advogado deve denunciar pressões, protestar, escrever, falar, representar, requerer, não apenas fazendo respeitar seus direitos, mas exercendo amplamente a cidadania, cujo sentido e direção espiritual têm conotação essencialmente social. Nessa luta de todos, cabe à cidadania fazer funcionar o Estado, porque é ela que define sua qualidade.

"A moral, como norma de conduta, e a ética, como teoria diária do comportamento, são mais obrigações do que virtudes."

A Carta Magna, realçando a importância da profissão, define o advogado como figura indispensável à administração da justiça, prestando, no seu ministério privado, serviço público e exercendo função social.

A *"atividade é concebida como um conjunto de atos teleologicamente orientados, em um quadro de continuidade, permanência e integração. Ato e atividade distinguem-se e interpenetram-se na relação de conteúdo e continente"* (Paulo Luiz Netto Lôbo, *Comentários ao Estatuto da Advocacia*).

A moral, como norma de conduta, norteará o advogado para que ele não descumpra os deveres dos bons costumes; a ética (reflexão sobre a moral) será a teoria diária do seu comportamento em sociedade.

Sem moralismos sectários ou fanatismos religiosos, poderemos considerar que a moral, como norma de conduta, e a ética, como teoria diária do comportamento, são mais obrigações do que virtudes: obrigação emanante do caráter; dever intelectual resultante da reflexão. Por isso, o advogado deve proceder de forma que se torne merecedor de respeito e que contribua para o prestígio da classe e da advocacia. Ser digno da bonita frase de Henrion de Pansey: *"Livre das peias que escravizam os homens, muito orgulhoso para aceitar protetores e muito modesto para ter protegidos, sem subordinados nem superiores, o advogado seria o homem na plenitude da dignidade original, se tal homem pudesse existir neste mundo"* (*in* Maurice Garçon, *O advogado e a moral*).

No exercício diário de suas tarefas, a paciência é sempre boa conselheira. Paciência principalmente consigo mesmo, sabendo consultar-se, em silêncio, e, se for preciso, mudar de opinião. Incansável paciência há de ser dedicada ao ouvir o cliente, porque *"A maior parte das pessoas que ali entram são pessoas de vivíssimas preocupações, muitas vezes graves, que não lhes consentem o domínio da sua atitude! É a vida palpitante que elas nos trazem!"* (Henri Robert, *O Advogado*).

O domínio da Ciência Jurídica representa condição essencial para o exercício da profissão. Ninguém, em sã consciência, admitiria ser correto exercer uma atividade profissional sem conhecer plenamente seus fundamentos científicos. A insuficiência profissional não afeta apenas a honorabilidade do advogado incapaz; vai mais longe: além de causar irremediáveis danos ao cliente, atinge o bom nome de toda a classe. Estudar e conhecer a movimentação evolutiva do Direito é obrigação de todo advogado. Tratando do assunto, Couture anotou, com sensibilidade exemplar, em seus famosos *Mandamentos do Advogado*, esse dever intransferível: *"Estuda! O Direito se transforma constantemente. Se não segues seus passos, serás cada dia um pouco menos advogado"* (*Os Mandamentos do Advogado*).

Os discursos e arrazoados forenses têm valor exatamente porque reúnem três atividades do espírito: estudo, conhecimento e trabalho.

Sabemos bem que *"A vida judiciária é cheia de incertezas e tropeços. Ninguém logra atravessá-la em placidez, sobre caminhos de rosas. (...) Árdua tarefa de incessante labor, a que [o advogado] dá a plenitude de suas forças – físicas, intelectuais e morais –, sobranceiro às depressões do terreno onde lhe cabe, não raro, ferir a peleja da causa"* (Carvalho Neto, *Advogados*). Ao comunicar-se com os juízes, promotores e a parte adversa, quer o faça oralmente quer por escrito, há de proceder sempre de forma polida e educada. Poderá ser enérgico, veemente, firme, se necessário, mas, jamais, faltar com os deveres da lhaneza do trato. Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos. No exercício da profissão o advogado deve manter independência em qualquer circunstância, sem nenhum receio de desagradar a magistrado ou a qualquer autoridade, nem de incorrer em impopularidade.

Predomina, finalmente, como força ética da advocacia, a liberdade. Ángel Ossorio y Gallardo foi enfático ao tratar do assunto: *"As profissões chamadas liberais designam-se assim não só por acepção gramatical, mas também por acepção lógica, porque se exercem com liberdade e na liberdade têm o seu mais importante atributo"* (*A Alma da Toga*). Foi por isso que, com palavras vibrantes, disse Alfredo Pujol (*in* Carvalho Neto, *Advogados)*: *"A primeira condição, no ministério do advogado, deve ser a liberdade. O advogado tem de ser inteiramente livre, para poder ser completamente escravo do dever profissional!"*

TALES CASTELO BRANCO, Sócio do Escritório Castelo Branco Advogados Associados.

Tales Castelo Branco
THE LAW PRACTICE

Our job, like Maurice Garçon said, *"...is, above all, dedication and disinterest. Lawyers surely make their living from their profession but, above their personal interest, they place defense, protection and assistance to clients"* (*O Advogado e a Moral)*.

The lawyer's obligations to the client, the opponent, and also the duty of legal assistance, the moral necessity of urbanity and disciplinary procedures are regulated by the Bar Association Code of Ethics and Statute. An important reference was devoted to the obligation to defend the democratic state of law, citizenship, public morality, justice and social peace; perfecting in eminently political nature conducts recommendations, it suggests that the intellectual activity of the lawyer should not refrain from manifested performance in this area.

The historical process of conquest of man against the state and the ruling classes always counted on the participation of the lawyer. The lack of interest in politics strengthens the power of those who command and increasingly mutes the voice of those who have become accustomed only to obey.

The lawyer must report pressures, protest, write, speak, perform, require, not only enforcing their rights, but widely exercising citizenship, whose meaning and spiritual direction have essentially social connotation. In this struggle of all, it is on citizenship to make the country run, because it is citizenship that defines its quality.

The Constitution, stressing the importance of the profession, defines the lawyer as a figure indispensable to the administration of justice by providing public service as its private ministry, and acting with a social function.

The *"activity is designed as a set of teleologically oriented acts in a continuity framework, stay and integration. Act and activity are distinguished and intermingle on the relationship of content and continent"* (Paulo Luiz Netto Lôbo, *Comentários ao Estatuto da Advocacia*).

Morality, as a rule of conduct, will guide the lawyer lest he breaches the duties of morality; ethics (reflection on the moral) is the daily theory of society in his or her behavior.

With no sectarian moralism or religious fanaticism, we can consider that moral, as a rule of conduct, and ethics, as daily theory of behavior, are more obligations than virtues: obligation emanating character; intellectual duty resulting of reflection. Therefore, the lawyer must act in such way to become worthy of respect and contribute to the prestige of his class and advocacy. He or she must be worthy of the beautiful phrase of Henrion of Pansey: *"Free from the ties that enslave men, too proud to accept protectors and too modest to be protected without subordinates or superiors, the lawyer would be the a person in the fullness of original dignity, if such a person could exist in this world"* (*in* Maurice Garçon, *O advogado e a moral*).

In the lawyer's day by day practice, patience is always a good adviser. Patience mainly to oneself, knowing how to consult silently and, if necessary, to change one's opinion. Tireless patience is to be dedicated to listening to the client since *"most people who come here are people of very vivid concerns, often severe, that do not allow them to control their attitude! It is the throbbing life they bring us!"* (Henri Robert, *O Advogado*).

The field of Legal Science is essential for the profession. No one in their right mind would admit as correct to exercise an occupation without fully knowing its scientific foundations. Professional insufficiency does not only affect the conduct of the incapable lawyer; it goes further: besides causing irreparable damage to the client, it reaches the good name of the whole class. To study and know the evolutionary movement of law is the duty of every lawyer. Addressing the issue, Couture noted this non-transferable duty with exemplary sensitivity in his famous *Mandamentos do Advogado*: *"Study! The law constantly changes. If you do not follow your steps, every day you will become less and less a lawyer"* (*Os Mandamentos do Advogado*).

The speeches and forensic pleadings are valuable precisely because their gather three activities of the spirit: study, knowledge and work.

We know well that *"Judicial life is full of uncertainties and stumbling. No one achieves anything in stillness, walking on roses paths. (...) Arduous task of unremitting labor, to which [the lawyer] gives the fullness of his strength – physical, intellectual and moral – overlooking the depressions in the ground where the battle of the cause often deserves to be injured"* (Carvalho Neto, *Advogados*). By communicating with judges, prosecutors and the other party, whether orally or in writing, he or she must always act in a polished and polite way. The lawyer can be energetic, passionate, firm, if necessary, but, never they can never act against candor duties. There is no hierarchy or subordination between lawyers, judges and prosecutors, and all should be treated with consideration and respect for one another. In their profession, lawyers must maintain independence in all circumstances, without any fear of displeasing the magistrate or any authority, nor to incur unpopularity.

Finally the ethical force of law, freedom, predominates. Ángel Ossorio y Gallardo was magniloquent addressing the subject: *"The so-called liberal professions therefore are not only designated by grammatical sense, but also by logical sense, because are practiced with freedom and in freedom they have their most important attribute"* (*A Alma da Toga*). That's why, with vibrant words, Alfredo Pujol said (in Carvalho Neto, *Advogados*): *"The first condition in the the lawyer's practice must be freedom. The lawyer has to be entirely free, in order to completely be a slave of professional duty!"*

Dilermando Cigagna Júnior
TEMAS LIVRES

Algumas questões do direito são mais suscetíveis a reflexões ou mesmo críticas. Daí porque, ao *"Temas Livres"* posto à nossa escolha na esteira de nosso ingresso nesta terceira edição TOP LAWYERS, já referência no meio jurídico, preferimos abordar, resumidamente, alguns "Temas", aproveitando da "Liberdade" concedida, para invadir, egoisticamente, mais de um assunto capaz de aguçar o exame daqueles que sobre eles se debruçarem.

A guarda compartilhada legal agora é regra geral, inclusive com a possibilidade de divisão equilibrada da guarda física dos menores, sob análise do caso concreto, considerando todas as provas do processo e não só a técnica, visando sempre o interesse do menor. Esperemos que se cumpra a lei.

O **primeiro** deles diz respeito à relevância das questões societárias e corporativas na sociedade conjugal. Cada vez mais se verifica nas ações de divórcio de empresários, profissionais liberais, executivos, políticos e detentores de patrimônios mobiliários e/ou imobiliários, que além das próprias atividades, têm estes por bem colocar o patrimônio do casal em empresas de participações, empreendimentos, prestadoras de serviços etc.

Ditos bens, anos atrás, permaneciam em nome das pessoas físicas, sendo agora incorporados a pessoas jurídicas (conferidos, como queiram), por vezes sob administração de apenas um dos cônjuges, com potencial para fazer deles o que bem entendesse.

Sem contar naquelas sociedades onde uma das partes detenha participação no capital social, comunicável ao consorte, a vincular uma efetiva e justa partilha de bens à análise, busca e preservação de bens dessa sociedade. Sua avaliação, com base em critérios societários, patrimônio líquido, valores incorpóreos ou intrínsecos (marca, ponto, clientela, imagem, resultados de anos anteriores projetados para o futuro etc.) que acabam por agregar efetivo valor a ser considerado por ocasião da partilha. O mesmo a dizer, dentro do mundo corporativo (eventualmente as bonificações patrimoniais – *stock options* – concedidas aos executivos).

Isto, independentemente de eventuais incursões sobre administração conjunta, administrador judicial e outras medidas capazes de apuração do real valor de mercado, que se regeria, ou nos parâmetros de uma dissolução parcial da sociedade e apuração de haveres, ou mesmo uma desconsideração da personalidade jurídica para atingir o patrimônio comum.

Por certo que o advogado que milita no direito de família, forçosamente tem que fazê-lo, também, no direito societário, a preservar os plenos direitos de seus constituintes.

Segundo "Tema", de suma importância, é o da guarda de menores, de pais separados. Por anos a fio, destinava-se a guarda de filhos menores obrigatoriamente à mãe, na prática alijando o pai do exercício pleno do Poder Familiar (à época o chamado "Pátrio Poder"), porquanto a convivência deste com os filhos se mostrava efêmera, em fins de semana alternados, mais um dia por semana (e quando muito), permitindo à genitora pretender assenhorear-se dos direitos e interesses dos filhos sem a "intromissão" do pai, gerando desavenças constantes e um natural afastamento do genitor do exercício do poder familiar, contribuindo para a alienação parental, mesmo diante da ordem constitucional da isonomia entre os genitores, tornando as relações entre pais e filhos mais preservadas, como também enunciadas pelo art. 1.632 do CC.

Tal mesmice levou a inquietude social, quebrando o lugar comum e estereótipos constituídos ao longo do tempo pela sociedade em geral, ou por conceitos superados, aceitando as justas inovações próprias da dinâmica do direito que disciplina a Guarda Compartilhada de filhos, instituída inicialmente pela Lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008, com as inovações trazidas pela Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014, que deu nova redação aos artºs 1.583 e 1.584 do Código Civil, trazendo o compartilhamento da guarda como norte principal, sendo a unilateralidade da guarda uma exceção.

A guarda compartilhada legal agora é regra geral, inclusive com a possibilidade de divisão equilibrada da guarda física dos menores, sob análise do caso concreto, considerando todas as provas do processo e não só a técnica, visando sempre o interesse do menor. Esperemos que se cumpra a lei.

Terceiro "Tema" a ser abordado é a exigência direta ao exame pelo método DNA ao investigado (com presunção de sua paternidade no caso de recusa), sistematicamente deferida, ainda que ausente a menor prova indiciária no processo.

Por mais que se coloque a necessidade de um mínimo de verossimilhança das razões postas, tal qual a "fumaça do bom direito" (como requisito das cautelares ou das tutelas antecipatórias) para que alguém seja obrigado a fazer prova (inicialmente um ônus do Autor), em quase todas as demandas o feito é saneado com a determinação da sujeição ao exame (capaz, inclusive, de desagregar a família pré-constituída), por vezes com a ressalva de que a recusa representará reconhecimento à paternidade questionada.

Não pode ser assim, sob pena do processo legal nada valer e o magistrado não mais passar que um homologador de laudos. Ou, se assim é para ser, então que se tire ação da lei processual e que se autorize a averbação do resultado do laudo técnico na certidão de nascimento, pouco importando a defesa que tenha ou tivesse o investigado ou que, comprovadamente, jamais tenha sequer conhecido a genitora do investigante. Indo assim, ao extremo, que se altere também a Constituição a não mais exigir o devido processo legal para questões deste jaez.

Quarto "Tema" bem atual é o sentenciamento conforme o estado do processo, sem instrução probatória o que, na quantidade que se avoluma, leva a decisão primeira a ser anulada, por cerceamento de defesa, devolvendo as partes praticamente ao início do processo. O processo maduro para sentença ou calcado apenas em questões de direito, é uma coisa, mas o processo decidido por subjetivismo do magistrado em relação às provas que nega, não pode subsistir, ainda que se entenda pretenderem os julgadores, com tal postura, decidir e distribuir o direito com rapidez, celeridade esta que, todavia, não pode prejudicar a qualidade da decisão.

Enfim, ficam os *"Temas Livres"* (dos quais abusamos), ainda que em apertada síntese, à apreciação dos doutos.

DILERMANDO CIGAGNA JÚNIOR, Advogado civilista e comercialista, especializado em Direito de Família e Societário, graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1969.

Dilermando Cigagna Júnior
FREE THEMES

Some law issues are more susceptible to reflections or even to criticism. That is why, to the *"Free Theme"* made available to us in the wake of our entry in this third edition of TOP LAWYERS – already a reference in the legal environment – we rather briefly address some "Themes", taking advantage of the "freedom" selfishly granted to us, and explore more than one subject capable of sharpening the examination of those willing to study them.

The **first one** concerns the relevance of equity and corporate issues in marital society. Increasingly, in divorce actions of businesspeople, liberal professionals, executives, politicians and holders of securities and/or real estate assets, one can note that in addition to their own activities, these professionals decide to put the couple's assets in shares of companies, enterprises, services providers etc.

Such assets, years ago, would stay in individuals' names, and are now incorporated to legal entities (given responsibility to, as you wish), sometimes under the management of only one of the spouses, who may do whatever he or she desires.

Not taking into account those societies in which one of the parties holds in the share capital, communicable to the spouse, to link an effective and fair partition of property to an analysis, search and preservation of assets of that company. Its assessment, based on corporate criteria, owner's equity, intangible or intrinsic value (brand, point, clientele, image, prior year results projected for the future etc.), ultimately adds effective value to be considered at the time of partition. The same concerns the corporate world (possibly stock options granted to executives).

This, irrespective of any raids on joint administration, trustee and other measures to calculate the real market value, which would rule, or the parameters of a partial dissolution of the company and calculation of assets, or even piercing of the corporate veil to achieve the common heritage.

Certainly the lawyer that works in family law has to also necessarily do it in corporate law, to preserve the full rights of his or her constituents.

The **second** "Theme", of paramount importance, is the children custody of separated parents. For years, the mother would compulsorily have the child custody, refraining the father's from his full exercise of Family Power (then called "Homeland Power"), because his coexistence with their children seen as ephemeral, on alternate weekends plus another day a week (if any), allowing the mothers to take possession over the rights and interests of children without the father's "intrusion", generating constant disagreements and a natural distance from the father in his family power, contributing to parental alienation despite the constitutional order of equality among parents, preserving the relationship between parents and children in a better way, as also stated by art. 1632 of the Civil Code.

Such sameness led to social unrest, breaking the commonplace and stereotypes formed over time by society at large or by obsolete concepts, accepting the just innovations of the dynamics of law governing the Shared Custody of children, initially established by Law 11,698 of June 13, 2008, with the innovations introduced by Law 13,058, of December 22, 2014, which gave new wording to Clauses 1583 and 1584 of the Civil Code, placing custody share as reference, with one-sidedness custody as an exception.

The general rule now is the shared legal custody, also with the possibility of a balanced division of physical custody of children, under the concrete case analysis, taking all the evidence – not only technical – into account, always in benefit of the child. Let's hope the law is enforced.

Third "Theme" to be addressed is the direct requirement to examination by the DNA method on the defendant (with presumption of his paternity in the case of refusal), systematically granted, even in the absence of any circumstantial evidence in the case.

As much as one put the need for a minimum likelihood of the reasons given, like the "*fumus boni iuris*" (as a requirement of provisional remedies or anticipatory custody), for someone to be required to provide evidence (initially a burden of the Plaintiff), in almost all the cases the process is remedied by determining the submission to the exam (also possibly disaggregating the preformed family), sometimes with the proviso that the refusal to do so represents recognition of the questioned paternity.

This cannot be, otherwise the lawsuit is worth nothing and the magistrate simply becomes a report approver. Or, if it is to be, then one should take action from procedural law by authorizing the registration of technical report results on the birth certificate, no matter the defense the defendant has or had, or that, on a proven ground, has never even known the plaintiff's mother. In this sense, at the end, the Constitution may also have to be altered so to no longer require the due process issues of this ilk.

Fourth "Theme" is the current sentencing as the state of the process without probative instruction which, in the amount that grows, takes the first decision to be annulled by curtailing defense, taking the parties almost to the beginning of the process. The mature process for a judgment only on law issues is one thing, but the process decided by the magistrate subjectivism with regard to evidence they deny cannot abide, even if one understand the judges wish, with such a stance, to decide and distribute law quickly, speed which, however, cannot impair the quality of the decision.

Anyway, here are the *"Free Themes"* (of which we have abused), although in brief summary, for the appreciation of the scholarly.

David Rechulski
DNA DA FRAUDE

Ferramentas de controle e políticas restritivas como monitoramento de e-mails, adoção de códigos de conduta e ética nos negócios e até mesmo a realização de auditorias frequentes são imprescindíveis, mas não suficientes para evitar as chamadas fraudes corporativas. Mesmo empresas cuidadosas podem acabar sendo vítimas de ações fraudulentas por parte de fornecedores ou até mesmo de funcionários.

Pesquisas têm demonstrado que as fraudes nas empresas têm sido responsáveis por perdas financeiras de valores consideráveis, chegando, inclusive, a comprometer balanços financeiros, e até, em casos específicos e extremos, acarretar o encerramento de atividades, como já ocorreu com subsidiárias brasileiras de empresas multinacionais.

As fraudes decorrem, em sua gênese, do que é inato ao homem, de suas fraquezas morais, de sua falibilidade diante das tentações, necessidades ou simples oportunidades, além de sua formação sociocultural.

Mas o crescimento das fraudes no universo corporativo demonstra, claramente, a sensação de impunidade enraizada na sociedade brasileira, evidenciando que as empresas devem adotar medidas legais, especialmente na seara criminal, contra o funcionário/prestador de serviços ou fornecedor fraudador. E não simplesmente demitir ou rescindir contratos.

O combate à fraude no ambiente empresarial passa pelo cerco à origem motivacional da prática de qualquer ato ilícito, que nada mais é do que a sensação de impunidade indelével que os fraudadores carregam – confiam que, uma vez descobertos, nada lhes acontecerá, além de uma demissão ou rescisão de contrato.

Assim como na medicina o especialista é o mais indicado para tratamento de um mal grave, também no âmbito do Direito o profissional deve reunir experiência e conhecimentos na área em que o cliente precisa de ajuda específica. Logo, é de boa cautela privilegiar a especialidade da área.

Aliás, tamanha é a sensação de impunidade que se forma quando os funcionários fraudadores são apenas demitidos que, invariavelmente, ainda se colocam na posição de reclamantes perante a Justiça do Trabalho. Só nesse momento ocorre o efetivo arrependimento por parte dos gestores de terem declinado de adotar, previamente, as medidas na seara criminal, as quais, inclusive, costumam ter força para provocar o sobrestamento do processo trabalhista até que se apurem as circunstâncias da fraude alegada.

Nesse sentido, é preciso extirpar a relação promíscua de risco/benefício experimentada pelo fraudador, despertando a certeza de que acaso descoberto, terá de responder criminalmente por seus atos. A força e a contundência das sanções penais efetivamente aplicadas traduzir-se-ão numa justa intimidação, inclusive para evitar que o ambiente de trabalho seja contaminado pela sensação de impunidade.

Sim, pois conviver com a ideia de que o colega que foi descoberto fraudando a companhia foi simplesmente demitido – e não sujeitado aos termos da lei penal – acaba funcionando como incentivo à fraude para alguns, destruindo a credibilidade no ambiente corporativo.

Por fim, ao optar por não punir o fraudador, os gestores empresa não afastam eventuais presunções de conivência omissiva ou mesmo coautoria. Logo, a ideia de que basta a segregação do "fruto podre", e que levar os fatos às autoridades públicas só traria exposição negativa à companhia, é um grave engano.

Assim, por qualquer ângulo que se contemple a questão, uma postura menos gravosa em relação ao fraudador só traz consequências negativas para a empresa. A sociedade brasileira está assolada pelas consequências da falta de punição a atos ímprobos e fraudulentos. É preciso mudar essa postura também dentro das corporações.

MATERIALIDADE DA FRAUDE E DE SUA AUTORIA

Para que as empresas levem até as últimas consequências judiciais todas as fraudes das quais tenham sido vítimas, é necessário que estejam representadas por advogados especialistas na área, capazes de coletarem as provas e elementos aptos a demonstrar a materialidade da fraude e sua autoria. Por meio de uma atuação pontual no momento da apuração, garante-se que os procedimentos sejam adotados de maneira legalista, técnica e ética, sobretudo para que a prova não seja contaminada e se consiga, ao final, responsabilizar o fraudador.

MAPEAMENTO DE RISCOS

É muito importante o desenvolvimento de um mapeamento de riscos de incidência de fraudes, tendo como base o histórico de fraudes antecedentes, sejam elas sofridas pela própria empresa, ou outras do mesmo seguimento. A partir dos pontos de coincidência, das características e particularidades das atividades, da estrutura de delegação, dos procedimentos de centralização e descentralização de decisões, da autonomia hierárquica, dos sistemas de validação e controle, etc., é possível que sejam estabelecidos parâmetros e prospecções de probabilidade, mapeando-se os campos férteis para a fraude.

NÃO BASTA AUDITAR

É muito comum identificar processos de auditoria focados apenas na verificação de procedimentos, e assim encontrar fraudes maquiadas de procedimentos corretos, e o que é pior, acontecendo em empresas constantemente auditadas. Por tal motivo, é importante que as áreas de auditoria sejam assessoradas por profissionais que conheçam a casuística das fraudes corporativas, e não apenas a teoria. Não é demais lembrar que, diante da recorrência das fraudes, em que pese mudar o tempo, o lugar e a maneira de execução, os princípios e a estrutura dos gatilhos que acionam as ações fraudulentas são os mesmos.

PERFIL DO FRAUDADOR

Determinados cargos e funções propiciam mais a prática de fraudes que outros. Normalmente, trata-se de cargos com atribuição de responsabilidade intermediária, que conceda ao funcionário determinado grau de gestão sobre pessoas, dados e informações, além da confiança dos superiores, que lhes conferem autonomia e precária fiscalização. Reunidas essas circunstâncias em "mãos erradas", podem ser facilmente utilizadas para obtenção de vantagens ilícitas.

ATUAÇÃO DO ADVOGADO CRIMINAL

Assim como na medicina o especialista é o mais indicado para tratamento de um mal grave, também no âmbito do Direito o profissional deve reunir experiência e conhecimentos na área em que o cliente precisa de ajuda específica. Logo, é de boa cautela privilegiar a especialidade da área.

A descoberta de uma fraude no âmbito da empresa revela a existência de um crime com reflexos que podem ser dos mais importantes, sendo prudente que um advogado criminalista seja envolvido no caso desde o seu início. Essa simples providência poderá ter o condão de evitar muitos problemas e riscos, pois é fundamental que seja identificada e implementada a melhor estratégia de enfrentamento da situação, até mesmo porque, tal qual dissemos no início, e como estamos experimentando no momento histórico vivido pela sociedade brasileira, há fraudes capazes de pôr fim a uma empresa!

DAVID RECHULSKI, Advogado criminalista há 24 anos, pós-graduado em Direito Penal Econômico Internacional pelo Instituto de Direito Penal Econômico e Europeu (IDPEE) da Universidade de Coimbra e em Direito Processual Penal. Especialista em Direito Penal e autor de diversos artigos na área, além de ser palestrante e presidente de seminários nacionais e internacionais da mesma temática. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e da ACRIMESP. Indicado seguidamente pelo Anuário Análise da Advocacia como um dos mais admirados advogados na categoria do Direito Penal. Sócio fundador do escritório David Rechulski, Advogados, reiteradamente apontado dentre os de maior destaque no país por excelência em assessoria jurídica em Direito Penal Empresarial.

David Rechulski
THE DNA OF FRAUD

Control tools and restrictive policies, such as monitoring emails, adopting codes of conduct and business ethics, and even conducting frequent audits, are essential but not sufficient to prevent the so-called corporate fraud. Even careful companies can end up being victims of fraudulent actions by suppliers or even employees.

Research has shown that fraud in the companies has been responsible for financial losses of considerable values, even jeopardizing financial statements, and, in specific and extreme cases, resulting in the closure of activities, as it has already happened with Brazilian subsidiaries of multinational companies.

Fraud arises, in its origin, from what is innate to man, to his moral weaknesses, their fallibility in the face of temptations, needs or simple opportunities, in addition to their socio-cultural training.

But the growth of fraud in the corporate world clearly demonstrates the feeling of impunity rooted in Brazilian society, showing that companies should adopt legal measures, especially in the criminal realm, against the defrauding employee / service provider or supplier. And not by simply laying them off or breaking off contracts.

Combating fraud in the business environment involves the siege of motivational origin of the practice of any wrongful act, which is nothing more than the feeling of indelible impunity fraudsters carry – they believe that, once discovered, nothing will happen to them, except for a resignation or contract termination.

In fact, the feeling of impunity when defrauding employees are just laid off is such that they invariably still pose as claimants before the labor courts. Only then the effective repentance happens on the managers' side for having declined the adoption of preventive measures in the criminal realm, which usually are strong enough to cause the dismissal of the labor process until the circumstances of the alleged fraud are verified.

Therefore, it is necessary to extirpate the promiscuous risk-benefit relationship experienced by the fraudster, awakening the certainty that, in case discovered, he or she will have to answer for their criminal acts. The strength and forcefulness of legal penalties effectively enforced will result in a fair intimidation, including the prevention that work environment is contaminated by the sense of impunity.

Yes, because living with the idea that the colleague who was discovered defrauding the company was just fired – and not subjected to the terms of the criminal law – ends up working as an incentive to fraud for some people, destroying the credibility in the corporate environment.

Finally, by choosing not to punish the fraudster, the company managers do not rule out any presumptions of connivance by omission or even being considered principal. So the idea that segregating the "rotten fruit" is enough, and that taking facts to the public authorities would only generate negative exposure to the company, is a serious mistake.

Thus, from any angle the issue is contemplated, less serious attitudes toward the fraudster will only have negative consequences for the company. The Brazilian society is plagued by the consequences of failure to punish dishonest and fraudulent acts. We must change this attitude also within corporations.

EXISTENCE OF FRAUD AND OF ITS PERPETRATION

For companies to take up all the frauds they have been victims of to the last legal consequences, they need to be represented by lawyers specializing in the field, capable of collecting evidence and elements able to demonstrate the existence of fraud and its perpetration. Through a one-off performance at the time of examination, one ensures that procedures are adopted from legalistic, technical and ethical ways, especially so that evidence is not contaminated and can, in the end, blame the fraudster.

MAPPING OF RISKS

It is very important to develop a mapping of fraud risk incidence based on the historical antecedents of fraud, whether suffered by the company, or others of the same line. From the coincidence points, characteristics and peculiarities of the activities, delegation structure, centralization and decentralization of decisions procedures, hierarchical autonomy, validation and control systems, etc., probability parameters and prospects may be established by mapping the fertile fields for fraud.

AUDITING IS NOT ENOUGH

It is very common to identify audit processes focused only on the procedures check, and find fraud disguised as correct procedures, and, what is worse, going on in constantly audited companies. For this reason, it is important that audit areas are advised by professionals who know the casuistry of corporate fraud, and not just theory. It is worth remembering that, given the recurrence of fraud, despite changing the time, place and manner of execution, the principles and the structure of the triggers that activate the fraudulent actions are the same.

THE PROFILE OF A FRAUDSTER

Certain duties and functions provide the practice of more fraud than others. Normally, it is about positions with allocation of intermediate accountability, that gives the employee certain level of management on people, data and information, besides the confidence of superiors who give them autonomy and poor supervision. Having such circumstances gathered in "wrong hands", they can easily be used to obtain illegal benefits.

THE CRIMINAL LAWYER ROLE

Just as in medicine an expert is the most suitable person to treat a serious ill, also in the legal field the professional must gather experience and knowledge in the area where the client needs specific help. Therefore it is good to favor the area specialization.

The discovery of fraud within the company reveals the existence of a crime with consequences that can be of utmost importance, and it is prudent that a criminal lawyer is involved in the case from the beginning. This simple measure may have the power to prevent many problems and risks, for it is crucial to identify and implement the best strategy in coping with the situation, even because, like we said at the beginning, and as we are experiencing in the historic moment lived by society in Brazil, there are frauds able to close a company!

Rubens Decoussau Tilkian

MEDIAÇÃO: NOVA CHANCE AO JUDICIÁRIO

Tema recorrente no Judiciário nacional, e frequentemente cobrado pelos jurisdicionados, a morosidade da Justiça, decorrente não apenas da falta de estrutura digna aos magistrados, como também da ausência de conscientização de parte da população, que parece conhecer apenas o caminho da judicialização dos conflitos. Embora as medidas criadas para "desafogar" a máquina judiciária sejam inúmeras, poucas delas são eficientes e muitas estão desapegadas dos saudosos valores da Justiça.

Ritos processuais teoricamente mais céleres na prática remetem a um mesmo caminho; Juizados Especiais não desempenham seu mister com a rapidez esperada; setores de conciliação não atingem números satisfatórios; a imposição de plano de metas remete o Poder Judiciário à condição de "fábrica de sentenças"; julgamentos virtuais e em bloco, como se fossem mera "linha de produção" e por aí segue. Neste contexto pouco festejado, vale saudar a mais nova ferramenta para a solução de conflitos: a mediação – que, apesar de já existente no país em sua modalidade privada, ganha espaço nos diplomas legais em 2016, como um instrumento eficaz e seguro.

Para que se alcance o sucesso, faz-se imprescindível compreender o sentido da mediação e o verdadeiro papel do mediador.

Historicamente, a mediação surgiu na China Antiga, orientada pelo pensamento de Confúcio, destacado filósofo que, ao longo de sua trajetória (551 a.C. a 479 a.C), defendeu veementemente os princípios da moralidade pessoal e governamental, buscando sobretudo o ideal de Justiça por meio da ética na conduta individual. Para ele, cada um deveria ser responsável por fazer o bem e respeitar o próximo. Se – e somente se – tais valores não pudessem ser atingidos, é que se buscaria o direito positivo e a judicialização, situação essa que beirava a desonra.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que, desde os primórdios e por toda a evolução da humanidade, o conceito de mediação sempre esteve presente, podendo ser encontrado nas mais diversas religiões, nas relações entre povos, nas guerras e em inúmeros conflitos políticos e sociais.

Entretanto, na forma como hoje é conhecida, como instrumento pacífico de resolução de conflitos, a mediação ganhou corpo na década de 1970, nos Estados Unidos da América, mais precisamente no curso de Direito da Universidade de Harvard. Tal iniciativa de sucesso – logo tornada obrigatória naquele país – teve grande importância na redução do número de processos no sistema judiciário americano. Segundo informações do Departamento de Justiça americano, 69% dos casos submetidos à mediação foram resolvidos no ano de 2014.

Igualmente na Argentina, desde o início dos anos 1990, a mediação pré-litigiosa já era imperativa em quase todas as províncias. Alemanha e Canadá também adotam esse caminho, sendo que neste último a obrigatoriedade se dá no Direito de Família.

Já no Brasil, a prática da mediação, antes tarde do que nunca, será obrigatória com o advento do Novo Código de Processo Civil, já tendo, inclusive, conquistado lei própria: a Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

Diante desse cenário, em que muito se tentou, mas pouco se obteve em relação à morosidade da Justiça, pode-se dizer que a introdução da mediação no ordenamento jurídico pátrio foi o primeiro passo acertado. O segundo deles, igualmente positivo, é o envolvimento ativo do Conselho Nacional de Justiça na estruturação do Judiciário para a prática da mediação, com a implantação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania e com o reconhecimento de centros privados de mediação como órgãos auxiliares da Justiça. O terceiro passo, e talvez o mais importante deles, sem o qual os anteriores representariam verdadeiros tropeços, será o de exigir, com vigor e assiduidade, a ampla capacitação e plena responsabilidade dos futuros mediadores.

De fato, se é bem verdade que o Brasil está no topo do mundo quando o assunto é o vistoso aparelhamento de sua máquina estatal, contrário senso o país figura nas últimas colocações quando o tema é qualidade e desburocratização dos serviços oferecidos. Soma-se a isso o fato de a Resolução nº 125, do Conselho Nacional de Justiça, responsável por definir os requisitos mínimos para formação do mediador, ser demasiadamente branda, o que gera imensa preocupação diante da desenfreada oferta que virá ao mercado. Os critérios quantitativos nunca poderão prevalecer sobre os qualitativos, sob pena de se colocar em risco os mediandos, bem assim enfraquecer esse poderoso instituto de resolução de conflitos – tal como vem ocorrendo com a conciliação perante os Juizados Especiais do país.

Para que se alcance o sucesso, faz-se imprescindível compreender o sentido da mediação e o verdadeiro papel do mediador. Será igualmente indispensável conscientizar os juízes de que a mediação, como nova etapa processual, deverá ser obrigatoriamente exercida por terceiros, a fim de se respeitar a confidencialidade, o protagonismo e a autonomia das partes; sem falar, é claro, que a mediação feita pelo próprio julgador resultaria na criação de mais uma incumbência na já esgotada pauta dos magistrados.

Nesse contexto, vejo a mediação como um método voluntário, confidencial e alternativo de resolução de disputas, pelo qual um terceiro capacitado, imparcial e sem poder de decisão, intervém no litígio de modo a auxiliar as partes na identificação das raízes do conflito, preferencialmente por meio do método reflexivo, de maneira a transcender os contornos da lide, para que elas, como protagonistas, consigam alcançar uma solução satisfatória, dentro da realidade de suas pretensões.

Quanto ao mediador, este exercerá o papel de simples instrumento às partes, usando técnicas específicas – tais como escuta ativa afiadíssima, perguntas reflexivas diretas e indiretas para tocar a consciência de cada um dos mediandos, percebendo o momento de uni-los ou separá-los durante os trabalhos e, ainda, respeitando suas angústias sem demonstrar qualquer preferência ou envolvimento pessoal. Ao mediador é crucial saber que nem sempre – para não dizer quase nunca – o problema se resumirá aos aspetos patrimoniais, sendo primordial entender as verdadeiras causas do conflito que comumente não estarão nas entrelinhas do processo.

É possível afirmar que um procedimento de mediação bem conduzido será de longe o melhor caminho para a solução de um conflito, porquanto caberá aos interessados, com plena autonomia, eleger o melhor acordo para seus interesses, sem que tenham que transferir tal tarefa a terceiros e aguardarem pacientes, apostando em uma decisão favorável num futuro longínquo.

RUBENS DECOUSSAU TILKIAN, formou-se pela Faculdade de Direito das Universidades Metropolitanas Unidas; é pós-graduado em Direito Societário (*LLM – Masters of Law*) pelo INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa; especialista em mediação familiar e empresarial, fundador do Instituto Vertus de Mediação. É Vice-Presidente da Comissão Permanente de Exame de Ordem da OAB/SP, e tem formação em Life Coaching pela SLAC – Sociedade Latino Americana de Coaching.

Rubens Decoussau Tilkian

MEDIATION: NEW CHANCE FOR THE JUDICIARY

Recurring theme in the Brazilian judiciary, and often charged by the parties, the slow pace of justice due not only to lack of worthy structure to the magistrates, but also to lack of awareness of the population, which seems to know just the legal way for disputes. Although numerous are the measures created in order to "relieve" the judiciary machine, few are efficient and many detached from the longed-for Justice values.

Procedural rites theoretically quicker in practice refer to the same path; Special Courts do not play their roles with the expected rapidity; conciliation sectors do not reach satisfactory figures; imposing goals plan refer the Judiciary to the condition of a "judgment factory"; virtual and block trials as if they were mere "production lines" and so on. In this not so celebrated context, it is worth welcoming the new dispute resolution tool: mediation, that despite existing in the country in a private mode, gains ground in legislation in 2016 as an efficient and safe instrument.

Historically, mediation originated in ancient China, driven by the thought of Confucius, highlighted philosopher who, throughout his history (551 BC to 479 BC), strongly advocated the principles of personal and governmental morality, especially seeking the ideal of Justice through the ethics of individual conduct. For Confucius, everyone should be responsible for doing good and respecting others. If – and only if – such values could not be achieved, then one would seek positive law and judicialization, a situation close to disgrace.

In general, it can be said that from the beginning and throughout the evolution of mankind, the concept of mediation has been always present and can be found in several religions, in relations between peoples, wars and numerous political and social conflicts.

However, in the way it is now known as peaceful means of dispute resolution, mediation gained momentum in the 1970s, in the United States, more precisely in law school at Harvard University. This successful initiative – soon made mandatory in that country – was very important in reducing the number of processes in the American judicial system. According to data from the US Department of Justice's, 69% of cases referred to mediation were resolved in 2014.

Also in Argentina, since the early 1990s, the pre-litigation mediation was already mandatory in almost all provinces. Germany and Canada also adopt this route, and in the latter the obligation occurs in family law.

In Brazil, the practice of mediation, better late than never, will be mandatory with the arrival of the new Civil Procedure Code, which has even gained its own law: Law No. 13,140, of June 26, 2015.

In this scenario, in which much has been tried but little has been achieved regarding the slow pace of justice, we can say that the introduction of mediation in the Brazilian legal system was the first correct step. The second one, also positive, is the active involvement of the National Council of Justice in structuring the Judiciary for the practice of mediation, with the implementation of Conflict Resolution and Citizenship Judicial Centers, and the recognition of private mediation centers as auxiliary bodies of Justice. The third step, and perhaps most important of them, without which the former ones would represent real stumbles, will be to require, with vigor and diligence, extensive training and full responsibility of future mediators.

In fact, if it is true that Brazil is on top of the world when it comes to showy apparatus of its state machine, the contrary sense is that the country is in the last positions when the subject is quality and removal of bureaucracy of services offered. Added to this is the fact that Resolution No. 125, of the National Council of Justice, responsible for defining minimum requirements for mediators training, is too lenient, which generates immense concern about the rampant offer to come to the market. Quantitative criteria can never prevail over qualitative ones, failing to endanger the mediating parties, as well as weakening this powerful institute for dispute resolution – as is happening with the conciliation before the Brazilian Special Courts.

In order to achieve success, it is essential to understand the meaning of mediation and the true role of the mediator. It will also be indispensable to educate judges that mediation, as a new procedural step, shall be compulsorily carried out by third parties in order to respect confidentiality, the role and the autonomy of the parties; not to mention, of course, that mediation made by the judge him/herself would result in the creation of another responsibility in the already exhausted agenda of magistrates.

In this context, I see mediation as a voluntary, confidential and alternative method of dispute resolution whereby a qualified, impartial and with no decision-making power third party intervenes in the dispute in order to assist the parties in identifying the roots of the conflict, preferably by the reflective method, to transcend the boundaries of the dispute, so that they are able to reach a satisfactory solution, as protagonists, within the reality of their claims.

As for the mediator, he or she will play the role of simple instrument to the parties, using specific techniques – such as very sharp active listening, direct and indirect reflective questions to awake the conscience of each mediating parties, realizing the time to put them together or separate them during the work, and also respecting their troubles without showing any preference or personal involvement. It is crucial for the mediator to know that not always – if not so say rarely – the issue will boil down to the patrimonial aspects and that it is critical to understand the real causes of the dispute, which will commonly not be in between the lines of the process.

It can be argued that a well-conducted mediation procedure will be, by far, the best way to solve a dispute, because it will be up to the interested parties to choose the best deal, with full autonomy, according to their interests, without having to transfer that task to third parties and having to wait patiently, betting on a favorable decision in the distant future.

Hamilton Dias de Souza

O GOVERNO, AS INTERVENÇÕES E OS ESQUELETOS

As intervenções do Estado no domínio econômico podem e devem ser feitas em determinadas circunstâncias, havendo previsão constitucional nesse sentido (art.173 e 174 da CF/88). Todavia, há limites que não podem ser ultrapassados. Se intervier na atividade econômica de forma a causar prejuízos anormais a determinado individuo ou grupo de indivíduos, deverá o Estado indenizar os prejudicados na medida do dano que lhes causar.

Portanto, em toda intervenção, o Estado deve sopesar não só os custos diretos da atividade, mas também os reflexos a que estará sujeito. Refiro-me aos "esqueletos". Exemplos deles são as conhecidas demandas judiciais decorrentes da intervenção do governo nos setores aéreo e sucroalcooleiro nas décadas de 1980 e 1990. Embora as situações não sejam idênticas, há em comum o fato de haver o Estado obrigado os particulares a praticarem preços e tarifas administrados, fixando-os, porém, em níveis irreais e abaixo dos custos de produção dos respectivos setores.

Fica evidenciado que as intervenções estatais devem ser feitas apenas em circunstâncias excepcionais, quando interesses públicos primários o exigirem, devendo os custos ser rigorosamente calculados. Além de causarem disfunções no mercado, criam ônus presentes e futuros

O Supremo Tribunal Federal reconheceu o direito à indenização nesses casos. A despeito disso, o que se verifica é o recrudescimento de intervenções da União na economia, que, a par de prejudicar o livre jogo das forças de mercado, tem provocado disfunções em determinados segmentos.

Alguns exemplos merecem considerações específicas. O primeiro diz respeito à intervenção do governo na Petrobras, com reflexos diretos sobre a empresa, seus acionistas e demais partícipes do mercado de combustíveis. Aquele, na condição de acionista controlador, utilizou por anos o congelamento de combustíveis como forma de controle da inflação, subsidiando o preço da gasolina no mercado interno. Em razão disso, há informações de que, somente entre 2010 e 2013, a empresa perdeu quase 50% do valor, enquanto as ações ordinárias se desvalorizaram 61,2% entre 2009 e 2013 e os lucros caíram significativamente, isso tudo antes mesmo que viessem a público os casos de corrupção que acabaram por deteriorar ainda mais a imagem da empresa, sua lucratividade e seu patrimônio.

Em 2012, por exemplo, o lucro líquido diminuiu 36,4% em relação a 2011. Entre 2010 e 2013, o prejuízo direto em decorrência da importação de gasolina para revenda somou, aproximadamente, R$ 2,3 bilhões. Os acionistas, demonstrando o desvio de finalidade do controlador, poderão exigir que ele responda pelos danos causados à companhia. O segundo exemplo refere-se aos produtores de álcool, que sofreram graves prejuízos em decorrência da mesma política. Com efeito, por questões de eficiência energética dos combustíveis (substitutos perfeitos), só é vantajoso abastecer o veículo com álcool, em vez de gasolina, quando o preço daquele for inferior a 70% do preço desta.

Por isso, como o preço da gasolina ficou defasado, o do etanol teve de acompanhá-lo. As perdas do setor sucroalcooleiro, em decorrência desses fatores, são estimadas entre R$ 29,7 e R$ 38,7 bilhões e devem ser indenizadas por terem sido causadas por ato do governo, que fixou preços com o objetivo de controle da inflação, quando deveria tê-lo feito no interesse da empresa (Petrobras) para atender seu objeto social.

O terceiro exemplo alude à intervenção do Estado no setor elétrico, ao manter artificialmente baixo o preço da energia elétrica consumida, impondo perdas às distribuidoras e concessionárias. Também afetadas pela persistente escassez de geração hidrelétrica, elas foram obrigadas a adquirir, no mercado de curto prazo, energia mais cara, de geração termoelétrica, sem o necessário repasse de custo ao consumidor. Em razão dos prejuízos, o governo anunciou compensação direta ao setor por meio de um pacote de medidas que somam, aproximadamente, R$ 12 bilhões, decorrentes de aportes diretos realizados pelo Tesouro Nacional e financiamentos bancários à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Se as perdas superarem as compensações diretas havidas, as empresas terão o direito de ser indenizadas.

Fica evidenciado que as intervenções estatais devem ser feitas apenas em circunstâncias excepcionais, quando interesses públicos primários o exigirem, devendo os custos ser rigorosamente calculados. Além de causarem disfunções no mercado, criam ônus presentes e futuros. Os últimos, os esqueletos.

HAMILTON DIAS DE SOUZA Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo, USP, em 1966. Especializado em Direito Tributário pela mesma Universidade de São Paulo, USP. Mestrado em Direito Econômico e Financeiro pela USP. Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo, da Academia Paulista de Direito, da Academia Brasileira de Direito Tributário, do Conselho Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), ex-presidente e atual membro da Academia Internacional de Direito e Economia. Foi professor de Direito Tributário na USP. Possui vários trabalhos publicados. Fundador da Dias de Souza Advogados Associados.

Hamilton Dias de Souza

GOVERNMENT, INTERVENTIONS AND SKELETONS

State interventions in the economic domain can or should be made in certain circumstances; there is constitutional provision to that effect (art.173 and 174 of CF / 88). However, there are boundaries that cannot be crossed. If intervening in economic activity so as to cause abnormal losses to a particular individual or group of individuals, the State must compensate the aggrieved party to the extent of damage caused to them.

Therefore, in every intervention, the State must weigh not only the direct costs of the activity, but also the reflections it will be subjected to. I am referring to the "skeletons". Examples are known lawsuits resulting from government intervention in the air and sugarcane industries in the 1980s and 1990s. Although the situations are not identical, in common there is the fact that State had particulars practice regulated prices and tariffs, setting them, but in unrealistic levels and below production costs of the relevant sectors.

The Federal Supreme Court recognized the right to compensation in such cases. Nevertheless, what is happening is the resurgence of Union intervention in the economy, which, along with impeding the free play of market forces, has caused dysfunctions in certain segments.

Some examples deserve specific consideration. The first example relates to government intervention in Petrobras, with direct impact on the company, its shareholders and other participants of the fuel market. In the controlling shareholder position, it has, for years, used the freezing of fuels price as a way to control inflation by subsidizing the price of gasoline in the domestic market. As a result, there are reports that, only between 2010 and 2013, the company lost almost 50% of its value, while the common share price dropped 61.2% between 2009 and 2013 and profits fell significantly, all of this before the corruption cases that eventually deteriorated the company's image, profitability and assets even more became public.

In 2012, for example, net income decreased 36.4% compared to 2011. Between 2010 and 2013, direct damage due to the import of gasoline for resale totaled approximately R$ 2.3 billion. Shareholders, demonstrating the controller's misuse of purpose, may require a response for the damage caused to the company. The second example refers to ethanol producers, who suffered serious losses due to the same policy. Indeed, due to issues related to fuel's energy efficiency (perfect substitutes), it is only advantageous to fuel vehicles with ethanol instead of gasoline when the price of ethanol is less than 70% of the price of gasoline.

Therefore, as the price of gasoline became lagged, ethanol had to catch up. Losses of sugarcane industry, as a result of these factors, are estimated at R$ 29.7 and R$ 38.7 billion and should be compensated for having been caused by government act, which set prices in order to control inflation, when it should have been done in the interest of the company (Petrobras) to meet its objective.

The third example refers to state intervention in the energy sector, by artificially keeping down the price of electricity consumed simply imposing losses to distributors and concessionaires. Also affected by the persistent shortage of hydroelectric generation, they were obliged to purchase – from short term market – more expensive energy, from thermal power plants, without the necessary costs transfer to consumers. Because of the damage, the government announced direct compensation to the sector through a package of measures totaling approximately R$ 12 billion, resulting from direct contributions made by the National Treasury and financing the Chamber of Electric Energy Commercialization. If losses exceed direct compensation, companies will have the right to be compensated.

It is evident that state intervention should be limited to exceptional circumstances – when primary public interests so require – and costs should be rigorously calculated. In addition to causing problems in the market, it creates present and future burden. The latter the skeletons.

Luiz Flávio Borges D'Urso

DELAÇÃO PREMIADA – PROIBIÇÃO PARA QUEM ESTÁ PRESO

Nunca se viu tanta delação premiada no Brasil. Essa frase tem povoado incontáveis conversas no seio da população brasileira.

A delação premiada consiste num acordo celebrado, de um lado, pelo investigado, acusado ou condenado e, de outro, pelo Estado. Esse acordo se perfaz com a confissão ou com informações relevantes do agente criminoso, que negocia com o Estado benefícios que reduzam sua pena ou lhe propiciem até a obtenção do perdão judicial.

Nossa legislação contempla a delação premiada, também denominada colaboração premiada, desde a Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072, de 1990). Durante muitos anos discutiu-se o formato da delação premiada. Somente com a promulgação da Lei de Combate às Organizações Criminosas (Lei 12.850, de 2013), é que se desenhou um procedimento mais completo sobre a delação premiada.

Assim, a palavra do delator que não encontre, durante a instrução, elementos de prova a convalidá-la, não poderá servir de fundamento para uma sentença condenatória. Importante destacar que não se fala aqui da mentira, pois neste caso a delação premiada será rescindida.

A delação premiada, como prevista hoje em nosso ordenamento, estabelece a necessidade de sua efetividade, vale dizer, que seja relevante e propicie resultado, identificando autores do delito e provas do próprio crime, estrutura da organização criminosa e seu "modus operandi", de maneira a dar suporte a uma condenação judicial. Deve também ajudar na prevenção de novos crimes e na recuperação do produto delituoso.

A lei estabelece que a negociação, que é o cerne da delação premiada, não pode ter a participação do magistrado que, ao depois, deverá homologá-la. O acordo, portanto, deve ser realizado entre o delator e o agente do Estado, vale dizer, o Delegado de Polícia e/ou o representante do Ministério Público, sempre com a presença do Advogado.

Esse acordo que, pode-se dizer, é um verdadeiro contrato, deve trazer as condições propostas, negociadas e estabelecidas pelas partes, devendo ainda o delator se compromissar a dizer a verdade e renunciar seu direito constitucional ao silêncio.

Nunca é demais reiterar que a palavra do delator não é prova judicial, mas somente informação, pois necessita, para se tornar prova processual, que outros elementos probatórios venham corroborar o que foi informado.

Assim, a palavra do delator que não encontre, durante a instrução, elementos de prova a convalidá-la, não poderá servir de fundamento para uma sentença condenatória. Importante destacar que não se fala aqui da mentira, pois neste caso a delação premiada será rescindida.

A delação premiada, todavia, somente se aperfeiçoa, produzindo o resultado pretendido, quando da sentença, oportunidade na qual o magistrado examinará a eficiência do acordo, e se tudo o que fora pactuado foi realmente cumprido.

Convém destacar que o juiz que proferirá a sentença, não está obrigado aos termos do acordo, podendo decidir, independentemente do que fora acordado. Aqui, sem dúvida, reside outro ponto de fragilidade e desconfiança quanto ao instituto.

Uma das principais regras a ser observada é a da voluntariedade, pois a delação premiada não pode ser compelida ao delator, que jamais poderá ser forçado a delatar. A voluntariedade está intimamente ligada à origem da delação premiada, pois o delator deve agir movido pelo sentimento de arrependimento ou de colaboração com a Justiça, afastando-se da prática criminosa.

Imenso debate se trava hoje sobre esse ponto, pois a voluntariedade deve significar que a delação será feita livremente, negociada sem pressões ou ameaças, isto tudo num ambiente de liberdade para decidir.

Como afirmar que alguém que realiza uma delação premiada possa fazê-la de forma voluntária, se este alguém que já é alvo de uma investigação, ou de um processo criminal, encontra-se preso cautelarmente?

É inegável que o homem preso preventivamente está submetido a uma enorme carga emocional que o oprime, submetido a uma das mais doloridas e sofridas experiências de um ser humano. Não é por acaso que a humanidade buscou o pior castigo para punir alguém na supressão de sua liberdade.

Ora, como alguém que não pode ir e vir livremente, que é submetido ao convívio nefasto do cárcere, que sofre as humilhações do aprisionamento, que suporta a vergonha da cadeia para seus parentes e amigos, que muitas vezes enfrenta a superlotação carcerária e até sevícias físicas e sexuais, como alguém submetido a essa pressão psicológica pode preservar sua voluntariedade?

Por óbvio que o espírito da voluntariedade inexiste nesse ambiente e compromete a iniciativa da delação premiada, que é buscada para se obter a liberdade.

Nem se vislumbra aqui a odiosa prática de se deliberadamente prender para forçar a delação premiada, pois tal representaria um crime estatal tão nefasto quanto o crime que se deseja combater, inadmissível num Estado Democrático de Direito, onde todos, Estado e cidadãos, devem se submeter às leis.

Assim, o instituto da delação premiada não é um mal em si mesmo, até porque representa, na sua essência, uma alternativa para a defesa, todavia, é preciso aperfeiçoá-lo, e a proposta que apresentamos é a proibição da oportunidade da delação premiada para aquele que se encontra preso cautelarmente, pois dessa forma se estaria preservando a obrigatória voluntariedade, que hoje é tão questionada no Brasil.

LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO é Advogado Criminalista, Mestre e Doutor em Direito Penal pela USP, foi Presidente da OAB/SP por três gestões, Conselheiro Federal da OAB, Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – ABRACRIM e Professor Honoris Causa da Faculdade de Direito da FMU

Luiz Flávio Borges D'Urso
STATE'S EVIDENCE – BAN FOR ANYONE ARRESTED

Never before one has seen so much turning of state's evidence in Brazil. This sentence has populated countless conversations amongst the Brazilian population.

State's evidence consists of an agreement between the defendant, accused or convicted person on one hand and the State on the other. Such an agreement takes place with the confession or relevant information from the perpetrator, who negotiates benefits with the State so to reduce his sentence or to even promote pardon by the judge.

Our legislation includes state's evidence, also called collaboration, since the Law of Heinous Crimes (Law 8,072 of 1990). For many years the state's evidence format has been discussed. A more complete procedure has only been designed on state's evidence after the enactment of the Law to Combat Criminal Organizations (Law 12,850 of 2013).

State's evidence, as now provided by the Law, establishes the need for its effectiveness, i.e, that it is relevant and result conducive, identifying the crime's perpetrators and evidence of the crime itself, criminal organization and its "modus operandi", so to support a criminal conviction. It should also help in preventing new crimes and in the recovery of the proceeds of the crime.

The law establishes that the negotiation – which is the core of state's evidence – can not have the participation of the magistrate, who shall then ratify it. Therefore the deal has to be carried out between the informer and the State officer, i.e, the Chief of Police and/or the representative of the Attorney's Office, always in the presence of the lawyer.

We can consider this deal as a real agreement, which should state the conditions proposed, negotiated and established by the parties, when the informer also has to commit to tell the truth and give up his/her constitutional right on silence.

It is important to reiterate that the word of an informant is not judicial evidence but only information, for it has to become procedural evidence so that other evidence corroborates with what was informed.

Thus, the word of an informant that does not find evidence elements to validate it during the investigation, cannot serve as ground for a judgment. It is important to point out that lies are not even considered here for, in such case, the turning of state's evidence is revoked.

State's evidence, however, is only perfected by producing the desired result when of the sentence, opportunity in which the magistrate shall examine the efficiency of the agreement, and if everything agreed upon was actually fulfilled.

It should be pointed out that the judge imposing the sentence is not bound by the terms of the agreement, and may decide regardless of what had been agreed upon. Here there is undoubtedly another point of fragility and distrust in the institution.

One of the main rules to be observed is voluntariness, since state's evidence cannot be compelled to an informer, who can never be forced to betray. Voluntariness is closely linked to the origin of state's evidence, for the informer must act moved by the feeling of repentance or collaboration with the Justice, willing to turn away from crime.

There is currently huge debate on this point, because voluntarism should mean that the state's evidence will be turned freely, negotiated without pressures or threats, all of this in a free decision environment.

How can we affirm that someone turning state's evidence could possibly be doing it voluntarily once this person, who is already target of an investigation or a criminal prosecution, is in provisional detention?

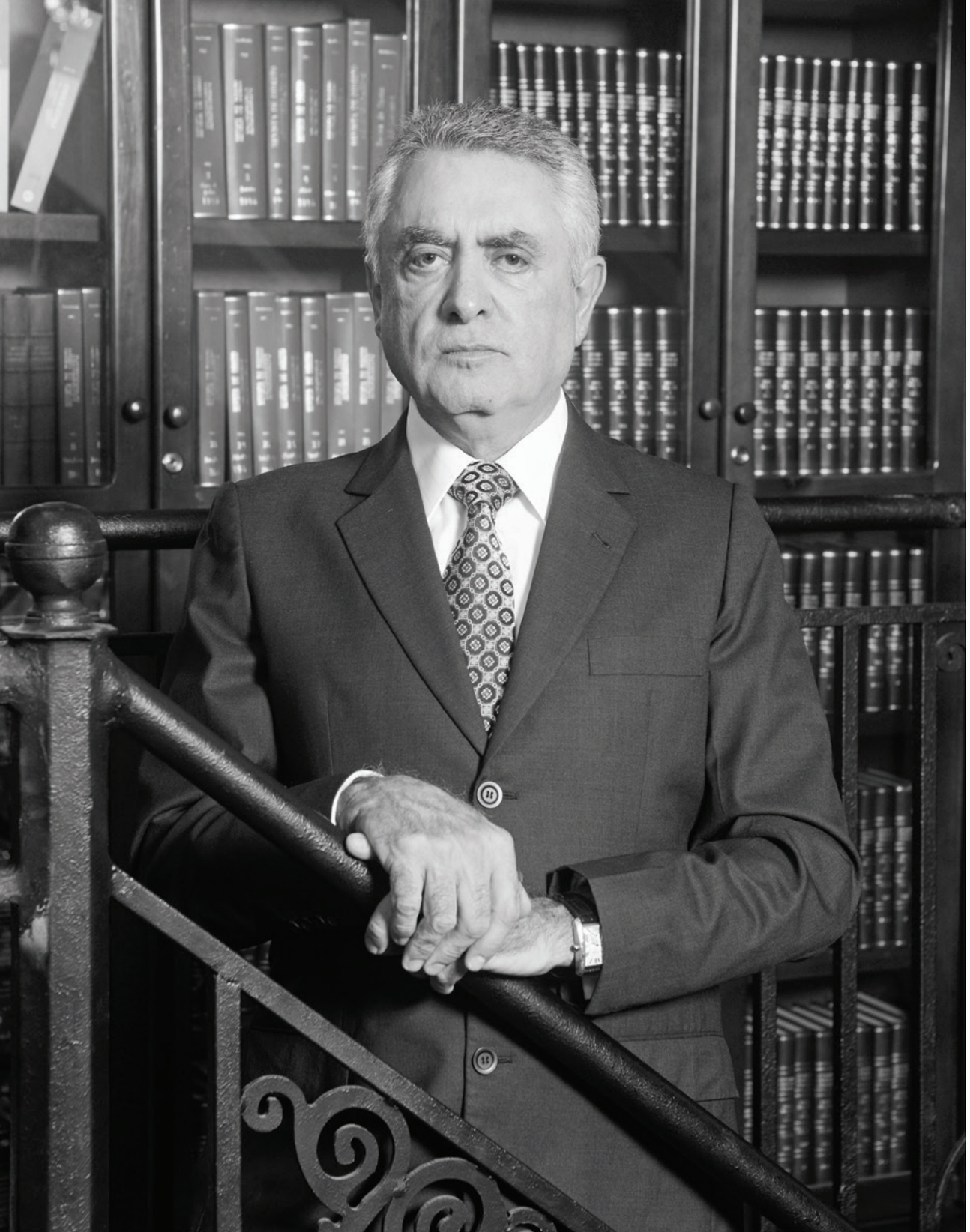
It is undeniable that someone kept in provisional detention is subjected to a huge emotional burden oppressing him/her, submitted to one of the most painful and suffering experiences of a human being. It is not by chance that the humanity sought the worst punishment for a person in the suppression of their freedom.

Well, how does someone who cannot come and go freely, someone who is submitted to the detrimental conviviality of prison, who suffers the humiliation of imprisonment, who has to experience the shame of prison upon their relatives and friends, who often has to face the overcrowding prison and even physical and sexual abuse, how can someone subjected to this psychological pressure preserve his/her voluntariness??

The spirit of voluntarism does obviously not exist in this environment anymore and undermines the initiative of state's evidence, which is sought to obtain freedom.

Nor does one discern the odious practice of deliberately imprisoning someone to force state's evidence upon this person, for this would be a state crime as bad as the crime one is wanting to fight, unacceptable in a Democratic State governed by the rule of law, where all State and citizens must submit to the laws.

Thus, the institute of state's evidence is not a bad thing itself, because it represents, in essence, an alternative for the defense; however, it is necessary to improve it, and the proposal that we put forward is the prohibition of turning state's evidence while provisionally imprisoned, because by doing so we would be preserving the compulsory voluntariness, which today is so questioned in Brazil.



Eduardo Antônio Lucho Ferrão
A CRISE E A ADVOCACIA

Vivemos tempos difíceis. Há um clima de tensão contaminando as relações. A insegurança com o futuro projeta ansiedades multifacetadas. Política e economia são os mais vistosos instrumentos dessa sinfonia descompassada. Discursos desconexos e números assombrosos perambulam por manchetes recorrentes. A aspiração maior é encontrar o "fundo" para este poço cujos ecos mais parecem gritos desesperados.

Podemos identificar duas alternativas ao advogado: inserir-se no contexto de pessimismo e buscar afinamento com o coro de desânimo, atribuindo à crise todas as mazelas da profissão, ou vislumbrar no momento um desafio à perseverança e à criatividade, buscando em cada espasmo do surto convulsivo uma nova oportunidade a descobertas e formulações.

As nuances desse quadro afetam diretamente o exercício da advocacia, substancialmente a voltada ao contencioso judicial. Os clientes experimentam uma angústia inquietante com as imponderabilidades dos processos. Às excentricidades de determinadas demandas acresceu-se a avassaladora influência da mídia, pautando tribunais e exigindo determinados posicionamentos. A evolução vertiginosa de determinados fenômenos sociais, a velocidade e a multiplicidade das informações, a ousadia de avanços científicos, a desfiguração de fronteiras físicas entre nações com fluxos migratórios determinando uma intrincada miscigenação cultural, tudo isso compõe a teia de elementos cuja leitura é indispensável à compreensão da chamada "moldura fática" por onde vicejam os conflitos intersubjetivos.

Podemos identificar duas alternativas ao advogado: inserir-se no contexto de pessimismo e buscar afinamento com o coro de desânimo, atribuindo à crise todas as mazelas da profissão, ou vislumbrar no momento um desafio à perseverança e à criatividade, buscando em cada espasmo do surto convulsivo uma nova oportunidade a descobertas e formulações.

As vicissitudes da economia oferecem espaços às negociações tanto no campo empresarial como nas relações individuais e até mesmo trabalhistas. Um bom domínio de todas as implicações de uma recuperação judicial ou mesmo de um processo de fusão ou incorporação empresarial podem constituir-se na tábua de salvação de investimentos e empregos.

A intensificação do trânsito internacional de capitais em busca de lucratividade e segurança demanda uma agilidade quase instantânea na formulação de modelos que amparem juridicamente o direcionamento não raro errático dos respectivos investimentos. Avulta daí uma outra perspectiva profissional com a abertura de novos mercados – principalmente asiáticos – reclamando a atuação de operadores do direito com conhecimento sobre as especificidades não só dos marcos regulatórios pertinentes como também sobre a postura estatal e o funcionamento das instituições.

Tenha-se presente, de igual sorte, a onda globalizada de combate à corrupção instituindo mecanismos inéditos de cooperação ou de extensão internacional de uma determinada jurisdição estrangeira pela simples utilização da respectiva moeda como fator de referenciamento do preço ou do valor do objeto, ou mesmo pelo simples pernoite de ativos numa conta bancária no exterior. Tratados internacionais, ordenamentos jurídicos distintos e próprios a cada país com múltiplas tipicidades penais, regras de "compliance" destinadas a inibir práticas delituosas no âmbito das empresas desafiam o repositório cultural e a versatilidade dos profissionais da advocacia.

Por outro lado, no âmbito interno, a escassez de recursos destinados ao setor de infraestrutura tem ocasionado a paralização de obras e o descumprimento de cronogramas definidos em contratos, ensejando, com isso, a imposição de penalizações indevidas por parte das agências reguladoras. A solução tem sido encontrada na obtenção de medidas cautelares judiciais voltadas à sustação dos efeitos do ato administrativo sancionador.

Ainda na mesma seara do setor público, o descumprimento de contratos ou o inadimplemento de obrigações por parte da administração direta ou de empresas estatais vem aumentando a necessidade de ajuizamento de ações visando a satisfação dos respectivos créditos.

Enfim, diante da estatura de tais desafios e tendo presente o alerta de Wiston Churchil[1], talvez possamos criar uma alternativa ao adjetivo com que iniciamos a presente reflexão : tempos "dificeis" ou tempos "interessantes"?

[1] "*Um pessimista vê uma dificuldade em cada oportunidade; um otimista vê uma oportunidade em cada dificuldade*".

EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO foi Promotor de Justiça no Estado do RS, de 1976 a 1990; Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de Cruz Alta–RS, de 1980 a 1987; Assessor Jurídico da Assembleia Nacional Constituinte , de julho de 1987 a outubro de 1988; Membro da Comissão instituída pela Presidência da República para elaboração do anteprojeto da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (1989). Advogado perante Tribunais Superiores, desde 1990 até a presente data; Sócio-fundador do escritório Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados, em 2002.

Eduardo Antônio Lucho Ferrão

THE CRISIS AND ADVOCACY

We are facing difficult times. There is a tense atmosphere contaminating relationships. Uncertainty with the future projects multifaceted anxieties. Politics and economy are the blatant instruments of this disordered symphony; Incoherent speeches and surprising figures recurrently wander in the headlines. The greatest yearning is to find a "bottom" for this well whose echoes seem more like desperate cries.

The nuances of this painting directly affect the practice of law, substantially the one aimed at litigation. Clients experience an uncomfortable anguish with the imponderabilities of processes. The overwhelming influence of the media has been added to the eccentricities of certain actions, guiding courts and requiring determined positions. The rapid evolution of certain social phenomena, speed and multiplicity of information, the audacity of scientific advances, the disfigurement of physical frontiers among nations with migration flows determining an intricate cultural miscegenation, all that makes up the web of elements whose reading is indispensable for the understanding of the so-called "factual frame" through which intersubjective conflicts thrive.

We can identify two alternatives to the lawyer: to become part of the context of pessimism and seek tuning with the discouragement chorus, attributing the crisis all the problems of the profession, or glimpse, at the time, a challenge to perseverance and creativity, looking for another opportunity for discoveries and formulations in each spasm of the convulsive outbreak.

The vicissitudes of the economy offer spaces to negotiations, both in the business field and in individual, and even labor, relationships. The good command of all the implications of reorganization or even a merger or business incorporation process may constitute the lifeline of investment and jobs.

The intensification of international capital transit in search of profitability and security demands an almost instantaneous speed in the formulation of models that legally support the often erratic direction of their investments. There looms another professional perspective with the opening of new markets - mainly Asian - claiming the acting of law professionals with knowledge about the specifics not only of the relevant regulatory frameworks but also of the state posture and the functioning of institutions.

Bear in mind, in the same lot, the anti-corruption global wave instituting mechanisms of unprecedented cooperation or of international extension of a given foreign jurisdiction for merely using the relevant currency as price referencing factor or object value, or even the simple asset overnight investment in a bank account abroad. International treaties, legal systems that are distinctive and specific to each country with multiple criminal vagueness doctrines, compliance rules designed to inhibit criminal practices within companies, challenge the cultural repository and the versatility of the law professionals.

On the other hand, internally, the scarcity of resources intended for the infrastructure sector has caused the stoppage of works and the failure to follow schedules specified in contracts, thereby imposing undue penalties by regulatory agencies. The solution has been found in provisional remedies aimed at restraining the effects of the sanctioning administrative act.

Still within the public sector, breach of contracts or breach of obligations by the direct administration or by state companies has increased the need for filing actions aiming at the satisfaction of their claims.

Anyway, given the stature of such challenges and bearing in mind the warning of Winston Churchill[1], perhaps we can create an alternative to the adjective with which we began this reflection: "difficult" times or "interesting" times?

"*A pessimist sees the difficulty in every opportunity; an optimist sees the opportunity in every difficulty.*"

Miguel Pereira Neto

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM CONCURSO COM AS MEDIDAS CONSTRITIVAS – LAVAGEM DE DINHEIRO

As alterações da Lei de Lavagem de Dinheiro, por meio da Lei nº 12.683/12, provocaram digressões aos advogados e a todos que defendem os sagrados direitos ao sigilo profissional, de defesa, à presunção de inocência, entre outras garantias fundamentais do Estado Democrático de Direito.

Com relação ao recebimento de honorários, o profissional, em especial o advogado, que recebe a contraprestação a serviços realmente efetuados, com a devida emissão de nota de prestação de serviços, não contribui para o mascaramento do bem, posto ser o destino conhecido, ou seja, a transparência na operação de recebimento de honorários acaba por afastar a incidência do tipo penal, principalmente porque a nossa legislação só prevê a prática dolosa da conduta.

Além da atipicidade da conduta do advogado que recebe valores em contraprestação a serviços efetivamente prestados, outro aspecto merece atenção: como o profissional poderá executar esses valores líquidos e certos, lícitos e devidos, de caráter alimentar, se não forem devidamente quitados pelo cliente?

O magistrado, ao deferir as constrições, deve medir seu alcance, reservando valores a permitir que prossiga o acusado, com a devida justificativa, com o cumprimento de suas obrigações lícitas, dentre as quais a contratação de advogado com conhecimento técnico e estrutura suficiente à produção dos atos de defesa técnica no processo.

Não são poucas as decisões que indisponibilizam todo ou quase a integralidade do patrimônio do investigado requerido na ação cautelar de sequestro ou réu na ação penal ou de improbidade, o que representa impossibilitar seja a defesa operada na magnitude que a Constituição Federal garante.

Tais decisões, que determinam o bloqueio ou sequestro de todos os bens de determinado CPF ou CNPJ, de forma inespecífica, inadvertida ou indeterminada, claramente impedem, outrossim, continue o acusado com suas atividades normais, gerando descompasso, desequilíbrio no exercício de direitos outros individuais, o que se estende à própria família, despesas correntes e terceiros não integrantes do processo, tais como empresas das quais é sócio, funcionário, contratante.

O magistrado, ao deferir as constrições, deve medir seu alcance, reservando valores a permitir que prossiga o acusado, com a devida justificativa, com o cumprimento de suas obrigações lícitas, dentre as quais a contratação de advogado com conhecimento técnico e estrutura suficiente à produção dos atos de defesa técnica no processo. Destarte, ao rol de bens sequestrados deve e pode concorrer terceiros, especialmente os que justifiquem seus direitos, mormente aqueles que demonstrem a natureza alimentícia do seu direito e identifiquem o montante a ser recebido dos ativos apreendidos.

Trata-se a contratação de advogado, detentor de qualidade e estrutura a suportar os ônus do processo, de verba essencial ao desenvolvimento válido e regular do processo penal, pois sem paridade de armas não há que se falar de equilíbrio, de proporcionalidade, na relação processual e, como visto, o recebimento de ativos destinados ao pagamento de honorários advocatícios necessários à defesa no mesmo processo não representa, nem pode representar, percebimento de verba ilícita.

Assim como o Ministério Público detém a faculdade e a legitimidade para a persecução da constrição por meio do sequestro dos ativos e sua apreensão, bloqueio e indisponibilidade, também deve ser proporcionada ao acusado a possibilidade de reservar ao advogado, com a juntada do contrato escrito aos autos (título executivo), ativos suficientes para a satisfação de seu crédito oriundo do título executivo de natureza alimentar que representam os honorários.

Demonstrada pelo advogado sua condição de mandatário e contratado para representação do cliente, sem a caracterização de abuso de direito; considerando ser indispensável à administração da Justiça (Artigo 5º., inciso LXIII, da Constituição Federal e 22 do Estatuto da Advocacia), não pode ser obstada a liberação de recursos para satisfação dos honorários, sob pretexto de estar indisponível a totalidade dos bens que componham o patrimônio do acusado, sob pena de se operar constrição desproporcional e constrangimento ilegal.

A origem dos honorários do advogado só pode advir do patrimônio do cliente e, num concurso com os atos inerentes ao sequestro, a reserva ou liberação de verba para contribuir com a defesa são de rigor, devendo o magistrado propiciar e não impedir o acusado de contratar livremente os serviços de advogado para oferecimento de defesa (artigo 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal).

O artigo 24 do Estatuto do Advogado, ao assegurar que a decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado, constitui instrumento com eficácia imediata a permitir o recebimento de valores suficientes ao exercício do mandato[1].

Destarte, o título executivo se aperfeiçoa na contratação e também legitima a concorrência aos ativos, inclusive com arresto, o qual tem a mesma natureza do sequestro, para garantia do recebimento dos honorários, mesmo estando o processo em seu nascedouro, pois a natureza alimentar conduz à preferência dos honorários *ab initio*, cabendo o pedido de liberação de valores de imediato para suprir as necessidades da defesa e respectiva remuneração.

Ademais, o direito ao recebimento dos honorários antecederse-á à decretação de perda do bem especificado no sequestro. Para propiciar a liberação de valores inerentes à defesa, deve o magistrado revogar parcialmente o sequestro, excepcionando e excluindo bens a resguardar a realização dos atos do processo pela defesa técnica, possibilitando o equilíbrio processual, na devida proporção, à garantia da paridade.

Com efeito, diante das reflexões apontadas, existindo inquérito ou demanda judicial e a comprovação da prática de atos inerentes à necessária defesa técnica ou efetiva prestação, o juiz deve deferir, nos próprios autos, a reserva, segregação e efetiva liberação de valores a permitir o recebimento dos honorários do advogado, os quais não podem ser considerados como fruto do crime de lavagem de capitais nem tampouco ser preteridos pela constrição (sequestro) incidente sobre qualquer ativo integrante do patrimônio do investigado ou réu contratante.

[1] O eminente Ministro Marco Aurélio, ao julgar o recurso extraordinário de número 470.407, assentou: *"repito, mais uma vez, que os honorários advocatícios consubstanciam, para os fins liberais do direito, prestação alimentícia."*

MIGUEL PEREIRA NETO, advogado, mestre em Processo pela Universidade de São Paulo, Presidente da Comissão Permanente de Estudos sobre Corrupção, Crimes Econômicos, Financeiros e Tributários do IASP.

Miguel Pereira Neto

LEGAL FEES CONTESTING CONSTRICTING MEASURES - MONEY LAUNDERING

Changes in the Money Laundering Act, through Law no. 12,683/12, led to digressions to lawyers and to all who defend the sacred rights of professional secrecy, defense, the presumption of innocence, among other fundamental guarantees of the democratic state.

With respect to the receiving of fees, the professional, especially the lawyer who receives the consideration for services actually performed, with proper issuance of notes to provide services, does not contribute to masking of the good, since its destination is known, i.e, transparency in fees receiving ends up rejecting the levy of criminal type, mainly because our legislation only provides for the fraudulent practice of conduct.

In addition to the lawyer's atypical conduct of receiving amounts in consideration for services actually rendered, another aspect worthy of attention is: "How can the professional perform these liquid and right, lawful and proper values, of alimony character, if not properly settled by the client?"

It is more than a few decisions that do not make available all or almost all of the equity of the suspect required in the sequestration injunction, or defendant in criminal or corruption proceedings, what prevents the defense to be performed to the extent guaranteed by the Federal Constitution.

Such decisions, which determine the blocking or seizure of all assets of a given Taxpayer or Corporate Taxpayer Number, in a nonspecific, unnoticed or undetermined way, moreover clearly prevent the accused to continue with his/her normal activities, generating a gap, imbalance in the exercise of other individual rights, which extends to their families, current costs and third parties not involved in the process, such as companies in which he/she is a partner, employee, contractor.

The judge, in granting the constrictions, should measure its extension, reserving values so to allow the accused to continue, with due justification, to fulfill their legal obligations, among which the hiring of an attorney with sufficient expertise and structure to produce the acts of technical defense in the process. Thus, to the list of seized goods third parties should and can compete, especially those who justify their rights, chiefly showing the alimony nature of their right and identifying the amount to be received from seized assets.

The hiring of a lawyer, holder of quality and structure to bear the burden of the process, is an essential funding to valid and steady development of the criminal proceedings for, without the equality of weapons, there is no way to speak of balance, of proportionality, in the procedural relationship and, as seen, the receiving of goods for the payment of legal fees necessary to the defense in that case is not, nor can represent, illicit funds perceiving.

As the Attorney's Office has the power and legitimacy to the pursuit of constriction through the sequestration and seizure, blocking and unavailability of assets, the accused should also be given the opportunity to save sufficient assets to the lawyer, by the entering of the written contract in the docket (enforceable instrument), to satisfy his credit originating from the alimony enforceable instrument representing the fees.

Once demonstrated by the lawyer his/her attorney and hired condition to represent the client, without the characterization of abuse of rights; whereas it is indispensable to the administration of justice (Article 5., item LXIII of the Federal Constitution and 22 of the Law Statute), the release of funds may not be hindered to the satisfaction of the fees under the pretext of unavailability of all the assets that comprise the equity of the accused, failing to operate disproportionate constriction and illegal constraint.

The origin of the lawyer's fees can only come from the client's assets and, in a contest with the acts inherent to the sequestration, the reservation or release of sums to contribute to the defense are strict, so that the judge should facilitate and not impede the accused to freely hire attorney defense services (Article 5, paragraph LXIII of the Federal Constitution).

Article 24 of the Law Statute, by ensuring that the court decision of setting or arbitrating fees and the written contract that stipulate them are enforceable instruments and constitute privileged credit, establish an instrument with immediate effect to allow receipt of sufficient value to the exercise of office[1].

Thus, the enforceable instrument is improved in the hiring and also legitimizes the competition to assets, including seizure, which has the same nature of the sequestration, to guarantee receipt of the fees, even though the process in its birthplace, for alimony leads the preference of *ab initio* fees, leaving the request for release of immediate values to meet the needs of defense and their remuneration.

Moreover, the right to receive the fees will be preceding the declaration of loss of the property specified in the sequestration. To facilitate the release of values inherent to the defense, the magistrate should partially revoke the sequestration, making an exception and excluding goods to safeguard the performance of the acts of the case by technical defense, enabling the procedural balance, in due proportion, to guarantee equality.

Thus, given the pointed insights, in case of investigation or lawsuit and proof of the practice of acts inherent to the necessary technical defense or actual service, the judge shall grant the reserve, separation and effective release of sums in the acts themselves, in order to allow the receipt of legal fees, which cannot be considered as outcome of the money laundering crime nor be deprecated by constriction (sequestration) levied on any asset integrating the heritage of the contracting suspect or defendant.

[1] The honorable Justice Marco Aurélio, when judging extraordinary appeal nº 470,407, affirmed: *"I repeat, once again, that legal fees consolidate alimony provision for the liberal legal purposes."*

Walfrido Jorge Warde Júnior
POR UM NOVÍSSIMO MERCADO

Por que a catástrofe poderá nos salvar?

O Brasil é uma nau em direção da tempestade perfeita. Uma combinação única de fatores macroeconômicos soma-se a uma brutal crise de fiabilidade governamental, no contexto da qual se exibe, em todas as suas cores, uma incapacidade histórica de disciplinar a política. Esse estado de coisas ameaça privar o nosso capitalismo de suas fontes usuais de financiamento. As mesmas fontes que respondem, em parte, pela atrofia do mercado de capitais brasileiro. As ameaças são muitas. No universo lógico das possibilidades, contudo, a salvação é uma delas, mesmo que hoje nos pareça a menos provável.

Em suma, o mercado de capitais brasileiro precisa ser levado a sério como alternativa de financiamento (para empresas de todas as dimensões) e de poupança (para investidores institucionais e para pessoas físicas).

A macroempresa brasileira depende muito do Estado, em especial, de nosso principal banco de fomento, o BNDES, e de seu braço de investimento, o BNDESPAR. O sistema BNDES desembolsou nos últimos dez anos, às empresas de grande porte, mais de R$ 600 bilhões. É lugar comum a injusta competição que se estabeleceu entre os canais estatais de financiamento e o mercado de capitais, sobretudo em vista do custo do dinheiro. E mesmo para as companhias que buscaram financiamento no mercado, o Estado assumiu lugar de destaque. São 133 companhias listadas no Novo Mercado, das quais 110 (83%) captaram recursos do BNDES ou do BNDESPAR. A bem da verdade, os bancos de fomento e os fundos de pensão (alguns sob elevada influência estatal) não são apenas as principais fontes de financiamento externo das grandes empresas, mas também indispensáveis instrumentos de indução dos negócios nos mercados. A desaceleração ou mesmo a paralisia dessa atuação estatal, uma das consequências mais evidentes da tempestade que se abate sobre nós, poderá ser catastrófica. Mas também a melhor oportunidade para avançar o desenvolvimento do nosso mercado. Para isso, reformas na regulação, pública e privada, serão necessárias.

É tarefa da regulação conferir credibilidade ao mercado e às suas instituições. Precisamos de um choque de regulação que faça emergir um Novíssimo Mercado! É indispensável um pacote de regras novas que: (i) provejam à CVM mais independência e meios ao cumprimento modelar de suas funções de polícia de mercado; (ii) confiram rápida efetividade às decisões das instituições de mercado, por meio da aceleração do julgamento dos recursos e da imposição de restrições à revisão judicial (para que seja um controle de legalidade e não uma revisão de mérito); (iii) deem concreção à tutela das minorias, sobretudo para facilitar e baratear o acesso à Justiça; (iv) punam exemplarmente a delinquência de mercado (não apenas a que praticam os pequenos e insignificantes); (v) estabeleçam uma mediação justa, clara e eficiente entre o controlador e os investidores das sociedades de economia mista; (vi) determinem uma transparência efetiva, para que a informação seja acessível e compreensível a todos os investidores; (vii) criem um efetivo mercado de acesso e formas societárias de manejo simplificado e barato; e que (viii) ofertem incentivos econômicos (especialmente fiscais) ao investimento.

Em suma, o mercado de capitais brasileiro precisa ser levado a sério como alternativa de financiamento (para empresas de todas as dimensões) e de poupança (para investidores institucionais e para pessoas físicas).

Essa não é, por certo, uma receita completa. Pressupõe uma reforma institucional mais ampla, justamente para que o financiamento sub-reptício da política (do lobby eleitoral e pós-eleitoral) deixe de incentivar o renitente financiamento estatal do capitalismo brasileiro.

WALFRIDO JORGE WARDE JÚNIOR, Advogado. Bacharel em Direito e Filosofia pela USP. LLM pela New York University. Doutor em Direito Comercial pela USP. Sócio de Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados.

Walfrido Jorge Warde Júnior
FOR A BRAND NEW MARKET

Why can the catastrophe save us?

Brazil is a ship sailing towards the perfect storm. A unique combination of macroeconomic factors adds up to a brutal governmental reliability crisis, in the context of which is shown, in all its colors, a historical inability to discipline politics. This state of affairs threatens to deprive our capitalism from their usual funding sources. The same sources that, in part, respond for the atrophy of the Brazilian capital market. The threats are many. In the logical universe of possibilities, however, salvation is one of them, even if today it seems the least likely.

The Brazilian large company depends largely on the State, in particular, on our main development bank, BNDES, and its investment branch, BNDESPAR. Over the past decade BNDES has disbursed more than R$ 600 billion to large enterprises. The unfair competition that is established between the state channels of funding and the capital market, especially in view of the cost of money, is commonplace. And even for companies that sought financing on the market, the Government took prominent position. 133 companies are listed in the Novo Mercado, of which 110 (83%) raised funds from BNDES or BNDESPAR. To be honest, the development banks and pension funds (some under heavy state influence) are not only the main source of external financing for large companies but also indispensable business induction instruments in the markets. The slowdown or even paralysis of such state action, one of the most obvious consequences of the storm that befalls us, could be catastrophic. But could also be the best opportunity to advance the development of our market. For this, reforms in both public and private regulation will be necessary.

Lending credibility to the market and its institutions is a regulatory task. We need a regulatory shock to give rise to a Brand New Market! A package of new rules is essential that: (i) furnish the CVM more independence and means to fulfill its model compliance of market police duties; (ii) grant rapid effect to the decisions of market institutions by accelerating the decision of appeals and imposing restrictions on judicial review (for it to be a legality control and not a merit review); (iii) provide concretion to the protection of minorities, particularly to facilitate and cheapen access to justice; (iv) exemplarily punish marketplace crime (not just the crime committed by small and insignificant ones); (v) establish a fair, clear and efficient mediation between controller and investors of joint stock companies; (vi) determine an effective transparency, so that information is accessible and comprehensible to all investors; (vii) create effective access to market and corporate forms of simplified and cost management; and (viii) offer economic (especially tax)incentives on investment.

In short, the Brazilian capital market needs to be taken seriously as a financing alternative (for companies of all sizes) and savings (for institutional investors and individuals).

This is not, of course, a complete recipe. It assumes a broader institutional reform, so that surreptitious funding of politics (the electoral and post-election lobby) ceases to encourage the reluctant state funding of Brazilian capitalism.

Marcelo Leonardo
DEFESA DO DIREITO DE DEFESA

O direito de defesa em favor do acusado de prática de crime é garantia fundamental da pessoa humana inserida na Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948), repetida na Convenção Americana de Direitos Humanos (Costa Rica, 1969) e, no Brasil, consagrado como direito do réu em todas as Constituições desde os tempos do Império. Assim, na vigente Constituição (1988), no capítulo dos direitos e garantias individuais e coletivos, está lá a previsão do direito a ampla defesa dos acusados em geral (artigo 5º, LV).

(esq»dir)
Marcelo Leonardo, Sérgio Leonardo

O sigilo das investigações, sabidamente, é muito relevante para o seu sucesso. Mas, como tudo na vida do direito, não é absoluto e inafastável. A partir de determinado momento, quando a investigação atinge direitos do indiciado ou acusado, como sua liberdade, é imperioso assegurar-lhe a ampla defesa.

Entretanto, no ano 2000, o saudoso advogado criminalista Márcio Thomaz Bastos sentiu necessidade de criar o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), que agora completa quinze anos de existência. Afinal, lamentavelmente, tantas eram e continuam a ser as violações graves a este direito fundamental da pessoa humana acusada ou investigada em procedimento criminal, que a atuação do IDDD releva-se absolutamente necessária ao esforço pelo respeito ao direito de defesa, que, por incrível que parece, continua precisando ser objeto de defesa do direito de defesa.

O Supremo Tribunal Federal passou a poder expedir súmulas com efeito vinculante, a partir da Emenda Constitucional 45, conhecida como da Reforma do Judiciário de 2004. Entre suas primeiras súmulas vinculantes está a de nº 14 que estabelece: *"é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa"*.

O texto diz o óbvio, mas foi preciso dizê-lo, isto é, que o defensor do investigado ou acusado tem direito de acesso a inquérito policial ou procedimento investigatório, para conhecimento e extração de cópias, que lhe possibilite o exercício do direito de defesa. Porém, até hoje, em muitas situações profissionais, o advogado do investigado ou acusado é impedido de consultar e extrair cópias de procedimento investigativo ou inquérito instaurado contra seu cliente, o que é indispensável, minimamente, para a tomada de providências em defesa do mesmo, que pode estar sendo vítima de constrangimento ilegal em sua liberdade ou em seu patrimônio.

As autoridades policiais, os membros do Ministério Público e a magistratura em geral precisam ter a consciência de que, no estado democrático de direito, é perfeitamente possível investigar, processar e punir, com absoluto respeito às garantias fundamentais da pessoa humana, onde se destaca o direito de defesa, de que são desdobramentos o direito ao silêncio, o direito de não se autoincriminar, o direito ao contraditório, numa síntese, o direito ao devido processo legal e ao processo justo.

O sigilo das investigações, sabidamente, é muito relevante para o seu sucesso. Mas, como tudo na vida do direito, não é absoluto e inafastável. A partir de determinado momento, quando a investigação atinge direitos do indiciado ou acusado, como sua liberdade, é imperioso assegurar-lhe a ampla defesa.

Como costuma dizer o Ministro Marco Aurélio, do STF, não é muito caro o preço que se deve pagar por viver numa democracia. Basta respeitar a Constituição e, no particular, os direitos fundamentais do acusado nela garantidos. As anulações de processos nas instâncias superiores do Poder Judiciário muitas vezes ocorrem apenas porque nas fases antecedentes não se observou, como exigível, as garantias constitucionais do réu e, em especial, seu direito a ampla defesa.

MARCELO LEONARDO, Professor e ex-Chefe do Departamento de Direito e Processo Penal da Faculdade de Direito da UFMG, ex-Conselheiro Federal e ex-Presidente da OAB/MG, advogado criminalista.

Marcelo Leonardo

DEFENSE OF THE RIGHT OF DEFENSE

The right of defense on behalf of the accused of criminal offenses is the fundamental guarantee of the human being inserted into the Universal Declaration of Human Rights (UN, 1948), repeated in the American Convention on Human Rights (Costa Rica, 1969) and in Brazil established as a right of the defendant in all the Constitutions, since the times of the Empire. Thus, in the current Constitution (1988), in the chapter of individual and collective rights and guarantees, there is provision of right for a full defense of the accused in general (article 5, LV).

However, in 2000, the late criminal lawyer Márcio Thomaz Bastos felt the need to create the Defense Institute of the Right of Defense (Instituto de Defesa do Direito de Defesa, IDDD), which now completes fifteen years of existence. After all, regrettably, many were and continue to be the serious violations of this fundamental right of the human person prosecuted or investigated on criminal procedure, that the performance of IDDD proves absolutely necessary to stress the respect for the right of defense, which, no matter how strange it seems, still needs to be an object of defense of the right of defense.

The Federal Supreme Court was given the right to issue dockets with binding effect, from the Constitutional Amendment 45, known as the 2004 Reform of the Judiciary. Among its first binding precedents is the No. 14, which states: *"It is the right of the defender, in the interests of the principal, to have broad access to evidence that, as documented in investigative procedure performed by a body with judicial police powers, concerns the exercise of the right of defense"*.

The text states the obvious, but it was necessary to say it, that is, that the defender of the investigated or accused party has right of access to police investigation or investigation procedures for information and extraction of copies to enable them to exercise their right of defense . But, to now, in many professional situations, the lawyer of the investigated or accused party is unable to consult and take copies of investigative procedure or inquiry initiated against his or her client, which is minimally indispensable for taking action in their defense, who may be a victim of illegal constraint in their freedom or their equity.

The police, the prosecutors and the judiciary in general need to be aware that in the democratic state of law it is perfectly possible to investigate, prosecute and punish, with absolute respect for the fundamental guarantees of the human person, which highlights the rights of defense, that are unfolding to the right to silence, the right not to self-accuse, the right to adversarial, in short, the right to due process and fair trial.

It is known that the confidentiality of investigations is very important to its success. But, like everything in life, it is not absolute and undeniable. From a certain moment, when the investigation reaches rights of the accused or defendant such as their freedom, it is imperative to ensure their full defense.

As Justice Marco Aurélio from the STF is used to saying the price er must pay for living in a democracy is not too expensive. We only have to respect the Constitution and, in particular, the fundamental rights of the accused guaranteed in it. Cancellations of processes at higher levels of the Judiciary often occur just because the constitutional guarantees of the defendant and, in particular, their right to legal defense were not observed in aforegoing stages as required.

Alexandre Parra de Siqueira

A IMPORTÂNCIA DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS NA DESJUDICIALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Já dizia o anônimo poeta: *"tandem obtinet iustitia"*. É uma expressão em latim que trazemos ao nosso português que: *"a justiça tarda, mas não falha"*. E com efeito, tal brocardo sempre inspirou a sociedade brasileira a desenvolver uma cultura de *"judicialização dos litígios"*, na crença equivocada de que a única forma de se fazer justiça é através do Poder Judiciário, mesmo cientes que a prestação jurisdicional é injustificadamente demorada.

Entrementes, a sensação do jurisdicionado é a de que quando a justiça tarda, ela falha sim.

E como vetor imprescindível no alívio do Judiciário, a opção pela via administrativa enseja diversas vantagens, tais como economia de tempo, dinheiro, honorários periciais e verbas sucumbenciais, bem como que terá em seu favor uma flexibilização maior das normas processuais e materiais, vez que vige na seara administrativa o consabido princípio da verdade material, que privilegia a essência sobre a forma, asseguradas as mesmas garantias processuais que existem no Judiciário.

Mas a culpa da morosidade do Estado-Juiz não é exclusivamente sua, pois também decorre da enxurrada de ações que entram diariamente nos seus escaninhos, muitas delas desnecessárias e que poderiam ser evitadas num primeiro momento, via um tribunal arbitral ou via os tribunais administrativos tributários.

E das causas que mais abarrotam o Judiciário, depois das ações trabalhistas, são aquelas envolvendo o Direito Tributário.

Justamente por isso, nos últimos anos tem-se debatido meios alternativos de solução de conflitos que tornem a distribuição da justiça mais ágil, principalmente na seara tributária, surgindo fortes correntes em prol da *"desjudicialização das causas tributárias"*, daí derivando a importância de tribunais e instâncias administrativas como uma dessas principais alternativas prévias ao Judiciário.

Uma *"desjudicialização tributária"* significa privilegiar ambientes extrajudiciais onde contribuintes e Fisco tenham a mesma oportunidade de resolverem seus conflitos de modo estritamente técnico, sempre com observância das sagradas garantias do devido processo legal, evitando-se, assim, que a celeuma seja levada primeiramente ao Judiciário.

Nessa toada, os tribunais administrativos tem condições técnicas para julgarem as lides fiscais por serem essencialmente composto por pessoas que possuem um conhecimento muito profundo e científico nessas questões, formados por representantes da sociedade civil organizada e por representantes do estado, no caso o próprio fisco.

E como vetor imprescindível no alívio do Judiciário, a opção pela via administrativa enseja diversas vantagens, tais como economia de tempo, dinheiro, honorários periciais e verbas sucumbenciais, bem como que terá em seu favor uma flexibilização maior das normas processuais e materiais, vez que vige na seara administrativa o consabido princípio da verdade material, que privilegia a essência sobre a forma, asseguradas as mesmas garantias processuais que existem no Judiciário. Sem contar que a cobrança do suposto débito fiscal fica suspensa enquanto não encerrada a esfera administrativa, após esgotados todos os recursos possíveis. E levantamentos recentes indicam que menos de 30% das infrações impostas aos contribuintes são questionadas judicialmente, 60% são pagos ou parcelados e somente 10% são questionados administrativamente.

O contribuinte que, ao ser surpreendido com uma notificação de lançamento, opta por exercer diretamente seu direito de ação perante a Justiça, ou simplesmente efetua o pagamento ou parcelamento mesmo achando que o lançamento em questão é injusto, poucos procuram a esfera administrativa para dirimir estas questões sejam elas materiais (multa, fato gerador, juros, etc..), sejam estas formais (ausência de intimações, prazos exíguos, etc...).

Vale dizer então que: ***em matéria tributária, o processo administrativo deveria ser a regra, enquanto o processo judicial, a exceção***.

Nesta toada já existe em trâmite no Congresso Nacional um Projeto de Lei (5.082/2009), que vem de encontro a esta questão regulamentando, justamente a transação em matéria tributária contida no artigo 156, III, e 171, ambos do Código Tributário Nacional. Nessa perspectiva, a *"desjudicialização tributária"* proporcionada pelo fortalecimento técnico dos tribunais administrativos surge como relevante instrumento capaz de reduzir o volume de processos judiciais desnecessários, preservando o Judiciário para análise de situações extremas, pois o que interessa para o contribuinte é obter Justiça Fiscal, seja ela concedida pela própria Administração frente aos seus tribunais administrativos ou pelo Judiciário e o mais importante de tudo: uma Justiça que não falhe, muito menos tarde.

ALEXANDRE PARRA DE SIQUEIRA, Sócio titular da banca de advogados Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados, advogado especialista em direito tributário, membro da Academia Brasileira de Direito Tributário – ABDT, membro da Comissão de Direito Tributário da OAB/Guarulhos, Diretor Juridico Adjunto do Fiesp/Ciesp Regional Guarulhos Mariporã, Arujá e Santa Isabel , Diretor Juridico da Associação dos Empresários de Cumbica – ASEC, Membro Titular da Junta de Recursos Fiscais do Município de Guarulhos/SP – Membro Titular do Grupo Gestor de Incentivos Fiscais do Município de Guarulhos/SP, autor de diversos artigos para revistas especializadas.

Alexandre Parra de Siqueira

THE IMPORTANCE OF ADMINISTRATIVE COURTS IN THE TAX DEJUDICIALIZATION

It was for the anonymous poet: *"Tandem obtinet iustitia"*. It is a Latin expression that Brazilians translate as: *"Justice is slow, but it does not fail."* And indeed, this aphorism has always inspired the Brazilian society to develop a culture of *"judicialization of disputes"* in the mistaken belief that the only way to do justice is through the judiciary, even aware that adjudication is unduly delayed. Meanwhile, the feel of the claimants is that when justice is slow, it, indeed, fails.

But the blame for the slowness of the judiciary is not exclusively on this branch, for it also stems from the flurry of actions brought each day in their bins, many of them unnecessary and that could be avoided at first, via an arbitral court or via the tax administrative courts.

And from the main causes that cram the judiciary the most, after labor lawsuits are those involving the Tax Law.

By the same token, in recent years alternative means of dispute resolution that would make distribution of justice become more responsive, especially in the field of tax law, have been discussed, with strong currents emerging in favor of "dejudicialization of tax claims", hence the importance of courts and administrative bodies as one of the major alternatives before resorting to the courts.

"Tax dejudicialization" means to privilege extrajudicial environments where taxpayers and tax authorities have the same opportunity to resolve their conflicts in a strictly technical way, always in observance of the sacred guarantees of the respective legal process, thus avoiding the stir to be first taken to the judiciary.

In this sense, the administrative courts have technical conditions to judge tax matters once they are essentially composed of people who have a very deep and scientific knowledge on these issues, made up of representatives of organized civil society and state representatives, which is the tax authority itself.

And as an essential vector to relieve the judiciary, the option by administrative means entails several advantages such as saving time, money, expert fees and costs of loss of suit, and, in its favor, the greater flexibility of procedures and material rules, once the familiar principle of material truth prevails in the administrative field, privileging essence over form, ensuring the same procedural safeguards that exist in the judiciary. Not to mention that the collection of alleged tax debt is suspended while the administrative level is not closed, after exhausting all possible appeals. And recent surveys indicate that fewer than 30% of infractions imposed on taxpayers are challenged in court, 60% are paid or split in installments and only 10% are challenged administratively.

A taxpayer, when confronted with an entry notification, chooses to directly exercise his right of appeal to justice, or to simply make the payment or split it in installments, even thinking that the entry in question is unfair; few seek the administrative level to have these questions addressed, whether material ones (fine, taxable event, interest, etc ..), or in other forms (absence of subpoenas, tight deadlines, etc ...).

That is to say that: ***in tax matters, the administrative process should be the rule, while the lawsuit, the exception***.

In this sense, there is already a bill (5082/2009) in course in the National Congress, which addresses the regulation of such issue, i.e, the transaction in tax matters contained in Article 156, III and 171, both the National Tax Code. From this perspective,"tax dejudicialization" provided by the technical strengthening of administrative courts, arises as a relevant tool to reduce the amount of unnecessary lawsuits, preserving the judiciary for the analysis of extreme situations, because what matters to the taxpayer is to get Tax Justice, whether granted by the Administration with its administrative courts or by the judiciary and the most important of all: that Justice does not fail, let alone late.

Antônio Roberto Sandoval Filho e Cláudio Sérgio Pontes
PRECATÓRIO

Atuando na defesa dos interesses de servidores públicos do Estado de São Paulo, a **Advocacia Sandoval** conviveu, por mais de três décadas, com a angústia de milhões de credores do poder público que, ao final de uma longa e árdua batalha judicial, receberam como prêmio pela vitória um instrumento denominado "precatório".

O sistema de precatório surge com *status* constitucional no artigo 182 da Constituição Federal de 1934 para regulamentar o pagamento de precatório de acordo com a precedência na ordem cronológica de apresentação e com a possibilidade de imposição de sequestro da quantia necessária para satisfazer o crédito, no caso de desrespeito da aludida ordem. A intenção do legislador foi estabelecer critérios impessoais na ordem de recebimento dos créditos e proibir abusos e vantagens e, por consequência, pôr um fim a denominada "Advocacia Administrativa" que imperava na época.

A Carta Magna de 1934 fazia alusão apenas aos precatórios originários de débitos da Fazenda Nacional e, de forma muito semelhante, a norma foi reproduzida na Constituição de 1937. A extensão do alcance da regra de precatórios para estados e municípios veio no texto constitucional de 1946.

(esq»dir)
Dr. Cláudio Sérgio Pontes, Dr. Antônio Roberto Sandoval Filho

É provável que o enfoque tratado no tema, com a bandeira de pagamento voluntário e imediato do precatório seja, por muitos, considerado utópico, mas não afasta o desafio de lançar o assunto para discussão.

A Constituição Federal de 1967, com intuito de aperfeiçoamento do sistema, tornou obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, a verba necessária ao pagamento de suas dívidas decorrentes de precatórios, apresentados até o dia 1º de julho do ano anterior, com a finalidade de impedir que administradores de má-fé colocassem à disposição do Judiciário montantes insignificantes apenas com intenção de evitar a quebra da ordem cronológica.

Eis que surge a Constituição Federal de 1988, que basicamente reproduziu a matéria expressa no texto constitucional anterior, mas, como novidades, excluiu os precatórios de natureza alimentar da ordem cronológica e apresentou a primeira moratória de oito anos no artigo 33 do ADCT.

A aparente desnecessidade de expedição de precatórios para os créditos de natureza alimentar foi superada pela jurisprudência do STF, inclusive com edição da Súmula 655, que consolidou entendimento no sentido de obrigatoriedade do regime de precatório e distinção de "filas" de ordem entre precatórios de natureza alimentícia e de outras espécies.

Diante do fracasso da moratória do artigo 33 do ADCT, o legislador editou outra Emenda Constitucional, a de nº 30/2000, com a repetida pretensão de solucionar o crescente estoque de precatório com nova moratória, agora em dez anos, com um ponto diferencial da emenda anterior, sujeitando o Ente Público ao sequestro de rendas no valor correspondente ao da parcela não paga ou do poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora.

Como consequência, a Emenda Constitucional nº 30/2000 também fracassou, pois a pretexto de indisponibilidade de recursos financeiros, a maior parte dos entes devedores optou por honrar somente com as parcelas da moratória destinadas aos precatórios de natureza diversa em virtude das sanções expressas na lei. Com efeito, os credores de precatórios alimentares que gozavam de preferência no pagamento ficaram à margem.

Com estoque de precatórios estimados em 100 bilhões de reais, nova moratória foi introduzida pela Emenda Constitucional nº 62/2009, a princípio de 15 anos, posteriormente limitada até ano de 2020, por força da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADIs 4357 e 4425.

Atualmente vigoram dois regimes distintos para os precatórios, frutos da Emenda Constitucional nº 62/2009, o ordinário, com a redação do artigo 100 da Constituição Federal, destinado aos devedores públicos que honram em dia com o pagamento, e o especial, com previsão expressa no artigo 97 do ADCT, nos limites da modulação da declaração de inconstitucionalidade pelo STF, para os devedores públicos em atraso, onde há a previsão de vinculação de percentual das receitas correntes líquidas para pagamento de precatório e, como sanção, a possibilidade de sequestro de rendas públicas no caso de não repasse dos valores comprometidos.

REFLEXÃO SOBRE O SISTEMA DE PRECATÓRIOS

Da evolução histórica percebe-se que, se por um lado, o sistema de pagamento da dívida pública interna por precatório foi essencial para restabelecer princípios como da moralidade, impessoalidade e igualdade, uma vez que a obrigação imposta ao Ente Público de estrita observância da ordem cronológica de apresentação de precatório para pagamento tinha, e ainda tem, por escopo impedir favorecimentos pessoais e indevidos e burlar legítimos credores; por outro, pelos menos em parte, o sistema foi ineficaz no que tange à adimplência.

A dita ineficiência tem respaldo na incapacidade demonstrada pelos gestores públicos em administrar seus passivos e, apesar de previsão orçamentária, não honrarem com compromissos lastreados em precatórios. Além disso, ficou evidente a necessidade de sanção para que o sistema tenha efetividade.

Sem olvidar do grande avanço do sistema de precatórios quando na sua origem, não se ousa defender a possibilidade da quebra da ordem cronológica, mas um novo modelo deve ser repensado para dispensar a prerrogativa do Poder Público como o longo prazo para pagamento e para criar sanções efetivas, tudo para impedir que a troca de governos ou imprevistos da economia sejam motivos para não destinação da verba alocada no orçamento.

Nessa linha de pensamento, levanta-se a hipótese de se criar no orçamento um fundo especial e exclusivo para precatório, a ser alimentado fixamente com percentual das receitas correntes líquidas, acrescido de outras fontes alternativas, como exemplo a utilização de parte dos depósitos judiciais tributários, em complementação aos valores específicos dos precatórios alocados para o respectivo exercício financeiro, a viabilizar o pagamento do precatório em prazo curto.

A antecipação dos pagamentos, respeitada a ordem cronológica, impede o crescimento de débito pela justa correção monetária e incidência de juros e gera economia ao erário, sendo este o ponto crucial de conscientização e mudança de postura dos chefes do Poder Executivo.

É provável que o enfoque tratado no tema, com a bandeira de pagamento voluntário e imediato do precatório seja, por muitos, considerado utópico, mas não afasta o desafio de lançar o assunto para discussão.

Trata-se, enfim, de mais um desafio a ser enfrentado nesta longa jornada que já passa de três décadas, mas com persistência, obstinação, luta, trabalho e otimismo que são marcantes no espírito da **Advocacia Sandoval Filho**.

ANTÔNIO ROBERTO SANDOVAL FILHO é sócio fundador da Advocacia Sandoval Filho.
CLÁUDIO SÉRGIO PONTES é sócio da Advocacia Sandoval Filho.

Antônio Roberto Sandoval Filho e Cláudio Sérgio Pontes
JUDICIARY BONDS

Advocacia Sandoval Filho operates in the defense of the interests of public servers in the State of São Paulo for over three decades, having lived with the anguish of millions of creditors of the government who, at the end of a long and arduous legal battle, received the so-called "precatório" (judiciary bonds) as prize for their victory.

The judiciary bond system is created with constitutional status, based on Article 182 of the Federal Constitution of 1934, to regulate the payment of bonds according to the precedence in chronological order of presentation and the possibility of imposing the sequestration of the amount required to satisfy the claim in case of breach of the aforesaid order. The legislature's intention was to establish impersonal criteria in the receiving order of credits and prohibit abuse and advantages, and therefore put an end to the so-called "Administrative Law Practice" that prevailed at the time.

The Constitution of 1934 alluded only to bonds originating from National Treasury debts and, in a very similar way, the rule was reproduced in the 1937 Constitution. The scope extension of the judiciary bond rule to states and municipalities came in the Constitution of 1946.

The 1967 Federal Constitution, intending to improve the order system, made mandatory the inclusion in the budget of public bodies of the necessary amount to pay debts arising from judiciary bonds presented until the 1st of July of the previous year, in order to prevent administrators in bad faith from make insignificant amounts available to the Judiciary, only with the intention of avoiding the chronological order.

The Federal Constitution of 1988 emerged, which basically reproduced the matter expressed in the previous constitution but, as news, excluded the amounts for alimony of the chronological order and presented the first 8-year moratorium in article 33 of ADCT.

The apparent needlessness of issuing judiciary bonds for alimony credits has been superseded by the Federal Supreme Court jurisprudence with the publishing of Precedent 655, which consolidated the understanding on the enforcement of judiciary bonds regime and the distinction of order "queues" between alimony and other types of bonds.

Before the failure of the moratorium of Article 33 of the ADCT, the legislature published another constitutional amendment, No. 30/2000, with repeated claim to solve the growing stock of judiciary bonds with a new 10-year moratorium with a different point from the previous amendment, subjecting the Public Entity to the sequestration of income in the amount corresponding to the unpaid installment (§ 4 of article 78 of ADCT) or the discharging effect of taxes payment of the debtor (§ 2 of article 78 of ADCT).

As a result, the Constitutional Amendment no. 30/2000 also failed because, by claiming financial resources unavailability, most debtors have chosen to only pay the moratorium installments destined to diverse nature bonds due to sanctions expressed in law. In fact, creditors of alimony bonds enjoying payment preference were left aside.

With judiciary bonds stocks estimated at 100 billion reals, a new moratorium was introduced by Constitutional Amendment no. 62/2009, initially for 15 years, subsequently limited until 2020 by virtue of the effects modulation of the unconstitutionality statement by the Federal Supreme Court on trial of ADIs 4357 and 4425.

Currently there are two distinct regimes for judiciary bonds, resulting from Constitutional Amendment no. 62/2009: the ordinary regime with wording of Article 100 of the Federal Constitution, aiming public debtors with timely payment and the special regime with express provision in Article 97 of the ADCT, within the limits of the unconstitutionality statement modulation by the STF for behindhand public debtors, where linking a percentage of current income for paying the judiciary bonds is foreseen and, as a sanction, the possibility of sequestrating public income in case compromised amounts are not passed again.

INSIGHT ON THE JUDICIARY BONDS SYSTEM

From the historical evolution we realize that, on the one hand, the payment system of internal public debt by means of judiciary bonds was essential to restoring principles such as morality, impartiality and equality, since the obligation on the Public Entity of strict observance of the presentation chronological order of a judiciary bond for payment had - and still has - the intention of preventing personal and undue favoritism and circumventing legitimate creditors; on the other, at least in part, the system was ineffective regarding payments.

Said inefficiency has support in the inability of public managers to handle their liabilities and, despite budget forecast, not pay commitments supported on bonds, grounded on other societal interests, even if legitimate, but no more relevant than credit for alimony, for humanitarian reason. In addition, the need of a sanction became evident so that the system is effective.

Without forgetting the great advance of the bonds system when of its origin, creating an egalitarian and precedence rule, one would not dare to defend the possibility of a downturn in chronological order, but a new model should be rethought to dispense the government's prerogative with long-term payments and to create effective sanctions; everything to prevent that the exchange of governments or economy unanticipated issues become reasons not to destine the funds allocated in the budget.

In this line of thinking, subjected to the appropriate legislative mechanism, one raises the possibility of creating a special and unique fund for a judiciary bond in the budget, to be fed steadily with a percentage of net current revenues in addition to other alternative sources, like the use of part of tax judicial deposits, as a complement to the specific values of the bonds allocated for the relevant financial year, to enable the payment of the judiciary bonds in the short term.

The anticipation of payments respecting the chronological order prevents the growth of debt by just monetary correction and interest accrual and generates savings to the treasury, which is the crux of awareness and change of attitude of the Executive Heads.

Anyway, this is another challenge to be faced in this long journey that has surpassed three decades, but with persistence, stubbornness, fight, work and optimism that are striking in the spirit of **Advocacia Sandoval Filho**.

Sergio de Magalhães Filho
O ADVOGADO DIANTE DA CRISE INSTITUCIONAL

Honrado com o convite que me fazem os Editores da prestigiosa 3ª Edição do Top Lawyers, ponho-me novamente numa reflexão, desta feita em face da indignação – revelada nos movimentos populares – dos cidadãos brasileiros diante do quadro político exsurgido após a última Eleição Majoritária de 2014, do afloramento da corrupção infiltrada nos meandros da Administração Pública, do uso inconsequente dos recursos do Tesouro Público, do sucateamento das empresas, dos sucessivos improvisos do Poder Executivo vacilante, da quebra sistemática das regras democráticas, dos inconfessáveis interesses político-partidários, que avultam no posicionamento dos membros do Congresso Nacional, das opiniões censuradoras emanadas por analistas alienígenas, da sangria imposta às Empresas genuinamente Brasileiras – frente à exacerbada carga fiscal e aos solavancos das taxas cambiais – da incerteza sobre o futuro, entre muitos outros elementos, tudo desaguando inevitavelmente no seio do Poder Judiciário, sobre o qual recaem todas as disceptações e reclamos.

E nós, advogados, longa manus *do cidadão, temos o dever de não transigir com a honestidade, quer numa participação pró-ativa da OAB, quer na atividade pessoal, razão pela qual, no exercício do* nosso munus, *não podemos deixar de nos manifestar quando chamados a fazê-lo*

A *"Caixa de Pandora"* se abriu irreversivelmente. Já não nos assaltam as notícias diárias, sobre o exsurgir de novos escândalos e a revelação de orquestrados assaltos ao erário público. Os profissionais capacitados, **probos**, não desejam legitimar esse proceder e, nessa conjuntura, se afastam dos cargos para os quais foram nomeados pelo Governo, por não se acumpliciarem com o *error in procedendo.* O cidadão está sequioso por justiça!

Ruy Barbosa lavrou documento histórico, seu **Manifesto à Nação**, em artigo mais tarde publicado pela Companhia Impressora, aos 1892, onde aborda *"certas falsificações irresponsáveis da verdade"* fazendo, com profundeza analítica, um painel da situação financeira e dos projetos apresentados ao Senado de então, desenhando a índole, o preparo político e moral e a educação herdada dos antigos vícios coloniais, valendo destacar pequenos trechos que ainda hoje, como naquele tempo, se aplicam apropriadamente: *"eu tenho a desgraça de não pertencer à escola política, cujo único dogma inalterável é o dos princípios furta-côres... essa escola acredita que a ocasião é a mãe da verdade política; eu estou convencido, pelo contrário, de que a verdade política está acima das ocasiões...* De outra passagem do arauto – **Variar e Governar** – destaco: *"Governar, senhores, é variar. Não há nada mais distante do absoluto, mais incompatível com ele, do que as necessidades práticas do Governo. A maior escola dessa grande arte, a Inglaterra, é, ao mesmo tempo, o maior teatro de transmudação nas convicções dos homens de Estado".*

Ora, o que aqui se vê hoje, na indignação da sociedade brasileira, diante dessa quadra que atravessamos, é um real e legítimo inconformismo com o momento econômico em que se encontra o País, pleno de incertezas, com o discurso evasivo e sistemático do Governo Central, com as promessas não cumpridas, com a total ausência de autocrítica e com o sucateamento do patrimônio público – onde se encontram órgãos e empresas literalmente esfacelados – e com uma sucessiva edição de Decretos e Leis inoperantes jamais respeitados já que, no sistema democrático brasileiro, o poder Executivo é quase "imperial", com mais força que os demais o que, ao ver dos juristas, é uma das razões do desequilíbrio que avulta no controle da administração pública.

Pior é que todas essas dissidências e inconformismos, quando não solucionados eficientemente, desaguam nas ruas e no Poder Judiciário já assoberbado, desaparelhado para receber um imenso fluxo de processos e disceptações sobre temas que, em regra, deveriam ter sido dilucidados, preventiva e adequadamente, pelos poderes Executivo e Legislativo, tão mal vistos hoje dentro do **"nosso sistema democrático"**, urgindo a reforma política – por onde passa a partidária – já que a Democracia é reconhecida, a céus e terras, como sem dúvida a melhor forma de governo, valendo advertir que *"o Estado é de todos e não só de alguns"*....

Os jovens não compreendem, mas indignados repudiam qualquer forma de arbítrio institucional. Daí, a movimentação das massas que, se antes levadas pelo *"discurso"* dissimulado se aquietavam, na esperança de um Brasil melhor, hoje já não mais crêem nas promessas pontuais com prisma oblíquo e urgencial.

E nós, **advogados, *longa manus* do cidadão**, temos o dever de não transigir com a honestidade, quer numa participação proativa da OAB, quer na atividade pessoal, razão pela qual, no exercício do **nosso *munus***, não podemos deixar de nos manifestar quando chamados a fazê-lo. A comunidade clama solarmente pela necessária e impostergável recondução do País aos trilhos, às balizas ínsitas na ética, pela honestidade e pela inarredável probidade daqueles que se propõe a servir à Nação. A carga de sofrimento já não é suportável.

Na última edição afirmei, como afirmo novamente, que *"O cidadão já não se curva, placidamente, às decisões – aqui leia-se, dos maus governantes, maus políticos e maus empresários – ou determinações dos textos elaborados na conveniência de alguns. Quer espaço, quer o debate, quer se posicionar e ser ouvido! Está mais informado e tem acesso à informação",* o que mais uma vez reafirmo em prol da celeridade das mudanças que já se revelam. **Em verdade, *todos sabemos bem o que podemos ou não podemos fazer.***

A consciência, *no seu melhor sentido*, é um atributo irreprochável do ser humano. Brasil verdadeiramente democrático, correto e respeitado.

Não há outro caminho. *Hic etnune.*

SERGIO DE MAGALHÃES FILHO Advogado militante e especialista em Direito Processual Civil e Direito de Família e Sucessões, ex-presidente da Associação Internacional de Direito de Família e Sucessões, membro associado do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família, entre outros, autor de diversos artigos e comentários à legislação, palestrante de temas de Direito de Família.

Sergio de Magalhães Filho

THE LAWYER BEFORE THE INSTITUTIONAL CRISIS

Honored with the invitation from the Editors of the prestigious Top Lawyers 3rd Edition, I once again ponder, this time in view of the indignation – revealed in popular movements – of Brazilian citizens before the political framework arising from the last 2014 Majority Election, the emergence of corruption permeating the intricacies of Government, the misuse of Public Treasury resources, the scrapping of businesses, the consecutive improvisations of the stumbling Executive Branch, the systematic breach of democratic rules, the unspeakable partisan political interests, which loom on the positioning of National Congress members, the censuring opinions issued by alien analysts, the extortion imposed on genuinely Brazilian companies – considering the exaggerated tax burden and the ups and downs of exchange rates – the uncertainty about the future, amid many other elements, all of it inevitably flowing into the Judiciary Branch's core, upon which every controversy and complaint fall.

The *"Pandora's Box"* has been irreversibly opened. The daily news on the emergence of new scandals and the revealing of orchestrated thefts of the public treasury do not alarm us anymore. Capable, **honest** professionals do not wish to legitimize such behavior and, in this framework, they steer clear of the positions which they have been appointed to by the Government, as they do not condone the *error in proceeding.* The citizen is eager for justice!

Ruy Barbosa formulated a historical document, his **Manifesto à Nação**, in an article published later by *Companhia Impressora*, in 1892, in which he addresses *"certain irresponsible falsifications of truth"* portraying with analytical depth the financial situation and the projects submitted to the Senate back then, delineating the character, political and moral preparedness and education inherited from ancient colonial bad habits. It is worth noting short excerpts that as then are properly applied today: *"I'm unfortunate to not belong to the political school, which only unchangeable dogma is that of many-colored principles... such school believes the occasion is the mother of true politics; I'm convinced, on the contrary, that true politics is above occasions..."* From another passage of the herald – **Variar e Governar** – I emphasize: *"To govern, gentlemen, is to vary. There is nothing farther from the absolute, nothing more incompatible with it, than the Government practical needs. The biggest school of this great art, England, is, at the same time, the greatest theater of transformation in Statesmen convictions".*

Now, what we see here today, in the indignation of Brazilian society, in view of this time we are going through, is a real and legitimate dissatisfaction with the economic landscape which the Country is in, full of uncertainty, with the elusive and systematic speech of the Central Government, with the broken promises, with the total lack of self-criticism and the scrapping of public property – where we can find agencies and companies literally dissolved – with the successive issue of ineffective Decrees and Laws which are never complied with, since in the Brazilian democratic system the Executive branch is almost "imperial", more powerful than the others, which for lawyers is one of the reasons for the imbalance dominating Government control.

Even worse is that all contention and dissatisfaction, if not effectively addressed, flow into the streets and the Judiciary Branch is already overwhelmed, not equipped to receive a huge flow of procedures and controversy on topics that as a rule should have been preventively and properly clarified by the Executive and Legislative branches, so distrusted today within **"our democratic system"**, urging a political reform – wherever the partisan goes – as Democracy is undoubtedly recognized, in heaven and earth, as the best government system, and it is worth warning that *"the State is for all, not just for some"*....

Young people do not understand, but reject in indignation any way of institutional discretion. Hence the movement of masses that, if kept quiet before driven by the dissimulated *"speech"*, in the hopes of a better Brazil, today they no longer believe in individual promises with skew and urgent perspectives.

And us, **lawyers, *longa manus* for citizens**, have the duty of not compromising honesty, whether proactively participating in the Brazilian Bar Association (OAB) or in personal activities, and that is why, in the exercise of **our *munus***, we cannot fail to speak when summoned to do so. The community only asks for the necessary and undelayable redirection of the Country back on track, to the guides inherent to ethics, for honesty and consistent righteousness of those intending to serve the Nation. The distress is already unbearable.

In the last edition I've stated, as I do again, that *"Citizens no longer placidly bend to decisions – read here of those bad rulers, bad politicians and bad businesspeople – or determinations of texts written in the convenience of some. They want room, debate, they want to place themselves and want to be heard! They are more informed and have access to information",* which I restate once again for the sake of agility in the changes already unveiling. **In fact, *we all know well what we can and cannot do.***

Awareness, *in its best sense*, is and irreproachable human being attribute. A truly democratic, correct and respected Brazil.

There is no other way. *Hic etnune.*

Rodrigo Tacla Duran

A IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SEGURANÇA JURÍDICA

A segurança jurídica, princípio consagrado no ordenamento jurídico brasileiro, estampado no art. 5º, XXXVI, XXXIX e XL da Constituição da República de 1988, representa uma das mais respeitáveis garantias que o ordenamento jurídico oferece aos cidadãos, uma vez que o Estado, segundo a teoria contratualista, representou o pacto dos cidadãos que trocaram parte de sua liberdade pela segurança a ser provida pelo Estado, o que implica dizer seu objetivo é assegurar a previsibilidade esperada pela sociedade, que pode advir tanto do direito positivo quanto daqueles que exercem a jurisdição, tal como os juízes e Tribunais.

No atual cenário mundial de globalização, no qual o Brasil se encontra plenamente inserido, bem como com as mudanças internas ocorridas no país, tanto no cenário politico, econômico, tecnológico, etc., é possível afirmar que concomitante às referidas mudanças, os cidadãos vêm enfrentando uma crescente imprevisibilidade das decisões judiciais.

A segurança jurídica existe para que a justiça, finalidade maior do Direito, se concretize, ou seja, ela concede aos indivíduos a garantia necessária para o desenvolvimento de suas relações sociais, tendo no Direito a certeza das consequências dos atos praticados.

Por outro lado, temos o princípio do livre convencimento motivado do juiz, consubstanciado a partir do caso concreto que lhe foi posto, sendo que após a apresentação de provas e argumentos dispostos pelas partes, tem ele liberdade para decidir acerca de seu conteúdo de forma que considerar mais adequada – conforme seu convencimento – e dentro dos limites impostos pela lei e pela Constituição, e dando motivação à sua decisão (fundamentação).

No atual cenário mundial de globalização, no qual o Brasil se encontra plenamente inserido, bem como com as mudanças internas ocorridas no país, tanto no cenário político, econômico, tecnológico, etc., é possível afirmar que concomitante às referidas mudanças, os cidadãos vêm enfrentando uma crescente imprevisibilidade das decisões judiciais.

Nas sábias palavras do Ministro José Augusto Delgado *"A acentuada imprevisibilidade das decisões judiciais fortalece os males provocados pela insegurança jurídica, contribuindo para enfraquecer o regime democrático. A presença da não uniformidade das decisões judiciais, por inexistência de causas jurídicas justificadoras para a mudança de entendimento por parte dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, gera intranquilidade, tornando-se causa aumentativa dos conflitos. Ofende, de modo fundamental, aos princípios do regime democrático e do respeito à dignidade humana, da valorização da cidadania e da estabilidade das instituições"* [1]

O grande problema enfrentado pela sociedade é encontrar um ponto de equilíbrio entre o princípio da segurança jurídica e o princípio do livre convencimento motivado pelo juiz, tendo em vista o crescimento do número de decisões judiciais prolatadas de forma diferenciada em relação à diplomas legais idênticos incidindo sobre fatos iguais.

Segundo as sábias palavras de Fabio Ulhoa Coelho, "*a imprevisibilidade das decisões judiciais, ao atingir níveis críticos, pode desequilibrar a economia de qualquer país. Os investidores, atentos à elevação do risco, tendem a não se contentar com retornos razoáveis (os que estimariam como tais em outras economias com marcos institucionais estabilizados). Ao invés de investidores de longo prazo, aos quais interessa um maior comprometimento com o lugar da inversão, esse desequilíbrio acaba atraindo especuladores, risk makers, interessados unicamente em aportar seus capitais onde terão, a curtíssimo prazo, o melhor retorno.*" [2]

A busca incessante pela uniformização da jurisprudência, assim como as súmulas vinculantes e outras medidas que visam consagrar o princípio da segurança jurídica, tal como a atual reforma do Código de Processo Civil são elementos que tendem a fortalecer o referido princípio, mas não é o suficiente para o triunfo do respeito ao princípio da segurança jurídica, que em sua plenitude, trará somente benefícios, como a distribuição da Justiça e a estabilidade das relações sociais, o que deve ser objetivo principal do Estado Democrático de Direito, e precisa ser seguido constantemente.

No entanto, não é possível afirmar que estes novos projetos e institutos irão solucionar todos os problemas relacionados à segurança jurídica e, principalmente, à demora recursal, mas é possível concluir que as medidas vêm demonstrando eficiência, sem trazer prejuízo aos julgamentos.

[1] DELGADO, José Augusto. A Imprevisibilidade das Decisões Judiciárias e seus Reflexos na Segurança Jurídica. Disponível em: <https://www.stj.gov.br/>. Acesso em 11 dez. 2011.

[2] COELHO, Fábio Ulhoa. A justiça desequilibrando a economia. Disponível em: <http://www.ulhoacoelho.com.br/site/pt/artigos/direito-e-politica/59-a-justica-desequilibrando-a-economia html> Acesso em: 09 de mar. de 2012

RODRIGO TACLA DURAN Graduado em Direito pela Universidade Paulista e especialização na INED – Espanha.

Rodrigo Tacla Duran

THE IMPORTANCE OF THE LEGAL CERTAINTY CONSTITUTIONAL PRINCIPLE

Legal certainty, the principle enshrined in the Brazilian legal system, stated on art. 5, XXXVI, XXXIX and XL of the Constitution of the Republic of 1988, is one of the most reputable guarantees that the law offers citizens, since the nation, according to the contractarian theory, represented the covenant of citizens who traded part of their freedom for the security to be provided by the country, which is to say their goal is to ensure the predictability expected by society, which can come both from the law and those exercising jurisdiction, as judges and courts.

Legal certainty exists for justice – the greater purpose of the law – to become concrete, i.e., it gives individuals the necessary guarantee for the development of their social relationships, providing the certainty for the consequences of acts performed through the Law.

On the other hand, we have the principle of judicial discretion motivated by the judge, embodied from the submitted case, considering that after the presentation of evidence and arguments by the parties, he or she has freedom to decide on its content according to what the judge considers most appropriate – as per their conviction – and within the limits imposed by law and the Constitution, therefore motivating his or her decision (grounds).

In the current global backdrop of globalization, in which Brazil is fully inserted, as well as with internal changes in the country in the political, economic, technological and other scenarios, we can say that, concomitant to these changes, citizens have been facing increasing unpredictability of court decisions.

In the wise words of Justice José Augusto Delgado *"The sharp unpredictability of court decisions strengthens the evils caused by legal uncertainty, contributing to weaken the democratic regime. The presence of the non-uniformity of judicial decisions, because of the lack of legal grounds justifying the change of understanding by the High Courts and the Federal Supreme Court, generates uneasiness, becoming an increasing cause of conflicts. Fundamentally it violates the principles of democracy and respect for human dignity, of citizenship valuing and of stability of the institutions."* [1]

The major problem faced by society is to find a balance between the principle of legal certainty and the principle of judicial discretion motivated by the judge, in view of the growing number of judgments rendered in different ways in relation to identical statutory law focusing on the same facts.

According to the wise words of Fabio Ulhoa Coelho, "*the unpredictability of court decisions, when reaching critical levels, can unbalance the economy of any country. Investors, aware of the increased risk, tend not to be content with reasonable returns (those which they would appreciate as such in other economies with stabilized institutional frameworks). Rather than long-term investors, interested in a greater commitment to the place of investment, this imbalance ends up attracting speculators, risk makers, interested only in injecting their capital where they will have the best return in the shortest term.*" [2]

The relentless pursuit of jurisprudence unification, as well as binding precedents and other measures to enshrine the principle of legal certainty, as the current reform of the Civil Procedure Code, are elements that tend to strengthen that principle, but that are not enough for the triumph of respect for the principle of legal certainty, which in its fullness, only bring benefits, such as the distribution of justice and the stability of social relations, which should be the main goal of the democratic state of law, and must be followed constantly.

However, it is not possible to say that these new projects and institutes will solve all the problems related to legal certainty and, above all, to the appellate delay, but it is possible to conclude that the measures have shown efficiency without bringing harm to the trials.

inBOOK
Diretores / *Directors*
Claudio Schleder
Claudio Schleder Filho

Top Lawyers
2015 • 2016

Editor e Diretor / *Editor and Publisher*
Claudio Schleder

Diretor Executivo / *Executive Director*
Claudio Schleder Filho

Fotos / *Photographs*
Marcelo Spatafora, Silvia Constanti, Claudio Rossi, Theo Marques, François Calil, Tarso Sarraf, Luciano Quintella, Ruy Baron, Edson Ruiz, Jarbas Oliveira, Gabriel Lordêllo, Leo Caldas e Nitro Imagens

Redatora Colaboradora / *Contributing Writer*
Roberta Resende

Tradutora / *Translator*
Alessandra Will

Direção de Arte / *Art Direction*
RL Markossa

Tratamento de imagem / *Image treatment*
Ricardo Batista

Colaboradora / *Collaborator*
Maria Adelina de Oliveira

Revisão / *Proofreading*
Maria Dolfina

Diretora administrativa e financeira / *Finance Director*
Tábata Schleder

Impressão e acabamento / *Printing*
Ipsis Gráfica e Editora

TOP LAWYERS é uma publicação de **INBOOK EDITORA** em parceria com o portal **MIGALHAS**
Redação e Administração
Rua Jerônimo da Veiga, 428 cj. 82 CEP 04536-001
Tel. (11) 3078-7716 – São Paulo – Brasil

© INBOOK Editora 2015. Todos os direitos reservados.
ISBN: 978-85-64654-13-6

www.inbook.com.br || www.migalhas.com.br

TOP LAWYERS não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados e anúncios ou mensagens publicitárias desta edição. As pessoas que não constam do expediente não têm autorização para falar em nome de **TOP LAWYERS**.
É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação sem autorização.

ISBN 978-85-64654-13-6

inBOOK

Migalhas